

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCSO**

**Bárbara Vital de Matos Oliveira**

**Entre lembranças, esquecimentos e silenciamentos: trajetória e legado de Itamar Franco**

Juiz de Fora

2022

**Bárbara Vital de Matos Oliveira**

**Entre lembranças, esquecimentos e silenciamentos: trajetória e legado de Itamar Franco**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Christiane Jalles de Paula

Juiz de Fora

2022



Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vital de Matos Oliveira, Bárbara.

Entre lembranças, esquecimentos e silenciamentos : Trajetória e legado de Itamar Franco / Bárbara Vital de Matos Oliveira. -- 2022.  
252 f. : il.

Orientadora: Christiane Jalles de Paula

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2022.

1. Itamar Franco. 2. Memória/esquecimento. 3. Lugar de memória. 4. Memorial da República Presidente Itamar Franco. 5. Mineiridade. I. Jalles de Paula, Christiane, orient. II. Título.

**Bárbara Vital de Matos Oliveira**

**Entre lembranças, esquecimentos e silenciamentos: trajetória e legado de Itamar Franco**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_  
CHRISTIANE JALLES DE PAULA - Orientadora  
Universidade Federal de Juiz de Fora

\_\_\_\_\_  
MARTA MENDES DA ROCHA – Membro Interno  
Universidade Federal de Juiz de Fora

\_\_\_\_\_  
FERNANDO PERLATTO BOM JARDIM - Membro Interno  
Universidade Federal de Juiz de Fora

\_\_\_\_\_  
ANGELA MARIA DE CASTRO GOMES – Membro Externo  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

\_\_\_\_\_  
LUCIANA QUILLET HEYMANN – Membro Externo  
Fundação Oswaldo Cruz

O que amas de verdade não te será arrancado  
O que amas de verdade é tua herança verdadeira

(Ezra Pound)

Dedico esta tese a Manoel, Albertina, Rosaura e Abel, meus avós, *in memoriam*, que fazem morada no tempo, em meu coração e mente, saudades e lembranças constantes.

## AGRADECIMENTOS

Sou grata por ter minha trajetória pessoal e acadêmica marcada por pessoas que me afetam positivamente, me respeitam, me cuidam. A toda a minha família, em especial, aos meus pais, Eliana e Ricardo, e meu irmão, Albert, amor incondicional; toda minha gratidão, cuidado e amor.

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Christiane Jalles de Paula, carinhosamente Chris, por todos esses anos que não só me orientou como me ouviu, respeitou, inspirou, cuidou. A cada reunião, a mente abria, as ideias fervilhavam, a tese ia sendo tecida. Chris é inspiração e admiração. Sem ela, essa pesquisa não seria o que hoje se apresenta aqui. Agradeço, feliz e honrada, pelo diálogo e preocupação em montar uma banca de excelência. Aos membros, de maneira geral, agradeço o pronto aceite.

Agradeço à Professora Doutora Marta Mendes da Rocha, por se fazer presente na minha trajetória desde o Mestrado, como minha orientadora, me dando oportunidade de participar de projetos de extensão, como o relatório da CMV-JF, e o projeto e grupo de pesquisa, de 2013 até 2017. Marta se faz presente com suas colaborações para a pesquisa na banca de qualificação do Doutorado, e na banca de defesa dessa tese, além de historiadora graduada.

Ao Professor Doutor Fernando Perlatto Bom Jardim, pelas imprescindíveis contribuições e leituras indicadas na banca de qualificação, que deram outra roupagem à pesquisa, tornando a dimensão da memória central.

Às Professoras Doutoradas Angela Maria de Castro Gomes e Luciana Quillet Heymann, referências fundamentais para a presente tese, e que me dão a honra de suas presenças na banca de defesa.

À Doutora Paula Vivacqua de Sousa Galvão Boarin, Paulita, interlocutora desta tese, por sua contribuição, compreensão, afeto, amizade, paciência e confiança.

Ao Professor Doutor Fabio Augusto Machado Soares de Oliveira, companheiro que construiu comigo, dialeticamente, essa trajetória.

À Fernanda Vivacqua de Sousa Galvão Boarin, revisora dessa tese, que, desde o início, se prontificou a assumir essa tarefa, com atenção e disponibilidade.

Durante a pandemia, Chris criou um grupo de estudos com seus orientandos. Grupo fundamental não só para as pesquisas acadêmicas realizadas individualmente, mas também para que pudéssemos combater um pouco o estado de anomia em que estávamos imersos. Aos colegas orientandos, muito obrigada. Em especial, Gustavo, Cristiane, Sérgio e Carlos.

À minha turma de Doutorado “Runa Pumas”. Às minhas panteras, Paulita, Paula Emília, Vanessa e Nathalia.

À CAPES, por financiar por quatro anos esta pesquisa.

Aos funcionários do Memorial, em especial, à Kelly, que sempre dispendeu seu tempo e paciência para me orientar e auxiliar em busca de documentos e convites para eventos.

Agradeço à Nathalia, psiquiatra que me acompanha desde o princípio de 2021, e me ajudou com paciência e atenção nesse momento de ansiedade e pandemia. À Thamirys, minha terapeuta desde dezembro de 2021, minha psicóloga, profissional maravilhosa, com quem tive uma transferência importante e vem fazendo um trabalho incrível e transformador comigo. Às duas, muito obrigada por cuidarem da minha saúde mental.

A todas as mulheres que lutaram para que eu um dia pudesse me tornar pesquisadora e estar aqui agora. Em especial, àquelas que se fazem presente em minha vida de maneira mais afetuosa, minhas avós, *in memoria*, Rosaura e Albertina. Minha mãe, Eliana, sinônimo de simplicidade. À minha tia Rosana. À minha tia Rita, Professora Doutora Rita de Cássia Oliveira, pela sabedoria ao me ninar e orientar sobre a existência das Ciências Sociais. Às minhas professoras, “tia Sandra”; e Patrícia, que despertou a paixão pelas humanas; à Professora Doutora Beatriz de Basto Teixeira, minha primeira orientadora de iniciação científica; à Professora Beth, que me pegou no colo e com quem pude reencontrar na faculdade e ser diplomada.

Aos amigos que compartilharam os dramas, angústias e conquistas da vida de pós-graduandos: Ebano, Pedro, Fabio, Paulita, Paula Emilia, Lucilia, Monique, Paulinho, Dani e outros que, não citados aqui, não caíram no esquecimento.

“A felicidade só é verdadeira quando compartilhada” (Henry David Thoreau).

Lira itabirana

I

O Rio? É doce.  
A Vale? Amarga.  
Ai, antes fosse  
Mais leve a carga.

II

Entre estatais  
E multinacionais,  
Quantos ais!

III

A dívida interna.  
A dívida externa  
A dívida eterna.

IV

Quantas toneladas exportamos  
De ferro?  
Quantas lágrimas disfarçamos  
Sem berro? (Carlos Drummond de Andrade).

## RESUMO

O objetivo da presente de tese é investigar e analisar os esforços de preservação da memória e do legado da persona política Itamar Franco na cidade de Juiz de Fora (MG), tendo em vista que esta se constitui como *locus* privilegiado para tanto. Assim, a pesquisa, de caráter qualitativo, se debruça sobre os principais locais e instrumentos para a manutenção da memória deste homem público e de sua mineiridade, sendo estes, centralmente, a sua biografia autorizada (YAZBECK, 2011), o Memorial da República Presidente Itamar Franco; o Instituto Itamar Franco e a Medalha Itamar Franco. Estruturada em oito capítulos, organizados a partir dos aspectos que se sobressaem, a tese, além da análise documental, tem como norte e escopo os enquadramentos da memória (POLLAK, 1992) e os movimentos de memória/esquecimento (HUYSSSEN, 2014) envolvidos nesse processo. Por fim, por não objetivar uma conclusão fechada, a investigação tem como desfecho os apontamentos acerca de como essa construção mnemônica se consolidou, por um lado, e como continua viva, num movimento incessante, por outro, além de apontar caminhos abertos não apenas para aqueles que queiram se dedicar à figura de Itamar, mas também às pesquisas vindouras que tenham tal debate, e metodologia, como horizonte.

**Palavras-chave:** Itamar Franco. Memória/esquecimento. Lugar de memória. Memorial da República Presidente Itamar Franco. Mineiridade.

## ABSTRACT

This thesis aims to investigate and analyze the efforts to preserve the memory and legacy of the political persona Itamar Franco in the city of Juiz de Fora (MG), considering that it constitutes a privileged *locus* for this purpose. Thus, the research, of a qualitative nature, focuses on the main sites and instruments for the maintenance of the memory of this public man and of his “*mineiridade*”, these being, centrally, his authorized biography (YAZBECK, 2011), the Memorial of the Republic President Itamar Franco; the Itamar Franco Institute and the Itamar Franco Medal. Structured in six chapters, organized from the aspects that stand out, the thesis, in addition to documentary analysis, has as its scope the framings of memory (POLLAK, 1992) and the movements of memory/forgetfulness (HUYSEN, 2014) involved in this process. Finally, as it does not aim at a closed conclusion, the investigation has as its outcome the notes about how this mnemonic construction was consolidated, on the one hand, and how it remains alive, in an incessant movement, on the other, in addition to pointing out open paths not only for those who want to dedicate themselves to the figure of Itamar, but also to future research that has such debate, and methodology, as a horizon.

**Keywords:** Itamar Franco. Memory/forgetfulness. Memory space. Memorial of the Republic President Itamar Franco. *Mineiridade*.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Troca da placa com o nome do logradouro no cruzamento da Av. Rio Branco com a Av. Presidente Itamar Franco.....	29
Figura 2	Registro da cerimônia de inauguração do busto.....	30
Quadro 1	Linha do tempo IIF.....	35
Figura 3	Faixa do Memorial da República Presidente Itamar Franco.....	36
Figura 4	Itamar e Anna Eliza no Diário Mercantil.....	79
Quadro 2	O tripé narrativo sobre Itamar presente no MRPIF, suas memórias e esquecimentos.....	90
Quadro 3	Estrutura da Carreira Itamar Franco.....	93
Figura 5	Estrutura da carreira política no Brasil.....	93
Quadro 4	Partidos e Filiações.....	95
Quadro 5	Principais características das eleições majoritárias e proporcionais em Juiz de Fora (1962-1982) .....	102
Figura 6	Itamar analisando uma planta e ao fundo um letreiro da ITEC e o Edifício Clube Juiz de Fora.....	113
Figura 7	Jornal com a propaganda eleitoral de Itamar na campanha de 1966.....	114
Figura 8	Foto da Cronologia na parte da década de 1990.....	127
Figura 9	Foto Charge de Millôr “Itamar ou o homem do terno branco – breve numa CPI perto de você” .....	130
Figura 10	Box sobre o Plano Real.....	151
Quadro 6	Ministros da Fazenda do Governo Itamar (10/92 a 12/94).....	154
Quadro 7	Cargos relacionados à primeira administração de Itamar Franco na Prefeitura de Juiz de Fora.....	169
Figura 11	Montagem de fotos da cerimônia e o homenageado Bruno.....	178
Quadro 8	Cargos no governo do Presidente Itamar.....	171
Quadro 9	Governo de Minas Gerais: Gestão Itamar Franco (1999).....	173
Quadro 10	Organização do Instituto Itamar Franco (2018-2021).....	175
Diagrama 1	Ligações entre trajetória e memória.....	186
Quadro 11	Homenageados pela Medalha Itamar Franco (2017-2020).....	180
Quadro 12	Relações entre trajetória e memória de Itamar Franco.....	182
Figura 12	Foto do hall de entrada com frase em destaque.....	199
Figura 13	Lema do governo Itamar.....	209

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AI-2	Ato Institucional n. 2
AI-5	Ato Institucional n. 5
AI-11	Ato Institucional n. 11
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASCOMCER	Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de Juiz de Fora
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BH	Belo Horizonte
CAIC	Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais S.A.
CESAMA	Companhia de Saneamento Municipal
CIAC	Centro Integrado de Atendimento à Criança
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CM	Colégio Militar
CMJF	Câmara Municipal de Juiz de Fora
CMJF	Colégio Militar
CMV-JF	Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
COVID-19	Coronavírus SARS-CoV-2 2019
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DA	Diretório Acadêmico
DAE	Departamento de Água e Esgoto
DAT	Departamento Autônomo de Bondes
DM	Diário Mercantil

DNA	Ácido Desoxirribonucleico
DNOS	Departamento Nacional de Obras
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
FAB	Força Aérea Brasileira
FAO	Organização das Nações Unidas
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FSE	Fundo Social de Emergência
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDAR	Fundação Darcy Ribeiro
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
FFHC	Fundação Fernando Henrique Cardoso
IIF	Instituto Itamar Franco
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPCoor	Índice de Percepção da Corrupção
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPMF	Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira
JF	Juiz de Fora
JK	Juscelino Kubstschek
LJB	Liga Juizforana de Basquete
LUJE	Liga Universitária de Jogos Esportivos
MAMM	Museu de Artes Murilo Mendes
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEP	Movimento pela Ética na Política
MRPIF	Memorial da República Presidente Itamar Franco
MST	Movimento dos Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
PAI	Plano de Ação Imediata
PAN	Partido Agrário Nacional
PC	Paulo César Farias
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Libertador
PHS	Partido humanista da solidariedade
PJF	Prefeitura de Juiz de Fora
PLB	Partido Liberal Brasileiro
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNBE	Programando Nacional Biblioteca na escola
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPGCSO	Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
PPS	Partido Popular Sindicalista
PR	Partido Republicano
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PROFIC	Programa de Formação Integral à Criança
PRONAICA	Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente
PRTB	Partido Renovador Trabalhista brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido Social Democrata Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PSP	Partido Social Progressista

PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
RM	Região Militar
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESI	Serviço Social da Indústria
STF	Supremo Tribunal Federal
TELERJ	Telecomunicações do Rio de Janeiro S/A
UDN	União Democrática Nacional
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
URV	Unidade Real de Valor
USIMINAS	Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A

## SUMÁRIO

<b>I</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>II</b>	<b>OS LUGARES DE MEMÓRIA SOBRE ITAMAR FRANCO NA CIDADE DE JUIZ DE FORA E AS LENTES DE ANÁLISE TEÓRICO-CONCEITUAIS</b> .....	27
2.1	INTRODUÇÃO.....	27
2.1.1	Homenagens e honrarias <i>post mortem</i> .....	28
2.1.2	Instituto Itamar Augusto Franco.....	33
2.1.3	Memorial da República Presidente Itamar Franco.....	35
2.1.4	Biografia Autorizada.....	37
2.2	LENTE TEÓRICO-CONCEITUAIS PARA PENSAR ITAMAR E A CONSTRUÇÃO DE SUA TRAJETÓRIA NOS LUGARES DE MEMÓRIA.....	38
2.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
<b>III</b>	<b>A BIOGRAFIA AUTORIZADA COMO FONTE/OBJETO: A NARRATIVA “JUIZ-FORANA” SOBRE ITAMAR E O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA</b> .....	71
3.1	INTRODUÇÃO.....	71
3.2	ITAMAR FRANCO – ORIGEM E ASCENDÊNCIA.....	71
3.3	A FORMAÇÃO.....	74
3.4	CASAMENTO E FAMÍLIAS.....	78
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
<b>IV</b>	<b>A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO POLÍTICO ITAMAR FRANCO PELO MEMORIAL DA REPÚBLICA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO</b> .....	89
4.1	INTRODUÇÃO.....	89
4.2	“LADO POLÍTICO”.....	91
4.3	RELAÇÃO COM OS MILITARES.....	107
4.4	RELAÇÃO ENTRE A ENGENHARIA E A POLÍTICA: O PREFEITO DAS OBRAS E O CAPITAL POLÍTICO.....	111
4.4.1	O mineiro, entre o bonde e o Fusca.....	120
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
<b>V</b>	<b>A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO “LEGADO” PRESIDENCIAL DE ITAMAR FRANCO PELO MEMORIAL DA REPÚBLICA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO</b> .....	125

5.1	INTRODUÇÃO.....	125
5.2	A PRESIDÊNCIA DE ITAMAR RETRATADA PELO MRPIF.....	126
5.2.1	<b>Itamar e a Ética na Política</b> .....	129
5.2.1.1	Governo Collor – Eleição de 1989, relação entre Vice e Presidente, MEP e impeachment.....	132
5.2.1.2	Sobre presidencialismo de coalizão e governo de União.....	137
5.2.1.3	Ética versus corrupção ou grau de corrupção nos governos? .....	140
5.3	PROJETOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO ITAMAR PRESENTES NA NARRATIVA MEMORIAL.....	144
5.3.1	<b>Combate à fome e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)</b> .....	145
5.3.2	<b>Políticas de educação: CAIC – Centros de Atenção Integral à criança</b> .....	149
5.3.3	<b>O Plano Real</b> .....	150
5.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
<b>VI</b>	<b>A CONFRARIA DE ITAMAR: REDE DE RELAÇÕES E LIGAÇÃO ENTRE TRAJETÓRIA E MEMÓRIA</b> .....	163
6.1	INTRODUÇÃO.....	163
6.2	O “GRUPO DE JUIZ DE FORA”.....	164
6.3	A GÊNESE DO “GRUPO DE JUIZ DE FORA”: O BANDO DE SONHADORES?.....	168
6.4	INSTITUTO ITAMAR FRANCO.....	174
6.4.1	<b>Medalha Itamar Franco</b> .....	176
6.5	ANÁLISE DE LIGAÇÕES ENTRE TRAJETÓRIA E MEMÓRIA.....	181
6.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
<b>VII</b>	<b>ITAMAR E A MINEIRIDADE: A CONSTRUÇÃO DO SER MINEIRO NA TRAJETÓRIA E NOS LUGARES DE MEMÓRIA</b> .....	188
7.1	INTRODUÇÃO.....	188
7.2	ITAMAR E AS CARACTERÍSTICAS DO SER MINEIRO, DO HOMEM MONTANHÊS.....	188
7.3	ORIGEM, FORMAÇÃO E OUTROS ELEMENTOS DA TRAJETÓRIA.....	193
7.4	PARTIDOS E ALIANÇAS POLÍTICAS.....	198
7.5	AS MONTANHAS DE MINAS.....	198
7.6	ITAMAR E OS GRANDES NOMES MINEIROS.....	201
7.7	O MINEIRO E A NAÇÃO.....	205
7.7.1	<b>Presidência da República do Pão de Queijo</b> .....	212
7.7.2	<b>O Grupo de Itamar, o grupalismo dos mineiros, a confraria: uma proposta de aprofundar a discussão</b> .....	213
7.8	MINAS GERAIS E SÃO PAULO – ITAMAR E FHC.....	214
7.9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	218
<b>VIII</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	220

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>226</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>240</b>



## I INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de Doutorado tem como objetivo analisar a construção social da trajetória da persona política Itamar Augusto Cautiero Franco, mais conhecido como Itamar Franco<sup>1</sup>, e como seu legado é preservado nos lugares de memória presentes na cidade de Juiz de Fora (MG). Por que estudar a construção social do homem público Itamar Franco e os esforços para a preservação de sua memória na cidade em questão?

Itamar é lembrado, muitas vezes, por seu topete caricatural, pelo Fusca azul, pela República do Pão de Queijo. Para alguns, principalmente para os mineiros, pelo Decreto da moratória ou até mesmo pela chamada “taxa do Itamar”<sup>2</sup>. Sua trajetória é extensa e mesmo não se constituindo como o foco da análise da presente pesquisa, serve de base para organizar a argumentação e a análise de como lugares de memória em Juiz de Fora narram e preservam a vida e os feitos políticos de Itamar. Por isso, farei uma breve apresentação da trajetória deste político, ressaltando alguns elementos, e suprimindo outros, que apareceram no desenvolvimento da tese com mais detalhamento.

Itamar nasce a bordo de um navio no litoral da Bahia no ano de 1930. Cresce e tem seus laços de sociabilidade em Juiz de Fora e, mais tarde, é reconhecido como político mineiro. Durante o período democrático de 1946 a 1964, Itamar se forma em Engenharia e ingressa na política, apadrinhado político de Clodesmidt Riani<sup>3</sup>, filiado ao PTB, partido pelo qual não conquista êxito em duas candidaturas, uma para a Câmara Municipal de Juiz de Fora, em 1958, e outra para vice-prefeitura da cidade, em 1962 – mais votado que o “cabeça de chapa” Nicolau Schuery, por conta da votação independente. Apesar disso, vai exercer cargo importante na administração municipal de Adhemar de Andrade, sendo nomeado Diretor do Departamento de Água e Esgoto. No período autoritário (1964-1985), conquista a prefeitura da mesma cidade, em 1966, fazendo seu sucessor em 1970 e se reelegendo em 1972, pelo MDB. Nesse momento, conforme Reis (1979), Itamar se torna uma liderança da agremiação de oposição ao Regime Militar no país e responsável pela hegemonia emedebista na cidade. Reis (1979) destaca ainda que Itamar pode ser considerado um “nó” de uma rede em Minas Gerais, que congregou também nomes da ARENA (partido de sustentação do Regime Militar). Foi com tais apoios de

---

<sup>1</sup> Itamar escolhe e é reconhecido pelo sobrenome Franco no decorrer de sua trajetória e, como veremos adiante, Franco é sobrenome herdado por seu pai, Augusto, de seu pai (avô de Itamar), Archimedes. O sobrenome que prevalece e passa de geração para geração, como tradicionalmente acontecia, portanto, é o sobrenome da família paterna (pai e avô).

<sup>2</sup> Taxa de renovação de Licenciamento Anual de Veículos que, no Estado de Minas Gerais, foi estabelecida quando Itamar era Governador, por isso o nome atribuído a ele.

<sup>3</sup> Líder sindical influente no cenário político nacional da época. Ver: Heleno (2007; 2011); Paula e Campos (2005); CMV-JF (2015).

setores arenistas que Itamar, em 1974, conquistou a cadeira de Senador da República por Minas. Deixou, ainda na metade do mandato, a prefeitura de Juiz de Fora, que ocupava pela segunda vez<sup>4</sup>, e se projetou no cenário nacional, ao tomar posse como Senador da República, para o qual foi reeleito em 1982.

Na primeira eleição presidencial após fim do regime autoritário, em 1989 (O'DONNELL, SHMITTER, 1988; LINZ, 1971; 1979), Itamar integra, na condição de Vice-Presidente da República, a candidatura vitoriosa encabeçada por Fernando Collor de Mello. Itamar assume a Presidência da República em 1992, com o impeachment de Fernando Collor, atingindo o auge de sua carreira pública. No seu governo, foi lançado o Plano Real<sup>5</sup> e ocorreu a votação do Plebiscito de 1993, sobre tipo de regime e sistema de governo (Monarquia/República; Parlamentarismo/Presidencialismo). Em 1995, passa a faixa de Presidente para Fernando Henrique Cardoso e exerce, durante esse governo, o cargo de embaixador em Portugal e na OEA. Em 1998, é eleito Governador do estado de Minas Gerais (1999-2002), que, de acordo com a sua biografia autorizada (YAZBECK, 2011), era o cargo que mais almejava conquistar. Em 2003, é nomeado embaixador na Itália e, ao deixar essa função, ocupa cargos na administração indireta, até que, em 2008, concorre ao Senado Federal. Eleito pela terceira vez, falece em pleno exercício do mandato, em 2011. Os ritos fúnebres, com honras de Presidente da República, ocorrem em Juiz de Fora: o velório acontece nas dependências da Câmara Municipal e o sepultamento no Cemitério Municipal, no túmulo da família materna, conforme sua vontade.

Esse breve resumo da trajetória política/pública e dos cargos ocupados por Itamar ao longo da vida mostram a sua relevância no cenário brasileiro e justificam um estudo sobre essa personagem política. E isso não é apenas por ele ter sido Presidente da República, mas também pela carreira extensa que fez com que vivesse e participasse de diferentes processos e momentos históricos, de diversas arenas e poderes (Legislativo e Executivo), ocupando cargos nos três

---

<sup>4</sup> Adianto que esse ponto é considerado, por mim, uma das grandes questões silenciadas quando se narra a trajetória dele, pois não é levada em conta a complexidade do MDB tanto na esfera local quanto nacional, tratando-o apenas como um partido opocionista, silenciando o fato de, no nível local, apresentar várias disputas que perduraram até recentemente e, no nível nacional, o fato de ser um partido de oposição, sim importante na transição democrática, mas um partido de oposição institucional ao regime e, por tanto, oposição limitada (KINZO, 1988). Na transição democrática, se estabelece como um ator político importante, junto do principal partido ao qual fez parte, o MDB/PMDB.

<sup>5</sup> A formulação do Plano Real foi feita por uma equipe econômica chefiada por Fernando Henrique Cardoso, na posição de Ministro da Fazenda do governo Itamar. Em decorrência das eleições de 1994, em que iria concorrer à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC) sai da chefia da pasta, passando o cargo para Rubens Ricupero, que é o Ministro responsável pelo lançamento do Plano. Essa questão do Plano Real, sua implementação e as disputas políticas pela paternidade e memória do Plano, serão analisadas em capítulo específico dessa pesquisa.

níveis federativos, do municipal ao nacional, além de cargos a nível internacional. Sem dúvidas, essa trajetória faz de Itamar a figura política mais ilustre de Juiz de Fora, concordando com seu biógrafo oficial Yazbeck (2011) e com outros que escreveram sobre ele, como Pinho Neves (2020).

Um fato que deve ser pontuado, ademais, é o caminho político que foi seguido por Itamar. A rota política dos cargos descritos acima – do nível local (Prefeito) para o nível nacional (Senador e Vice-Presidente), somente depois eleito para o nível estadual (Governador) – não é a mais comum na política brasileira. De modo geral, as carreiras políticas no país seguem o sentido local – estadual – nacional. Dessa forma, Itamar Franco pode ser compreendido como um caso, em alguma medida, atípico, tanto por ter percorrido a rota local-nacional, como por ter dirigido sua carreira, depois de ter sido Presidente da República, que é o mais almejado posto político do Brasil, do plano nacional para o estadual, com a candidatura e a eleição para o governo de Minas Gerais. Porém, como analisaremos adiante, a trajetória política de Itamar também pode ser compreendida como um caso dentro das possibilidades apontadas no que tange ao salto do local para o nacional, devido à importância política e ao tamanho do município onde foi Prefeito, como nos informa Miguel (2003) para estruturas de carreiras políticas.

Itamar despertou meu interesse como objeto de investigação no decorrer da pesquisa de dissertação, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF, intitulada “A Câmara Municipal de Juiz de Fora no período autoritário (1964-1985): impactos sobre a instituição e a dinâmica político-eleitoral” (OLIVEIRA, 2015). Ao analisar a política local e as relações entre poderes, tal pesquisa possibilitou conhecer como foi a entrada desse ator na arena política municipal, os pleitos eleitorais aos quais concorreu e quais foram as relações partidárias-eleitorais que estabeleceu, principalmente nos anos do bipartidarismo, nos quais a ARENA e o MDB eram, respectivamente, o partido de sustentação do Regime Militar e a agremiação que fazia oposição à ditadura civil-militar.

Se os achados no Mestrado me fizeram atentar para a importância dessas experiências políticas de Itamar, as pesquisas biográficas do personagem Itamar, como o verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – FGV (ABREU, 2001), costumam menosprezar o início da carreira política, as tentativas de pleito sem êxito e as administrações municipais para as quais foi eleito Prefeito (1966-1970; 1972-1974<sup>6</sup>). Entretanto, é justamente mirando o âmbito

---

<sup>6</sup> Foi eleito para mandato até 1976, mas ficou à frente da prefeitura apenas dois anos, pois, em 1974, foi eleito senador.

municipal, a riqueza da política local, que a persona política de Itamar Franco adquire feição intrigante. Assim, o nível local se torna um lócus privilegiado para observar e analisar o que pretende a pesquisa por alguns motivos.

O primeiro deles é que foi em Juiz de Fora que Itamar constituiu suas redes de sociabilidade e de amizade, que o posicionaram social e politicamente. Esse ponto é fundamental. É no nível local que novas elites políticas e novas lideranças são formadas. São, ainda, nos espaços subnacionais que são forjadas lideranças políticas que podem alcançar, ou não, o nível central ou nacional (MILLS, 1975). No Brasil, o município é uma estrutura de poder e de hierarquização das posições sociais. É, também, o berço da maior parcela de políticos, e muitos deles criam uma base política independente dos políticos da arena nacional, ou mesmo estadual. A sociedade política local, portanto, não atua somente como cabo eleitoral dos políticos que galgaram posições nos planos estaduais e/ou nacionais. O local tem vida própria. Dessa forma, os municípios são importantes para o surgimento de políticos e trajetórias políticas, como o exemplo do personagem aqui proposto. Embora parte significativa dos políticos locais almejem uma projeção num outro nível na carreira política, apenas uma minoria consegue tal mobilidade em sua trajetória política, saindo do nível em que se encontram e alçando-se ao nível estadual ou nacional. E menores ainda são as possibilidades de um político de um município do interior, mesmo que grande e reconhecido, chegar à Presidência da República<sup>7</sup>. A carreira política de Itamar é, então, sobretudo, uma trajetória considerada de sucesso.

Outro ponto: a região onde hoje se localiza Juiz de Fora tem uma importância histórica e geográfica, regional e nacional, que precede a existência da cidade, localizada entre as minas de ouro e o porto de exportação, servindo de ponto de registro de cobrança do quinto – o imposto. Localizada entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, desde o seu surgimento, figurou como parada para tropeiros, recebendo políticos importantes durante o Império, como o próprio imperador Dom Pedro II. A cidade também manteve uma intensa economia cafeeira durante a segunda metade do século XIX, tendo um grande fluxo de escravizados e ex-escravizados pós-abolição. Em vários momentos, foi reconhecida por sua vanguarda<sup>8</sup>, recebendo alcunhas, tais como: a princesa, a Manchester, a Athena. Teve, ademais,

---

<sup>7</sup> A participação da autora da presente pesquisa na pesquisa intitulada “Representação política no nível municipal no Brasil”, coordenada pela Professora Doutora Marta Mendes da Rocha, foi fundamental para adquirir conhecimento e experiência sobre o tema (participação entre 2013 e 2017). Para tais questões sobre política local, representação política no nível municipal, ver: Rocha e Kerbauy (2014).

<sup>8</sup> Exaltada no hino da cidade. Disponível em: <https://www.pif.mg.gov.br/institucional/cidade/hino.php#:~:text=Do%20progresso%20estrada%20a%20fora!&t>

a primeira usina elétrica, de Marmelos, e conseqüentemente, foi a primeira cidade com iluminação elétrica – elementos que apontam para seu vanguardismo. Concorreu à sede de capital do Estado no fim do século XIX<sup>9</sup>. A partir de meados do século XX, o processo de êxodo rural se intensificou rapidamente, forçando um crescimento urbano acelerado, passando de uma população total de 126.989 habitantes, em 1950 – 87.937 urbano, 40.383 rural –, para 182.481, em 1960, sendo 128.364 urbano, 54117 rural; e para 238.510 total, em 1970, sendo 220.310 urbano, 18.200 rural<sup>10</sup>.

Itamar, se forma em Engenharia e abre uma empresa no ramo na década de 1950, quando também entra para a política. Na década de 1960, assume a administração municipal de Juiz de Fora<sup>11</sup> pela primeira vez e, em 1966, volta seu trabalho para obras de infraestrutura que, em tudo, estava relacionado com esse crescimento acelerado. Como agente político formado nesse processo de intensificação do êxodo rural e crescimento urbano, sendo este por ele influenciado, segue para o Senado na década de 1970. Mas mesmo nesse período, Juiz de Fora continua sendo sua âncora, posto que ele nunca abandona a cidade, pelo contrário, está ligado a ela e às suas relações, como esta pesquisa pretende demonstrar, inclusive, relacionando com o próximo ponto.

Terceiro, e principalmente, Juiz de Fora<sup>12</sup> é *locus* privilegiado porque a cidade (e o que mais instiga a pesquisadora que vos fala), além de ser onde Itamar se forma e começa sua extensa carreira política, é o espaço no qual sua persona política é construída e reforçada durante toda sua trajetória e após sua morte. Mesmo em Brasília, em Belo Horizonte ou em outro país, exercendo a função de diplomata, Itamar nunca abandonou ou negou a cidade e o estado de Minas, sempre com os olhos voltados para cá, reforçando seus laços com a terra e com as pessoas aqui presentes. É, ainda, o lugar onde se constrói, se consolida e se eterniza a memória de Itamar, tal como seu titular desejava, ao doar seu acervo para a Universidade Federal de da cidade, ao trazer o Instituto Itamar Franco (IIF) de Belo Horizonte para Juiz de Fora e, mais tarde, participar do acordo com a UFJF para a construção de um memorial sobre ele na cidade. Ele se eternizou, então, por meio de vários lugares de memória (NORA, 1993), como

---

[ext=N%C3%A3o%20receia%20outra%20rival.&text=N%C3%A3o%20receia%20outra%20rival.-Demos%20palmas%2C%20demos&text=Aos%20encantos%20da%20Princesa!](#) Acesso em: 24 abr. 2022.

<sup>9</sup> Inclusive, dando início a uma “richa” histórica com Belo Horizonte, pois quando esta passa a ser sede da capital do Estado, construído com essa finalidade, Juiz de Fora perde um pouco de sua influência política.

<sup>10</sup> Fonte: IBGE; Seplanmg; Moreira (2012) apud Oliveira (2015, p. 74).

<sup>11</sup> Juiz de Fora é conhecida como o lugar de onde partiram as tropas que deram o golpe civil-militar de 1964 (CMV-JF, 2015).

<sup>12</sup> Hoje é uma das maiores cidades do estado. Para informações sobre população, densidade, economia, entre outros, ver <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama> Acesso em: 24 abr. 2022.

monumentos e homenagens, nomes de logradouros públicos, como a Avenida Presidente Itamar Franco (antiga Avenida Independência), datas comemorativas, pelo próprio Instituto Itamar Franco e pelo Memorial da República Presidente Itamar Franco, além de livros sobre Itamar com características biográficas de autores que são juiz-foranos (ou mineiros) ou possuem uma relação com a cidade. Para além disso, os usos políticos que fazem da figura e da memória de Itamar na cidade, por exemplo, em campanhas eleitorais, são expressivos dessa relação estreita entre a trajetória e o legado de Itamar Franco e Juiz de Fora.

Diante disso, o objetivo dessa investigação é analisar a construção social do homem público Itamar Franco e os esforços de preservação de sua memória na cidade de Juiz de Fora. Para dar conta de tal, a presente tese se desenvolve a partir de uma pesquisa qualitativa<sup>13</sup>, que conta com técnicas de análise documental e de discurso, bem como de dados, contando com um vasto conjunto de fontes bibliográficas, onde ressalta-se as fontes de caráter biográfico sobre Itamar Franco e, em especial, a biografia clássica autorizada. Também analisa fontes como documentos públicos estatais, como documentação governamental, e não estatais, como jornais locais e nacionais, documentos museológicos, inclusive obras de arte e objetos do titular da memória; discursos produzidos sobre Itamar e por ele próprio; e dados, como composição de cargos, instituições e governos, homenageados por medalhas, entre outros. A estrutura possui oito capítulos, sendo os seis de desenvolvimento resumidos a seguir.

O Capítulo II traz um panorama geral dos lugares de memória, apontando, inicialmente, as homenagens *post mortem*. Vale ressaltar que essas homenagens se constituem como o *start* na construção do capítulo pela maneira como se despertou meu interesse pela dimensão da memória. Apesar disso, entendo que os lugares de memória, em si, começaram a ser construídos muito antes do evento da morte do titular da memória, como será possível compreender no decorrer do capítulo.

Após narrar as homenagens *post mortem*, faço uma apresentação geral do Instituto Itamar Augusto Franco, do Memorial da República Presidente Itamar Franco e da Biografia Autorizada escrita por Ivanir Yazbeck (2011), para assim apresentar as lentes teórico-conceituais para pensar Itamar e a construção de sua trajetória nos lugares de memória, por meio de uma revisão bibliográfica. Para tal, serão trabalhados os conceitos de persona/personagem, identidade, lugar de memória (NORA, 1993), ilusão biográfica (BOURDIEU, 1998), bem como as relações entre memória e esquecimento/silenciamento (HUYSSSEN, 2000; 2014) e memória e identidade (POLLAK, 1992), entre outros. Esse capítulo

---

<sup>13</sup> Referência fundamental para pensar os métodos e técnicas de análise, ver: Alonso e Miranda (2016).

é de suma importância, pois o referencial nele apresentado servirá como lente para olhar e analisar todo o desenvolvimento da tese.

O Capítulo III tem como foco de análise documental a biografia autorizada, escrita por Ivanir Yazbeck (2011), adicionando à análise outras fontes bibliográficas, como jornais, dados eleitorais, entre outros. Como em seu próprio título referenciado, esta obra, ora vista como fonte de dados e informações, ora vista objeto, passível de análise de sua ilusão biográfica, com memórias e esquecimentos/silenciamentos, nos permite mostrar um pouco da construção social da trajetória de Itamar e o início de sua trajetória, trazendo informações e análises sobre seu nascimento e origem familiar, o casamento, a formação escolar e acadêmica, além dos laços e capitais sociais e políticos advindos dessas relações.

A partir da apresentação feita pela biografia no Capítulo III, parto para o Capítulo IV, no qual analiso a construção social do político em questão, feita pelo Memorial da República Presidente Itamar Franco. Assim, parto do tripé (social, econômico e político) exposto no MRPIF para expor o “lado político”, a partir da relação entre memória e esquecimento/silenciamento na trajetória de Itamar. O lado político ressalta o início da trajetória política, o Prefeito oposicionista na cidade de onde partiu o golpe civil-militar de 1964, e o Prefeito engenheiro, o Prefeito das obras. A partir dessas principais caracterizações/enquadramentos da memória (POLLAK, 1992), o capítulo se desenvolve trazendo questões relacionadas ao esquecimento/silenciamento da relação com militares, da própria relação entre concepções de desenvolvimentismo e tecnicismo, que permitiu que a Engenharia se constituísse enquanto principal capital, tanto social como político, para alavancar a carreira política de Itamar.

Dando prosseguimento à análise do MRPIF, a partir da ideia de que a memória é seletiva (HAWBACS, 2006; POLLAK, 1992; HEYMANN, 2012), da relação entre memória e esquecimento/silenciamento, o Capítulo V tem como foco a construção social do “legado” presidencial de Itamar Franco, partindo também das informações contidas no tripé sobre o lado social e o lado econômico de Itamar. Assim, mostro como a presidência da República, quando Itamar ocupa o cargo, é retratada pelo MRPIF. A Ética na política se ressalta como qualidade do titular da memória, bem como as políticas públicas de seu governo: combate à fome (CONSEA), políticas de educação com foco nos CAICS e, com destaque, o Plano Real. Partindo desses principais enquadramentos de memória (POLLAK, 1992), faço uma contextualização histórica do governo Itamar, ressaltado-o como um governo de União e presidencialismo de coalizão, partindo de como ele chega ao poder. Para isso, é necessário

voltar à década de 1980, mais especificamente à eleição de 1989, que elege Fernando Collor Presidente e Itamar Franco Vice-Presidente da República. É imprescindível uma contextualização do governo Collor e da conjuntura do processo de impeachment, com os atores envolvidos, inclusive do Movimento da Ética na Política (MEP), da relação entre Vice e Presidente, para discorrer sobre a questão da “Ética na Política” de Itamar e levantar uma discussão sobre as relações entre ética e corrupção. Como será exposto nesse Capítulo V, uma das relações entre memória e esquecimento/silenciamento, que despertou os olhos da pesquisadora que aqui escreve, foi o grande feito econômico retratado pelo MRPIF, o Plano Real, tendo como “pai” Itamar Franco e, assim, silenciando um ator fundamental no processo de implementação do plano, Fernando Henrique Cardoso.

O Capítulo VI, por sua vez, busca realizar sua análise a partir da exposição das relações políticas e de amizade de Itamar ao longo de sua trajetória, e como essas relações apresentam uma continuidade e uma permanência no tempo, desde “o bando de sonhadores”, até o “Grupo de Juiz de Fora”, que configurava a chamada “República do Pão de Queijo”<sup>14</sup>, constituindo-se e fazendo-se presentes também na dimensão da memória de Itamar – e, na mesma medida, nos lugares de memória de Itamar. Assim, a intenção é mostrar continuidades na relação entre trajetória e memória, bem como como essas relações de sociabilidade formam uma rede com conexões relevantes, quando olhamos para a trajetória e para os guardiões e os lugares de memória: o Instituto Itamar Franco, principalmente através da Medalha Itamar Franco, o MRPIF e a biografia autorizada de Ivanir Yazbeck (2011), além de outros textos biográficos.

O Capítulo VII, último capítulo do desenvolvimento desta tese, por fim, vem apresentar como Itamar se constitui um mineiro e utiliza de discursos e práticas atribuídos a essa identidade em sua carreira política, sendo reconhecido pelos seus pares assim. A relação com o imaginário, a mitologia e a prática atribuídas aos mineiros não se mantem apenas na trajetória de Itamar, mas também se faz presente na dimensão da memória, pela maneira como ela é construída em seus lugares de memória. A própria questão da memória é um ponto fundamental quando olhamos para a “mineiridade”. É através dos escritos clássicos e relevantes sobre essa mineiridade que o capítulo analisa como seus elementos se fazem presentes na trajetória e na construção da memória de Itamar.

---

<sup>14</sup> O termo aparece em várias referências, ver: Abdala (2007); Ferreira (2020); Moraes (2004); Costa (2009); e Yazbeck (2011), entre outros.



## II OS LUGARES DE MEMÓRIA SOBRE ITAMAR FRANCO NA CIDADE DE JUIZ DE FORA E AS LENTES DE ANÁLISE TEÓRICO-CONCEITUAIS

### 2.1 INTRODUÇÃO

O Capítulo II se desenvolverá partindo do evento da morte de Itamar, para mostrar as homenagens *post mortem* feitas a ele na cidade de Juiz de Fora. O evento “morte” é escolhido para começar a narrativa por ser um momento importante, no que tange à dimensão da memória. Mas o capítulo seguirá mostrando que, mesmo com as homenagens *post mortem*, interpretadas por essa pesquisa também como lugares de memória, a memória de Itamar começa a ser construída bem antes desse evento. Assim, a pesquisa, mesmo pretendendo retomar o processo de constituição da memória desde o início do processo de acúmulo de documentos, se limita a analisar a construção da memória sobre a trajetória de Itamar através do processo de institucionalização que começa com o IIF e segue com a construção do MRPIF.

Cumprе ressaltar, de antemão, que a tese não dará conta do processo de como o arquivo privado foi criado, constituído e organizado até sua institucionalização – entenda-se, principalmente, por meio do MRPIF, que guarda o acervo antes pertencente ao IIF, processo mais detalhado adiante. Este é um de seus limites, bem como a exploração de entrevistas de história oral sobre esse processo. No caso em questão, a pesquisa pode verificar a existência de relatos escritos semelhantes em diferentes fontes. Ademais, inicialmente, essa técnica seria utilizada como fonte secundária de verificação e validação de informações, porém, o contexto de pandemia também contribuiu para a sua não utilização.

Dessa forma, apresento rapidamente o Instituto Itamar Franco (IIF) e o Memorial da República Presidente Itamar Franco. Depois, a biografia autorizada por Itamar escrita por Ivanir Yazbeck (2011), autorizada porque encomendada por dois membros do IIF, e elaborada com participação do titular da memória, Itamar. Após essa breve apresentação dos principais lugares de memória a serem analisados no decorrer desta tese, passo para a apresentação das lentes teórico-conceituais para pensar a construção da trajetória de Itamar nesses lugares, apresentando, através de uma revisão bibliográfica, os principais conceitos e referenciais para o desenvolvimento dos capítulos seguintes.

#### 2.1.1 Homenagens e honrarias *Post mortem*

Uma das primeiras homenagens a Itamar Franco foi feita pelo então Prefeito Custódio Mattos nas redes de televisão. Logo após o anúncio da morte de Itamar, em dois de julho de 2011, ele declarou que encaminharia a troca do nome de uma das mais importantes avenidas da

cidade – a Avenida Independência –, que passaria a se chamar Avenida Presidente Itamar Franco. A meu ver, essa foi a homenagem mais simbólica feita a Itamar logo após sua morte. Para muitos, uma simples mudança de nome de rua não representa nada além de uma homenagem, como nesse caso, a um homem público. Entretanto, como pretendo mostrar aqui, estou de acordo com alguns trabalhos que indicam que a importância de uma mudança no nome de uma rua ou avenida vai muito além do simbólico, como podemos ver em Oliveira (2011) e Carvalho (1990; 1996).

Dentro dessa questão, podemos ressaltar que não foi qualquer logradouro público escolhido para receber o nome do ex-presidente. Itamar tem sua história e o início da carreira política ligados à história de tal avenida. Enquanto Prefeito, foi responsável por obras de ampliação e infraestrutura desta via. Obra polêmica, devido à canalização do córrego com mesmo nome que passa embaixo de tal, provocou a demolição de dois prédios históricos da cidade: a Capela do Colégio Stella Matutina e parte do prédio do Instituto Estadual de Educação<sup>15</sup>. Ademais, foi durante seu primeiro mandato como Prefeito que tal logradouro recebeu o nome de Avenida Independência, pela Lei nº 2966, de 5 de julho de 1968, aprovada pela Câmara Municipal de Juiz de Fora<sup>16</sup>.

Além disso, como já disse, a antiga Avenida Independência, hoje, Presidente Itamar Franco, é uma das principais vias da cidade. Seu início se dá no Viaduto Augusto Franco, que é uma homenagem ao nome do pai de Itamar, e seu término na entrada do Pórtico Sul da UFJF. É uma via que liga o Centro da cidade à região conhecida como Cidade Alta e à Zona Leste, constituindo-se como uma das grandes artérias da mobilidade da cidade, junto com outras avenidas de grande fluxo, como a Avenida Brasil e a Avenida Barão do Rio Branco – com esta última, forma um dos principais cruzamentos da cidade. Temos um registro da mudança de nome da avenida, como nos mostra a imagem a seguir:

---

<sup>15</sup> No desenvolvimento da pesquisa, essas obras serão referenciadas.

<sup>16</sup> Sobre a Lei, ver JF Legis, disponível em: [http://www.iflegis.pif.mg.gov.br/c\\_norma.php?chave=0000009386](http://www.iflegis.pif.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000009386)  
Acesso em: 10 ago. 2017.

Figura 1 – Troca da placa com o nome do logradouro no cruzamento da Av. Rio Branco com a Av. Presidente Itamar Franco



Fonte: Tribuna de Minas (2011)<sup>17</sup>.

A mudança no nome da Avenida poderia muito bem ser investigada mais a fundo, buscando perceber de que forma essa mudança trouxe alterações, ainda que simbólicas, para o imaginário local. Mas, enquanto juiz-forana, inserida nesse espaço de vivência, tenho a intuição que a “Avenida Independência”, para além do significado e simbolismo contido no próprio nome, tinha e ainda tem lugar especial no imaginário do juiz-forano<sup>18</sup>, levando em conta, claro, que a mudança ocorreu faz pouco tempo. E, de certa maneira, isso pode ser percebido em pequenos detalhes e brincadeiras em torno do nome que mexem com esse imaginário. A seguir, alguns exemplos para ilustrar essa dubiedade da cidade e de seus moradores com a mudança no nome da avenida.

No carnaval de 2012, poucos meses depois da troca do nome da avenida, o Bloco Parangolé Valvulado, ao trazer um frevo-enredo sobre o “fim do mundo”, afirma "Parangolé chegou, o mundo vai acabar. Quem nunca valvulou, vai ter que valvular. A Terra tá tremendo, o asfalto vai rachar. E a Independência, agora é Itamar!"<sup>19</sup>. Outro ponto de brincadeira diz

<sup>17</sup> Fotografia retirada da edição do dia 25 de novembro de 2011. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/25-11-2011/avenida-itamar-franco-recebe-novas-placas.html> Acesso em: 20 jul. 2022.

<sup>18</sup> Esse lugar especial no imaginário do juiz-forano me fez pensar sobre a escolha pelo tempo verbal em que decidi uniformizar a escrita desta tese, em primeira pessoa, permitindo-me escrever a partir do lugar que ocupo enquanto juiz-forana, explicitando uma identificação relevante com a cidade e com o tema tratado.

<sup>19</sup> Sobre o bloco e o enredo, ver: <http://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/15-01-2012/o-fim-do-mundo-e-o-da-picada-segundo-o-parangole.html> Acesso em: 10 set. 2017.

respeito a um shopping da cidade que recebe o nome de “Shopping Independência”, inaugurado quando a avenida ainda tinha esse nome referente à sua localização. Uma página do Facebook, intitulada “JF da Depressão”, que visa dar notícias sobre a cidade, mas também é focada em brincadeiras, faz referência ao “Shopping Itamar Franco”<sup>20</sup>.

Há, nesta mesma avenida, uma outra forma de lembrar Itamar. Em 2013, foi inaugurada em ponto da avenida uma estátua (busto) de Itamar. O monumento figura como mais uma homenagem<sup>21</sup>, e contou, em sua inauguração, com a presença do Prefeito Bruno Siqueira<sup>22</sup> e de outros políticos e personalidades, como Marcello Siqueira, Henrique Duque, Wilson Cid, Júlio Gasparette, entre outros. É importante ressaltar que o monumento é uma homenagem menos prestigiada e até mesmo invisível no meio urbano (HUYSSSEN, 2014). A seguir, imagem da cerimônia de inauguração:

Figura 2 – Registro da cerimônia de inauguração do busto



Fonte: Site da Prefeitura de Juiz de Fora<sup>23</sup> (2013).

<sup>20</sup> Referência disponível em: <https://www.facebook.com/JFDepressao/photos/a.273110346133694.59192.273107066134022/833694773408579/?type=3&theater> Acesso em: 25 set. 2017.

<sup>21</sup> O Projeto de autoria de Júlio Gasparette, Lei nº 12465, de 4 de janeiro de 2012, previa que o busto em homenagem fosse colocado na Praça Jarbas de Lery Santos, também na Avenida Independência. Mas sofreu alteração pela Lei nº 12839, de 4 de setembro de 2013 (Julio Gasparette e Chico Evangelista), que previa a colocação no cruzamento da Avenida Presidente Itamar com a Rua Espírito Santo, uma das ruas mais antigas da cidade. Mais informações ver JFLegis: [http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c\\_norma.php?chave=0000034676](http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000034676) - [http://www.iflegis.pif.mg.gov.br/c\\_norma.php?chave=0000036773](http://www.iflegis.pif.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000036773) Acesso em: 27 set. 2017.

<sup>22</sup> Vídeo sobre a inauguração do busto na Avenida Presidente Itamar Franco, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G15b4Y1B3Ss> Acesso em: 28 set. 2017.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.pif.mg.gov.br/noticias/view.php?data=9/9/2013&modo=link2&idnoticia=40994> Acesso em: 24 set. 2017.

Apesar disso, cabe aqui uma análise mais detida do monumento. Na estátua, há gravado “Presidente Itamar Franco: exemplo de dignidade, competência e espírito público, pelos relevantes serviços prestados à Juiz de Fora, a Minas Gerais e ao Brasil. Homenagem do povo de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 28 de junho de 2013”. Nota-se que Itamar é geralmente lembrado, no discurso, nos lugares de memória, como Presidente, mesmo tendo exercido diversos cargos públicos nos três níveis federativos. Evidentemente, é compreensível essa escolha. Mas um ponto chama a atenção. No discurso aqui ressaltado, assim como na maioria dos demais, Juiz de Fora e Minas Gerais são sempre lembrados, bem como os valores ligados à Itamar e aos mineiros. Aqui, também é preciso ressaltar a localização da estátua. Situada no cruzamento da Avenida Presidente Itamar com a Rua Espírito Santo, uma das ruas mais antigas da cidade, o monumento se encontra, simbolicamente, voltado à avenida que foi um de seus maiores feitos enquanto Prefeito da cidade, em um dos trechos que passou por mais modificações de infraestrutura. A estátua, assim, traz Itamar mirando para a “Independência” e ela cumpre o papel de relembrar a todos quem foi o responsável pela abertura e a ampliação de tal avenida, reforçando o que Itamar significou para a cidade.

Itamar, no decorrer de sua trajetória, recebeu várias homenagens por meio de medalhas, placas e outras honrarias que, hoje, estão expostas no Memorial da República Presidente Itamar Franco<sup>24</sup>. Os guias do MRPIF informam que Itamar foi um dos políticos mais agraciados com medalhas em vida. Depois de sua morte, o Instituto Itamar Franco, responsável por guardar sua memória, instituiu a Medalha Itamar Franco, em 2016, para homenagear personalidades importantes para a cidade. Seus homenageados, por sua vez, serão objeto de análise em capítulo posterior, buscando explicitar as ligações e as relações entre trajetória e memória.

Um objeto muito lembrado quando se trata de Itamar é o Fusca azul, que atualmente se encontra também no MRPIF. Uma outra homenagem feita à essa persona tem ligação com o carro em questão. No dia 27 de novembro de 2017, os vereadores<sup>25</sup> da Câmara Municipal de Juiz de Fora aprovaram o projeto de lei nº 223/2017, de autoria de Júlio Obama Júnior, do PHS,

---

<sup>24</sup> Antes de posse do IIF. O site do IIF apresenta uma lista destas “distinções e condecorações”, disponível em: <http://www.institutoitamarfranco.com.br/distincoes-e-condecoracoes> Acesso em: 11 ago. 2021.

<sup>25</sup> Não foi possível adquirir informações mais detalhadas sobre a votação.



que institui o “Dia do Fusca” na cidade de Juiz de Fora<sup>26</sup>. Nas informações obtidas em notícias veiculadas, Júlio Obama afirma que o objetivo é tanto valorizar a memória do veículo, quanto homenagear o ex-presidente Itamar Franco, que demonstrava forte ligação com o veículo, sendo a data comemorativa o dia 28 de junho, data de aniversário de Itamar. O projeto foi sancionado pelo Prefeito Bruno Siqueira em 26 de dezembro de 2017, transformado na Lei nº 13625<sup>27</sup>. Ao portal G1, Júlio Obama justificou sua proposição:

Mais do que homenagear a história do carro antigo pelo qual milhares de pessoas têm um grande carinho, demonstramos, também, toda nossa reverência e admiração pelo ex-presidente Itamar Franco, exemplo de ética e moral da política mineira para todo o Brasil<sup>28</sup>.

Várias homenagens foram feitas após a morte do ex-presidente. Inclusive, faz-se necessário ressaltar que este trabalho faz referências apenas a algumas delas, dando ênfase àquelas que dizem respeito à análise proposta aqui. Entretanto, existem outras que serão citadas brevemente à título de nota, e outras que ainda podem não ter sido descobertas e apontadas pela pesquisadora. O Prédio da Faculdade de Engenharia da UFJF tem como nome “Edifício Engenheiro Itamar Franco”, que foi formado na mesma instituição, como mencionado, e tem relações com tal durante a trajetória<sup>29</sup>, trazendo pontos ressaltados no decorrer do texto. Por isso, neste caso, ele é lembrado aqui como “engenheiro” e não como “Presidente”, diferentemente dos demais pontos referidos. Outro lugar que recebe o nome de tal político é o Aeroporto Regional da Zona da Mata Presidente Itamar Franco<sup>30</sup>, inaugurado em 19 de novembro de 2011, localizado próximo à Juiz de Fora e que serve, assim, aos seus habitantes. O projeto de implantação do Aeroporto se deu quando Itamar era Governador<sup>31</sup>, o que fundamenta a homenagem.

<sup>26</sup> O portal Maxicar, voltado para compra e venda de carros antigos, anunciou o evento, chamando a atenção para a existência de outras datas, com o título da matéria: “Em Juiz de Fora – MG, mais um dia em homenagem ao Fusca”, informando a relação da data comemorativa com o ex-presidente Itamar, e também chamando a atenção para outros dias de celebração: 20 de janeiro – Dia Nacional do Fusca; 22 de junho – Dia Mundial do Fusca; e 28 de junho – Dia do Fusca em Juiz de Fora; criticando duas datas comemorativas no mesmo mês, com poucos dias de intervalo, e afirmando, ainda, a falta de pesquisa sobre o assunto por parte do parlamentar que elaborou o projeto. Notícia completa: <http://www.maxicar.com.br/2017/11/em-juiz-de-fora-mg-mais-um-dia-em-homenagem-ao-fusca/> Acesso em: 15 jan. 2018.

<sup>27</sup> Disponível em JF Legis, link: [https://jflgis.pjf.mg.gov.br/c\\_norma.php?chave=0000041729](https://jflgis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000041729) Acesso em: 15 jan. 2018.

Notícia: <https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/27-12-2017/pjf-sanciona-lei-que-institui-dia-do-fusca-em-juiz-de-fora.html> Acesso em: 15 jan. 2018.

<sup>28</sup> <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/dia-do-fusca-em-homenagem-a-itamar-franco-e-aprovado-na-camara-de-juiz-de-fora.ghtml> Acesso em: 15 jan. 2018.

<sup>29</sup> Não foi possível saber informações sobre data de inauguração do prédio e quem propôs seu nome.

<sup>30</sup> Ver site: <http://www.infraestrutura.mg.gov.br/leis/story/1344-governador-anastasia-inaugura-aeroporto-regional-presidente-itamar-franco-na-zona-da-mata> Acesso em: 15 jan. 2018.

<sup>31</sup> Informação presente no discurso de Franco (2000, p. 195-196): “Projeto de Implantação do Aeroporto Regional da Zona da Mata”.

Essas homenagens nos fornecem pistas do processo de construção da memória de Itamar na cidade, mas a questão é como tal memória foi se institucionalizando. De todo modo, cumpre destacar que as homenagens aludidas acima indicam que o próprio Itamar Franco, quando ainda vivo, e também o Instituto Itamar Franco, principalmente depois de sua morte, que dão continuidade a construção e manutenção da memória na condição de guardião da memória, participando do processo de construção do MRPIF, da promoção da Medalha Itamar Franco, e da edição de algumas obras biográficas como a mais recente, de Pinho Neves (2020), e que conduziram a construção dessa memória que é encarnada no Memorial da República Presidente Itamar Franco. Para compreender tais ações, escolhi como ponto de partida investigar a constituição do Instituto Itamar Franco e, a partir dele, analisar a biografia autorizada por Itamar “O Real Itamar”, encomendada à Ivanir Yazbeck por duas figuras importantes na trajetória de Itamar Franco, Marcelo Siqueira e Djalma Moraes, tendo seu lançamento precipitado depois da morte de Itamar, em 2011. Itamar também participa por iniciativa própria da doação de seu acervo à UFJF e das negociações acerca da construção do Memorial da República Presidente Itamar Franco, conforme veremos de maneira mais detalhada a seguir. Após o processo de passagem da guarda do acervo para o MRPIF, inaugurado e iniciado em 2015, o Instituto Itamar Franco estabelece a Medalha Itamar Franco, em 2016, com primeira entrega da honraria em 2017.

### **2.1.2 Instituto Itamar Augusto Franco**

O Instituto Itamar Franco foi “registrado em 15 de dezembro de 2002, na capital mineira, e transferido em 15 de maio de 2005 para Juiz de Fora” (YAZBECK, 2011, p. 303). O processo se deu ainda quando Itamar estava vivo, tendo como presidente Marcello Lignani Siqueira, sendo necessário levar em conta sua trajetória, haja visto suas ligações e relações com Itamar Franco desde a década de 1960<sup>32</sup>. Depois de transferido para a cidade, era localizado em dois andares do Edifício Clube Juiz de Fora (GENOVEZ, 1998), prédio elegante, charmoso e tradicional, como informa Yazbeck (2011). Ali se encontrava o acervo, com vista panorâmica para a cidade, em um prédio modernista<sup>33</sup> de importância para a cidade, que se localiza na Rua

<sup>32</sup> Para mais informações sobre a trajetória de Marcello Siqueira e cargos públicos ocupados por ele, ver: [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/lavouts\\_deputados\\_biografia?pk=74157&tipo=1](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/lavouts_deputados_biografia?pk=74157&tipo=1) Acesso em: 17 set. 2017.

<sup>33</sup> O prédio possui dois painéis de Candido Portinari, “Quatro Estações” e “Cavalos”, ver: <https://www.ifminas.com.br/portal/pontos-turisticos/paineis-as-quatro-estacoes-e-cavalos> Acesso em: 06 maio 2022.

Halfeld com a Avenida Barão do Rio Branco, um dos principais cruzamentos da cidade, com grande fluxo de pessoas.

Como informa o site, “o Instituto Itamar Augusto Franco é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter histórico-cultural e sem conotação político-partidária”<sup>34</sup>, que tem como principal finalidade preservar a memória de Itamar Franco, divulgar e tornar conhecidas as ações de sua trajetória política<sup>35</sup>. Atualmente, o IIF se encontra no mesmo espaço físico do Museu do Crédito Real, também em um prédio considerado patrimônio histórico, localizado na Avenida Getúlio Vargas<sup>36</sup>, centro de Juiz de Fora. Ademais, ele mantém um site<sup>37</sup> com muitas informações sobre o próprio instituto, sobre Itamar Franco e sua trajetória política, e com um acervo composto por fotos, charges, vídeos, depoimentos e artigos, entre outros.

O Instituto Itamar Franco ressalta, em seu site, a veia política de Itamar desde o diretório acadêmico, o jovem engenheiro e as obras de urbanização e o problema da água, a atuação como “voz de Minas” no Senado, a luta pela redemocratização ao lado de grandes nomes, em momentos históricos importantes como as “Diretas Já” e a Constituinte. Sobre a presidência, ressalta Itamar como o Presidente que acabou com a Inflação; criou o Real, teve um alto índice de popularidade e deixou o país melhor. Como Governador, diz-se que conseguiu enfrentar uma grande crise no estado, recuperou a Cemig e conta “a verdadeira história da moratória”. Estes, questões e temas compartilhados e apresentados também pela biografia de Yazbeck (2011) e pelo MRPIF, de uma maneira mais geral.

A linha do tempo, que compunha o acervo de Itamar no IIF<sup>38</sup>, foi reproduzida em versão digital no site no instituto. Nela, a construção do homem público Itamar Franco enfatiza as posições políticas como marcos exemplares de sua trajetória:

---

<sup>34</sup> Ver site: <https://institutoitamarfranco.com.br/apresentacao> Acesso em: 24 mar. 2021.

<sup>35</sup> O IIF informa ainda que “tem também como missão elaborar, debater, divulgar e promover estudos e pesquisas sobre as políticas públicas, relações internacionais e ciência política, em especial aquelas voltadas ao quadro histórico e atual do sistema político brasileiro.” – Ver: <https://institutoitamarfranco.com.br/apresentacao> Acesso em: 24 mar. 2021.

<sup>36</sup> Endereço completo informado no site do IIF: Avenida Getúlio Vargas, 455 – 5º andar, centro – 36010110 – Juiz de Fora – MG.

<sup>37</sup> [www.institutoitamarfranco.com.br](http://www.institutoitamarfranco.com.br) Acesso em: 24 mar. 2021.

<sup>38</sup> Na reportagem “Juiz de Fora – Brasil das Gerais Itinerante – Parte 1”, de 2013, é possível ter uma noção de como era a disposição do acervo, pelo menos a parte museológica, que compunha o IIF (mesma locação do Museu de Crédito Real atualmente) e hoje compõe a parte museológica do MRPIF. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=WL0FBqP\\_9NI](https://www.youtube.com/watch?v=WL0FBqP_9NI) Acesso em: 11 ago. 2021.



Quadro 1 – Linha do tempo<sup>39</sup> do IIF

<u>1929 - 1949</u>	<u>1950- 1955</u>	<u>1956- 1966</u>	<u>1967- 1974</u>	<u>1975- 1989</u>	<u>1990- 1994</u>	<u>1995- 1998</u>	<u>1999- 2002</u>	<u>2003-2010</u>	<u>2011</u>
Infância e juventude	Escola de engenharia	Empresário e início da carreira política	Prefeito de Juiz de Fora	Senador da República	Vice-Presidente e Presidente do Brasil	Embaixador do Brasil em Portugal e na OEA	Governador de Minas	Embaixador do Brasil na Itália Presidência do Conselho do BDMG	Senador da República

Fonte: Linha do Tempo<sup>40</sup> – Instituto Itamar Franco (20??).

O Instituto contava com um acervo de cartas (período da Presidência), livros escritos por Itamar e de sua biblioteca pessoal, homenagens *post-mortem* (da embaixada do Brasil em Portugal), *clippings* de jornais sobre sua trajetória, objetos pessoais, como o famoso Fusca, e material audiovisual, como entrevistas. Como veremos abaixo, grande parte desse acervo foi doado à UFJF e hoje se encontra disponível no MRPIF, mas o Instituto não deixou de existir e ter um papel ativo na guarda e materialização do legado de Itamar, através, na atualidade, principalmente da Medalha Itamar Franco. Também é possível notar nas conversas informais com alguns funcionários do MRPIF que o IIF apresenta grande influência sobre o MRPIF, com a doação de dinheiro para pequenas necessidades durante à greve da UFJF, e também o processo de transferência do acervo.

### 2.1.3 Memorial da República Presidente Itamar Franco

Uma instituição em específico é o foco principal da pesquisa, pois é o “lugar de memória” constituído para narrar e preservar a memória de Itamar: o Memorial da República Presidente Itamar Franco. O Memorial está localizado na Rua Benjamin Constant, ao lado do Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM), prédio onde funcionou a antiga reitoria da UFJF. Ele se constitui um espaço que é memorial, museu, biblioteca e arquivo, que guarda todo um acervo sobre a trajetória de Itamar, mas também realiza eventos – e, como pretende mostrar essa pesquisa, ele é um espaço de memória que contém, em si, uma infinidade de lugares de memória (NORA, 1993).

<sup>39</sup> Ver: <http://www.institutoitamarfranco.com.br/linha-do-tempo> Acesso em: 24 mar. 2021.

<sup>40</sup> Disponível em: <http://www.institutoitamarfranco.com.br/linha-do-tempo> Acesso em: 24 mar. 2021.

Figura 3 – Faixada do Memorial da República Presidente Itamar Franco



Fonte: MRPIF (2015).

A construção do Memorial foi um processo que envolveu a UFJF e o Instituto Itamar Franco, citado anteriormente, uma vez que o próprio Memorial (fisicamente, através de encarte, e pelo seu site), informa que sua gênese “encontra-se no Instituto Itamar Augusto Franco, criado em 2002” (MRPIF<sup>41</sup>).

Em 2008, como nos informa o site da UFJF, o Instituto Itamar Augusto Franco formaliza a doação de seu acervo, citado acima, à Universidade. Na cerimônia, assinaram o convênio o então Reitor Henrique Duque e o ex-presidente Itamar Franco, estando presentes ainda o Vice-Governador à época, Antônio Anastásia, o presidente do BDMG, Paulo Paiva, e outro representante do BDMG, Márcio Araújo de Lacerda, além de Marcello Siqueira e Ruth Hargreaves. A notícia já trazia a informação de que a Universidade definiria um local para a instalação do memorial, que, naquele momento, se localizava no edifício mencionado acima<sup>42</sup>.

Após negociações, em 2014, o Conselho Superior da UFJF aprovou a criação do Memorial (após a morte de Itamar) e, em 2015, o Memorial da República com o nome de Presidente Itamar Franco é inaugurado ao lado do MAMM, como referido acima, projeto “monumental” do arquiteto Rogério Mascarenhas, que buscou trazer a questão da transparência, com uma faixa de vidro imponente, associando-a à noção de transparência também ligada à um valor presente na trajetória de Itamar (MRPIF). A arquitetura do Memorial também

<sup>41</sup> Ver: <http://mrpitarfranco.com.br/n/instituicao/> Acesso em: 24 mar. 2021.

<sup>42</sup> Ver notícia completa, disponível em: <http://www.ufjf.br/secom/2008/01/18/ufjf-recebe-acervo-do-instituto-itamar-franco/> Acesso em: 20 ago. 2017.

apresenta duas varandas, em sacadas, no segundo andar, fazendo alusão às práticas políticas de serem proferidos discursos políticos em tais lugares<sup>43</sup>.

O Memorial merece um tratamento especial e será objeto dos Capítulos IV e V, nos quais tenho o intuito de fazer uma descrição que sintetiza o processo de construção da narrativa ali presente, como ele é constituído em seu interior, observando-o como uma fonte em si, repleto de outras fontes que puderam ser analisadas em várias visitas ao espaço, agendadas (para fins de pesquisa na biblioteca e no arquivo) e espontâneas, a fim de observar a parte mais museológica.

#### **2.1.4 Biografia Autorizada**

A biografia autorizada por Itamar Franco foi encomendada em 2009, como o próprio livro informa, por Marcello Siqueira Lignani e Djalma Moraes, a Ivanir Yazbeck (2011) – jornalista e escritor juiz-forano que trabalhou durante muitos anos no Rio de Janeiro. O encontro para discutirem os prazos e realizar entrevistas se deu no IIF (YAZBECK, 2011). Ivanir, em um programa de TV, em 2013, afirmou que recebeu tal encomenda como o coroamento de sua carreira como escritor<sup>44</sup>. Vale ressaltar que, sendo a principal obra autorizada sobre a trajetória de Itamar, entende-se que a biografia, de certa maneira, serve de base e também autoriza o que foi escolhido para ser exposto no MRPIF.

A obra, como se pode esperar de uma biografia clássica, narra desde o nascimento de Itamar, sob o céu da Bahia, infância e adolescência crescendo em Juiz de Fora, o despertar para a vida política, que se dá ainda no colégio Grambery, como informa Yazbeck, passando pela atuação na faculdade de Engenharia, formação profissional, e primeira filiação em um partido político, o PTB, pelo qual se candidata a vereador e Vice-Prefeito, sem êxito; a filiação no MDB e a conquista da prefeitura da cidade, o voo ao Senado e um pouco da atuação durante 15 anos como Senador da República.

Segue com a eleição de 1989 e a chapa Collor-Itamar, a filiação ao PRN e a despedida do Senado, com discurso marcante (FRANCO, 1990). Os atritos entre Presidente e Vice, e a crise que culmina com o impeachment de Collor, a posse de Itamar e a “República do Pão de Queijo”, no qual o autor explica o porquê da utilização do termo, bem como do termo “Grupo de Juiz de Fora”, de forma depreciativa, por parte principalmente dos jornais paulistas, ao se

---

<sup>43</sup> Informações dadas pela guia Thais, bolsista do MRPIF, em visita mediada, durante a Semana de Museus, em 2019.

<sup>44</sup> Entrevista de Yazbeck na Reportagem “Juiz de Fora – Brasil das Gerais Itinerante – Parte 1”, de 2013. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=WLOFBqP\\_9NI](https://www.youtube.com/watch?v=WLOFBqP_9NI) Acesso em: 11 ago. 2021.

referirem ao círculo mais íntimo de Itamar. Entre os feitos enquanto Presidente, um capítulo é dedicado à “Nova moeda, um novo país”.

A biografia cita, ademais, o escândalo da parabólica, ao se referir ao ministro Rubens Ricupero, que ocasionou sua demissão. Há, ainda, um capítulo ao “sucessor”, expondo os indícios para o conflito entre Itamar e FHC. Alguns escândalos de corrupção também são abordados pela biografia, como o que envolveu o ministro Hargreaves, em que a narrativa mostra como Itamar e Hargreaves foram exemplos de probidade e ética, entre outros, como a CPI dos anões do orçamento e a postura firme de Itamar em relação a corrupção. Depois do período da presidência, a biografia cita as missões como embaixador na OEA e na Itália.

O “sonho realizado” traz Itamar à frente do Governo de Minas Gerais, abordando as polêmicas sobre a privatização da Cemig e de Furnas, o conflito envolvendo o MST e a fazenda do filho de FHC em Minas, expondo vários artigos de jornal sobre os assuntos. As polêmicas, alianças e conflitos em torno da candidatura de Itamar à Presidência da República em 2002, onde ele acaba por apoiar Lula no cenário nacional e Aécio para Governador de MG, também figuram na biografia autorizada. Termina com seu “Último ato” como político, ao ser eleito novamente para ser a “voz de Minas” no Senado Federal, e com o “último capítulo” desta trajetória, contando um pouco dos últimos meses de Itamar e o evento de sua morte. Tal obra terá um tratamento especial nesse trabalho, pois ora contribuirá para ele como fonte, ora será analisada enquanto objeto, como veremos no Capítulo III, com base na fundamentação teórico-conceitual apresentada na seção a seguir.

## 2.2 LENTES TEÓRICO-CONCEITUAL E BIBLIOGRÁFICAS PARA PENSAR ITAMAR E A CONSTRUÇÃO DE SUA TRAJETÓRIA NOS LUGARES DE MEMÓRIA

Inicialmente, o estudo pretendia elaborar uma biografia. Depois, uma análise de trajetória, mas, principalmente depois do processo de qualificação, no qual eu apresentei um projeto seguido de dois esboços de capítulos, um acerca do início da trajetória de Itamar na política e seus recursos e capitais, e outro acerca da memória e legado de Itamar na cidade de Juiz de Fora, se tornou mais explícito que o que me instigava enquanto pesquisadora era a narrativa que foi construída na cidade de Juiz de Fora acerca de Itamar Franco, porque ela, de alguma maneira, mostra as relações entre passado e presente e conta uma história que só existe em lugares de memória muito particulares, específicos – que esse estudo apontará com mais detalhes.

Dessa maneira, esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF, apresenta um diálogo interdisciplinar, ao mesclar campos como as Ciências Sociais e a História, e temas, como a história e a memória, biografia e trajetória, narrativas e discursos, relações sociais, entre outros. O objetivo, portanto, não é elaborar uma biografia, ou analisar uma trajetória em si, mas ter em mente como essas noções são de suma importância, uma vez que, em todos os espaços e lugares de memória, existe, em alguma medida, um texto biográfico (tradicional ou não) contido ali. E trajetória porque essa é justamente a forma como ela é construída e eternizada por meio da memória coletiva (POLLAK, 1992; HALBWACHS; 2006), que é o objeto deste trabalho.

A presente parte dessa pesquisa trata, a partir dessa base teórica, dos principais temas que sustentam a investigação, abordados a seguir. A relação entre o campo das Ciências Sociais, mais especificamente, da Ciência Política e da Sociologia com a História, por sua vez, é necessária para desenvolver a pesquisa e compreender o objeto pesquisado:

no corpo disciplinar básico das ciências sociais [...] estabelece-se em primeiro lugar uma separação entre passado e presente: a disciplina história estuda o passado, enquanto se definem outras especialidades que correspondem ao presente. Para o estudo deste último delimitam-se âmbitos diferenciados correspondentes ao social, ao político e ao econômico, concebidos propriamente como regiões ontológicas da realidade histórico-social. A cada um destes âmbitos separados da realidade histórico-social corresponde uma disciplina das ciências sociais, suas tradições intelectuais, seus departamentos universitários: a sociologia, a ciência política e a economia. A antropologia e os estudos clássicos definem-se como o campo para o estudo dos outros (LANDER, 2005, p. 27 apud PAIVA, 2018, p. 68).

Quando falamos de interdisciplinaridade, temos em mente as tensões existentes entre os campos disciplinares em questão, como nos informa Revel (1998) e Paiva (2018). Mas para o corpo desta pesquisa, ressaltamos muito mais as ligações e, para isso, Perissinotto (2007) explicita o porquê da escolha por Boudieu, ao trazer contribuições sobre o autor bem como Foucault.

Em Michel Foucault e Pierre Bourdieu, por exemplo, sociologia e história estão ligadas entre si por meio da idéia de “estrutura”. Por “estrutura” entende-se basicamente a existência de um conjunto de interações sociais padronizadas, regulares e que duram no tempo. Tais estruturas, portanto, não seriam meras abstrações conceituais, mas o resultado (frequentemente inesperado) de processos históricos marcados pela concorrência entre ações estratégicas de múltiplos atores, ações essas que, num dado momento, seriam cristalizadas em padrões comportamentais. A análise histórica jogaria um papel fundamental no desvendamento da origem dessa estrutura, o que, por sua vez, contribuiria decisivamente para “desnaturalizá-la” perante seus contemporâneos. Mais do que isso: ao desvendar a gênese de uma estrutura, a

análise histórica contribuiria, ao mesmo tempo, para revelar a sua “natureza” (PERISSINOTTO, 2007, p. 314).

Perissinotto, então, expõe o conceito de poder relacionado à ideia de estrutura em Foucault e Bourdieu, na qual "o poder é uma estrutura de relações que distribui os indivíduos em posições hierarquizadas, definindo acessos desiguais a recursos sociais estratégicos" (2007, p. 314). Assim, ao olharmos para a questão da memória, os lugares onde ela está localizada, além das relações e dos usos políticos desta memória, muitas vezes apresenta-se ao público, aos atores, como algo "legítimo", "consensual". Tendo isto em vista, a Sociologia nos fornece ferramentas para identificar a lógica de funcionamento dessa estrutura que envolve a memória de Itamar, que se apresenta como natural, consensual, mas que distribui e apresenta atores que ocupam lugares e cargos de destaque (tanto na trajetória como nos lugares de memória) (PERISSINOTTO, 2007).

Ao mesmo tempo, a análise histórica dessas relações permitiria denunciar, desmistificando-o, o “consenso ilusório” que envolve essas mesmas relações no presente, mostrando ser ele o fruto de relações de poder que se constituíram no passado. Enfim, se toda relação de poder é uma estrutura, então é também, por definição, algo regular que se estabeleceu ao longo da história, por meio de vários combates, dos quais alguns saíram vitoriosos e outros derrotados. Por ser historicamente constituída, somente uma sociologia com perspectiva histórica poderia recuperar a gênese das relações de poder e, assim, contribuir para desmistificar o consenso que a caracteriza no presente (PERISSINOTTO, 2007, p. 314-315).

Bourdieu e Foucault<sup>45</sup> apontam o elemento da desconfiança em relação ao consenso que caracteriza as relações sociais (PERISSINOTTO, 2007) – e esse elemento de desconfiança esteve presente no início da pesquisa; desconfiança e inquietação por parte desta pesquisadora. É justamente na ideia de um “consenso ilusório”, produzido ao longo do tempo, que Bourdieu e Foucault incentivam a colaboração entre as duas disciplinas, na qual “cabe à sociologia desvendar a regularidade das desigualdades criadas pelas relações de poder; à história cabe desmistificar o consenso que a caracteriza no presente e contribuir para a sua reprodução” (PERISSINOTTO, 2007, p. 319).

---

<sup>45</sup> Mais especificamente sobre as contribuições de Foucault, “Trata-se de “desconfiar” das relações presentes, de rejeitar qualquer tentativa de naturalizá-las e de naturalizar os discursos que elas produzem. O objetivo da genealogia do poder é, portanto, captar, por meio da “erudição histórica” (FOUCAULT, 2002b, p. 7 e ss.), o modo como essas relações atuais se constituíram”.. (PERISSINOTTO, 2007, p.318). Assim, as relações sociais presentes são a institucionalização de lutas passadas ou, melhor dizendo, a cristalização das posições vencedoras. Por essa razão, Foucault adota a “genealogia do poder” como nova estratégia analítica a partir de Vigiar e punir. O método genealógico tem claramente uma dimensão histórica (PERISSINOTTO, 2007, p.318)

Ao olhar para a estrutura das relações de poder que envolvem a trajetória de Itamar e sua memória, poderemos ver como determinadas relações se mantêm durante o tempo, estáveis e duradouras, e como outras relações se desfazem (WEBER, 1984 apud PERISSINOTTO, 2007). Isto será verificado principalmente no Capítulo VI, em que farei uma análise das relações sociais presentes na trajetória de Itamar, muitas vezes negadas enquanto um “Grupo de Juiz de Fora”, mas que se mantêm não só durante a trajetória, como também se faz presente e mantenedora da memória desta persona, formando uma estrutura duradoura ao longo do tempo, e assim por uma análise histórica (PERISSINOTTO, 2007). Como apresentarei a seguir, Bourdieu, por sua vez, contribui para a pesquisa como base teórica não somente por propor a desconfiança em relação a uma ilusão de consenso sobre relações sociais, como também por propor uma análise crítica acerca de biografias, trazendo a ideia de ilusão biográfica. Renato Perissinotto também volta a contribuir para a pesquisa no Capítulo VI, sobre a rede de relações sociais de Itamar. Além disso, como nos afirma Alonso (2016), o sociólogo se aproxima do historiador ao utilizar suas pesquisas e/ou utilizando fontes primárias, como acontece também com esse estudo, ao analisar fontes documentais.

René Remond (2003), nesse esteio, nos expõe os desafios para a construção e renovação do campo da História política e, nesse trajeto, ao defender sua importância para a compreensão do todo social, informa que a renovação da História política se deu a partir de temas tradicionais, como eleições, partidos, biografias, com a análise dos mesmos objetos a partir de novas perspectivas ou a análise de novos objetos (como o discurso). Esse movimento de recuperação e renovação proporcionou o contato com outras disciplinas e, principalmente, com a Ciência Política. Logo, temas próprios do campo da Ciência Política, como a participação na vida pública, passaram a ocupar espaço central na História, assim como o contato com outras áreas, como a Sociologia, tendo como resultado o desenvolvimento de trabalhos sobre sociabilidade e análise de discurso. A presente pesquisa, tendo estes elementos em vista, busca investigar a construção da trajetória de Itamar nos lugares de memória, envolvendo a análise de dimensões como identidade, relações políticas e sociais, e memória.

Essa pesquisa, ademais, poderia ser acusada de ter como foco uma história política interessada em minorias privilegiadas, negligenciando as massas, e também acusada de ter um objeto efêmero e superficial, de curta duração, como nos informa Remond (2003), sobre a crítica feita à história política proposta pela *Escola dos Annales*. Mas isso não procede, pois, ao olhar para a trajetória extensa de um político que ocupou vários cargos em diferentes níveis, persona pública integrante de uma classe política como minoria privilegiada, a pesquisa procura

compreender como se dá a construção dessa trajetória, partindo principalmente da dimensão da memória, e como, em alguma medida, através dessa análise, é possível identificar processos e fenômenos políticos e sociais de longa duração e a maneira de pensar a política sobre determinado período e seu conjunto de regras, instituições, percorrendo processos históricos importantes para o Brasil, como os já referidos anteriormente, e para o mundo, como o período da Guerra Fria (com impactos políticos para o país) e a queda do muro de Berlim, coincidindo com a primeira eleição direta no Brasil (1989) no período democrático inaugurado pela Constituição Federal de 1988, entre outros processos dos quais Itamar é ator.

Além disso, a pesquisa, mesmo descritiva e qualitativa, propõe superar, na mesma medida, outra acusação, a de que a História política não dispõe de massa documental de dados quantitativos, pois existem diversos dados que são principais e secundários na construção dessa pesquisa, como aqueles sobre processos eleitorais e partidários (REMOND, 2003), além de documentos qualitativos utilizados de maneira a fazer o cruzamento destes dois tipos diferentes, permitindo o avanço do trabalho em termos não só de fontes, mas também de métodos e técnicas de pesquisa.

Pelo conjunto, estudar a construção memorial sobre a trajetória de Itamar Franco não é elaborar somente um estudo sobre um político que representa uma elite política (o que, por si só, já seria um estudo relevante), pois envolve diversas questões e dimensões, como podemos compreender melhor na citação abaixo. Além disso, como demonstra René Remond (2003), mesmo com as diferenças nos caminhos tomados pelos autores da História política, sendo que o presente trabalho pretende também juntar longa duração e quantificação com valorização do sujeito do acontecimento e da narrativa histórica, existe um ponto comum a todos: “a referência a uma mesma noção, a do político como domínio privilegiado de articulação do todo social.” (REMOND, 2003, p. 7). No tocante a persona política Itamar, a presente pesquisa ainda buscará analisar a questão da identidade (e da mitologia) do ser mineiro, com o político aparecendo como domínio privilegiado de articulação do todo social em uma sociedade como a mineira. Dessa forma, a tese faz uso de recursos e questões da História política em conjunto com aqueles próprios às Ciências Sociais, em especial à Ciência Política e sua abertura para os estudos sobre as elites políticas.

### **Persona e identidade**

Os primeiros conceitos a serem considerados para o desenvolvimento desta tese são: persona, personagem e identidade. *Persona* significa: máscara, personagem, papel, caráter,



indivíduo, pessoa<sup>46</sup>. Para seu significado, na Psicologia, o dicionário informa: “Para Carl Jung (1875-1961), a personalidade<sup>47</sup> que o indivíduo apresenta aos outros, mas que geralmente esconde os verdadeiros pensamentos e sentimentos”<sup>48</sup>. Com base em alguns autores que escreveram sobre esse conceito, é reforçado o significado de *persona* como máscara utilizada por atores de teatro para indicar o papel que representavam (WILLIANS, 2007), bem como o significado do conceito para a Psicologia de Carl Jung (que apresenta função semelhante), pois dá ao indivíduo a “possibilidade de compor uma personagem que necessariamente não seja ele mesmo. *Persona* é a máscara ou fachada ostentada publicamente com a intenção de provocar uma impressão favorável a fim de que a sociedade o aceite” (HALL & NORDBY, 1986, p. 36 apud AMORIM, 2004, p. 23) (cf. SANTANA, 2005).

Itamar considerava que “A Minas Gerais de meus pais, de nós todos, devo a minha vida e o meu caráter.” (FRANCO, 1990, p. 57), dando a Minas a capacidade de atribuir caráter aos seus nativos. Mas devemos ressaltar que existe uma diferença entre o conceito de caráter e o conceito de personalidade, ou *persona*, (WILLIANS, 2007; MONTAGNER, 2007), que seria muito mais adequado e de acordo com a sociedade em que vivemos: “Todo o aparato social de formação de uma identidade, ou de uma *persona*, aqui entendida como máscara social, virá a se sedimentar sobre essa relação de tornar concreto um todo biográfico que, na realidade, não existe” (MONTAGNER, 2007, p. 253).

Como vê-se na citação acima, identidade está ligada a personagem. Ela atravessa toda a tese que aqui será apresentada, pois, ao olhar para a *persona* de Itamar Franco, estarei analisando não somente a identidade social de uma maneira geral, mas a identidade profissional, a identidade política, a identidade de grupo, a identidade regional mineira, e como elas podem estar entrelaçadas entre si nesse indivíduo, personagem, levando em consideração que a identidade também é socialmente construída e é um processo “político porque se estabelece pelo poder” (FERREIRA, 2006 apud NUNES, 2006, p. 19<sup>49</sup>).

Assim, percebemos que a identidade possui características semelhantes à outra dimensão importante e central nessa pesquisa: a memória, e que como Pollak (1992<sup>50</sup>) nos informa, possuem também relações entre si. Logo, tal qual a identidade, a memória é um

---

<sup>46</sup> Definições que aparecem em Willians (2007) e Dicionário Online Priberam. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/persona> Acesso em: 01 abr. 2018.

<sup>47</sup> Sobre personalidade, ver mais em: Palavra-chave Personalidade: Willians (2007).

<sup>48</sup> Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/persona> Acesso em: 01 abr. 2018.

<sup>49</sup> Nunes (2006).

<sup>50</sup> Pollak (1992).

fenômeno construído socialmente (; POLLAK, 1992), sendo também seletiva (HUYSSSEN, 2014; POLLAK, 1992; HEYMANN, 2012).

### **Trajetória e memória, ilusão biográfica e lugares de Memória**

Outra relação importante para o desenvolvimento da pesquisa é a relação entre História, História política, história de vida (por meio da História oral) e Ciências Sociais, temas que se relacionam e ajudam a pensar um trabalho que leva em conta análises de textos biográficos e trajetória. Nesse sentido, a contribuição de Pierre Bourdieu (1998) é talvez uma das mais importantes. Por isso, é necessário ressaltar, já nesse momento, que ele é um autor que se apresenta como crítico de uma perspectiva linear para analisar essas trajetórias e biografias, chamando atenção para a “ilusão biográfica”, noção desenvolvida abaixo e que tanto auxilia essa pesquisa, pensando-a a partir desse conceito, ao analisar os textos biográficos e os lugares de memória que constituem as narrativas já produzidas sobre Itamar.

Bourdieu (1998, p. 183) nos informa que a história de vida<sup>51</sup>, uma noção do senso comum, entrou para o meio científico inicialmente entre os etnólogos e sociólogos e que falar de história de vida partindo dessa noção é supor que a vida é uma história, como “o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual” contado como história. A vida é entendida, assim, como um caminho, uma carreira que deve ser percorrida orientadamente; como os desígnios e o caminho de um mineiro, de acordo com a “mitologia da mineiridade” (ARRUDA, 1990), que terá capítulo especial a ser analisada. Assim, o objetivo do presente estudo é desvendar esse caminho (a trajetória de Itamar Franco) e como ele é construído, partindo, principalmente, do Memorial da República Presidente Itamar Franco e dos demais “lugares de Memória” presentes na cidade de Juiz de Fora, com início, meio e fim, de maneira cronológica e tradicional de se contar histórias e biografias clássicas.

Assim, buscarei analisar de que maneira e em que medida a “ilusão biográfica” se faz nas narrativas presentes nos “lugares de memória” – entendendo esse conceito de forma mais ampla, como nos permite Pierre Nora (1993), como textos biográficos, relatos de fontes orais, documentos e objetos –, envolvendo noções do senso comum, das narrativas tradicionais, dos modelos oficiais ou heroicos (DOSSE, 2009), e em que medida a narrativa oficial presente aqui se mostra como um todo orientado e coerente, organizado cronologicamente. Isto é

---

<sup>51</sup> A história de vida foi utilizada como metodologia na pesquisa de dissertação de Oliveira (2015), na área de Ciência Política, e foi uma metodologia que, apesar de seus limites, se mostrou muito frutuosa para o estudo em questão.

demonstrado, por exemplo, na linha do tempo de Itamar contida na parede latera, presente no saguão principal do Memorial da República Presidente Itamar Franco e também no Instituto (vide site). Dessa maneira, procuro olhar para essa trajetória não somente no sentido de término, mas no duplo sentido de término, bem como também para a finalidade para qual é construída (BOURDIEU, 1998). Como será trabalhado no último capítulo desta tese, o Capítulo VII, a trajetória de Itamar constrói, através de discursos e práticas, Itamar como um ser com atributos da mineiridade, dos mineiros. Assim também se dá a construção da memória, uma vez que, em vida, ele reproduz falas sobre políticos mineiros e, *post mortem*, permite que façam o mesmo em relação a ele – uma prática reivindicada e reproduzida por mineiros, principalmente por políticos.

Com o olhar do senso comum, compreendemos que a persona foco desse estudo adquire êxito em sua trajetória, considerado, por muitos, um belo caminho traçado, como se pode ver ao visitar o MRPIF, em Juiz de Fora (MG)<sup>52</sup>. Inclusive, um caminho já “traçado” enquanto mineiro, de acordo com a “mitologia da mineiridade” presente em seus próprios discursos políticos (ARRUDA,1990). Mas, de acordo com a proposta e a contribuição de Bourdieu, Itamar não esteve desde sempre “destinado” a trilhar esse caminho<sup>53</sup>, pois contou com acasos, mudanças de contexto, escolhas e decisões que se tornaram consolidadores dessa trajetória<sup>54</sup>.

Qual o caminho, o trajeto de Itamar Franco, como político? E quando falamos de fim da história, no caso, desse personagem, a morte foi o fim de Itamar? Talvez sim. Mas, e quando falamos de memória? Como a memória sobre essa persona, sobre sua trajetória, é construída? Como o discurso em torno dessa memória se dá? Como essa memória é expressa material e imaterialmente? E quem tem a guarda e a herança dessa memória? Quem “profere” o discurso? Qual a herança política e cultural e os “legados” deixados por ele? Quem os herda?

Nesse sentido, retomando Bourdieu (1998), o autor critica uma história de vida feita a partir da sucessão pura e simples de acontecimentos, no sentido de um relato histórico, como uma biografia ou autobiografia, pois a vida não se constitui em um todo orientado e coerente que parte de um “projeto original”, criticando, assim, a maneira como são feitas biografias tradicionais (comuns) ou histórias de vida. Segundo o autor (BOURDIEU, 1998), isso acontece porque a vida é organizada segundo uma ordem cronológica, mas também lógica. É justamente essa ideia de cronologia que é criticada, pois o “relato biográfico propõe

---

<sup>52</sup> O Memorial da República Presidente Itamar Franco pode ser visto como aquele que conta a história de Itamar a partir de um misto, entre um modelo de biografia heroica e um modelo oficial, ambos referidos em Dosse (2009).

<sup>53</sup> A mitologia da mineiridade atribui um caminho a ser traçado como designio dos mineiros (ARRUDA,1990).

<sup>54</sup> Bourdieu (1996) também contribui para esse debate.

acontecimentos que tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis, sem terem assim se desenrolado em uma estrita sucessão cronológica” (BOURDIEU, 1998, p. 184).

Para dar coerência, escolhas devem ser feitas. Essa seleção, em função da intenção global, de acontecimentos significativos, estabelece entre eles conexões a fim de dar coerência (BOURDIEU, 1998). A presente pesquisa, portanto, tem como intenção trazer dados e informações biográficas sobre a trajetória de Itamar, mas com o intuito de explicar as escolhas feitas para dar coerência ao discurso narrado (que não é coerente, muitas vezes) nos lugares de memória, bem como as escolhas feitas em relação à memória e ao esquecimento, que podem criar uma visão artificial de sentido (BOURDIEU, 1998), ao olhar para uma história de vida:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. Eis porque é lógico pedir auxílio àqueles que tiveram que romper com essa tradição no próprio terreno de sua realização exemplar. Como diz Allain Robbe-Grillet, "o advento do romance moderno está ligado precisamente a esta descoberta: o real é descontínuo"<sup>55</sup>, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisível, fora de propósito, aleatório" (BOURDIEU, 1998, p. 185).

Bourdieu (1998) expõe que o mundo social tende a identificar normalidade com identidade, entendida como constância de um ser responsável, previsível e inteligível, à maneira de uma história bem construída. Assim, podemos nos perguntar: a narrativa construída em Juiz de Fora é uma história bem construída? Como trabalhar e analisar o nome próprio (BOURDIEU, 1998; DOSSE, 2009), Itamar Augusto Cautiero Franco, essa identidade social constante e durável, inteiramente singular, e tudo o que ele representa, e suas diferentes agências, mesmo que dentro do campo político (Prefeito, Senador, Presidente, etc., e ao mesmo tempo, pai, esposo, etc.), que é suporte do *estado civil*?

Bourdieu (1998), Dosse (2009), Nora (1993) e Heymann (2012) chamam a atenção ao dizerem que o relato de vida tende a aproximar-se do modelo oficial de apresentação, da biografia autorizada, da produção de discursos. No Memorial da República, por exemplo, assim como na biografia de Yazbeck (2011) e no IIF, temos a representação da história oficial (ao menos, da história oficial juiz-forana). Assim, vale ressaltar que a intenção desta pesquisa não é a elaboração de uma biografia. O objetivo é elaborar um estudo sobre a construção da

---

<sup>55</sup> Parafrazeando o nome da principal biografia de Itamar “O Real Itamar” (YAZBECK, 2011) também é descontínuo, também é uma ilusão biográfica. Montagner fala da “ilusão de transparência do real” (2007, p. 250).

trajetória de Itamar a partir dos lugares de memória e a análise da relação entre a memória e o esquecimento/silenciamento (HUYSSSEN, 2014), investigando como esse personagem é construído, não somente baseado em sua história de vida e relatos orais (já produzidos previamente), mas em outras fontes que permitam que o trabalho não seja uma mera confirmação dos relatos de vida que tendem a aproximarem-se, como o próprio autor diz, de relatos de vida e modelos oficiais, biografia autorizada e outros textos biográficos, o que está presente e como essas fontes fazem parte de uma narrativa, uma memória e uma história oficial contida no Memorial, embaçado pela biografia autorizada de Yazbeck (2011) e pelo IIF.

Para esse exercício, Bourdieu (1998) nos auxilia, principalmente em relação à análise dos textos biográficos, ao mostrar que um dos problemas das biografias pode ser minimizado, ao levar em conta que este trabalho pretende-se um estudo da trajetória nos lugares de memória tendo como foco apenas a persona política:

Mas o objeto desse discurso, isto é, a apresentação pública e, logo, a oficialização de uma representação privada de sua própria vida, pública ou privada, implica um aumento de coações e de censuras específicas (das quais as sanções jurídicas contra as usurpações de identidade ou o porte ilegal de condecorações representam o limite). E tudo leva a crer que as leis da biografia oficial tenderão a se impor muito além das situações oficiais, através dos pressupostos inconscientes da interrogação (como a preocupação com a cronologia e tudo o que é inerente à representação da vida como história) e também através da situação de investigação, que, segundo a distância objetiva entre o interrogador e o interrogado e segundo a capacidade do primeiro para "manipular" essa relação, poderá variar desde essa forma doce de interrogatório oficial que é, geralmente sem que o saiba o sociólogo, a investigação sociológica até a confidência – através, enfim, da representação mais ou menos consciente que o investigado fará da situação de investigação, em função de sua experiência direta ou mediata de situações equivalentes (entrevista de escritor célebre ou de político, situação de exame etc.), e que orientará todo o seu esforço de apresentação de si, ou melhor, de produção de si (BOURDIEU, 1998, p. 189).

Além disso, é importante ter em mente que a construção da trajetória, principalmente por meio da dimensão da memória, com a influência dos guardiães da memória, pode trazer o “melhor relato” de tal persona. Bourdieu (1998), tendo isto em vista, propõe uma análise crítica da história de vida, pois ela não deve ser compreendida como um fim em si mesma. Assim, propõe a construção da noção de trajetória e cita:

O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço

dos possíveis. Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de superfície social, como descrição rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos (BOURDIEU, 1998, p. 190).

Logo, a pesquisa parte dessa noção de trajetória trazida por Bourdieu (1998). E essa noção de trajetória, por sua vez, permite ao estudo que busque dados biográficos de maneira não tradicional, a fim de pensar como essa narrativa é construída. Podemos notar isso a partir de Dosse (2009), que se dedica a escrever sobre o gênero biográfico e traz contribuições para entendê-lo melhor, apresentando a biografia como “um elemento privilegiado na reconstrução de uma época, com seus sonhos e angústias” (DOSSE, 2009, p. 11). Dosse expõe:

Walter Benjamin via no historiador aquele que promove uma desconstrução da continuidade de uma época para, nela, distinguir uma vida individual com o objetivo de “demonstrar como a existência inteira de um indivíduo cabe numa de suas obras, num de seus fatos [e] como, nessa existência, insere-se uma época inteira” (BENJAMIN, 1991 apud DOSSE, 2009, p. 11).

Dosse (2009) mostra que, em um primeiro momento, a biografia estava ligada à relatos de vida que partiam da ideia de *bios*, do ciclo vital completo que vai do nascimento até a morte. Assim, podemos pensar que a proposta presente nesta pesquisa, em certa medida, pode estar associada a esse *bios*, de uma forma distinta, mas na proposição de uma análise da memória sobre uma trajetória política, como sendo o início da vida pública/política do personagem até sua morte “política”, que pode ser pensada diferentemente da morte biológica, uma vez que ele continua “vivo” para a vida pública, imortalizado pela memória e pela herança política a partir de suas relações sociais. Dessa maneira, é possível afirmar que tal figura alcança a imortalidade através da dimensão da memória, devido à sua vida pública e à sua herança política, como pretensão indicada pelo autor.

Parte da seara de leituras indispensáveis para a compreensão e o desenvolvimento da presente pesquisa, que diz respeito à relação entre memória e esquecimento, vem de Andreas Huyssen, ao escrever sobre políticas da memória, culturas do passado-presente, memoriais – em suma, sobre essa relação. Em sua obra “Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória”, Huyssen (2014) traz um capítulo sobre a cultura da memória e os memoriais, em que trata especificamente de memoriais em Berlim e Nova York, mostrando uma desconfiança em torno do que chama de “surto de expansão da memória” e como ela, a memória, se torna uma mercadoria. Não só nesta obra, como em outras, Huyssen (2000; 2014) analisa temas ligados à memória, como o trauma, e a relação entre memória e esquecimento –

esta fundamental a ser pensada e analisada por essa pesquisa no que diz respeito à narrativa e a memória de Itamar Franco, principalmente na cidade de Juiz de Fora.

Huyssen contribui também para a reflexão sobre monumentos e memoriais e o que eles significam e representam na trama urbana, o contexto e a dimensão de criação deles, levando em conta as práticas e os diferentes atores e interesses presentes no processo de criação e construção, o estilo desses memoriais e monumentos, o debate em torno do projeto e o que se torna realidade. Isto porque, retomando James Young, afirma que “talvez os debates em torno do projeto e do significado dos memoriais sejam mais importantes até do que os próprios memoriais construídos” (HUYSSSEN, 2014, p. 148).

Sobre os monumentos:

Robert Musil acertou ao sugerir que nada é tão invisível no meio urbano quanto um monumento. Além disso, há uma longa história de monumentos que são vandalizados, derrubados e ressuscitados, e que tornam a desaparecer. Nada disso, é claro, inspira muita confiança na capacidade que alguns dos grandes memoriais de hoje [...] tem de manter viva a lembrança e visível o passado na trama urbana (HUYSSSEN, 2014, p. 140-141).

Huyssen, em sua contribuição, mostra que é comum que memoriais também sejam museus, e que faz parte desse debate a necessidade de arquivar e documentar, aspecto presente nos debates públicos. Em “Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público”<sup>56</sup>, o autor expõe que o esquecimento é algo visto como negativo em uma cultura obcecada pela memória e pelo trauma (HUYSSSEN, 2014), pois:

[...] quando se trata de teorizá-lo, o esquecimento aparece, na melhor das hipóteses, como um complemento inevitável da memória, uma deficiência, uma falta a ser suprida, e não como o fenômeno de múltiplas camadas que serve como a própria condição de possibilidade da memória (HUYSSSEN, 2014, p. 155).

Na presente pesquisa, não estamos lidando especificamente e diretamente com o tema do trauma, mas as reflexões em torno do esquecimento são de grande valia para a pensar a trajetória em questão e como ela é narrada, além dos usos políticos da memória e do esquecimento. Ao falar sobre uma certa ética da memória, Huyssen cita Paul Ricoeur: “Essa diferença de status entre a memória e o esquecimento é ainda enfatizada na observação de Paul Ricoeur de que falamos de um dever de lembrar, mas nunca de um dever de esquecer” (2014, p. 157), defendendo que poderia existir uma ética do esquecimento. “De qualquer modo, a

---

<sup>56</sup> Para entender melhor essa questão da memória e do esquecimento públicos, Huyssen desenvolve uma análise sobre os casos da Argentina (transição da ditadura para a democracia e o papel das mães da praça de maio) e da Alemanha (e a memória do holocausto), em seus processos de transição.

memória parece exigir esforço e trabalho, enquanto o esquecimento, por outro lado, apenas acontece” (HUYSSSEN, 2014, p. 157).

Huyssen, ademais, expõe que não damos a importância que deveríamos ao paradoxo entre memória e esquecimento:

Nossos memoriadores profissionais tampouco dão importância suficiente ao paradoxo de que, dos pontos de vista fenomenológico e psicanalítico, o esquecimento efetivamente cria a memória. E muito menos celebram o esquecimento criativo, como fez Nietzsche certa vez, ao reconhecer que memória sem esquecimento é um sofrimento patológico. Nietzsche falou da hipertrofia da história, tal como hoje poderíamos falar de uma hipertrofia da memória. No entanto, o opróbrio continua reservado para o esquecimento, nunca para a memória. Pode haver um excesso de memória, mas trata-se de um excesso de uma coisa boa. Enquanto isso, o esquecimento continua suspenso sob uma nuvem de suspeita moral, como uma falha evitável, uma regressão indesejável e uma negligência crítica. A memória, por outro lado, é considerada crucial para a coesão social e cultural da sociedade. Todos os tipos de identidade dependem dela. Uma sociedade sem memória é um anátema (HUYSSSEN, 2014, p. 157).

Ao afirmar que a memória tem função de coesão social e cultural para sociedade, Huyssen nos fornece a base para pensar a relação entre identidade mineira e memória, foco do Capítulo VI. O autor afirma que memória e esquecimento não são opostos irreconciliáveis, “o esquecimento é constitutivo da memória” (HUYSSSEN, 2014, p.157), pois “[...] a memória só é possível com base no esquecimento” (HUYSSSEN, 2014, p. 157). Assim, “[...] o esquecimento, em sua mistura com a memória, é crucial para o conflito e a resolução nas narrativas que compõem nossa vida pública e nossa vida íntima. Esquecer não apenas torna a vida vivível, como constitui a base dos milagres e epifanias da própria memória” (HUYSSSEN, 2014, p. 158).

Em outra obra, “Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia”, Huyssen (2000) se destina a falar da emergência da memória, o processo de globalização e o paradoxo dessa globalização da memória, ao tratar especificamente da memória do Holocausto, no capítulo intitulado “Passados presentes: mídia, política, amnésia”. A contribuição vem quando, ao falar desse processo de musealização, se pretende uma recordação total das coisas, mas, na verdade, existe uma linha que separa o passado mítico e o passado real, pois “O real pode ser mitologizado tanto quanto o mítico pode engendrar fortes efeitos de realidade. Em suma, a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta.” (HUYSSSEN, 2000, p. 16). A reflexão impossível de não se fazer, então, é: os lugares de memória, ao trazerem o “real” Itamar o mitologiza? O “Real Itamar” é real? Ou é uma “ilusão biográfica”? É possível um real Itamar diante da relação entre memória e esquecimento? Ao compreender que um indivíduo possui múltiplas identidades, existem identidades que são



ressaltadas pela memória e outras que são esquecidas? Para além disso, pensar no mítico é pensar também na própria mitologia da mineiridade e suas relações com a identidade mineira, com o imaginário social e com a prática, em especial a política, dos mineiros (ARRUDA, 1990).

Huyssen, seguindo, faz uso do conceito de amnésia, ao afirmar que “[...] Freud já nos ensinou que a memória e o esquecimento estão indissolúvel e mutuamente ligados; que a memória é apenas uma outra forma de esquecimento e que o esquecimento é uma forma de memória escondida” (2000, p. 18). E acrescenta:

[...] velhas abordagens sociológicas da memória coletiva – tal como a de Maurice Halbwachs, que pressupõe formações de memórias sociais e de grupos relativamente estáveis – não são adequadas para dar conta da dinâmica atual da mídia e da temporalidade, da memória, do tempo vivido e do esquecimento. As contrastantes e cada vez mais fragmentadas memórias políticas de grupos sociais e étnicos específicos permitem perguntar se ainda é possível, nos dias de hoje, a existência de formas de memória consensual coletiva e, em caso negativo, se e de que forma a coesão social e cultural pode ser garantida sem ela (HUYSSSEN, 2000, p. 19).

A questão do consenso na presente pesquisa é um tema muito interessante para ser pensado e que pode apresentar muitos desdobramentos. Por exemplo: as disputas de memória em torno do legado do Plano Real e como se dá ou não o consenso (em Juiz de Fora e nacionalmente) – parte a ser analisada em capítulo posterior (V).

A obsessão pela memória, logo, estaria ligada ao medo do esquecimento (HUYSSSEN, 2014).

A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social. Dado que a memória pública está sujeita a mudanças – políticas, geracionais e individuais –, ela não pode ser armazenada para sempre, nem protegida em monumentos; tampouco, neste particular, podemos nos fiar em sistemas de rastreamento digital para garantir coerência e continuidade. Se o sentido de tempo vivido está sendo renegociado nas nossas culturas de memória contemporâneas, não devemos esquecer de que o tempo não é apenas o passado, sua preservação e transmissão. Se nós estamos, de fato, sofrendo de um excesso de memória, devemos fazer um esforço para distinguir os passados usáveis dos passados dispensáveis (HUYSSSEN, 2000, p. 37).

Precisamos rememorar de maneira produtiva e preocuparmos não somente com o futuro da memória, mas com o próprio futuro (Huyssen, 2000), pois “A rememoração dá forma aos nossos elos de ligação com o passado, e os modos de rememorar nos definem no presente. Como indivíduos e sociedades, precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão do futuro” (HUYSSSEN, 2000, p. 67).

Sobre a memória coletiva, sua construção e reconstrução, o autor expõe:

A memória de uma sociedade é negociada no corpo social de crenças e valores, rituais e instituições. No caso específico das sociedades modernas, ela se forma para espaços públicos de memória tais como o museu, o memorial e o monumento. Mas a permanência prometida pela pedra do monumento está sempre erguida sobre a areia movediça. Alguns monumentos são derrubados com a maior alegria, em tempos de rebelião social, enquanto outros preservam a memória em sua forma mais fossilizada, seja como mito, seja como clichê. Já outros se mantêm simplesmente como figuras do esquecimento, com seu significado e propósito originais erodidos pela passagem do tempo. Como escreveu Musil, “não há nada tão invisível quanto os monumentos” (HUYSSSEN, 2000, p. 68).

A última frase da citação acima faz pensar principalmente no monumento da estátua<sup>57</sup> de Itamar feito após sua morte, citado acima, localizado na Avenida Presidente Itamar Franco, assim como os outros bustos e sua invisibilidade. Huyssen (2000) afirma que toda memória depende de um distanciamento e de esquecimento. No caso dessa pesquisa, pelo seu caráter, percebemos que, ao se tratar da memória de uma persona pública, não houve tanto distanciamento do fato da morte, por exemplo, e, como veremos com a contribuição de Luciana Heymann (2012), a própria persona participa do processo de construção, acumulação, guarda e projetos institucionais voltados para a construção de sua própria memória.

Ademais, a nossa vontade no presente impacta inevitavelmente o que lembramos e como o fazemos. Por isso, seria equivocado ter a crença na possibilidade de uma memória pura, completa e transcendente:

Por conseguinte, o passado lembrado com vigor sempre estará inscrito no nosso presente, a começar pela nutrição dos nossos desejos inconscientes até a orientação das nossas ações mais conscientes. Ao mesmo tempo, o passado lembrado com vigor pode se transformar em memória mítica<sup>58</sup>. Não está imune à fossilização, e pode tornar-se uma pedra no caminho das necessidades do presente, ao invés de uma abertura no *continuum* da história (HUYSSSEN, 2000, p. 69).

Ao analisar os monumentos ao Holocausto, por exemplo, Huyssen (2000) afirma que monumentos são mais que objetos, pois possuem uma dimensão pública, fazendo referência à James Young e ao caráter dialógico do espaço memorial. Logo, quando se dá enfoque na dimensão pública do monumento, embutindo-a em uma discussão pública da memória coletiva, se pode evitar o perigo da fossilização monumental. O discurso público está presente em todos os períodos, mas mais intenso no período do planejamento, concepção e ereção de um monumento.

<sup>57</sup> Huyssen (2014) chama de figuração heroizante a presença de estátuas e/ou bandeiras.

<sup>58</sup> Associação possível com a forma como os mineiros, principalmente os políticos, lembram o passado e o transformam em memória mítica, como vemos em mitologia da mineiridade (ARRUDA, 1990).

Essa obsessão pela memória e pelo passado, que nos fala Huyssen, envolve uma dinâmica destrutiva de esquecimento, uma dicotomia esquecimento-rememoração, na qual, sobre o caso específico do Holocausto, o autor afirma:

Neste caso, o monumento, o memorial e o museu do Holocausto seriam o instrumento que Franz Kafka gostaria de que a literatura fosse, quando afirmou que um livro deve ser o machado para o mar congelado dentro de nós. Precisamos do monumento e do livro para evitar que o mar congele. Na memória congelada, o passado não é nada além de passado. A temporalidade interior e a política da memória do Holocausto, no entanto, mesmo quando ela fala do passado, devem ser orientados na direção do futuro. O futuro não nos julgará pelo esquecimento, e sim pela rememoração ampla de tudo, e ainda por não agirmos de acordo com essas memórias (HUYSSSEN, 2000, p. 86).

Essa questão me faz refletir bastante sobre a memória e a questão da identidade mineira, ao se referir a temporalidade, falando do passado orientado na direção do futuro, e será abordada no último capítulo do desenvolvimento da presente tese.

Outra contribuição para se pensar o trabalho vem de Pierre Nora (1993), em artigo intitulado “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, que se soma a de outros autores, ao discorrer sobre a relação memória-história:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência de tudo que opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

A contribuição mais importante de Pierre Nora, por sua vez, está em compreender e utilizar o conceito de “Lugares de Memória”, já citado anteriormente, trazendo uma noção muito mais complexa e ampla:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p. 12-13).

E continua:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivessemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos (NORA, 1993, p. 13).

Pollak, por sua vez, contribuiu para o conceito, dizendo que o lugar de memória “é uma tentativa de encontrar uma metodologia para apreender, nos vestígios da memória, aquilo que pode relacioná-los, principalmente, mas não exclusivamente, com a memória política” (1992, p. 1). Para Nora, a memória está “entre a dessacralização rápida e a sacralização provisoriamente conduzida” (1993, p. 13) e existiria uma oscilação do memorial ao histórico, fazendo com que estivéssemos no momento dos lugares de memória. “Não se celebra mais a nação, mas se estudam suas celebrações” (1993, p.14).

Sendo assim, Nora apresenta sua categoria de "Lugares de Memória" como resposta a essa necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo. São nos grupos “regionais”, ou seja, sexuais, étnicos, comportamentais, de gerações, de gêneros entre outros, que se procura ter acesso a uma memória viva e presente no dia-a-dia. Nora conceituará os lugares de memória como, antes de tudo, um misto de história e memória, momentos híbridos, pois não há mais como se ter somente memória, há a necessidade de identificar uma

origem, um nascimento, algo que relegue a memória ao passado, fossilizando-a de novo: “O passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre. É colocando em evidência toda a extensão que dele nos separa que nossa memória confessa sua verdade como operação que, de um golpe a suprime (MASSENA ARÉVALO, 2004, p. 4).

Além de desenvolver esse conceito, Pierre Nora também traz como tema relevante a questão da memória como história, da memória arquivística e a acumulação documental, a “memória registradora que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela” (1993, p. 15), referindo-se a um conceito de Leibniz, “Memória de papel” que, para ele, “tornou-se uma instituição autônoma de museus, bibliotecas depósitos, centros de documentação, bancos de dados.” (1993, p.15). Nora (1993) ainda cita que toda constituição, todo tratado diplomático, todo grande acontecimento, são lugares fundadores de memória, assim como autobiografias e jornais íntimos.

Tendo estes elementos em vista, penso no Memorial da República e no IIF como lugares de memória (e lugares de arquivo) que contêm uma infinidade de lugares de memória, entre eles, objetos dignos de lembrança, livros com características biográficas, fontes diretas ou indiretas; e também a biografia.

### **Lugares de Arquivo**

Na constituição e construção dessa memória, uma parte é relevante no tocante ao arquivo. Itamar doa, em vida, seu acervo constituído de biblioteca e arquivo à UFJF, acervo esse que integrava o Instituto Itamar Franco e passou para o Memorial da República Presidente Itamar Franco. É dessa forma que o acervo se torna um acervo público. Assim, espaços memoriais, como o IIF e o MRPIF, devem ser entendidos no corpo deste trabalho como lugares de arquivo, por serem acervos que possuem uma infinidade de lugares de memória (NORA, 1993) e também produzem de lugares de memória, como a Medalha Itamar Franco e como outros produzidos pelo MRPIF.

Para pensar esses lugares, uma obra aparece como grande base auxiliadora, “O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro”, de Luciana Heymann (2012). Nela, Heymann deixa explícita a relação entre história e memória, pensando a memória a partir da acumulação de documentos ao longo de uma trajetória individual, sendo assim, o arquivo “pessoal” de uma pessoa pública, no caso em questão, Itamar, e no dela, Darcy Ribeiro. Ao pensar o lugar do arquivo nas práticas de pesquisa em diversas áreas, ou mesmo nas batalhas de memória, a autora apresenta uma “proposta de ‘desnaturalização’ do próprio processo de

produção, acumulação, guarda e disponibilização de documentos, seja ele fruto do trabalho de instituições ou de indivíduos” (GOMES, 2012, p. 10).

Esse é um ponto muito interessante, pois, quando pensamos em um arquivo, na questão do acúmulo de documentos, olhamos para ele, de fato, como um processo natural, quando, na verdade, não acontece dessa forma. Isto é, os documentos de uma vida pública inteira de Itamar não foram produzidos, armazenados, guardados, selecionados e disponibilizados sem um porquê ou intuito, naturalmente.

Outro ponto que Heymann (2012) nos traz como crítica é que um arquivo pessoal, principalmente de uma pessoa pública, traz consigo toda uma gama de especificidades. Isso diz muito sobre os lugares de arquivo e memória de Itamar, como o Instituto Itamar Franco e o Memorial da República Presidente Itamar Franco.

Sobre a dimensão processual da produção dos arquivos e do acervo pessoal de Itamar, não se sabe a fundo como começou a acumulação e guarda, o que poderia ser investigado a partir de entrevistas com possíveis atores envolvidos. O que é perceptível, entretanto, é que existem materiais no acervo que datam o período anterior ao nascimento de Itamar e lembrança da infância e adolescência, que muito provavelmente foram guardadas por sua mãe, Itália – pessoa de grande importância em sua trajetória pessoal –, ficando explícito em algumas passagens da biografia de Yazbeck (2011) o feitio, o afeto e a influência da mãe sobre Itamar, seu filho mais novo. Outra pessoa que tem um papel importante nesse processo de acumulação de documentos e guarda é a secretaria pessoal de Itamar de décadas, Neusa Miterhoff, a quem, informa Yazbeck (2011), Itamar delegava as missões e os compromissos particulares, e que o conhecia, e as suas manias, melhor do que ninguém. Neusa foi contratada por Itamar em 1966 e trabalhou com ele até a sua morte. Depois, continuou a trabalhar no IIF e foi a responsável pela passagem da guarda do acervo para o MRPIF. Quando o acervo se institucionaliza (ainda que de maneira privada), entenda-se, com a criação do IIF, Neusa faz parte desse processo, assim como outras duas pessoas, que hoje trabalham no MRPIF como funcionárias terceirizadas, trabalharam com o acervo no IIF: Lilian e Kelly – que participaram da transição desse acervo de uma instituição privada para uma instituição pública.

Sobre o titular da memória propriamente dito, vale ressaltar que Itamar Franco buscou valorizar a dimensão da memória, dos acervos e patrimônios históricos, no geral, em sua trajetória. Prova disso é que, na época Senador da República, foi idealizador e protagonista na defesa da criação de um Museu dentro dessa casa legislativa (que não tinha esse fim), a fim de

salvaguardar a memória do Senado (PAIVA, 2020)<sup>59</sup>. Também, por ter interesse em arquivar documentos ligados à sua trajetória, adquiriu o jornal local juiz-forano “Gazeta Comercial”, que hoje faz parte do acervo do MRPIF e ao qual pude consultar. Na mesma medida, fez parte do processo de criação do IIF, com esse fim de preservação da sua memória, bem como da doação do Acervo para UFJF e dos tramites que formalizaram a criação do MRPIF, obra que foi concluída só após sua morte.

Para além da influência do IIF na biografia autorizada e no MRPIF, também chama a atenção a questão da guarda da memória e de seus guardiões (GOMES, 2012; HEYMANN, 2012). Dentre os seus principais guardiões do acervo, podemos elencar Marcello Siqueira, que pode ser visto como o “herdeiro” responsável pela perpetuação do legado, tendo ficado a frente do Instituto Itamar Franco por anos. Marcello Siqueira é pai de Bruno Siqueira, ex-prefeito da cidade que, como buscarei mostrar posteriormente, também usufrui desse legado e dessa memória. Heymann traz a figura do guardião do arquivo como tendo uma importância fundamental. Mas, aqui, essa importância se ressalta ainda mais, devido ao fato de Marcello Siqueira ser quem é. Isto é, esse guardião do acervo de Itamar assume uma importância ainda maior para o conjunto da pesquisa, porque é um ponto de contato da rede de relações de Itamar que faz conexões para além das conexões sociais, permitindo analisar outras questões que dizem respeito a, por exemplo, os usos políticos da memória (HUYSSSEN, 2014; HEYMANN, 2012).

Marcello Siqueira é entrevistado em um vídeo exposto no Memorial da República e, na ocasião, fala justamente sobre guardar a história para ela não ser contada de maneira distorcida, ao se referir à trajetória de Itamar. Mas não apenas Marcello Siqueira é guardião. Algumas pessoas também ligadas a Itamar e ao Instituto podem ser vistas como guardiãs, como Neusa Miterhoff, que cuida da documentação ainda existente lá e da Medalha Itamar Franco. Ao nascer o Memorial da República, o arquivo passa a ter novos guardiões: a UFJF, como instituição, e seus funcionários<sup>60</sup>, mostrando que esse processo é bastante complexo. Logo, como vemos: “[...] condições de acumulação e guarda dos documentos reunidos por indivíduos ou, dito de outra maneira, é sobre quem, como, para que e em que contextos específicos se tornou possível construir um conjunto documental que se torna um arquivo pessoal” (GOMES, 2012, p. 11).

---

<sup>59</sup> Para saber mais sobre o Museu que leva o nome do seu idealizador, Museu Histórico Itamar Franco, ver o Trabalho de Conclusão de Curso de Paiva (2020).

<sup>60</sup> Nesses anos de pesquisa, foi possível perceber que o corpo de funcionários, inclusive o cargo de diretor do MRPIF, passou por mudanças. O que é possível perceber de permanência no tempo de convivência é Kelly, responsável pela biblioteca e Lilian, responsável pelo acervo, funcionárias terceirizadas permanecem nas mesmas funções desde a criação do Memorial e também trabalharam no IIF.

Heymann, ademais, fala sobre “novas instituições memoriais”, especialmente criadas para a guarda desse arquivo e dessa memória, processo esse que pode ser visto no caso do titular Itamar e das instituições que observamos nessa pesquisa, primeiro, o Instituto e, posterior e paralelamente, o Memorial:

trabalho de memória realizado pelo titular desse conjunto documental, “registrando” sua ação/pensamento e, simultaneamente, iluminando sua figura com esse tipo particular de “escrita de si”. Por meio dessa *práxis* (que pode ser compartilhada com outros agentes), o titular cria um “espaço” para a guarda de seus projetos e experiências, com a intenção de se municiar no presente e de se perpetuar para os “outros”, chamados com pompa, mas também acerto, de posteridade. Em um segundo movimento da mesma estratégia, é necessário escolher um “caso”, um exemplo, por meio do qual questões tão amplas possam ser testadas e discutidas, afirmando-se a tese da especificidade dos arquivos pessoais, bem como sua associação cada vez maior com a criação de novas instituições memoriais, especialmente criadas para sua guarda, embora não de forma exclusiva (GOMES, 2012, p. 11-12).

A noção de legado é crucial, “já que ela investiga e defende a ideia de que os arquivos pessoais ocupam posição fundacional nos projetos voltados para a monumentalização da memória de um indivíduo; para a conformação – sempre passível e objeto de atualização – de seu legado” (GOMES, 2012, p. 12), pois a pesquisa passa por nomes e monumentos que mantêm o legado memorial de Itamar.

Assim como essa pesquisa pretende, em alguma medida, o livro de Heymann também mostra como temas como memória, história, biografia, história institucional, patrimônio nacional e arquivos pessoais se misturam. “O lugar do arquivo”, portanto, traz uma “reflexão crítica sobre os arquivos, entendidos como artefatos dotados de historicidade, nos quais incidem interferências configuradoras e uma série de atributos igualmente conformadores de sentidos” (HEYMANN, 2012, p. 13), que devem ser desnaturalizados, bem como enquadramentos de memória.

### **Memória, história e arquivos: um debate de muitas facetas**

Heymann (2012) utiliza como referenciais teóricos importantes autores, como Pierre Nora, Paul Ricoeur, Le Goff, Halbwachs, alguns desses também abordadas na presente pesquisa, tendo como objetivo analisar como se dá a construção social da memória, e a relação entre memória individual e social. Além disso, a autora ressalta o papel das fontes na produção do discurso histórico e a relação do pesquisador com elas, a maneira como se seleciona e critica. Por isso, Heymann se constitui como uma importante fonte para a presente pesquisa bibliográfica, o que já seria muito, mas não somente, como também técnica e metodológica, no



sentido do trato com as fontes e da experiência com o arquivo – isto é, a passagem de um documento a monumento, essa transformação.

Ao buscar iluminar o caráter construído dos arquivos, examinando as práticas e os discursos pelos quais o “monumento” – o arquivo-fonte, meio de acesso à memória – encobre o “fragmento”, os gestos – múltiplos, diacrônicos, descentralizados – que constituem concretamente esses artefatos, sigo uma inspiração que remonta a Michel Foucault (1969). Sua advertência quanto à dimensão conformadora da linguagem nas ciências humanas também está na base de meu interesse a respeito dos efeitos produzidos pela “gramática” arquivística na construção do objeto “arquivo” (HEYMANN, 2012, p. 17).

A partir do método etnográfico, Heymann (2012) busca compreender os processos que dão origem ao arquivo e, posteriormente, ao monumento; assim, ela vive o cotidiano do arquivo. A autora traz, ainda, um pouco de suas referências importantes, ao falar do “culto à memória” e aos usos políticos do passado, entre outras relações que serão relevantes para a presente pesquisa:

Além das relações clássicas entre história, memória e arquivo, o tema ganha relevância no contexto dos recentes debates sobre o “culto à memória” e os usos políticos do passado (Hartog & Revel, 2001). A sedução da memória (Huysen, 2000), o dever da memória (Lalieu, 2001; Kattan, 2002), são dimensões de um debate que, tendo origem e justificativa em disputas políticas e identitárias, mobiliza o meio acadêmico. Esse debate não só vem atualizando a reflexão sobre as relações entre história e memória, como tem levado a questionamentos sobre a validade das narrativas nacionais, a noção de verdade, a gestão de passados considerados sensíveis – com implicações no estabelecimento de “dívidas” por parte do Estado e da sociedade –, e o lugar da história e o papel do historiador no espaço público (HEYMANN, 2012, p. 17).

Pollak (1992) e Luciana Heymann (2012) chamam a atenção para a relação entre memória e identidade, onde grupos compartilham memórias comuns, buscando reconhecimento no espaço público. Podemos pensar sobre a questão da concepção de mineiridade aqui, que envolve a memória e a identidade de tal grupo, e tem em Itamar uma representação (ou personificação), como desenvolverei melhor no último capítulo de desenvolvimento desta tese. Tal concepção traz também um pouco da discussão sobre a multiplicação de políticas memoriais, como Huysen, na qual o enfoque tem sido o lembrar mais e o esquecer menos.

O arquivo, portanto, é um objeto de reflexão de caráter sócio-histórico que envolve representações e usos (HEYMANN, 2012); e estes são, também, instrumentos de exercício de poder e podem envolver estruturas sociais mais amplas. Por isso, Heymann (2012) questiona a imagem que associa os arquivos a repositórios inertes de informações e “verdades”.

Heymann, tendo tais reflexões em vista, estuda a trajetória de Darcy Ribeiro e seus “fazimentos”, como o próprio fazia referência – “fazimentos” esses que vencem o esquecimento, ou o que se escolhe esquecer. A autora, assim, traça um diálogo com quem escreve sobre Darcy, interpretando-o com perspectivas de análise distintas. Ao ler sobre os “fazimentos” de Darcy e a relação com a memória, também me pergunto sobre quais seriam os “fazimentos” de Itamar e como eles são construídos no memorial, ou seja, o que foi escolhido para ser lembrado e o que foi escolhido para ser esquecido. Ou mesmo discutir se seriam “feitos” ou “fazimentos”, uma vez que a expressão “fazimentos” traz muito mais uma perspectiva de algo em construção constante, e “feitos” seriam ações ou coisas acabadas. Partindo dessa reflexão, de antemão, considero que muito do que é exposto pelos lugares de memória de Itamar são colocados como “feitos” por tal narrativa, mas podem ser vistos como “fazimentos”, por apresentarem processos e ciclos de planejamento, implementação e a avaliação muito mais complexos do que algo simplesmente “feito” – exemplo das políticas públicas que tratarei em capítulo específico (Capítulo V).

Luciana Heymann (2012) dedica-se a descrever um pouco da trajetória de Darcy e do projeto FUNDAR, sobre legado e modelos institucionais de construção de legados e como eles definem diferentes discursos históricos e implicam diferentes padrões de gestão de acervos, analisando a relação do titular com os papéis, além de padrões de ordenação que ora hierarquizam ora uniformizam determinados documentos (HEYMANN, 2012). No primeiro capítulo do livro, “Os arquivos em questão: novas abordagens, antigas tradições”, Heymann traz os debates recentes em torno de uma Sociologia histórica dos arquivos. Trabalhos desenvolvidos em diferentes áreas do conhecimento deslocam-se da abordagem tradicional e os arquivos deixam de ser depósitos do passado, ao serem considerados parte do processo de construção de discursos sobre o passado. Passam, assim, de guardiões da verdade a ser descoberta à verdade que guarda e revela, assim como omite e silencia, o que transforma também a concepção e a própria ideia de verdade. Nas palavras de Heymann (2012):

No início dos anos 1990, o “arquivo” tornou-se objeto de novos investimentos intelectuais em diversos campos disciplinares. Trabalhos desenvolvidos, sobretudo nas áreas da filosofia, da antropologia e dos estudos culturais, promoveram um deslocamento da abordagem tradicional, segundo a qual os arquivos eram vistos como depósitos das “provas” desse passado, para outra, em que são considerados parte do processo de construção de discursos sobre o passado. Na primeira abordagem, herdada do positivismo e do cientificismo prevalentes até as primeiras décadas do século XX, predomina a visão de que o arquivo é um espaço inerte que guarda a informação a ser explorada por aqueles que buscam a verdade dos fatos; na segunda, o arquivo é visto como agente na construção de “fatos” e “verdades”, como lócus de produção – e não

simplesmente guarda – de conhecimento, como dispositivo do exercício de poder (HEYMANN, 2012, p. 23).

Olhar para o IIF, a biografia e o MRPIF, a partir da perspectiva de que existe ali um processo de construção de discursos ou narrativas que, de uma forma geral, confluem e corroboram-se. Assim, o arquivo se constitui não só como um repositório, mas também como um objeto de investigação (HEYMANN, 2012). Nesse sentido, o Instituto Itamar Franco e, principalmente, o Memorial da República Presidente Itamar Franco, bem como a biografia como lugar de memória, serão investigados não somente como lugares depositários do passado, mas como agentes na construção desse passado, como lugar de produção de conhecimento e dispositivo do exercício de poder, que possuem discurso, no qual escolhas são feitas para lembrar e esquecer (HUYSSSEN, 2000; 2014), vocalizar e silenciar.

Além de Foucault, Heymann (2012) recorre à Derrida, que expressa seus pensamentos acerca do sentido de arquivo e da conservação, e sua relação com a exclusão, com a amnésia, assim como a memória envolve o esquecimento:

O sentido de “arquivo, seu único sentido, vem para ele do *arkheion* grego: inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam. Aos cidadãos que detinham e assim denotavam o poder político reconhecia-se o direito de fazer ou de representar a lei. Levada em conta sua autoridade publicamente reconhecida, era em seu lar, nesse *lugar* que era a casa deles (casa particular, casa de família ou casa funcional), que se depositavam então os documentos oficiais. Os *arcontes* foram os seus primeiros guardiões. Não eram responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabiam-lhes também o direito e a competência hermenêuticos. Tinham o poder de *interpretar* os arquivos (DERRIDA, 1995:12-3 apud HEYMANN, 2012, p. 25).

E prossegue falando sobre os processos que envolvem o arquivo:

Não há arquivo que não implique um poder de destruição, de seleção ou de exclusão. A conservação não ocorre sem uma exclusão; é um poder eminentemente político que se exerce como poder de legitimação. Trata-se não apenas do poder político entendido em sentido estrito – que remete aos documentos propriamente nacionais da “*cité*” –, mas sobretudo do poder de legitimação de uma obra. [...] a partir do momento em que há um arquivamento, está em jogo não somente o passado, mas também o futuro. O ato de arquivamento, que deve conservar, é também um ato de amnésia. A amnésia está em curso na memória guardada, no ato que deposita. Na guarda arquivística, há tanto de esquecimento (ativo ou não) como de memória (DERRIDA, 2002: 47 apud HEYMANN, 2012, p. 25-26).

Nesse processo, no que tange aos arquivos coloniais, por exemplo, ocorre uma legitimação da exclusão, na qual os monumentos possuem uma configuração particular de poder. Assim, devemos entender que as formas de arquivar dizem muito e não somente sobre

o conteúdo dos documentos (HEYMANN, 2012). Existem estruturas de poder que controlam os arquivos, que apresentam uma dimensão textual, mas também simbólica, uma relação entre artefatos documentais e arcabouços institucionais e o próprio pesquisador. Logo, “arquivos condensam histórias e produzem discursos e, sobretudo, efeitos discursivos, entre os quais se encontraria a própria História” (HEYMANN, 2012, p. 27).

O arquivo como espaço discursivo de produção de significados e de hierarquias: localizar o arquivo dentro de um arcabouço mais amplo torna aparente o fato que ele não armazena os documentos de forma neutra; os objetos capturados pelas práticas arquivísticas são submetidos a um tipo de racionalização que os transforma em conhecimento (HEYMANN, 2012, p. 28).

A produção de arquivo, portanto, envolve a lógica da exclusão e da incorporação, definições do que deve constituir a memória e a identidade dos arquivos estatais, que preservam a “verdade” da nação. Outro ponto de vista olha não só a relação entre arquivos e poderes instituídos, mas para a força simbólica da pesquisa em arquivos e seu caráter “fundador”.

Continuando o diálogo com autores, Heymann traz Steedman, que sugere que “o arquivo seria, antes de um repositório de memórias e discursos, um espaço habitado pela ausência, contendo apenas relíquias silenciosas do passado” (2012, p. 29).

O arquivo não diz, possivelmente, a verdade, mas ele diz *sobre* a verdade, no sentido entendido por Michel Foucault, ou seja, daquela maneira única que ele [o arquivo] tem de expor *o Falar [le Parler]* do outro, capturado entre as relações de poder e ele próprio, relações as quais ele não somente está submetido, mas atualiza ao verbalizá-las (FARGE, 1989: 40 apud HEYMANN, 2012, p. 29).

Me pergunto, então, como pensar a dimensão política do trabalho arquivístico e o “mito da objetividade e da imparcialidade” (HEYMANN, 2012, p. 32), em relação à presente pesquisa?

Em uma nota, Heymann (2012) fala do “princípio da proveniência”, definido como: “Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado ao de outras entidades produtoras. Também chamado de princípio de respeito aos fundos” (Arquivo Nacional, 2005: 136 apud HEYMANN, 2012, p. 34). Isso me remete a uma conversa informal tida com a bibliotecária do Memorial, Kelly, em que ela me falou, em minha segunda visita ao memorial, a respeito da possibilidade de uma doação de um arquivo pessoal por parte de outra pessoa para integrar a biblioteca, que, até aquele momento, não tinha sido aceito porque “perderia a finalidade”. O arquivo em questão seria o de José Pinho Neves, ex-diretor do Memorial. Em outro momento, na Semana Nacional

de Museus, em uma palestra sobre as fontes do Memorial, ministrada por Kelly e Lilian, e com participação do diretor, à época, Tarcísio, uma repórter disse ter no arquivo pessoal do pai, fotógrafo, várias fotos de Itamar e que tinha a intenção de doar por considerar mais útil ao arquivo que a ela. O diretor afirmou que seria bem-vindo, mas que eles estavam buscando estudar uma forma adequada de integrar essas fontes e arquivos de outras pessoas ao arquivo de Itamar e do Instituto, presente no Memorial. A incorporação de outros arquivos que dizem respeito, ou não, a Itamar tocam nessa questão da “proveniência”, mas também tangem as escolhas políticas e/ou arquivísticas.

As fontes arquivadas possuem, segundo Heymann (2012), dois tempos: primeiro, como documentos; segundo, como arquivo, conservadas, classificadas e inventariadas. Além disso, existe uma relação entre testemunho e arquivo, diálogo com textos, posto que privilegia a textualidade do arquivo. Como lidar com a textualidade do arquivo e do Memorial? O que eu consigo perceber é uma complementaridade entre a fonte Memorial, as fontes biográficas dentro do memorial e a história oral produzida e reproduzida por essa instituição. Mas, como pensar esse intrincado de elementos?

Como pensar o *Mise em archive* (HEYMANN, 2012, p. 37), em relação ao Memorial? E a construção simbólica e material do arquivo de e sobre Itamar? Existe um uso prático daqueles que os constituíram e não somente a consulta pelo pesquisador? Para tais perguntas, Luciana Heymann continua a me auxiliar:

[...] os arquivos não são simples textos (ou fotografias, ou mapas etc.); são textos (ou fotografias, ou mapas etc.) transmitidos por certas razões, sob certas condições, graças a um dispositivo material adequado, a começar pelas coordenadas no seio de uma série de “lugares” (cidade, depósito, fundo, série etc.), que assim “fossilizaram” uma série de usos, entre os quais aqueles precisamente para os quais foram conservados originalmente, bem como aqueles dos primeiros arquivistas, com frequência diferentes dos nossos. Nessa perspectiva, a materialidade dos arquivos aparece em primeiro lugar. Os arquivos são objetos que adquirem seu sentido em uma série material objetiva, e não apenas textos que carregam testemunhos (ANHEIM, 2004, p. 179 apud HEYMANN, 2012, p. 37).

Isso faz sentido ao olharmos para o Memorial da República e seus arquivos. Quem seleciona e organiza? A pesquisa, entretanto, não se debruçou sobre o processo de seleção e organização dos arquivos, mas sim sobre o que foi selecionado para ser lembrado ou esquecido/silenciado.

Os “arquivos pessoais ocupam lugar absolutamente periférico no contexto das análises sobre construção social dos arquivos” (HEYMANN, 2012, p. 38). Também é possível perceber a existência de processos em que “pesquisadores que entraram em contato com o arquivo com

outros interesses de pesquisa e, posteriormente, os transformaram em objeto de análise” (HEYMANN, 2012, p. 39). De certa maneira, esse foi o processo que a presente pesquisa passou, uma vez que, inicialmente, a intenção era um estudo de trajetória que, em contato com os arquivos, principalmente com a parte museológica do MRPIF, se voltou para a construção dessa trajetória nos lugares de memória (e arquivo)<sup>61</sup>.

Existem poucos trabalhos sobre arquivos pessoais e é preciso investigar, pois estes arquivos não são acúmulos naturais, e sim, construções. A doação do arquivo envolve o que, quais questões? Um coroamento de uma atuação pública consagrada? Uma redenção futura? Reconhecimento pela história, que foi negado em outro momento?

Outro texto interessante – por sublinhar aspectos da relação dos titulares com seus papéis, apontando para os discursos (orais e escritos) que acompanham a doação dos arquivos – foi produzido com base na experiência de Christian Hottin como arquivista do Centre des Archives du Monde du Travail, um dos depósitos que integram o Arquivo Nacional da França. O autor sugere que o gesto de doação, muitas vezes, enseja negociações por parte do titular, que tem como objetivo tentar “controlar” as leituras dos documentos, minimizando o imponderável do julgamento histórico. A entrada do arquivo em uma instituição arquivística não garantiria, portanto, um destino único e previsível para a memória do titular, uma vez que o uso e a interpretação dos documentos lhe escapam (Hottin, 2005). Essa reflexão me leva a considerar que a doação implica também uma dose de risco (HEYMANN, 2012, p. 43).

Heymann afirma que a classificação e a identificação podem produzir hierarquias e isso é perceptível em alguma medida no Memorial: o cargo da Presidência da República, e dentro da presidência, o tripé, a parte de cultura também, o Fusca. Da mesma forma, hierarquiza pontos positivos da carreira de Itamar e/ou da história da República brasileira, em detrimento de momentos conflituosos e autoritários desta história republicana.

Sinto, por vezes, que essa pesquisa pode ser “resumida” como, num sentido mais amplo, uma tentativa de elaboração de “biografia do arquivo” (expressão utilizada por Heymann), tendo em vista uma análise crítica dele:

A expressão “biografia do arquivo” foi utilizada por Cunha (2005) para designar o inventário, ou seja, o instrumento de consulta por meio do qual o pesquisador tem acesso à descrição das unidades documentais do fundo. Em texto anterior, considerei o inventário, antes, como um tipo de “narrativa biográfica” sobre o titular, já que ele operaria um encadeamento dos fragmentos que registram sua trajetória, dotando-a de uma inteligibilidade específica (Heymann, 1997b). Ao utilizar a expressão “biografia do arquivo”

---

<sup>61</sup> Também é interessante perceber como se deu o processo de passa de guarda do arquivo pessoal para uma instituição e, depois, outra e ressaltar que esse processo é ainda inconcluso, como percebi e ouvi algumas vezes em que fui ao Memorial, até final de 2019, antes da pandemia. Como se deu esse processo de “escrita de si” e “produção de si”? Heymann fala um pouco do arquivo pessoal de Gustavo Capanema, mineiro e estudado por Helena Bomeny (2001).

ao longo deste trabalho, eu o farei na acepção de Randolph, ou seja, para me referir à história da construção do conjunto documental considerado “o arquivo” de uma entidade, seja ele pessoal ou institucional (HEYMANN, 2012, p. 46).

É interessante contar a história da construção do conjunto documental e analisá-la, posto que arquivos agregam sentidos ao longo do tempo (HEYMANN, 2012). Não só sentido, como importância também, pois, ao mesmo tempo em que damos respaldo ao novo, o novo também é desacreditado em determinadas esferas e situações.

Luciana Heymann (2012) referencia Bourdieu, sobre biografia e a “ilusão biográfica”, assim como esse trabalho:

Sem dúvida, a sugestão de traçar a biografia dos arquivos é interessante ao contribuir para desnaturalizá-los, em vez de reificar sua “coerência”, mostrando como eles, da mesma forma que os indivíduos, são muitas vezes objetos de ilusões que fazem desaparecer discontinuidades e deslocamentos, perdas e acréscimos, tanto materiais quanto simbólicas. Nesse sentido, trata-se não de tomar o arquivo como uma entidade simplesmente, mas sim de entender como se torna uma entidade com certos contornos, certa localização e certos atributos. (HEYMANN, 2012, p. 47).

Essa é uma tarefa importante para a presente pesquisa, não somente em termos do arquivo em si, como também de todo o Memorial, e a relação entre outros com o Instituto Itamar Franco. Assim, Heymann (2012) ressalta o lugar dos arquivos pessoais nas reflexões metodológicas do campo arquivístico. Dessa forma, arquivos são:

Documentos produzidos ou usados no curso de um ato administrativo ou executivo (público ou privado) de que são parte constituinte e, subsequentemente, preservados sob a custódia da pessoa ou pessoas responsáveis por aquele ato ou por seus legítimos sucessores para sua própria informação (JENKINSON citado por SCHELLEMBERG, 1956, p. 36 apud HEYMANN, 2012, p. 51).

E prossegue, em outra citação:

Um ou mais conjuntos de documentos, qualquer que seja a data, sua forma ou suporte material, acumulados num processo natural por uma pessoa ou instituição pública ou privada no transcurso de sua gestão, conservados, respeitando aquela ordem, para servir como testemunho e informação para a pessoa ou instituição que os produziu, para os cidadãos ou para servir de fontes para a história (Heredia Herrera, 1986: 89 apud HEYMANN, 2012, p. 51).

Já “os arquivos privados, categoria que inclui os arquivos pessoais, são definidos a partir dos arquivos públicos” (HEYMANN, 2012, p. 52). Logo, se pensarmos no processo de acúmulo e guarda do arquivo de Itamar, ele vai do privado<sup>62</sup> (desde o pessoal até o IIF), para uma

---

<sup>62</sup> Cf. Gomes (1998).

entidade pública, o Memorial, pertencente à UFJF. Sobre arquivos permanentes, pouca atenção se dá aos arquivos pessoais:

A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papeis produzidos/recebidos por entidades ou pessoais físicas de direito privado. O que se pode aqui especificar é que, sendo papeis ligados à vida, à obra e às atividades de uma pessoa, não são documentos funcionais e administrativos no sentido que possuem os de gestão de uma casa comercial ou de um sindicato laboral. São papeis ligados à vida familiar, civil, profissional, e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. (BELLOTO, 1991, p. 254 apud HEYMANN, 2012, p. 53).

O acervo de Itamar no MRPIF conta com uma biblioteca e um arquivo. A biblioteca contém livros que Itamar acumulou durante a vida inteira, não diretamente oriundos de funções exercidas pelo titular como político. São livros sobre variados temas e assuntos que servem de consulta para alunos da UFJF e demais pesquisadores. O arquivo, por sua vez, contém fotos de toda vida pública e cartas destinadas ao Presidente. Tendo isto em vista, “a caracterização dos arquivos pessoais ressalta a dimensão “funcional” da vida de seus titulares, ou seja, as atividades que desempenharam na cena pública” (HEYMANN, 2012, p. 54) que são selecionados e guardados a partir de motivações e critérios. Acredita-se que a passagem dos documentos do acervo de Itamar do IIF para o MRPIF durou alguns anos até ser concluída. Para garantir que sejam abordados como arquivos, os arquivos pessoais devem ser submetidos aos princípios da ciência arquivística (HEYMANN, 2012). Heymann (2012) informa também que pode haver uma chama de zona de penumbra e, por existirem documentos diversos que são passíveis de integrar um arquivo, existe uma dificuldade de enquadrá-los em determinadas metodologias<sup>63</sup>.

Especificamente sobre os arquivos dos presidentes da República, em nota, Heymann (2012) nos informa:

No caso dos presidentes da República, sobretudo após a Lei n. 8394, de 1991, que declarou de interesse público e social os acervos documentais privados de presidentes da República e criou a Secretaria (depois Departamento) de Documentação Histórica, a documentação, desde sua produção e seu recebimento pelo gabinete do Presidente, é submetida a uma série de procedimentos que asseguram os metadados necessários à correta contextualização dos documentos. A decisão da equipe responsável pela organização do arquivo no Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) de

---

<sup>63</sup> Para ter informações mais detalhadas e confirmadas sobre o que não foi ou ainda não foi para o MRPIF, seria necessário entrevistar a secretária Neusa Miterhoff, no IIF, assim como os métodos de organização e sistematização dos documentos, de responsabilidade de Lillian e Kelly no MRPIF, e também os documentos em zona de penumbra.



dar tratamento individualizado aos documentos, tomada com o objetivo de aproveitar o trabalho realizado pelo sistema de informações da Presidência da República, confirma o caráter sistemático do procedimento: as conjunturas para as quais os documentos haviam sido criados foram registradas em um sistema de informações (CAMARGO & GOULART, 2007, p. 35 apud HEYMANN, 2012, p. 56).

Em relação a esse tipo de arquivo, existe uma “zona de indeterminação quanto à natureza – pública ou privada – dos arquivos pessoais de titulares de cargos públicos” (HEYMANN, 2012, p. 57), quanto à sua construção como “memória nacional”. Ademais, existe uma especificidade desses acervos, do ponto de vista legal<sup>64</sup>.

Sobre as particularidades de arquivos pessoais de homens públicos<sup>65</sup> (indivíduos que ocupam cargos político-administrativos), interessante notar que, no francês, se utiliza *Hommes Politiques* (HEYMANN, 2012, p. 8, nota 38), com seus papéis públicos e privados e as polêmicas em torno disso (HEYMANN, 2012). Considerando isto, “políticos são homens mistos e produzem arquivos mistos” (HEYMANN, 2012, p. 61), o que ressalta a natureza múltipla dos homens públicos e a natureza híbrida de seus documentos.

Conjuntos pessoais ficam entre o público e o privado, o político e o não político, e, em certa medida, isso parece acontecer também no caso dessa pesquisa, o que poderia ser confirmado através de entrevistas, mas, como ressaltado já na introdução desta, se mostra como um limite.

A legislação brasileira prevê que o arquivo de ex-presidentes<sup>66</sup> é “Arquivo privado de interesse público e social” (HEYMANN, 2012, p. 59), que continua sendo privado. Heymann frisa a diversidade de situações em que o indivíduo acumula e produz documentos – através de cartas e documentos mistos. Isso pode ser notado em relação aos documentos presentes no acervo do MRPIF, e que vai apresentar características distintas em relação a períodos em que Itamar viveu e os cargos públicos ocupou:

De uma forma geral, o exercício de funções públicas está bem documentado nos arquivos de homens públicos. Como mencionei, o acúmulo documental correspondente a esses períodos resulta de uma ação rotineira, desempenhada por funcionários e secretárias, e reflete as necessidades de gestão dos gabinetes e a preocupação em manter as provas da ação dos titulares à frente dos cargos políticos que exercem ou exerceram (HEYMANN, 2012, p. 61).

---

<sup>64</sup> O CPDOC (FGV) desenvolveu uma metodologia de organização dos documentos e é um exemplo (HEYMANN, 2012).

<sup>65</sup> O termo “homens públicos” para referir-se a pessoas públicas é utilizado por Heymann (2012). Por isso, optou-se por manter o uso do termo.

<sup>66</sup> Sobre entidades memoriais de ex-presidentes, ver Anexo 1.

O arquivo entre usos e representações, como traz Heymann (2012), ressalta a relação entre entidade produtora (indivíduo) e arquivo – ou seja, conjunto de documentos acumulados em situações distintas, em diferentes períodos, submetidas ou não a seleção, descartes e ordenamentos.

Logo, “o arquivo é sempre maior do que a somatória das partes que o integram, o que significa que cada uma delas carrega consigo a cunha da entidade produtora como um todo” (CAMARGO & GOULART, 2007, p. 48 apud HEYMANN, 2012, p. 63). Sendo assim, “[...] arquivos pessoais são levados a ocupar um lugar além das fronteiras da vida individual, transformando-se, por meio de sua coleta e institucionalização, de ‘provas de mim’ em ‘provas de nós’” (HEYMANN, 2012, p. 65), o que vemos com o acervo de Itamar, transformado-se em acervo do MRPIF.

Seriam, por conseguinte, atributos dos documentos do arquivo: imparcialidade, autenticidade, inter-relacionamento, unicidade (HEYMANN, 2012). Como visto anteriormente, a “naturalidade” não cabe à acumulação operada pelos indivíduos, marcada pelo arbítrio e distintas temporalidades do que por um “fluxo” natural de documentos produzidos e recebidos. Arquivos “são repertórios de sinais da personalidade do titular, participando dos processos de apresentação e representação de si” (HEYMANN, 2012, p. 66) e o perfil dos documentos depende dos desígnios e das características de seu titular, além dos terceiros que atuam na acumulação (HEYMANN, 2012).

Heymann, ademais, ressalta que existe uma “narrativa” que “reforça a ilusão de uma acumulação contínua e ‘natural’, paralela e concomitante ao exercício das atividades, encobrendo seleções, lacunas, reordenamentos e reutilização dos registros” (2012, p. 69-70). Em relação aos arquivos pessoais, uma metodologia que se utiliza de um único princípio de organização pode produzir artificialismos e exclusões:

Personalidade, visões de mundo, investimentos em carreira e imagem pública objetivam-se nos arquivos pessoais e nos usos dados a eles pelos titulares ou por seus herdeiros, fornecendo chaves para compreender o arquivo que ultrapassam as tradicionais associações entre *trajetória* e *documentos* (HEYMANN, 2012, p. 70).

Assim, a autoimagem do titular pode estar representada no processo de seleção e guarda de registros com certo “padrão” (HEYMANN, 2012). “Apenas pesquisas em profundidade, que tomem cada arquivo como objeto de análise, poderão desvendar usos e sentidos associados a cada conjunto documental” (HEYMANN, 2012, p. 71).

Em suma, entender os conjuntos documentais de natureza pessoal como produtos de investimentos sociais mais do que produtos “naturais” da

trajetória dos indivíduos, como repositórios de valores e representações mais do que simples registros de atividades, são aspectos para os quais gostaria de chamar a atenção. Pouco valorizados nas pesquisas que tem investido nas condições sociais de produção dos arquivos nacionais, coloniais, institucionais etc., secundários com relação às discussões teóricas e metodológicas que mobilizam a comunidade arquivística – instigada, muitas vezes, pelas primeiras –, os arquivos pessoais permanecem, de maneira geral, em uma zona de silêncio, distantes do olhar crítico das ciências sociais e dos embates que tem dividido a arquivística contemporânea. Todavia, do ponto de vista do interesse dos historiadores, de sua utilização como fonte de pesquisa, eles assumiram lugar de destaque, coetâneo à revalorização do indivíduo na historiografia. Em outras palavras, ainda que periféricos nos debates sobre *arquivos*, desfrutaram de grande importância como *documentos* para a escrita da história (HEYMANN, 2012, p. 71).

Ao falar dos arquivos pessoais como fontes para a história, Heymann traz a discussão sobre a *École des Annales*, a história cultural e política, a legitimidade teórica do individual, o potencial teórico da abordagem qualitativa e da micro-história e o processo de revalorização da ação e dos processos de tomada de decisão. A chamada “Virada cultural” traz uma valorização dos arquivos pessoais como fonte para novas reflexões históricas (HEYMANN, 2012).

Meu objetivo, quanto a isso, resume-se a alertar para o fato de que, a despeito de sua utilização maciça em vários campos da história, e de os documentos pessoais terem sido submetidos a uma crítica de fontes, os arquivos pessoais – entendidos como conjuntos documentais resultantes de uma série de gestos e práticas, conformados pelos titulares, mas também por seus colaboradores, familiares e herdeiros, e disponibilizados por meio de estruturas institucionais que os “produzem” como fontes – não foram objeto de crítica por parte dos historiadores, seus maiores usuários (HEYMANN, 2012, p. 74).

Luciana Heymann, ainda, afirma que nem sempre há equivalência entre história de vida e arquivo pessoal e é um equívoco naturalizar tal relação. “Imaginar o arquivo pessoal como espelho de uma trajetória, a partir do qual se poderia reconstituí-la, é um grande equívoco” (HEYMANN, 2012, p. 75). Logo, “para entender a configuração do arquivo é preciso investir na história de sua constituição e custódia, na sua trajetória material, na sua ‘biografia’, como sugeriu John Randolph (2005)” (HEYMANN, 2012, p. 75). Nesse ponto, a presente pesquisa investe na constituição do MRPIF, narrando de maneira resumida a trajetória material do acervo, tendo como foco a configuração, as escolhas e os enquadramentos de memória feitas na parte museológica de tal instituição, partindo das principais referências e relações, com o IFF e com a principal biografia, e as relações que envolvem a custódia da memória do titular e demonstram a existência das ligações desse lugares de arquivo e memória, bem como com as relações sociais que envolvem a trajetória de Itamar, foco principal do Capítulo VI. Por fim,

Instituições criadas com a vocação declarada de preservar a memória têm sempre caráter político, na medida em que a memória é instrumento político, capaz de criar identidades, de produzir um discurso sobre o passado e projetar perspectivas sobre o futuro. Vale destacar, ainda, que a memória, objeto central dos empreendimentos, confere legitimidade ao projeto institucional e aos agentes sociais que a ele se dedicam. Para além dessa dimensão, a Fundação Darcy Ribeiro e o Instituto Fernando Henrique Cardoso visam, explicitamente, à intervenção na cena pública, interessando, portanto, perceber as maneiras pelas quais a memória, consubstanciada nos acervos pessoais, e a atuação política se combinam no discurso de legitimação dos dois empreendimentos e na construção da ideia do legado (HEYMANN, 2005, p. 9).

No desenvolvimento desta pesquisa, vamos refletir sobre a utilização desses lugares de memória como instrumento político, e em que medida esta pode ser capaz de criar identidades (especificamente a identidade do ser mineiro), intervindo na cena pública e o que envolve a construção de legado do titular Itamar.

### 2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Capítulo II tratou de apresentar de maneira bem resumida, os lugares de memória sobre Itamar. Tendo como ponto de partida o evento da morte de Itamar, o capítulo perpassou rapidamente as homenagens *post mortem*, apresentando o Instituto Itamar Franco, o Memorial da República Presidente Itamar Franco e a biografia autorizada “O Real Itamar” (YAZBECK, 2011). Depois de uma breve apresentação, foram apresentadas as lentes teórico-conceituais, a partir da revisão bibliográfica que orienta o conjunto dessa pesquisa.

Assim, o referencial teórico-conceitual parte da relação entre os campos das Ciências Sociais e da História (PERISSINOTTO, 2007; PAIVA, 2018; BOURDIEU, 1998) e de como ela se apresenta profícua e indispensável para pensar tal pesquisa. A partir daí, a História política (RÉMOND, 2003) também traz as suas contribuições. Objetivou-se, com isso, mostrar como os conceito de persona/personagem/identidade se ligam à questão da biografia, da trajetória de vida e da memória, bem como ao conceito de lugar de memória, que perpassa toda a tese, à noção de ilusão biográfica, e às relações entre memória e esquecimento, e memória e identidade. Ter em mente que a memória é construída socialmente e não se dá de maneira natural, que ela é seletiva, é o ponto de partida para pensar, olhar e analisar a biografia, o MRPIF, e o IIF. Tais conceitos, noções e relações, aqui abordados, portanto, devem ser considerados para o conjunto da pesquisa, no decorrer dos capítulos da presente tese. O próximo capítulo, por sua vez, tem como foco a biografia autorizada como fonte/objeto, partindo dessas noções, e principalmente da noção de “ilusão biográfica”.

### III A BIOGRAFIA AUTORIZADA COMO FONTE/OBJETO: A NARRATIVA “JUIZ-FORANA” SOBRE ITAMAR E O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA

#### 3.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta reflexões iniciais acerca da trajetória do engenheiro Itamar Franco, no que tange, principalmente, a sua entrada para a política, no nível local, analisando quais os recursos e moedas, o *background*, capitais políticos, econômicos, socioculturais utilizados nesse início que puderam contribuir para o êxito durante toda essa trajetória, extensa e importante, passando por vários poderes e entes do que se constitui a Federação brasileira. Escrever sobre o início dessa trajetória de maneira singular se torna um exercício complexo, uma vez que isso já foi feito anteriormente e por diversos tipos de fontes. Para este exercício, então, vamos nos debruçar sobre esta trajetória partindo da biografia autorizada desse político, “O Real Itamar”, de Ivanir Yazbeck (2011). Ela será tratada como fonte de informações básicas e necessárias para análise, mas também, a partir dessas informações, a pesquisa faz um segundo movimento, de olhá-la como um objeto, analisando a narrativa contida ali, e tendo como base o referencial teórico abordado no segundo capítulo desta tese, que nos permite entender a biografia de maneira crítica, como uma “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 1998), que faz escolhas e seleciona o que deve ser lembrado e esquecido (HUYSSSEN, 2000; 2014; HEYMANN, 2012).

Esse movimento trata, assim, as fontes tais como em minha dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2015); bem como o Diário Mercantil e as informações do MRPIF, entre outras. Através dessas fontes, buscarei ressaltar as principais questões propostas aqui, analisando, aprofundando e problematizando pontos e acontecimentos de conhecimento público, até então trabalhados do ponto de vista de textos biográficos clássicos, e elaborados cronologicamente, que muitas vezes naturalizam algumas questões relacionadas à socialização política deste personagem, como, por exemplo, a origem, os lugares de formação e escolarização, a formação de engenheiro, o casamento, entre outros, que se constituem como pontos de ênfase para esta pesquisa – analisados a seguir.

#### 3.2 ITAMAR FRANCO – ORIGEM E ASCENDÊNCIA

O primeiro ponto de relevo diz respeito à origem de Itamar, pois é através dela que poderemos perceber quem são os ascendentes, como essa persona nasce e se torna um “mineiro”, seus primeiros laços de sociabilidade, entre outros.

Com o nome de registro Itamar Augusto Cautiero Franco, era filho de Augusto César Stiebler Franco (brasileiro, filho de mãe alemã, Mathilde Stiebler, e de pai brasileiro, Archimedes Pedreira Franco – engenheiro) e Itália América di Lucca Cautiero (mineira, filha dos italianos Paschoal Cautieiro e Raphaela di Lucca Cautiero – dona de casa). Ivanir Yazbeck (2011) faz um resgate das informações sobre os ascendentes de Itamar. Assim, o casamento de seus pais se dá no ano de 1920 e Itamar nasce em 1929, fruto da união de brasileiros descendentes de imigrantes alemães e italianos que se instalam em Juiz de Fora (MRPIF, 2015<sup>67</sup>; YAZBECK, 2011). Visto isto, faz-se necessário ressaltar que Juiz de Fora, por sua vez, tem sua história marcada pela vinda de imigrantes europeus a partir de meados do século XIX, para trabalharem em construções de rodovias e substituírem a mão-de-obra escrava nas plantações de café, que possibilitaram o crescimento da cidade em termos urbanos e industriais, como fazem referências diversos trabalhos da historiografia local<sup>68</sup>.

Em relação às ocupações e às funções dos ascendentes de Itamar, sabe-se que o tio-avô ou tio de Itamar (Stiebler pela mãe de Augusto; homônimos são comuns de serem encontrados) tinha como propriedade a Cervejaria Dois Leões e a Malharia Stiebler. A biografia de Ivanir Yazbeck (2011) traz mais informações sobre os ascendentes de Itamar, informando que os Stiebler não vieram trabalhar nas obras da União Indústria, como grande parte dos imigrantes, mas sim por conta própria, atraídos pelas novas possibilidades de diversos negócios, contando com uma herança cultural e conhecimentos industriais adquiridos, como no ramo da produção de cervejas, sendo os alemães famosos por isso. O livro ainda informa que existia a cervejaria Stiebler em São João Nepomuceno – cidade mineira próxima a Juiz de Fora.

Aqui, cabe um ponto de questionamento. Compreende-se que os Stiebler, assim como outros imigrantes, vieram e constituíram seus próprios negócios, não trabalhando nas obras da União Indústria. Mas é necessário levar em consideração o contexto, uma vez que a construção de tal estrada se constitui como causa e consequência (talvez mais consequência do que causa) do desenvolvimento proporcionado pela produção de café da região, que possibilitou o desenvolvimento econômico, abrindo portas e tornando a região convidativa, ofertando possibilidades de novos e diversos serviços, como, inclusive, o ramo têxtil, o de cervejas, entre outros, os quais os Stiebler estavam ligados, assim como as outras famílias que serão citadas

---

<sup>67</sup> No Memorial da República Presidente Itamar Franco, notamos a presença de informações sobre os pais, sobre a maneira peculiar como Itamar nasceu, em um navio; e a presença da mãe Itália, acredito que até mesmo pelo fato de Itamar ter ficado órfão de pai antes mesmo de nascer.

<sup>68</sup> Para saber mais sobre a historiografia local e esse período histórico, ver: Esteves (2008); Genovez (2002); Miranda (1990); e Pires (2009).

adiante. Logo, não vieram para a construção da estrada, mas, de certa maneira, em decorrência dela e das oportunidades trazidas por ela.

Pelo lado do pai de Augusto, Archimedes, avô de Itamar, vinha os “Pedreira Franco”. Archimedes era professor na Escola Normal. Seu pai, Augusto, estudou desde o primário na Academia de Comércio. Formou-se na primeira turma de seis diplomados da Escola de Engenharia de Juiz de Fora<sup>69</sup>, em 1914, quando a cidade era conhecida como “Manchester Mineira”, sendo visto como um dos fundadores da Escola (YAZBECK, 2011).

Yazbeck (2011, p. 42) mostra que os “Pedreira Franco” tinham uma linhagem que “soava aos ouvidos de Itália com nobre sonoridade”. O tio-avô de Augusto, Augusto Cesar Pedreira Franco, foi juiz de direito e Presidente da Corte de Apelação do Estado de Minas Gerais. Seu bisavô (tataravô de Itamar), Atabalita Franco, exerceu Medicina e frequentava a Corte de Dom Pedro II em eventos íntimos, demonstrando Yazbeck (2011), assim, a “linhagem” elitizada de Itamar. Arruda (1990) vai falar sobre “nobilização”, conforme veremos no último capítulo de desenvolvimento desta tese. Sendo a busca por expressar o orgulho e o vínculo a uma “linhagem”, esse sentimento é uma das características que marca o tipo de solidariedade que institui autoridade política numa sociedade mineira marcada, em grande parte em sua história política, pela alternância em postos e funções de liderança no Estado, como por exemplo é o caso da Família Pinheiro, estudada por Castro Gomes (GOMES, 2005).

Pelo lado materno, Itália América, filha de italianos (Paschoal Cautieiro e Raphaela di Lucca Cautiero, referenciados acima) que prestaram homenagem dupla ao país natal e ao continente que migraram ao colocarem o nome na filha<sup>70</sup>, nascida em “Tarú-Assú”, distrito de São João Nepomuceno, Minas Gerais. Seu avô materno, Paschoal Cautiero, era dono de uma fábrica de selas e artigos de couros em geral, onde consertava calçados, botas e sapatos, localizada nos fundos de casa, e que empregava uma dezena de empregados. Após um incêndio que pôs fim à fábrica, a família se mudou para Juiz de Fora, onde as filhas teriam condições de estudar em um dos colégios tradicionais da cidade, o Colégio Santa Catarina, dirigido por freiras católicas (YAZBECK, 2011). Yazbeck (2011) descreve Itália como de hábitos finos e com alto nível intelectual, falando italiano por convivência com os pais, e alemão aprendido no Colégio pelas freiras.

---

<sup>69</sup> Um desses seis diplomados era Clorindo Burnier, quem dá o nome ao Diretório Acadêmico da Engenharia da UFJF, e também a outros logradouros e escola pública em Juiz de Fora (como também alguns de seus descendentes).

<sup>70</sup> Yazbeck (2011) ainda traz mais informações sobre o registro do nome de Itália.

Itália e Augusto, por sua vez, se conheceram e o casamento ocorreu em dezenove de janeiro de 1920. Tiveram quatro filhos: Mathilde, Maria de Lourdes, Augusto e Itamar, o caçula (YAZBECK, 2011). Fotos da família estão presentes tanto na biografia (YAZBECK, 2011) como no MRPIF. Com o quadro econômico bastante favorável ao Dr. Augusto, como era chamado, este é convidado pelo governo baiano à época para trabalhar lá e, assim, parte com a família, fazendo fama entre os empresários da região. Vitimado pela malária, deixa Itália viúva e grávida de Itamar, que nasce cerca de dois meses depois, a bordo do navio Ita, na tentativa da mãe de ter seu filho caçula em Juiz de Fora (YAZBECK, 2011).

O nome Itamar seria, por extensão, uma junção de “Ita”, o navio em que nasceu, e mar, já que sua mãe estaria em alto “mar” (IIF; YAZBECK, 2011)<sup>71</sup>. Logo, Itamar, como lembram várias fontes consultadas para essa pesquisa, de conhecimento público, foi registrado soteropolitano de nascença. Mas era vontade da mãe, Dona Itália, que o filho tivesse nascido em Juiz de Fora (YAZBECK, 2011), e, com o passar tempo, ele, de fato, se torna um mineiro<sup>72</sup>, é construído como um expoente da “mineiridade”, dimensão essa que terá lugar de relevo no desenvolver desse trabalho, contemplando as questões ligadas ao discurso e à memória, principalmente.

### 3.3 A FORMAÇÃO

A formação de Itamar também se constitui como outro ponto de relevo em sua trajetória, trazendo indícios e informações sobre a socialização política de Itamar. Desde a infância, Itamar Franco passou por instituições educacionais que, como a biografia “autorizada” indica, foram importantes espaços de socialização para a participação política, ou seja, para o “despertar do político” (YAZBECK, 2011; IIF, 2002). Em dissertação de mestrado defendida por um colega do PPGCSO, Rafael Barbosa Furtado (2017), podemos ver que são considerados: “agentes de socialização política clássicos: família, escola, mídia, internet, grupos de pares, assim como informações quanto a experiências anteriores de participação, atividades políticas e de opiniões referentes a temas políticos” (FURTADO, 2017, p. 5). Assim, esses agentes, muitos deles, estão presentes na trajetória de Itamar, como a formação católica (seu terço, lembrança da primeira comunhão, ambos presentes no MRPIF), a formação escolar no Grambery, a participação no

<sup>71</sup> Como sugere Yazbeck, essa seria uma “prova irrefutável do raro acontecimento” (2011, p. 44).

<sup>72</sup> Essa questão do ser “mineiro” se constitui uma dimensão de análise que será investigada em um capítulo específico, ao tratar da construção da persona política de Itamar enquanto um representante da identidade mineira, da mineiridade, mostrando, também, como essa noção de mineiridade é construída, com base em “Mitologia da mineiridade”, de Maria Arminda do N. Arruda (1990), bem como outras referências bibliográficas.



movimento estudantil, entre outras que podem fornecer uma ideia inicial do papel desses agentes nessa trajetória. Nessa subseção, vamos chamar a atenção para alguns desses pontos.

Segundo Yazbeck (2011), o primeiro colégio de Itamar foi o Jardim de Infância Mariano Procópio, localizado no Largo do Riachuelo, da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Para chegar ao colégio, ele tomava o bonde ainda bem pequeno. Por conta disso, Dona Itália opta por matricular Itamar no Colégio Grambery<sup>73</sup>, pela proximidade com o lar, propriedade que coube a ela em negociações com os parentes Cautiero, antes de se mudarem para a Bahia, localizada na Rua Sampaio, nº 398<sup>74</sup> (fotos expostas no MRPIF), próxima a outros parentes e onde Itamar cresce (YAZBECK, 2011)<sup>75</sup>. É no Colégio Grambery que Itamar vai começar a se envolver em determinadas atividades que podem ser entendidas como formas de uma “socialização política”. Teve formação católica, sendo devoto de Santa Terezinha (informação também presente no MRPIF), mas o Grambery era um colégio metodista – mas, mesmo assim sendo, não tinha aula de religião. Segundo Yazbeck (2011), a instituição se dedicava a estimular a expressão verbal, a oratória e a interpretação artística, com o lema de “inspirar a vontade de pensar e ser livre para pensar” (2011, p. 47).

Yazbeck (2011) ressalta que foi nessa instituição que os sentimentos de nacionalismo, entusiasmo cívico e patriótico foram estimulados, através do tocar do hino nacional e também dos desfiles de 7 de Setembro, onde Itamar ia marchando e tocando um tarol (um “civil militarizado”). No MRPIF, muitos desses marcadores estão presentes nos enquadramentos, bandeiras, brasões, cores verde e amarela, expressando nacionalismo e patriotismo, assim como a exposição de frases do titular da memória. Vale lembrar também que, nesse período, a elite política nacional era muita reduzida, se comparada aos dias atuais, e Juiz de Fora, com a importância que tinha, recebia políticos de renome nacional, com os quais Itamar teve diferentes tipos de contato no decorrer da formação escolar e profissional, como o caso de Gustavo

---

<sup>73</sup> Estudou em um colégio tradicional assim como os pais, Augusto na Academia de Comércio e Itália no Colégio Santa Catarina, ambos tradicionais e reconhecidos na cidade. No site do Instituto Metodista Grambery, existem mais informações sobre o Colégio, sua história, o museu e o arquivo histórico. Disponível em: <http://granbery.edu.br/institucional/sobre-o-granbery> Acesso em: 31 mar. 2018.

<sup>74</sup> Endereço onde hoje se encontra o Edifício Parque Itália. Acredita-se que o condomínio recebeu esse nome por conta da antiga moradora.

<sup>75</sup> Yazbeck (2011) descreve a casa como sendo grande: “[...] ampla, com quatro quartos, duas salas, e, a enriquecê-la ainda mais, um quintal de 80 metros quadrados, com horta, onde se recolhiam alfaces, couves e tomates das saladas, árvores frutíferas, e que se encerrava num muro de divisa com o terreno de propriedade do Colégio Stella Matutina. [...] A casa própria, além do pecúlio e algumas reservas financeiras que o marido acumulara – longe de os igualar aos mais ricos da cidade –, era o suficiente para uma vida decente, situando a família de Dona Itália entre as de classe média ‘remediada’. As residências da Rua Sampaio eram quase todas no mesmo estilo” (YAZBECK, 2011, p. 46-47).

Capanema, que ministrou palestra aos alunos do Grambery, e Bonifácio de Andrada, paraninfo da turma de Itamar na formatura em Engenharia, como veremos adiante.

Nas aulas de Educação Física do Grambery, Itamar descobriu a vocação para o basquete (fotos expostas no MRPIF), que permitiu que se tornasse técnico do time feminino do colégio em competições interescolares. Esta experiência, futuramente, permitiria que ele se tornasse Presidente da Liga Juiz-forana e estivesse presente no cenário esportivo da cidade nas décadas de 1950 e 1960 (YAZBECK, 2011).

Apesar de nunca ter sido reprovado no colégio, foi o único do quarteto de colegas a ser reprovado no vestibular para a Escola de Engenharia (o quarteto era integrado por ele e por Luiz Fernando Surerus, Fernando Magalhães, e Luiz Fávero). Após a reprovação, buscou se envolver com algumas atividades que, como consta na biografia, seriam importantes para sua trajetória política: prestou serviço obrigatório no Exército (foto e registro expostos no MRPIF) e foi recenseador do IBGE, adquirindo dados sobre a vida e o cotidiano da cidade, até que o outro vestibular chegasse<sup>76</sup>. Quando, em 1950, é aprovado no vestibular, se matricula na Escola de Engenharia (YAZBECK, 2011). Vale ressaltar que Itamar “herda” a profissão do pai e, junto com ela, os instrumentos e livros deixados pelo pai e guardados pela mãe (YAZBECK, 2011), fato esse que pode ser visto como a manutenção da “tradição”.

Durante a faculdade, se envolveu em atividades extracurriculares ligadas aos esportes, sendo Presidente da Liga Universitária Juiz-forana de Esportes, em 1951 (YAZBECK, 2011), e, depois, eleito presidente do Diretório Acadêmico da Engenharia Clorindo Bournier<sup>77</sup>. Em 1954, se forma engenheiro civil e eletrotécnico, aos 24 anos (YAZBECK, 2011), escolhido porta-voz de uma turma de 43 formandos, com um discurso (Anexo 2) contra as famílias tradicionais, as elites, falando sobre a relação entre engenheiros e política e o papel do engenheiro. O paraninfo da turma foi o Deputado Federal José Bonifácio Lafayette de Andrada – da UDN, opositor de Vargas e JK; intermediário de um conflito entre o DA e a direção tempos antes, como informa Yazbeck (2011).

---

<sup>76</sup> Itamar era um jovem de classe média que, reprovado no vestibular, foi trabalhar.

<sup>77</sup> A biografia de Yazbeck (2011), informa que Itamar teria sido presidente do Diretório, eleito em 1952 e reeleito por mais dois anos. Já a página do Diretório Acadêmico da Engenharia UFJF (Clorindo Burnier) informa que ele teria sido presidente do DA no ano de 1953, nomeando os demais nomes para cada ano. Existe uma discordância entre as fontes, mas parece que, em 1953 e 1954, Itamar estava à frente do DA, como comprovamos em notícias sobre a greve dos estudantes, informada por Yazbeck (2011) nas páginas 53 a 56. Nessa época, ele tinha uma proposta parlamentarista de gestão do D.A. e talvez esse fato tenha a ver com a incompatibilidade das informações das diferentes fontes. Ademais, Augusto Franco, pai de Itamar, se formou engenheiro em 1918, na primeira turma de formandos da Escola de Engenharia, conhecido como Dr. Augusto, da mesma sala de Clorindo Burnier, que dá nome ao Diretório Acadêmico.

Tangenciando a vida e a formação profissional, o fato de Itamar ser eleito presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia de Juiz de Fora pode parecer um ponto de pouco relevo na trajetória desse personagem, mas o movimento estudantil, enquanto uma forma de associativismo, permite uma experiência política importante, e em uma pesquisa no site da Hemeroteca Digital, pelo nome de Itamar, percebe-se que esse posto tinha uma outra importância, além da vivência, pela forma com que aparecia nos jornais, um pouco diferente do observado atualmente. Percebemos que, nesse período de formação, Itamar tem seu nome citado no periódico Folha Mineira, por exemplo, na busca feita na Hemeroteca Digital, no ano de 1954, ano de sua formatura no curso de Engenharia, em notícias sobre a polêmica envolvendo o Diretório Acadêmico, do qual era presidente, episódio narrado por Yazbeck (2011), que envolvia a direção da Escola de Engenharia e a Gestão do DA, em que o secretário Josué Lage pedia ao diretor Cristiano Degwert o congelamento das contas bancárias do Diretório em questão, para controlar a gestão como forma de reação à greve decidida em assembleia pelo diretório contra a permanência de um professor “arcaico”. O episódio teve a atenção também do Diário Mercantil, como nos fala Yazbeck (2011), como vemos na pesquisa no site da Hemeroteca, trazendo mais indícios das dimensões que tomou, sendo o nome de Itamar sempre mencionado em tais notícias como presidente do Diretório<sup>78</sup>, episódio que envolveu o Ministro da Educação à época, Balbino, e o deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada.

Depois de formado, Itamar continuou ligado aos esportes, sendo presidente da liga juiz-forana de basquete, sendo citado, no decorrer dos anos de 1956 e 1957, algumas vezes no jornal Folha Mineira<sup>79</sup>.

Essas referências sobre citações e ocorrências do nome de Itamar nos jornais têm o intuito de demonstrar que ele se fazia presente antes mesmo de entrar para a política partidária e formal, de fato, fazendo-se conhecido por determinados grupos da sociedade (aqueles que

---

<sup>78</sup> Site Hemeroteca - Jornal Folha Mineira: 12 de janeiro de 1954 – “Cresce o movimento de apoio aos estudantes”, Itamar Franco é citado como acadêmico e presidente do DA de Engenharia. 19 de janeiro de 1954 – “Apoio unânime aos estudantes”. 25 de janeiro – “Não aderi à camarilha” “ ao lado dos estudantes o engenheiro Paulo Brandão – Uma carta do presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário”. 22 de março – “Para o ministro, o DA não foi extinto”, Itamar recebeu o ministro da educação, Antônio Balbino.

<sup>79</sup> Hemeroteca: Folha Mineira: 28 fevereiro de 1956 – sobre a liga juiz-forana de basquete, citando que Itamar foi presidente da LUJE por um longo período. 2 de julho de 1956 – “constituída a diretoria da LJB” “Itamar Franco escolhido para a vice-presidência – a nova junta disciplinar” – liga esportiva de basquetebol. 2 de março de 1957 – “Eleições na liga de basquete”. Após o carnaval, a escolha dos novos dirigentes. Itamar Franco, o nome mais cotado para a presidência. 16 de abril de 1957 – “Jogos do interior em Juiz de Fora” Itamar presidente da liga de basquetebol. E a partir daí, algumas ocorrências no jornal, como presidente da liga no decorrer do mesmo ano.

tinham acesso e podiam ler jornais), apresentando tais laços de sociabilidade, como também por políticos de renome nacional, como o caso do ministro da Educação à época, entre outros.

#### 3.4 CASAMENTO E FAMÍLIAS

Outro ponto a ser levado em consideração pela presente pesquisa diz respeito ao casamento. Ao iniciar a pesquisa sobre Itamar, não tinha muito conhecimento sobre a união de Itamar Franco e Anna Elisa Surerus, a não ser que a noiva era de uma “família tradicional” de Juiz de Fora, fato que se expunha sempre em alguma conversa ou leitura.

O casamento será narrado aqui porque, além da aliança firmada por ele entre famílias, uma mais tradicional e a outra considerada de classe média, Itamar se casa em 1968, quando já Prefeito de Juiz de Fora. Sendo assim, é interessante explorar as relações sociais ali presentes.

Tanto o MRPIF quanto o IIF citam a união e as filhas, bem como a biografia (YAZBECK, 2011), que oferece mais alguns outros detalhes. Também se tinha conhecimento sobre o divórcio, anos depois<sup>80</sup>. Mas nada mais que pudesse servir a uma análise mais cuidadosa deste fato, com o intuito de verificar os objetivos e as dimensões de tal pesquisa.

O primeiro contato com o nome de Anna Eliza nas fontes foi no Diário Mercantil, ainda na pesquisa de mestrado (OLIVEIRA, 2015), na ocasião da vitória de Itamar na eleição em 1966, conquistando a prefeitura da cidade pelo MDB. Anna Elisa se fazia presente e era apresentada como noiva, “filha de família tradicional juiz-forana”, como podemos ver no Diário Mercantil, informando a vitória e entrevistando o novo Prefeito de Juiz de Fora:

---

<sup>80</sup> Itamar e Anna Elisa se divorciam beneficiados pela Lei do divórcio de 1977, lei essa pela qual Itamar declara voto contrário como Senador.

Figura 4 – Itamar e Anna Eliza no Diário Mercantil

EDIÇÃO DE HOJE  
6 PÁGINAS

# DIÁRIO MERCANTIL

Qrção dos DIÁRIOS ASSOCIADOS, fundado em 1912

ANO LV  
JUIZ DE FORA — Quinto-feira, 24 de novembro de 1966

RUBRICA AVULSO  
Cr\$ 60

N. 16.062

## SOLUÇÃO DA «CRISE DOS CASSADOS» PREVISTA PARA HOJE

ITAMAR, ELEITO, NA SUA PRIMEIRA ENTREVISTA:

### “Renovaremos os métodos administrativos colocando JF no lugar que lhe é devido no concêrto dos municípios”

Num esforço de reportagem, abaixo de toda aquela claravada da tarde de ontem, nossa reportagem deslocou-se para a Fazenda “Recanto”, situada a sete quilômetros de Cedeia, onde foi ouvir, em absoluta primeira mão, a palavra do prefeito eleito de Juiz de Fora, o engenheiro Itamar Augusto Cautiero Franco. Nossa grande equipe do DIÁRIO MERCANTIL, “Diário da Tarde”, FRB-3 e da Televisão Tupi não mediu esforços para ter oportunidade de transmitir, para a população, as primeiras impressões e posturas do jovem candidato vizinho.

Alegre, bem disposto, muito à vontade, como sempre (família esporte), o prefeito eleito nos recebeu com a habitual conhecida cortesia e colocou-se à vontade da reportagem “Associada”.

**COM HUMILDADE**

Inicialmente, declarou: “É com muito prazer, alegre mesmo, que faço esse primeiro contato com a imprensa de Juiz de Fora. Devo assinalar, como primeira palavra, que recebi esta generosa votação do povo com humildade. Esperamos, com a ajuda de Deus e de nossa grande equipe técnica, realizar um Governo que responda esse apoio que chega a nos emocionar”.

Mais adiante, depois de outras considerações, realizou: “Eleito prefeito da cidade, deixo bem claro que assumo as facções ou partidários. Governarei com o espírito voltado para todos os setores de Juiz de Fora, do distrito até o Subúrbio, ou Distrito mais distante. Não haverá distinção, mas sim, apenas justificação”.

**SENTIDO DE RENOVACÃO**

Indagamos do engenheiro Itamar Franco se ele chego a acreditar firmemente na vitória, antes do pleito. Respondeu:

— “Devo confessar que desde os primeiros dias da campanha senti no povo um desejo indistigável de renovação e senti no povo um desejo indistigável de renovação”.

**O PREFEITO ELEITO, A NOIVA, A REPORTAGEM** — Na foto de Jorge Couri, feita na tarde de ontem, na bela varanda da Fazenda “Recanto”, vemos o instante em que o prefeito eleito de Juiz de Fora, o engenheiro Itamar Franco, falava ao repórter dos “Diários Associados”. Na foto aparece, também, a jovem noiva de

feito eleito, senhora Anna Elisa Surerus, que, por sinal, é jornalista diplomada pela nossa Faculdade de Filosofia e Letras. Muito simpática, filha de tradicional família de nossa cidade, disse estar muito satisfeita e certa de que o seu noivo corresponderá a essa grande prova de confiança e apoio do povo de Juiz de Fora.

BRASILIA, 24 (De Afonso Fabre, da Surerus) — Anunciando a presença de 57 deputados, o sr. Ary Alcântara, quarto secretário, abriu os trabalhos da sessão da Câmara Federal, restando a atividade legislativa. Após o recesso decretado pelo presidente Castelo Branco, a ordem do dia não houve porque não fora previamente publicada no “Diário do Congresso”.

Em plenário, não se registrou uma palavra sequer, em torno do problema suscitado pelo presidente Adauto Cardoso quanto aos “cassados” admitindo-se que a solução está prevista para hoje, quando se espera “agorrum” para deliberação na Comissão de Constituição e Justiça.

Limitada aos pequenos pronunciamentos do “pinga fogo” e aos discursos do grande expediente a sessão foi bastante lúca, pois a maioria dos deputados, uma eleição e outros derrotados, preferiam trocar impressões em pequenos grupos, sobre a campanha eleitoral.

**Reforma agrária em marcha**  
RIO, 24 (Meridional) — Uma comissão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) chegou a Guanabara, a fim de apresentar ao presidente do Rio de Janeiro os estudos finais sobre a reforma agrária no Rio Grande do Sul. Trata-se do maior projeto do gênero na América Latina e prevê a criação de várias indústrias de transformação de produtos agrícolas.

**V Salão do Automóvel**  
S. PAULO, 24 (Meridional) — Quase cem mil pessoas inauguraram, nesta quarta-feira, o Salão do Automóvel em S. Paulo, preparado os “stands” de 130 expositores que, em parte do 2º Salão do Automóvel, a ser inaugurado, baseado pelo presidente da I pública.

**Reformulação de drama**  
BOSSA, 24 (UPD) — O drama da Fábula de Criele, ser completamente refeito, na Alemanha, com eliminação de todos os aspectos dramáticos e sentimentalistas. A reforma segundo do atorship Munich.

**Multa sobre imposto**  
RIO, 24 (Meridional) — Imposto Territorial não liquidado pela empresa de loteamento de terrenos de loteamento em Juiz de Fora, a multa de 100 mil reais.

**Jantar de posse da diretoria da UCV**  
Realizou-se ontem, na Churrascaria Pádua, o jantar de posse da nova diretoria da União Comercial dos Vereadores, presente, entre outros, representantes de firmas construtoras e das classes produtivas. Na ocasião usaram da palavra o presidente da UCV, sr. Milton Romanello, o representante da Câmara Parahibitória, o com



Fonte: Diário Mercantil, 26 de novembro de 1966, Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

A notícia se refere à família tradicional Surerus. Ao dar continuidade à pesquisa, também era desconhecido o fato de Anna Elisa Surerus ser uma Krambeck: Anna Elisa Krambeck Surerus; descoberta feita em uma fonte para essa pesquisa, a dissertação de mestrado sobre a Mata do Krambeck (CRUZ, 2016). Ao longo da escrita, levantaremos questões e proposições sobre o “porquê” disto.

Os primeiros membros imigrados das famílias Krambeck e Surerus foram contemporâneas dos pais e de outros ascendentes de Itamar descritos acima, também famílias de imigrantes europeus que se instalam em Juiz de Fora no século XIX. Voltando um pouco na genealogia da família de Anna Elisa, Detlef Krambeck tinha ofício de segeiro, fabricando de carruagens e, por meio desse ofício, adquiriu recursos, imóveis e propriedades<sup>81</sup> (CRUZ, 2016).

<sup>81</sup> Para saber mais sobre Detlef Krambeck e a história da Família, ver: Cruz (2016).

Segundo Stephan<sup>82</sup> (20??), João Wriedt, Peter Giese e Detlef Krambeck colocaram em funcionamento o primeiro curtume industrial do Brasil, Curtume Krambeck, em meados do século XIX. Por sua vez, os “Irmãos Surerus”, João, Henrique e Oscar, tinham como propriedade uma casa de materiais de construção e pintura e o Curtume Surerus, em 1900, segundo o site Juiz de Fora Online<sup>83</sup>.

Nos registros encontrados, essas duas famílias mantem laços de sociabilidade em torno da construção da Comunidade Evangélica Luterana, templo inaugurado em 1885, na Praça Agassis, construído sob a direção de Detlef Krambeck e seus auxiliares, João e Henrique Surerus (STEPHAN<sup>84</sup>, 20??). Assim, a filha de Detlef Krambeck, Guilhermina, se casa com Henrique Surerus, e, então, essas duas famílias se unem. Tais informações têm motivo para serem ressaltadas, uma vez que, desse casamento, nasce Guilherme Krambeck Surerus<sup>85</sup>, pai de Anna Elisa Krambeck Surerus (CRUZ, 2016). No decorrer desta pesquisa, não foi possível encontrar dados que fornecessem informações sobre ligações entre as famílias de Itamar (Stiebler, Franco e Cautiero) e de Anna Elisa (Krambeck e Surerus) no final do século XIX.

Onde se deseja chegar com essas informações sobre parentescos e laços de sociabilidade? A família Krambeck prosperou economicamente ao longo das décadas e é conhecida até hoje, principalmente por ter adquirido e preservado a “Mata do Krambeck”<sup>86</sup>, transformada em Área de Preservação Ambiental em 1992 (período em que Itamar ocupava o posto de Vice-Presidente), uma das maiores reservas florestais urbanas particulares do mundo, como nos informa Cruz (2016). Os Surerus, por seu lado, prosperaram politicamente, com Henrique Surerus (avô de Anna Elisa) tendo sido vereador em 1916-1918 e Osmar Surerus (diretor do Curtume Surerus, irmão gêmeo de Oscar Surerus, ambos filhos de Oscar Surerus, tio avô de Anna Elisa) em 1963-1966, contemporâneo de Itamar Franco. A família Stiebler não apresenta grandes aquisições econômicas e de propriedades, pelo que a investigação permitiu verificar. E o que se sabe sobre os Cautiero diz respeito às outras propriedades vizinhas à casa de Dona Itália, na Rua Sampaio.

Acredita-se que, por esses fatos, inclusive, Anna Elisa, em reportagem acima (Imagem 4), é apresentada como a “jovem noiva” apenas com o sobrenome Surerus, já que, por mais que

<sup>82</sup> Luiz Antônio Caixeiro Stephan, do blog “Colônia Alemã de Juiz de Fora”, Disponível em: <https://stephanimigracaoalema.blogspot.com.br/> Acesso em: 09 ago. 2017.

<sup>83</sup> Juiz de Fora Online. Disponível em: <https://juizdeforaonline.wordpress.com/arquivo/150anos/industria/> Acesso em: 10 ago. 2017.

<sup>84</sup> Ver nota de número 79.

<sup>85</sup> Pelos dados apresentados por Cruz (2016) e pelo Diário Mercantil (Guilherme Henrique Surerus), o nome completo do pai de Anna Elisa é Guilherme Henrique Krambeck Surerus.

<sup>86</sup> Hoje a área pertence a UFJF e foi transformada em Jardim Botânico.

a família Krambeck tenha prosperado economicamente, os Surerus prosperaram politicamente, alcançando cargos políticos em décadas diferentes ao longo da história e, inclusive, no momento da disputa política de Itamar pela prefeitura da cidade, sendo ele reconhecido mais por sua formação como engenheiro do que por seus sobrenomes, ou pelo sobrenome Franco.

No que se seguiu, a busca por informações nos colocou de frente para a biografia autorizada de Yazbeck (2011), que fornece dados de como os dois se conheceram, onde foram realizadas as cerimônias, civil e religiosa, e as datas, informando ainda a presença de algumas pessoas. Infelizmente, a biografia, apesar de trazer informações e pistas de onde e como continuar a pesquisa, resume a uma página o acontecimento. Acredita-se que isto se deve ao não êxito da união e à separação, anos depois. Assim, o que se ressalta é o silenciamento, ou melhor, a pouca importância dada ao acontecimento (cerimônia, festa, convidados, trâmites) por parte desta fonte (YAZBECK, 2011), em oposição à extensa cobertura dada pelo jornal à época do acontecimento, como exposto abaixo. Como nos informa Yazbeck (2011), o casamento se deu depois de cinco anos da primeira troca de olhares, com uma cerimônia civil e uma religiosa, unindo o casal descendente das famílias de imigrantes europeus estabelecidos em Juiz de Fora. Em 4 de junho de 1968, aconteceu a cerimônia civil, na casa dos pais da noiva, na Rua Pasteur, oficializada por Antônio Carlos Castanõn Mattos, e o suboficial José Carlos Vilela de Castro (DM, 5/6/1968), sendo “íntima e familiar”.

Em cinco de junho de 1968, o Diário Mercantil traz na capa uma foto do brinde entre Itamar e Anna Elisa Surerus após o casamento civil. No seguir das páginas do jornal, se vê mais informações sobre a cobertura do “casamento (civil) do ano em JF”, em reportagem feita por Ismair Zaguetto<sup>87</sup> e fotos de Jorge Couri<sup>88</sup>, com fotos dos noivos e do pai da noiva e de Itamar e sua mãe, Itália.

A notícia do Diário Mercantil do dia 5 de junho de 1968 traz detalhes sobre a cerimônia, utilizando recursos discursivos para informar que a presença da reportagem surpreendeu Itamar, uma vez que a cerimônia era “íntima e familiar” e era natural que não houvesse divulgação. Mas tanto Ismair Zaguetto quanto Jorge Couri eram amigos da família, como nos informa Yazbeck (2011), mesmo que estivessem ali cumprindo suas funções profissionais. No que se segue, a notícia ainda informa o nome dos presentes e dos padrinhos dos noivos:

Iniciava-se a cerimônia logo em seguida, com a noiva, srta. Anna Eliza, trajando um vestido de lã, branco, trabalhado à mão, com uma echarpe de sêda natural, azul-marinho e sapatos brancos, tendo na parte superior um medalhão

---

<sup>87</sup> Sociólogo e jornalista, foi redator do “Diário Mercantil” e editor do Diário da Tarde, além de superintendente da Fundação Alfredo Ferreira Lage.

<sup>88</sup> Chefe de reportagem fotográfica dos Diários Associados.



de cristal. Os padrinhos da noiva eram seus pais Guilherme Henrique Surerus<sup>89</sup> e Formosinda Zilah Surerus, o sr. Antônio Athos Branco da Rosa e as sras Carolina Eliza Krambeck<sup>90</sup> e Virgínia Rezende Lott e os padrinhos do noivo eram os casais Tales Costa<sup>91</sup> – Maria Lúcia Lery Costa e Nilson Bonhs Martins<sup>92</sup> – Águeda Lopes Martins. A cerimônia foi rápida, entrecortada dos “flashes” dos fotógrafos e contou com um bonito discurso do Juiz de Paz. Eram exatamente 11:14 horas quando se ouviu as clássicas (e assim mesmo emocionantes) palavras: “Em nome da Lei, declaro-os casados”. Um brinde de champanhe concluiu a solenidade. O casamento tem o registro n. 14236. Outros parentes da noiva encontravam-se presentes entre os quais o industrial Alfredo Surerus<sup>93</sup>. O mesmo aconteceu com o noivo. Presentes sua genitora, sra. Itália Franco, bem como os irmãos do prefeito, o médico Augusto Cautiero Franco<sup>94</sup> (que chegou ontem do Rio) e a conhecida pintora Mathilde Franco (DM, 05 jun. 1968).

A reportagem ainda buscou uma declaração da “PRIMEIRA DAMA” de Juiz de Fora<sup>95</sup>. E conclui informando sobre o casamento religioso. Não se tem informações sobre quem seriam Antônio Athos Branco da Rosa e Virginia Rezende Lott, ainda que com sobrenomes conhecidos, mas acerca dos padrinhos do casamento civil podemos levantar algumas considerações. Por parte de Anna Eliza Surerus, nota-se um reforço do veio familiar, tendo como padrinhos seus próprios pais e mais uma parente, Carolina Eliza Krambeck. Pelo lado de Itamar, notamos um reforço de outro tipo de relação, tendo como padrinhos amigos, um, sócio da empresa ITEC, Nilson Bohns, e outro, secretário de governo na administração à época, Thales Costa.

A cerimônia religiosa aconteceu no Rio de Janeiro dias depois, em 8 de junho, na Igreja do Outeiro da Glória<sup>96</sup>, com recepção para cerca de duzentas pessoas no Hotel Glória<sup>97</sup> (YAZBECK, 2011), sendo noticiada algumas vezes e ainda de forma mais detalhada pelo Diário Mercantil dos dias 9 e 10 de 1968 (domingo e segunda-feira) e 11, terça-feira. Estampando na capa do jornal, uma foto de Anna Elisa e Itamar na Igreja: “Juiz de Fora no casamento de seu prefeito”<sup>98</sup> (DM, 9 e 10 de 1968).

---

<sup>89</sup> Engenheiro, industrial, diretor presidente do Curtume Krambeck e pecuarista da fazenda “recanto”, em Matias Barbosa.

<sup>90</sup> Tia avó de Anna Elisa (CRUZ, 2016).

<sup>91</sup> Engenheiro e empreiteiro de obras públicas. Membro da equipe de Itamar na administração 67-70.

<sup>92</sup> Advogado e empresário. Sócio de Itamar na ITEC.

<sup>93</sup> Alfredo Surerus como irmão de Guilherme, tio de Anna Elisa.

<sup>94</sup> Médico.

<sup>95</sup> Anna Eliza se expressou da seguinte forma: “Humildemente envio à população de nossa querida cidade, principalmente à mulher juiz-forana, uma mensagem de carinho e de confiança. Juntos, todos nós, independente de credo político ou religioso, de condição social ou de côr, haveremos de trabalhar pelo engrandecimento de nossa cidade e pelo crescente progresso do nosso querido Brasil” (DM, 05/06/1968).

<sup>96</sup> Sobre a Igreja, ver link disponível: <https://patrimonioespirtual.org/2016/05/20/igreja-de-nossa-senhora-da-gloria-do-outeiro-rio-de-janeiro-rj-2/> Acesso em: 10 nov. 2017.

<sup>97</sup> Sobre o hotel, ver link disponível: <http://diariodorio.com/histria-do-hotel-glria/> Acesso em em: 10 nov. 2017. Sobre a lista, seria interessante ter acesso e saber quem foram os duzentos convidados.

<sup>98</sup> Juiz de Fora, no caso, autoridades e famílias tradicionais. “a alta sociedade local”, como informa o DM.



Tal notícia trazia informações que seriam repetidas em uma reportagem do dia seguinte, 11 de junho, com mais detalhes, informando que “Quem foi ao Rio assistir ao casamento do Prefeito de JF deve ter ficado contente de ver, ali, no Outeiro da Glória, a alta sociedade local transferida para a Guanabara. Havia tanta gente conhecida que parecia mais um casamento na Catedral de JF” (coluna “Em primeiro plano”, DM, 11 jun. 1968). O casamento contou com engarrafamento próximo à igreja, pela quantidade de carros e “um batalhão de fotógrafos, cinegrafistas, TV, repórteres, luzes, holofotes, gente importante, perfumes no ar, a própria igreja, velas, tudo em profusão dava um ar de festa ao casamento do Prefeito Itamar Franco com a jovem Ana Elisa” (DM, 11 jun. 1968). Os cumprimentos tiveram como fundo a Baía da Guanabara (DM, 9 e 10 de junho, 1968). Depois, veio a recepção no Hotel Glória, onde tudo foi muito “prá frente”, segundo o jornal (DM, 11 jun. 1968).

Uma das notícias, a mais detalhada, traz informações mostrando a presença de algumas pessoas, dados esses importantíssimos para verificar a rede de relações familiares, sociais e políticos do então Prefeito Itamar. Em reportagem feita pelos mesmos jornalistas que cobriram o casamento civil, Ismair Zaguetto e Jorge Couri, informa-se que Juiz de Fora compareceu em peso através de suas autoridades e inúmeras representações. O casamento foi celebrado pelo Arcebispo D. Geraldo Maria de Moraes Penido e os cônegos Miguel Falabella e Isnard da Gama. Minutos depois do meio-dia, a dama de honra, a menina Luciana<sup>99</sup>, como informa o jornal, precedeu a entrada de Anna Eliza, que foi conduzida por Guilherme Henrique Surerus, seu pai, até o altar. Os padrinhos do noivo eram, segundo a notícia: Rafael Cirigliano Filho<sup>100</sup> e a sra. Clorita Burnier Cirigliano<sup>101</sup>; Carlos Renault<sup>102</sup> e sra. Isis Berlinck Renault<sup>103</sup>. E os padrinhos da noiva: Fernando Sepúlveda<sup>104</sup> e a sra. Aristotelina Sepúlveda; Detlef Surerus e a srta. Natalina Surerus<sup>105</sup>. O vestido foi confeccionado em Juiz de Fora por Modas Geny<sup>106</sup> e os

---

<sup>99</sup> Não se sabe quem era a menina Luciana e qual a ligação dela e da família com os noivos.

<sup>100</sup> Advogado, desembargador, acho que o filho de Rafael Armando Cirigliano, ex-prefeito da cidade. Acredita-se que ele foi advogado do curtume Krambeck (se não ele, o pai, pela proximidade do nome) (PROCÓPIO FILHO, 1979).

<sup>101</sup> Filha de Clorindo Burnier, que estudou com o Dr. Augusto Franco.

<sup>102</sup> Carlos Renault possui algum grau de parentesco com Cláudio Renault, vereador na época, e provavelmente irmão.

<sup>103</sup> Nascida em São João Del Rei, estado de Minas Gerais – psicóloga e autora de livros infanto juvenis –, Isis Berlinck Renault é formada em desenho e pintura pelo Instituto de Belas Artes do Rio de Janeiro. Site: <http://isisberlinckrenault.blogspot.com.br/> Acesso em: 12 nov. 2017.

<sup>104</sup> Acredita-se que esse seja Antônio Fernando dos Santos Sepúlveda.

<sup>105</sup> Parentes da noiva. Há uma discordância entre edições diferentes do Diário Mercantil de quem seria esse casal de padrinhos, aparecendo também os nomes Dêlson e Madalena Surerus. Não foi possível verificar, de fato, qual o nome do casal de padrinhos correto, mas acredita-se que seja Detlef e Natalina Surerus, pela existência desses nomes por outros membros da família.

<sup>106</sup> De Madame Geny, “dona da loja que era o alto padrão da moda de Juiz de Fora, para quem a gente também fazia os desfiles, naquela época” (LADEIRA, 2008 apud MUSSE, 2009). Disponível em:

arranjos de azaléas na cabeça foram feitos por Jorge Schuery<sup>107</sup>. O terno de Itamar, por sua vez, confeccionado por Zanzoni, seu alfaiate desde quando era estudante. A notícia destaca ainda as autoridades presentes:

Entre as destacadas autoridades que compareceram ao ato, anotamos a presença do general Itiberé Gouvea do Amaral, comandante da 4ª Região Militar, acompanhado de sua exma. Esposa, sra. Cenira Amaral. O Magnífico Reitor Moacir Reis foi representado pelo professor Irven Cavalieri<sup>108</sup>.

Todos os Diretores de Divisão da Prefeitura compareceram, bem como grande número de amigos e admiradores do prefeito, além, é claro, de familiares dos nubentes.

Havia muita curiosidade também, em torno da Igreja do Outeiro. Como se sabe, é um templo histórico. Lá comparecia, frequentemente, o Imperador Dom Pedro II. A Irmandade que cuida da Igreja ainda tem o nome de Irmandade Real. É a única obra no mundo que mantém aquela arquitetura (barroco simples). Tem forma octogonal.

A bagagem dos noivos havia seguido para o Rio na véspera. Sua lua-de-mel será de mais ou menos dez dias, pois na semana vindoura o prefeito estará despachando na Prefeitura.

A Câmara Municipal foi representada por cinco vereadores: Ignácio Halfeld (presidente)<sup>109</sup>, Cláudio Victor Renault<sup>110</sup>, Tarcísio Delgado<sup>111</sup>, Vera Faria<sup>112</sup> e Milton Romanelli<sup>113</sup>.

De acordo com o cerimonial da igreja, logo após os noivos, apareciam os pais dos mesmos: sr. Guilherme Henrique Surerus e sra. Zilah Surerus e sra. Itália Franco. Em seguida, os quatro casais de padrinhos.

Um “velho amigo” do prefeito, ao cumprimentá-lo, teve essa curiosa expressão: “É, Itamar, nossa turma de solteiros está acabando. O Colucci<sup>114</sup> casou-se; agora você; no dia 22, o Luiz Fernando Surerus<sup>115</sup>. Não tem jeito não. Vou ter que casar também, para não ser uma exceção na velha turma... (DM, 11 jun. 1968)<sup>116</sup>.”

Tal notícia ainda contava com fotos sobre a “bela invocação” e a “colocação das alianças”, e a edição ainda informa a presença de inúmeros dirigentes de associações, diretores

---

<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/A%20hora%20e%20noticia%20reflexoes%20sobre%20o%20telejornalismo%20mineiro.pdf> Acesso em: 20 jan. 2018.

<sup>107</sup> Cabelereiro reconhecido na cidade. Irmão de Nicolau Schuery.

<sup>108</sup> Advogado e professor na UFJF, departamento de comunicação. Jornalista, redator-chefe do “diário Mercantil” em 1976. Presidente do sindicato dos jornalistas de JF e da Casa do jornalista (PROCÓPIO FILHO, 1979).

<sup>109</sup> ARENA.

<sup>110</sup> MDB. Advogado. Alto funcionário da Receita Estadual. Presidente do Clube Juiz de Fora e da Liga juiz-forana de Basquete (PROCÓPIO FILHO, 1979).

<sup>111</sup> MDB.

<sup>112</sup> MDB.

<sup>113</sup> ARENA. Comerciante. Diretor de basquete do Sport Clube de Juiz de Fora (PROCÓPIO FILHO, 1979).

<sup>114</sup> Acredita-se que esse seja Luiz Antônio Horta Colucci, advogado, que regula idade com Itamar e é filho de Benjamin Colucci, que dá o nome ao Fórum de Juiz de Fora.

<sup>115</sup> Filho de Alfredo Surerus e Julia Alves Surerus, primo de Anna Elisa. Engenheiro. Diretor do DAE em 1976. Prefeito do campus da UFJF (PROCÓPIO FILHO, 1979). Amigo de Itamar desde os tempos de colégio (YAZBECK, 2011).

<sup>116</sup> Notícia completa disponível no Anexo 3.

da prefeitura, como já dito, e um representante do “Chanceler”, Magalhães Pinto<sup>117</sup>, além dos vereadores citados acima.

A partir daí, voltamos o olhar para outras fontes, em busca de mais informações sobre esse acontecimento familiar, mas também social e político. O casamento se deu em 1968, quando Itamar era Prefeito de Juiz de Fora em seu segundo ano de mandato, empossado em janeiro de 1967. Ao que se pode observar, foi uma cerimônia tradicional, só não mais tradicional por não ter sido realizada em maio, “mês das noivas”, e também mês em que se realizou o II Seminário de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata, envolvendo vários prefeitos e políticos da região e de outros níveis da federação.

Outro ponto é que a biografia afirma que, como Anna Eliza era jornalista, o grande acontecimento foi registrado com destaque na coluna social do influente jornalista de “O Globo”, Ibrahim Sued. Mas, ao pesquisar na página de tal jornal, não foram encontradas referências nos registros disponíveis na plataforma online para o período referenciado.

Outra questão diz respeito ao lugar onde foi realizado o casamento religioso, no Rio de Janeiro, e a maneira como foi anunciado, informando que “JF compareceu em peso ao casamento”, se referindo às autoridades e aos representantes, e não ao povo em si, pois a população de Juiz de Fora compareceria em peso, sim, se o casamento de seu prefeito fosse realizado na cidade. Talvez, inclusive, este tenha sido o fato que inviabilizara a celebração na cidade.

O conteúdo desenvolvido acima buscou trabalhar, através dos tópicos expostos, com os meios e os recursos que cercavam a vida de Itamar e contribuíram de uma maneira ou outra para sua entrada na política, e para o reconhecimento como político local que possibilitou sua projeção ao cenário nacional. No contexto de entrada para a política, podemos destacar que muitos personagens presentes na arena política tinham outras ligações com Itamar, principalmente no que diz respeito às famílias. A seguir, vamos destacar algumas dessas relações.

Ao analisarmos a trajetória de Itamar no que diz respeito à origem, sinalizamos que este é descendente de imigrantes europeus. Em fins do século XIX, início do XX, o processo de imigração de europeus para o Brasil é intensificado, e os imigrantes, fugindo das condições sociais, políticas e econômicas vivenciadas em seus países, vêm em busca de melhores

---

<sup>117</sup> Em 1968, mesmo ano do casamento, Magalhães Pinto era Ministro das Relações Exteriores, sendo um dos subscritores do AI-5, o Ato Institucional mais severo implementado pelo regime autoritário. Ver mais sobre em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-magalhaes-pinto-1> Acesso em: 08 abr. 2022.

condições de trabalho e moradia. Aqui, chegam como símbolo do “moderno”, substituindo a mão-de-obra escravizada, característica de um mundo tradicional, pela mão-de-obra livre e assalariada.

Ainda que a maior parcela de imigrantes tenha vindo e se instalado em troca de salário, uma parcela considerável, como podemos notar em Oliveira (2010), consegue abrir estabelecimentos na cidade, como é o exemplo da família Stiebler e de outras famílias, como Krambeck e Surerus, ressaltadas acima, imigrantes que, com o passar dos anos, se tornam tradicionais.

A união entre essas famílias se dá pelo casamento entre Anna Eliza e Itamar. A união no civil contou como padrinhos da noiva, em sua maioria, membros da família Krambeck Surerus, e os padrinhos do noivo, amigos com relações profissionais, um de seus secretários de governo e outro sócio na empresa ITEC. Tais informações, por sua vez, podem ser entendidas como um reforço da esfera familiar, de um lado, e um reforço da esfera profissional, de outro. Vale ressaltar um ponto importante, pois o Atlas da FGV<sup>118</sup> e o Jornal do Brasil (Hemeroteca digital) informam que Itamar trabalhou no Curtume Krambeck como engenheiro, informação encontrada apenas nessas fontes. A biografia autorizada de Yazbeck (2011), o MRPIF e o IIF não fornecem esse dado, se configurando outro silenciamento/esquecimento (HUYSSSEN, 2014) sobre a sua trajetória.

Já o casamento religioso contou, por parte de Itamar, com padrinhos de relações mais profissionais/políticas, de certa maneira. O padrinho de casamento, Rafael Ciriglino Filho, era filho do ex-prefeito da cidade de Juiz de Fora, Rafael Armando Cirigliano, ambos advogados<sup>119</sup>. A madrinha, sua esposa, Clorita Burnier, era filha do reconhecido engenheiro Clorindo Burnier, colega de Dr. Augusto na Faculdade de Engenharia. Da família Renault, temos Carlos Renault como padrinho por parte de Itamar. Seu irmão, Cláudio Victor Renault, era vereador pelo MDB, advogado, presidente do clube de Juiz de Fora e da Liga de Basquete da cidade, assim como Itamar já tinha sido. Por parte de Anna Eliza, observa-se que os padrinhos vinham de relações familiares e políticas, com os Surerus<sup>120</sup> e a família Sepúlveda. Além dos padrinhos, ressaltase a presença das autoridades no casamento: vereadores do partido opositor (ARENA), mas que, possivelmente, mantinham outros tipos de relações com Itamar, como o caso de Milton

---

<sup>118</sup> Verbete Atlas FGV, ver: <https://atlas.fgv.br/verbete/2142> Acesso em: 21 maio 2021.

<sup>119</sup> Não foi possível ter certeza de qual dos dois, pela proximidade do nome, mas um foi advogado do Curtume Krambeck, de propriedade da família da noiva, ampliando os laços de sociabilidade.

<sup>120</sup> Em ambos os casamentos, nota-se a presença de familiares de Anna Eliza como padrinhos. No civil, Krambeck e Surerus, no religioso, Surerus. Talvez esse possa ser mais um indício da força política dos Surerus em relação ao poder econômico dos Krambeck.

Romanelli, diretor de basquete do Sport Club, ligando-o a Itamar por essa esfera; o general Itiberê; o representante do reitor da UFJF; até mesmo o cabelereiro de Anna Eliza, Jorge Schuery, era irmão de Nicolau Schuery (ex-PTB), secretário de governo local de Itamar na época.

Notamos que Itamar se envolve em grupos diversos e distintos. Em relação à questão partidária, tem Clodesmidt de um lado, no início da trajetória, sindicalista, colega no PTB, e, de outro, Adhemar, que o nomeia diretor do DAE e tenta manter seu cargo, em 1964, logo após o golpe. Em 1966, no MDB, tem Oscar Silva como candidato à Vice-Prefeito da cidade em sua chapa, este um general do exército, que também foi presidente da Liga de Esportes de Juiz de Fora<sup>121</sup>. Sua candidatura polariza e aumenta a disputa intrapartidária, em certa medida, disputa da qual sai vitorioso.

Para além disso, vemos, no decorrer dos tópicos, que Itamar, desde os tempos de pequenos, na sua formação, tem laços de sociabilidade com membros de famílias tradicionais da cidade, como o caso da própria Surerus, por meio de seu amigo de colégio, Luiz Fernando, com os Colucci, Fávero, Hallack, entre outras, que vão aparecendo ao longo da trajetória. Também é possível notar que o ciclo de amizades e contatos de Itamar estava repleto de engenheiros, por sua própria formação, médicos, como João Felício, advogados, como os da família Colucci, o sócio Nilson Bonhs, de profissões reconhecidas e elitizadas, bem como jornalistas e radialistas, como Ismair Zaghetto<sup>122</sup>, entre outros.

Ainda, Juiz de Fora destacava-se em relação à política e Itamar, desde cedo, teve contato com políticos conhecidos nacionalmente, como o ministro da educação Balbino e o paraninfo da turma de formatura, José Bonifácio de Andrada<sup>123</sup>. Esses contatos continuam com a vinda do Presidente João Goulart à cidade, em 1963, e ao longo de sua primeira administração como Prefeito, apoiado por Tancredo Neves<sup>124</sup>, entre vários outros contatos que não cabem ser destacados por hora.

Acredita-se que, no início de sua trajetória, com os tópicos ressaltados, Itamar adquiriu recursos e moedas para entrar na política, ampliando sua rede de contatos, para além das relações partidárias (PTB), possibilitando alavancar sua carreira política, tornando o MDB hegemônico na cidade por dez anos (1966-1976) e conquistando a arena política nacional.

<sup>121</sup> Não se sabe o período exato em que foi presidente da Liga.

<sup>122</sup> Autor de “O bando de Sonhadores”, e homenageado pela Medalha Itamar Franco.

<sup>123</sup> Na conjuntura das eleições de prefeito e senador, reaparece como adversário político, arenista.

<sup>124</sup> Relação que, de certa maneira, continua com Aécio Neves, neto e mineiro, mesmo com rixa com o PSDB nacional e a figura de FHC. Vale lembrar também que Tancredo Neves foi um dos responsáveis por Itamar compor a sublegenda do MDB 2 para candidato à prefeitura de Juiz de Fora na eleição de 1966, na qual é eleito para cargo de prefeito na sua primeira administração.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se desenvolve ao contar os passos de Itamar em sua trajetória, a partir de uma perspectiva linear, cronológica (DOSSE, 2009; BOURDIEU, 1998), a biografia de Yazbeck (2011) vai abordar os cargos e os partidos, os “feitos” de Itamar como o Prefeito oposicionista do MDB na cidade de onde partiu o golpe civil-militar; o engenheiro conhecido como o Prefeito das obras; o Senador emedebista que lutou pela redemocratização do país; o Presidente que “colocou o Brasil nos trilhos” (YAZBECK, 2011), representante da ética na política, avesso à corrupção, fundamental ator para a manutenção da democracia, promovendo políticas sociais e econômicas, lutando contra a fome junto de atores como Betinho, contra o analfabetismo e a favor do acesso à saúde, e, principalmente, promovendo o plano Real, tendo reconhecida sua paternidade, mesmo com a exposição de tal disputa por parte dos atores envolvidos.

O que podemos ver, com isso, diferentemente do IIF e do MRPIF, é que as questões e os posicionamentos presentes na biografia trazem uma riqueza de detalhes maior que nos enquadramentos trazidos por esses outros lugares de memória e lugares de arquivo. Mas, em geral, os pontos fundamentais a serem desenvolvidos e ressaltados são abordados de maneira e postura semelhantes e a biografia serve de base e autoriza de certa forma o MRPIF para a seleção e a escolha dos enquadramentos de memória expostos naquela instituição, bem como os esquecimentos e silenciamentos decorrentes dessas escolhas. Isto, por sua vez, será objeto de análise dos dois próximos capítulos, sem deixar, claro, de conversar com a biografia (Yazbeck, 2011), quando necessário.

## **IV A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO POLÍTICO ITAMAR FRANCO PELO MEMORIAL DA REPÚBLICA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO**

### **4.1 INTRODUÇÃO**

Este capítulo tem como objetivo trazer aspectos da narrativa construída em (e de) Juiz de Fora, analisando-a a partir da relação entre memória e esquecimentos/silenciamentos, e tendo como principais bases teóricas Andreas Huyssen, Pierre Bourdieu, entre outros autores abordados anteriormente. É preciso levar em consideração, para tanto, que analisar o que se escolhe lembrar e esquecer/silenciar na trajetória de Itamar envolve uma relação muito mais complexa e dialética, para além dos lugares de memória e de arquivo.

Acredita-se que a narrativa analisada e encontrada aqui se explica, por um lado, pelos esquecimentos/silenciamentos, no que diz respeito ao governo Itamar em si (presidência), esquecido nos livros didáticos, na historiografia e na Ciência Política (com foco em Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso), ou simplificado como um governo de transição, sem a análise e contextualização de grandes acontecimentos, como a relação com o próprio impeachment, a votação de um plebiscito e a implementação de um novo Plano econômico, como veremos em uma seção específica, na qual a questão de discussão sobre a implementação do Real nos traz muitas reflexões. Por outro lado, verificam-se silenciamentos e esquecimentos que dizem respeito a conceitos que nos são caros, como as relações entre República e Democracia e a própria relação com a história e a cidade de Juiz de Fora, na qual podemos ver, de maneira geral, uma “romantização” da República (e de seus presidentes militares), e a expressão de democracia que, ao meu ver, também envolve silenciamentos e esquecimentos, quando se fala de um Prefeito reconhecido como opositor na cidade do golpe, que é lembrado por também ser engenheiro e pelas obras públicas que fez em um momento em que a cidade também era uma das regiões militares estratégicas para a manutenção do regime autoritário em termos de repressão, como nos traz a CMV-JF (2015).

De uma maneira geral, ao analisar a questão das memórias e silenciamentos, do que se escolhe lembrar e esquecer na narrativa oficial juiz-forana sobre Itamar, percebemos que essa análise envolve ter em mente que a principal problemática gira em torno da relação entre ator (atores) e estruturas em processos políticos complexos. A narrativa, ao apresentar-se como ilusão biográfica (BOURDIEU, 1998), oficial e, em alguma medida, mitologizada (DOSSE, 2009; ARRUDA, 1990), dando foco ao ator aqui em questão, Itamar Franco, produz esquecimento e silenciamento tanto de outros atores como de estruturas e processos políticos e sociais mais complexos (o que inclui o processo de implementação de políticas públicas, por

exemplo), além da exclusão de fatores explicativos. Como veremos mais adiante, a escolha e embasamento em elementos constitutivos de uma mitologia da mineiridade também favorece o foco no ator. E, como se trata de uma pesquisa em Ciências Sociais, não se pode deixar de problematizar essa relação entre ator e estrutura, como também os aspectos conjunturais, ao olhar para a trajetória em questão.

### A síntese memorial sobre os “feitos” de Itamar

Como busquei ressaltar anteriormente, Itamar, com seus “feitos” (e não fazimentos<sup>125</sup>), é descrito pelo MRPIF (entenda-se por um enquadramento-síntese das fontes museológicas e arquivísticas presentes lá) como partindo de um tripé: o Itamar político, o lado econômico e o lado social. Os aspectos ressaltados no tripé do Memorial são ratificados por referenciais bibliográficos com traços biográficos utilizados por essa pesquisa, como Yazbeck (2011), entre outros que aparecerão adiante.

Esses feitos e a relação entre memória e esquecimento serão expostos e analisados tomando por base o quadro a seguir:

Quadro 2 – O tripé narrativo sobre Itamar presente no MRPIF, suas memórias e esquecimentos

Memórias	Esquecimentos/Silenciamentos/problematizações
<b>Lado político</b> <sup>126</sup>	
Carreira de Prefeito a Presidente Dimensão partidária <ul style="list-style-type: none"> <li>• A relação com o MDB/PMDB como partido opocionista no âmbito local;</li> <li>• MDB/PMDB como ator político nacional importante para a transição democrática.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A complexidade das disputadas a nível local, incluindo disputa intrapartiária emedebista, na qual Itamar é responsável pela hegemonia emedebista na cidade por fatores desenvolvidos por Reis (1979), recebendo apoio de setores arenistas.</li> <li>• MDB/PMDB como partido oposicionista institucional e, por isso, limitado às regras do jogo. (KINZO, 1988).</li> </ul> <p>Questão do personalismo e das alianças. Fim da vida como Senador propondo candidatura independente.</p>
Sem domicílio partidário, mas ligação com o PMDB.	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prefeito oposicionista na cidade do golpe</li> <li>• O Prefeito engenheiro, o Prefeito das obras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relações e negociações com militares da 4ª Região Militar</li> <li>• Engenharia como principal capital político.</li> </ul>

<sup>125</sup> Termo utilizado por Luciana Heymann (2012) para fazer referência aos “fazimentos” de Darcy Ribeiro.

<sup>126</sup> Uma variedade de outras questões poderiam ser tratadas aqui, mas, a partir das escolhas de pesquisa feitas, devem ser tratadas aquelas que dão conta da relação entre partidarismo/personalismo, presidencialismo/parlamentarismo e a relação entre Executivo e Legislativo.



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Papel social da engenharia e a relação entre engenharia e política.</li> <li>• O contexto mais amplo em que se dava essa administração (nacional-desenvolvimentismo, noção de progresso e desenvolvimento, período de formação e administração influenciado por essas ideias e práticas).</li> </ul>
<b>Lado Social</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A ética na política contra a corrupção</li> </ul> <p>Fundamental negociador para a permanência da democracia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atuação dos movimentos sociais, inclusive o Movimento pela Ética na Política. O silenciamento sobre a chapa Collor.</li> </ul> <p>Outros fatores ligados ao contexto.</p>
<p>As Políticas públicas de educação e saúde. A luta contra a fome e o analfabetismo como o começo de tudo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Betinho e CNBB e a relação com no governo Itamar.</li> <li>• CAICs</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Movimentos que vieram antes e atores que estavam antes do seu governo emcampando essa luta.</li> <li>• Luta contra a fome anterior e papel da ONG Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.</li> <li>• Governo Paralelo do PT.</li> <li>• Continuidade das Políticas Públicas.</li> <li>• CIACs – CAICs.</li> </ul>
<b>Lado Econômico</b>	
A paternidade do Plano Real. Ministro Ricupero, em foto de lançamento da moeda	Complexidade do Plano, suas fases, toda uma equipe econômica envolvida, e o silenciamento de um ator fundamental, Fernando Henrique Cardoso.
O sucesso do plano como algo imediato.	A complexidade da estabilização da moeda.
Concessões	Privatizações

Fonte: Elaboração própria (2020), a partir das citações que envolvem o tripé do MRPIF (2015).

Tendo isto em vista, o Capítulo IV consiste em desenvolver e analisar o lado político desse tripé, analisando as dimensões voltadas para a construção social da trajetória política de Itamar, trabalhando a questão da política partidária, a estrutura da carreira, o principal capital político de Itamar, a Engenharia (BOURDIEU, 2012), além da oposição e da relação com militares. O Capítulo V, por sua vez, tratará da construção social de maneira que, ao focar o “lado social” e o “lado econômico” do tripé, dará ênfase ao período presidencial.

#### 4.2 “O LADO POLÍTICO”

Como podemos ver, o tripé que sintetiza o lado político de Itamar ressalta, a partir do texto abaixo, a trajetória “de Prefeito a Presidente”:

Biógrafos do presidente Itamar Franco situam o início de sua carreira política em meados de 1958, quando decidiu dividir o exercício da engenharia com a

experiência partidária, ingressando no velho Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

A gênese da vocação nascente talvez fosse anterior, considerando-se que, na Escola de Engenharia de Juiz de Fora, já se batia em duas refregas eleitorais: o Diretório Acadêmico, que presidiu; e também ali, como orador da turma de 1954, em que instava colegas diplomados a olharem “fora do âmbito da profissão”, o que soava como apela à vida pública.

Na passagem pelo PTB, logrou insucesso quando concorreu à vereança (1958) e a vice-prefeito (1962). Entretanto, as duas tentativas frustradas resultaram em uma conspiração a seu favor. O golpe de Estado de 1964 alcançou Itamar Franco liberado da antiga sigla para ajudar a fundar, um ano depois, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que, sem ser um partido nos moldes convencionais, figurou como primeiro esboço de resistência e contestação àqueles tempos em que as instituições democráticas sucumbiram com dificuldades.

Obtido o recurso da sublegenda no MDB, elegeu-se prefeito de Juiz de Fora, sendo empossado em janeiro de 1967. Prefeito oposicionista na cidade que acabara de ser o foco do golpe, Itamar conseguiu transitar, sem maiores tropeços, com o comando militar.

Elegeu-se para um segundo mandato em 1972, interrompido pela metade, por renúncia, intentando alcançar uma cadeira no Senado. Eleito senador, iniciou uma jornada de 16 anos na Câmara Alta, onde estaria de novo em 2010, poucos meses antes de sua morte.

O ápice dessa trajetória política o aguardava em 1992. Vice do presidente Fernando Collor, assumiu a Presidência da República, com o impeachment do titular. Depois de dois anos e quatro meses, mediante 84% de aprovação pública, deixa a Presidência e registra passagem, brevíssima, pelas embaixadas do Brasil em Portugal, na Organizações dos Estados Americanos (OEA) e, em posterior momento, na Itália.

Com slogan “Minas levanta sua voz”, elegeu-se governador do Estado, em 1998.

Itamar passou meio século de vida sem encontrar domicílio partidário que tivesse como ideal. Transitou por vários partidos, embora possuísse singular afeto pelo PMDB (WILSON CID, 2015<sup>127</sup>).

Nessa longa e necessária citação, podemos perceber, de maneira resumida, como são lembradas, por exemplo, a relação partidária, principalmente com o MDB, partido oposicionista, a relação da cidade de Juiz de Fora com o golpe civil-militar e a ditadura, e Itamar como o Prefeito engenheiro que realizou muitas obras de infraestrutura na cidade. Também aparece aqui o Presidente popular, com grande aprovação, e o Governador que permite que Minas levante sua voz, parafraseando o slogan da campanha.

Sobre a trajetória “de Prefeito a Presidente”, podemos traçar algumas observações apoiadas em Miguel (2003)<sup>128</sup>, a fim de refletir sobre o tipo de carreira seguida por Itamar, se típica ou atípica, buscando analisar de maneira mais aprofundada essa carreira

<sup>127</sup> Texto exposto no tripé do Memorial, inaugurado em 2015.

<sup>128</sup> Miguel (2003), nesse estudo, analisa deputados federais em determinada legislatura, mas a análise nos permite pensar carreiras políticas de uma maneira geral. Ver: Miguel (2003). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a10.pdf> Acesso em: 20 fev. 2021.

reconhecidamente longa. Miguel (2003) nos fornece a seguinte estrutura da carreira política no Brasil:

Figura 5 – Estrutura da carreira política no Brasil



Fonte: Miguel (2003, p. 117).

Se nos ampararmos nessa figura para firmar a carreira de Itamar, temos a seguinte estruturação:

Quadro 3 – Estrutura da Carreira Itamar Franco<sup>129</sup>

Senador	2009-2011
Embaixador	2003
Governador	1999-2002
Embaixador	1995-1996
Presidente	1992-1994
Vice-Presidente	1990-1992
Senador	1975-1982; 1983-1989;
Prefeito de cidade grande (Juiz de Fora estratégico)	1967-1970; 1972-1974;

Fonte: Elaboração própria (2021).

Se olharmos para a estrutura da carreira de Itamar e o título que a trajetória recebe, “de Prefeito a Presidente”, percebemos uma hierarquização dos cargos atingidos, mesmo que esta não se estruture na ordem “ideal” exposta por Miguel (2003). O autor (MIGUEL, 2003) ainda

<sup>129</sup> Candidato à vereador em 1958; candidato à Vice-Prefeito em 1962; candidato à Governador em 1985.

traz uma consideração acerca dos tipos de cargos referentes aos poderes Executivo e Legislativo, conforme a citação a seguir:

Seja como for, faz sentido ler o jogo político brasileiro em termos de uma carreira hierarquizada. Nela estão mesclados cargos no Poder Executivo e no Poder Legislativo – o Poder Judiciário, por suas características, fica excluído a priori. Uma carreira “ideal” combina experiências nos dois poderes. O Executivo confere maior notoriedade, já que cada cargo é “único”. Chefiar um Poder Executivo, em especial, significa disputar e ganhar uma eleição de alta visibilidade, seguida de um mandato também com grande publicidade potencial. O Poder Legislativo, por outro lado, é o espaço por excelência da socialização da elite política<sup>130</sup>, em seus diferentes níveis (local, estadual, nacional). Na medida em que o progresso na carreira depende tanto da popularidade (no sentido de capacidade de cativar o público externo ao campo político, o cidadão-eleitor comum) quanto do reconhecimento dos pares, que garante o apoio às candidaturas e as nomeações para os postos não-eletivos, a combinação de experiências gera as carreiras melhor equilibradas (MIGUEL, 2003, p. 118).

Nota-se que Itamar concorre em um pleito para vereador, sem êxito, depois para Vice-Prefeito (pelo PTB), também sem êxito, e, após isto, conquista a Prefeitura de Juiz de Fora, em 1966, pelo MDB. De acordo com a figura retirada de Miguel (2003), considerando Juiz de Fora uma cidade grande e estratégica politicamente para o regime autoritário, Itamar segue, entre suas possibilidades, a estrutura da carreira política no Brasil, se elegendendo ao Senado. Aqui, percebemos que o próximo passo, em relação à carreira hierarquizada, seria o cargo de Governador do estado. Itamar pleiteia a eleição para esse cargo em 1986, mas, novamente, sem êxito, permanecendo no Senado até 1989, quando “salta” para o cargo de Vice-Presidente da República (1990-1992). Só depois viria a ser eleito Governador de estado e, no fim da carreira, Senador novamente (terceiro mandato).

Tendo isto em vista, algumas observações precisam ser feitas. Segundo Miguel (2003), alguns cargos não são considerados na análise, mas podem ter, e possivelmente têm, influência em permitir aos políticos saltos em suas carreiras rumo a cargos mais altos na hierarquia, como líderes de bancadas (Senado) e Vice-Presidente da República – dois cargos ocupados por Itamar.

Nota-se que, de uma maneira geral, Itamar apresenta uma carreira “ideal”, ao combinar experiências nos diferentes poderes. Recebe, portanto, notoriedade no Executivo (primeiro como Prefeito, depois como Vice-Presidente e Presidente da República e mais tarde,

---

<sup>130</sup> Itamar chegou à vice-presidência depois de 15 anos no Legislativo Federal, no qual tinha um trânsito e uma socialização política, sendo reconhecido. Acredita-se que isso contribuiu para uma “aceitação” de parte dessa elite política dele como portador do futuro durante a crise política que levou ao impeachment de Fernando Collor, seu cabeça de chapa, como informa Sallum Jr. (2015).

Governador de estado). No Legislativo Federal, como Senador, angaria experiência, reconhecimentos por parte dos pares e convive nesse espaço de socialização política por excelência, como frisa Miguel (2003). A narrativa presente no MRPIF segue também esse padrão de hierarquização, a começar pelo próprio nome, com notoriedade do Executivo, ressaltando o primeiro cargo assumido, Prefeito (Executivo Municipal), mais ainda a Presidência da República (Executivo Federal) e, posteriormente, Governador (Executivo Estadual).

Outro ponto que se ressalta na narrativa é a questão da política partidária, dando ênfase ao início da trajetória, no PTB, e a maior permanência de Itamar no MDB/PMDB. Como podemos ver no quadro abaixo, Itamar foi filiado aos seguintes partidos:

Quadro 4 – Partidos e Filiações<sup>131</sup>

<b>Partido</b>	<b>Ano de filiação</b>
PTB	1955
MDB	1966
PMDB	1980 <sup>132</sup>
PL	1986
PRN	1989 <sup>133</sup>
PMDB	1997 <sup>134</sup>
PPS	2009 <sup>135</sup>

Fonte: Elaboração própria (2020).

O início da vida político partidária se dá em 1955. No ano seguinte à formatura em Engenharia (1954), Itamar filia-se ao PTB, Partido Trabalhista Brasileiro. O PTB foi um partido fundado por Vargas, em 1945, sendo originado da estrutura sindical corporativa do Estado Novo (OLIVEIRA, 2015), que representava “o esforço de Vargas em institucionalizar sua popularidade entre os trabalhadores” (D’ARAÚJO, 1999, p. 198). Apresentava, ademais, forte penetração nos sindicatos, tendo como base eleitoral os trabalhadores urbanos. Seu principal

<sup>131</sup> Inicialmente, a tabela foi pensada para apresentar uma coluna de ano de desfiliação, mas não foram encontradas informações para todos os eventos. Sendo assim, as informações encontradas foram disponibilizadas em nota.

<sup>132</sup> Desfiliação em 1986.

<sup>133</sup> Em 1992, Itamar anuncia a desfiliação do partido, mas, segundo outras fontes, isso vai ocorrer de fato em 1994. Itamar continua no PRN (1994): <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/01/brasil/12.html> Acesso em: 15 out. 2020.

Mucinhato (2019) informa que Itamar estava sem partido quando exerceu a Presidência da República.

<sup>134</sup> Desfiliação em 2006. Conferir em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral.itamar-franco-se-desfilia-pela-terceira-vez-do-pmdb.20060707p66703> Acesso em: 15 out. 2020.

<sup>135</sup> Partido em que permanece filiado até a data de sua morte. Conferir em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0207200920.htm> Acesso em: 15 out. 2020.

ideólogo foi o gaúcho Alberto Pasqualini. O partido teve dois presidentes: Getúlio Vargas (1951-1954), eleito democraticamente; e João Goulart, eleito Vice-Presidente de Jânio Quadros, que assume a presidência em 1961, após a renúncia deste. Era um partido fortemente centralizado, com traços nacionalistas, aglutinador de sindicalistas. Na década de 1960, principalmente no contexto do golpe de 1964, foi frequentemente acusado de comunista, ainda que não pudesse ser considerado um partido de esquerda (OLIVEIRA, 2015). “A partir de 1962, o PTB, defensor das reformas urbana, agrária e universitária, se transforma no principal partido do país” (OLIVEIRA, 2015, p. 31)<sup>136</sup>, ao lado do PSD e da UND.

Em Minas Gerais, como nos informa Otávio Dulci:

Igualmente importante nessa explicação é o sucesso das elites mineiras em conter a competição político-partidária dentro dos limites convencionais. Nos pequenos municípios a disputa manteve suas características de lutas de famílias ou de rivalidades de “coronéis”. Nos centros maiores essas formas se modernizaram em competição entre redes de clientela. Em ambos os casos a disputa se esgotava no marco paroquial, sem extravasar para antagonismos de classes ou confrontos ideológicos. Chama a atenção a falta de substância das campanhas eleitorais em Minas até período recente, configurando um acordo tácito entre as elites de mobilizar, sem incrementar, o nível de politização. Com efeito, o campo de divergência ideológica era bastante reduzido. Em Minas foi irrelevante a clivagem populismo/antipopulismo que marcou o país no pós-guerra até o movimento de 1964. Ao contrário, o sistema partidário estadual conservou o corte clássico com que se originou nos anos 40. Os contendores não variaram: O PSD de um lado, a UDN de outro, com o PR no papel de fiel da balança. As elites distribuíam-se por esses três partidos, através dos quais invariavelmente mobilizaram maciço suporte eleitoral. O quarto partido que contava era o PTB, cuja composição assinalava a presença do elemento urbano e popular na cena política. Contudo, o trabalhismo mineiro era força menor e sempre se articulou com o PSD, nos termos da conciliação de interesses concebida por Getúlio Vargas ao projetar os dois partidos. Nesse sentido, também o PTB confirmava o padrão clássico da política mineira (DULCI, 1984b, p. 25-26).

A relação das elites mineiras no plano nacional também é destacada:

O sólido e incontestado domínio exercido pelas elites mineiras em seu próprio território conferia-lhes um grau de prestígio nacional que não pode ser ignorado. As bancadas mineiras dos grandes partidos, excetuado o PTB, eram as maiores da Câmara dos Deputados. Era considerável sua influência no âmbito desses partidos, seja na articulação de linhas políticas, seja na distribuição dos postos de primeiro e segundo escalão. Todos os governos federais do período incluíram no ministério representantes mineiros dos grandes partidos. Em suma, o prestígio nacional dessas elites era outro fator de fortalecimento do esquema vigente, pois mantinha-lhes abertas as vias de acesso aos recursos políticos que sustentavam sua posição (DULCI, 1984b, p. 26).

---

<sup>136</sup> Para mais informações sobre o PTB, ver: Gomes (1988), D’Araújo (1996) e Souza (1976).

Vale ressaltar que, durante a formação universitária de Itamar, quem estava à frente do governo de Minas era Juscelino Kubistchek (1951-1955), do PSD, referência política de Itamar, que tanto à frente do governo de Minas, como no governo federal (1956-1961)<sup>137</sup>, período em que Itamar filia-se ao PTB e entra para a política, acenou aos engenheiros com sua visão e seus planos de desenvolvimento. A relação entre política e engenharia nesse contexto será desenvolvida em seção adiante, para demonstrar como a profissão se constituiu em capital político (BOURDIEU, 2012) fundamental para a trajetória naquele contexto.

Em Juiz de Fora, o PTB se constituía como uma força política importante, nas décadas de 1950 e 1960, fazendo vereadores na Câmara Municipal de Juiz de Fora (OLIVEIRA, 2015), bem como deputados e lideranças a nível estadual e nacional, como Clodesmidt Riani<sup>138</sup>, líder sindical de relevo que se torna deputado estadual por Minas Gerais (HELENO, 2007; 2011). Padrinho político de Itamar (YAZBECK, 2011), é ele quem dá o aval para sua primeira candidatura a vereador. Os dois tinham uma admiração mútua, segundo Yazbeck, e foram apresentados pelo irmão de Clodesmidt, Cladesmidt Riani, conhecido como Galeria, com quem Itamar troca as primeiras ideias sobre política (YAZBECK, 2011).

Pelo PTB, Itamar se candidata duas vezes, uma à Câmara Municipal de Juiz de Fora, em 1958, outra em 1962, à vice-prefeitura da cidade, na chapa de Nicolau Schuery, não logrando êxito nas duas tentativas (YAZBECK, 2011). Essa última eleição, sua chapa disputou com Ademar de Andrade, que vence e se torna Prefeito da cidade, em 1963. Na CMJF, na legislatura eleita no mesmo ano, a maior bancada era dos trabalhistas, com quatro vereadores, seguida pelo PSD, com três.

Assim, trazemos mais um ponto de relevo e atenção na trajetória de Itamar. Mesmo sendo adversários políticos, de partidos diferentes, Itamar idealiza<sup>139</sup> e se torna responsável pela estruturação do Departamento de Água e Esgoto da cidade (hoje, Cesama), como nos informa

---

<sup>137</sup> Quando JK assumiu o mandato de Presidente, seu Vice-Governador, Clóvis Salgado (PSD), assumiu o governo do Estado entre março de 1955 e 31 de janeiro de 1956, quando assume José Bias Fortes (PDS), até janeiro de 1961, eleito democraticamente.

<sup>138</sup> Clodesmidt era da Companhia Mineira de Eletricidade e líder sindical. Presidente do PTB local à época. Ver: Paula; Campos, 2005 (livro sobre sua trajetória); site: <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/bitstream/handle/123456789/1622/Material%20do%20Arq.%20Clodesmidt%20Riani.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em: 15 out. 2020.

Sobre a ligação entre os irmãos Riani, é necessário ressaltar que Galeria era advogado, ou seja, profissional liberal. Itamar tinha muitas amizades com conhecidos médicos, advogados e engenheiros. Galeria aproxima Itamar e Riani, ligação que fica explícita mais no início mesmo da trajetória, o que dá à Riani o título de padrinho político de Itamar e quadro nacional importante, próximo a Jango, na conjuntura do golpe civil-militar de 1964. Após o golpe civil-militar de 1964, Riani é preso e tem seu mandato cassado. De líder nacional, passa a ser perseguido político e tem seus direitos caçados, um dos muitos casos de trabalhistas, como destaca Kinzo (1988). Após isso, não temos mais notícias da ligação entre os dois até 1979, quando então Senador, Itamar homenagea Clodesmidt.

<sup>139</sup> Informação dada por Yazbeck (2011).



o MRPIF, e é convidado por Ademar, então Prefeito, para ser diretor geral do DAE, em 1963. Essas informações estão presentes no MRPIF, no site da Cesama<sup>140</sup>, em Heleno (2007) e em Yazbeck (2011).

Nota-se que, já nesse momento, Itamar Franco se mostra uma figura de destaque na cidade, como engenheiro com importante cargo nomeado por Ademar de Andrade, com função de engenheiro civil em tal departamento, acompanhando caravanas de políticos em encontros com o então Presidente João Goulart, em 1963, como detalha a dissertação de Oliveira (2015).

Com as mudanças trazidas pelo golpe de 1964, Itamar é exonerado por Adhemar a mando dos militares (YAZBECK, 2011), a despeito de sua tentativa de intervenção contra a demissão. Assim, faz-se necessário analisar qual era a situação da cidade, onde se localizava a sede da 4ª Região Militar, de onde saíram as tropas comandadas por Olímpio Mourão Filho, e a própria situação dos políticos, principalmente os que eram membros do PTB, vários presos e cassados, como podemos ver em CMV-JF (2015), CMJF (2014) e Oliveira (2015). Itamar é exonerado do cargo em que foi nomeado, mas não é chamado para esclarecimentos, não aparece nas páginas do Diário Mercantil e nas pesquisas, por conta desse episódio.

Vale ressaltar que vários trabalhistas vistos como ameaça pelo regime, não só na cidade como em todo o país, foram presos logo após o golpe, perdendo seus mandatos semanas depois (KINZO, 1988; CMV-JF, 2015; OLIVEIRA, 2015). Contudo, mesmo Yazbeck (2011) nomeando esse momento como “exílio” em Copacabana<sup>141</sup>, os indícios levam a crer que Itamar não foi preso nem cassado, devido aos seus laços com Adhemar, com o médico João Felício<sup>142</sup>, que intervêm, entre outras questões, mesmo sendo exonerado. Se fosse visto como uma ameaça, se subversivo fosse, acredito eu, não teriam permitido a ele se candidatar e ser eleito Prefeito da cidade dois anos depois, em 1966. Os Atos Institucionais e a implementação do bipartidarismo vêm justamente para frisar isso.

---

<sup>140</sup>Site da Cesama disponível em: <http://www.cesama.com.br/?pagina=novidade&id=138> Acesso em: 20 ago. 2017.

<sup>141</sup> Maria Arminda Arruda (1990) traz o termo *exílio* para fazer referência ao sentimento do mineiro quando sai de Minas.

<sup>142</sup> De renome e que hoje dá nome a um hospital, Hospital do Coração Dr. João Felício. Yazbeck (2011) informa que João Felício, em seu leito de morte, após a vitória de Itamar para o Senado, em 1974, arrisca a seguinte profecia: “Você um dia será Presidente da República” (2011, p. 142). Ressalta-se o elemento profético das histórias e mitologias mineiras. O médico João Felício foi filiado à ARENA durante o bipartidarismo. Na eleição de 1972, na qual Itamar concorre para o segundo mandato de prefeito, o médico desiste da disputa eleitoral para a prefeitura, deixando a ARENA sem nomes e inclusive debatendo a possibilidade de apoio à candidatura de Itamar, MDB, como nos informa o Jornal do Brasil do dia 22 de agosto de 1972. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pesq=Itamar%20Franco&pasta=ano%201972&pagfis=64740](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=Itamar%20Franco&pasta=ano%201972&pagfis=64740) Acesso em: 15 out. 2018.



Depois do episódio nomeado “exílio em Copacabana”, a biografia de Yazbeck (2011) afirma que a política teria ficado para trás na vida de Itamar, pois este não dependia dela para sobreviver, dado que tinha um futuro profissional assegurado, projetando prédios para o “tempo da modernidade”<sup>143</sup>. Entretanto, vale ressaltar que parcela considerável dos que compõem a classe política não dependiam, e atualmente igualmente não dependem, da política para sobreviver. Mas, seguindo o biografista, alguns amigos o fizeram repensar a política: o engenheiro Jorge Staico<sup>144</sup>; o sócio na ITEC e advogado Nilson Bonhs Martins; o jornalista e radialista José Carlos de Lery Guimarães; o empresário Higino Cortes; e os sociólogos Alexis Stepanenko<sup>145</sup> e Maria Andrea Loyola<sup>146</sup>. Todos eles queriam ver Itamar como Prefeito nas eleições que ocorreriam no final do ano de 1966 (YAZBECK, 2011)<sup>147</sup>.

Depois do golpe civil-militar de 1964 e da decretação do Ato Institucional nº 2 (AI-2)<sup>148</sup>, instaura-se o bipartidarismo, criando a Arena e o MDB, respectivamente partido de sustentação e de oposição ao Regime Militar<sup>149</sup>. No MDB, os políticos que até então não tinham sido perseguidos e/ou ido para a clandestinidade, e quiseram e/ou puderam permanecer dentro dessa nova ordem, tiveram que se enquadrar nas novas regras e siglas partidárias. Vale ressaltar que um dos motivos para o fim dos partidos foi a aliança entre PSD e PTB no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, elegendo, respectivamente, Negrão de Lima e Israel Pinheiro.

Como nos informa Reis (1979), o MDB<sup>150</sup> passa a reunir políticos do PTB, dissidentes do PSD, parte do PDC, do PR e do PSP, entre outros grupos menores. A ARENA, por sua vez, reúne políticos da UDN, maioria do PSD, do PSP, do PDC e do PR. Em Juiz de Fora, esse movimento segue o fluxo nacional de uma maneira geral e Itamar Franco, ex-PTB, se constitui exemplo disso, passando a integrar o MDB (OLIVEIRA, 2015). Sua filiação se dá em 1966, no restaurante Faisão Dourado. O partido teve como assinaturas no ato de fundação em Juiz de

<sup>143</sup> Por exemplo, foi convidado e nomeado pelo reitor da UFJF, Moacyr Borges Mattos, para membro da Comissão de Planejamento do Campus da Federal (YAZBECK, 2011).

<sup>144</sup> Jorge Staico foi engenheiro do DNOS (PROCÓPIO FILHO, 1979). Participou dos projetos e obras do Córrego Independência (MACHADO, 2016).

<sup>145</sup> Na época, professor da Faculdade de Serviço Social e Filosofia (YAZBECK, 2011).

<sup>146</sup> Graduada em Ciências Sociais e única mulher do grupo (YAZBECK, 2011).

<sup>147</sup> Porém, cabe aqui uma pergunta: como uma pessoa, conforme o relatado na biografia de Yazbeck (2011), pode ser candidata e se tornar prefeito em tão pouco tempo, uma vez que tinha largado a política, se “exilado”?

<sup>148</sup> Texto na íntegra: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm) Acesso em: 10 ago. 2018.

<sup>149</sup> ATO COMPLEMENTAR Nº 4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1965, texto na íntegra:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>150</sup> É necessário ressaltar que, ainda que ausente nesse texto, a questão partidária, principalmente no tocante ao MDB/PMDB, a história do partido com suas várias frentes e divergências internas, os “rachas” históricos, a atuação no processo de transição democrática, bem como na Constituinte, podem ser elucidadas com a contribuição de autores como: Kinzo (1988); Nader (1998); Reis (1979; 2002); entre outros.

Fora, entre outros: José de Castro Ferreira (ex-PTB), Amilcar Padovani, Nilton Vianna de Oliveira<sup>151</sup> e Sílvio de Abreu (YAZBECK, 2011).

Um fato que chama a atenção se apresenta em Yazbeck (2011), que conta que Itamar apresentava uma mágoa com o MDB, por ter sido ignorado por Israel Pinheiro, candidato a Governador de Minas em 1965, na formação de seu secretariado, uma vez havia tido seu nome indicado por setores políticos, estudantis e empresariais de Juiz de Fora, com o apoio da CMJF, da Associação Comercial, do Centro Industrial e das faculdades mais elitizadas, a de Medicina e a de Engenharia (YAZBECK, 2011). Retomando o questionamento anterior, junto dessas informações, chama a atenção o fato de Itamar afirmar não querer mais participar da política e ficar magoado por não ter sido chamado para fazer parte do secretariado do Governador. Também chama a atenção o fato de a mesma Câmara que cassou mandatos dos seus colegas de partido, um ano depois manifestam-lhe apoio por meio de telegramas a um personagem que teve que se “exilar” em Copacabana, além das outras entidades que, no momento do golpe de 1964, se manifestaram contra os “comunistas” do PTB e Jango (OLIVEIRA, 2015).

A eleição de 1966, primeira depois da implementação do bipartidarismo, reserva muitas questões. Os dois partidos puderam inscrever três candidatos (cada um) para a prefeitura, na forma de sublegendas (REIS, 1979). Na ARENA, uma grande aposta era Fábio Nery (então Vice-Prefeito). Wilson Coury Jabour também era um nome conhecido, por ter sido por três vezes vereador até aquele momento. No MDB, Wandenkolk Moreira era também conhecido, assim como Arlindo Leite, ex-prefeito da cidade. Mas, para além da competição entre partidos, também existia uma competição intrapartidária (OLIVEIRA, 2015). Ao que Oliveira (2015) nos informa mais detalhadamente, embora o principal nome do MDB fosse Wandenkolk, quem ganha a disputa é Itamar Franco. O que pode ser ressaltado é que a principal disputa que se deu nessa eleição foi entre os dois principais candidatos dentro do mesmo partido. Yazbeck (2011) faz essa referência ao trazer “Itamar x Wandenkolk”.

Nas páginas do Diário Mercantil, não existia uma postura de enfrentamento em relação à candidatura de Itamar, mas a exposição dos planos e ações do candidato<sup>152</sup>. Seu vice era Oscar Silva, ex-presidente da Liga de Desportos e general da reserva<sup>153</sup>, fato que concedia aval de respeito entre os militares, naquela época, mesmo Itamar sendo próximo a Riani (ex-PTB, preso

---

<sup>151</sup> Ex-PSB. Quase teve seu mandato cassado em 1964, pela CMJF. Ver: CMJF (2014).

<sup>152</sup> Diferentemente da postura do jornal adotada para com o PTB e seus membros locais na conjuntura do golpe dois anos antes, inclusive, sem fazer referência ao nome de Itamar em 1964. Mais um indício de que a rede de relações de Itamar já naquela época ia além do PTB.

<sup>153</sup> Sobre Oscar Silva e sua relação com outros militares, ver: Zaguetto (2012).

político)<sup>154</sup>. Sua equipe de governo tinha como secretários Alexis Stepanenko, Maria Andreia Loyola, o jornalista Rubens Cleto Moreira (Diário Mercantil apoia a administração, com Jorge Couri e Ismair Zaghetto), Thales Costa (padrinho no casamento civil), Jorge Staico, Valdir Campos, Marcello Siqueira, Nicolau Schuery, Gumercindo Barroso Machado, Murilo Hingel, Marcus Werneck Evangelista, Ismair Zaghetto e Calil Radd.

Segundo Reis (1979):

Um dado importante: a estrela de Itamar Franco começa a brilhar, enquanto a dos antigos caciques começa a se apagar. Com uma equipe competente, consegue modificar a face da cidade, sofisticando ainda mais a posição do MDB. Finalmente, um número razoável de vereadores eleitos, futuros deputados federais e estaduais, não possuía raízes muito fortes nos antigos partidos (REIS, 1979, p. 225-226).

À frente da prefeitura, Itamar buscou colocar em prática o programa político apresentado na campanha, fazendo grandes obras de infraestrutura, trazendo muitas modificações para a paisagem e o cotidiano da cidade, como veremos em subseção a seguir, acerca da relação entre política e engenharia.

Assim, Itamar dá início a hegemonia do MDB na cidade, fazendo o sucessor, Agostinho Pestana<sup>155</sup>, na eleição seguinte para a administração 1971-1972, uma vez que não havia possibilidade de reeleição. O lema da campanha de Agostinho, destaca-se, era “Juiz de Fora não pode parar, Agostinho Pestana depois de Itamar”, conforme o MRPIF, em referência às obras feitas por Itamar. Já na eleição de 1972, Itamar vence, com vantagem pequena, Francisco de Mello Reis, candidato da ARENA, governando a cidade pela segunda vez entre os anos de 1973 e 1974, quando é eleito Senador da República e passa o comando para Saulo Pinto Moreira, seu então Vice-Prefeito (1975-1976). O MDB juiz-forano sofre sua primeira derrota apenas uma década depois da primeira vitória de Itamar, em 1976, pelos motivos que Reis (1979) explica muito bem, tendo ligação justamente com o personagem em questão<sup>156</sup>.

O quadro a seguir mostra as principais características das eleições em Juiz de Fora que Itamar participou, direta ou indiretamente.

<sup>154</sup> Por vezes, com base nas fontes levantadas, parece que a ligação entre Riani e Itamar era mais formal e partidária do que algumas referências fazem crer, sendo Itamar mais próximo e influenciado por outros grupos e redes.

<sup>155</sup> MDB. Pai de Marcus Pestana, eleito vereador de Juiz de Fora em 1982, pelo PMDB e atualmente Deputado Federal pelo PSDB.

<sup>156</sup> Para melhor explorar essa questão, ver: Reis (1979); e Oliveira (2015).

Quadro 5 – Principais características das eleições majoritárias e proporcionais em Juiz de Fora (1962-1982)

Ano	Majoritária	Proporcional
1962	Última eleição antes do golpe civil-militar e da instituição do bipartidarismo. Eleição do candidato do PDC (ex-UDN) Ademar R. de Andrade, uma das personalidades políticas mais importantes do período. Itamar candidato a Vice-Prefeito pelo PTB, sem êxito, é nomeado por Ademar de Andrade a cargo no Departamento de Água e Esgoto (exercendo a função de engenheiro).	Legislatura 1963-1966 O sistema proporcional com permissão para coligações assegurou a representação de oito partidos na Câmara, com destaque para o PTB que elegeu quatro de um total de quinze. A grande maioria dos eleitos era de novatos (exerceriam o primeiro mandato) e teria sua carreira interrompida anos depois (três deles foram cassados). A eleição marca ainda mais a decadência da UDN no município, que já se apresentava um partido fraco.
1966	A possibilidade de sublegendas incentivou a competição intrapartidária. O desempenho dos candidatos do MDB e a eleição de Itamar Franco mostrou a força do partido no município.	Legislatura 1967-1970 Caracteriza-se por grande renovação na Câmara Municipal, pela entrada de novas figuras na política juiz-forana, evidencia a força do MDB que elegeu a maioria dos vereadores e teve cinco candidatos entre os seis mais votados e destacou-se pelo grande número de votos brancos e nulos, o que sugere a dificuldade do eleitor para operar com a restrição da oferta partidária.
1970	Itamar Franco faz seu sucessor Agostinho Pestana para um período menor de mandato e o MDB se mantém forte no município, conseguindo mais do dobro dos votos obtidos pela ARENA. A eleição destaca-se pelo significativo aumento no número de eleitores e pela força do MDB, que parece herdar o capital político do ex-PTB, ao mesmo tempo em que se mostra mais apto para canalizar os anseios dos novos grupos sociais. Há redução significativa de votos brancos e nulos em relação à eleição anterior. Em consequência do AI 11, o mandato é reduzido de quatro para dois anos.	Legislatura 1971-1972 O MDB conserva a maioria na Câmara, que, nesta eleição, passa por uma menor renovação, se comparada com a anterior. Entre os seis vereadores mais votados, quatro eram do MDB (dois reelegendo-se para o segundo mandato), o que evidencia uma tendência no sentido da consolidação da carreira de figuras que haviam surgido na cena política no pleito anterior. Em consequência do AI 11, o mandato é reduzido de quatro para dois anos.
1972	Entrada em cena de Mello Reis, candidato pela ARENA, patrocinado pelo governo do estado, já que os atores alinhados à ARENA no nível municipal recusavam-se a lançar candidato. Foi a primeira eleição realmente bipartidária, tendo em vista que ambos os partidos lançaram apenas um candidato. Vitória do MDB com Itamar, em uma eleição extremamente competitiva depois da restauração dos mandatos para quatro anos.	Legislatura 1973-1976 Ampliação do número de vereadores de 15 para 19, eleitos para um mandato de quatro anos. O MDB mantém a maioria de vereadores, mas com uma folga menor do que a observada na legislatura anterior. Observa-se queda na renovação da Câmara, que contava com uma maioria de vereadores reeleitos. A maior renovação foi observada entre os vereadores da ARENA.
		Legislatura 1977-1982

1976	Os rachas internos no MDB, a saída do Prefeito Itamar, liderança importante, no meio do mandato, para assumir o cargo de Senador, o forte apoio de forças estaduais e nacionais da ARENA à candidatura de Mello Reis levaram a ARENA à vitória no município. A Emenda Constitucional nº 14, de 1980, prorrogou o mandato do Prefeito por mais dois anos. <sup>157</sup>	O desgaste experimentado pelo MDB e a campanha vitoriosa de Mello Reis na eleição majoritária fortaleceram a ARENA também no pleito proporcional. O resultado é a primeira e única Câmara de maioria arenista no período, registrando menor renovação, se comparada às legislaturas anteriores. A Emenda Constitucional nº 14, de 1980, prorrogou o mandato dos vereadores por mais dois anos.
1982	Eleição realizada depois que o processo de abertura democrática já tinha se iniciado e depois da reforma do sistema partidário com o retorno ao multipartidarismo. Caracterizou-se pela recuperação da força do MDB no município (agora como PMDB), que elegeu o Prefeito para um mandato de seis anos.  Itamar reeleito para o Senado <sup>158</sup> .	Legislatura 1982-1988 O MDB, agora PMDB, recupera sua força também no pleito proporcional, elegendo mais do dobro de vereadores do PDS (ex-ARENA). Apenas os dois partidos conquistam cadeiras na Câmara, evidenciando forte polarização em um contexto de pluralismo partidário. A eleição também evidencia uma reorganização das forças, com vários políticos que pertenciam à ARENA migrando para o PMDB.

Fonte: Elaboração própria (2019), a partir do quadro original (Quadro 4) contido em OLIVEIRA (2015, p. 157-158).

Em 1974, Itamar concorre ao pleito para Senador da República, pelo MDB, se elegendo para a legislatura 1975-1982. Em 1982, é reeleito, agora pelo PMDB, e permanece no Senado de até 1990, quando assume a vice-presidência da República. No Senado, exerce cargos de liderança, vice-liderança, relatoria etc.. É no exercício dessa função que Itamar apresenta a maior parte de suas publicações, em livros com discursos da Senatoria<sup>159</sup>. Alguns desses discursos serão analisados no capítulo sobre a mineiridade. Nesse cargo, participa de momentos importantes na história do país, como a promulgação da Lei de Anistia (1979), o fim do bipartidarismo e a volta ao pluripartidarismo, do contexto de discussão da Emenda Dante de Oliveira (Diretas Já), e da Assembleia Nacional Constituinte.

Em 1986, as disputas internas e a quebra do acordo político feito na eleição de 1982 fazem com que Itamar deixe o PMDB para disputar o governo de Minas, filiando-se ao PL, não tendo êxito no pleito. Yazbeck (2011), a esse respeito, diz:

Contudo, não teria problema para se enquadrar em outro partido, uma vez que eram muito tênues as linhas político-ideológicas. [...] assim, a opção mais adequada seria o Partido Liberal (PL), que não tinha “donos”, mas uma

<sup>157</sup> Sobre a prorrogação de mandatos, existe um livro de Itamar Franco e Mendes Canele com um mandato de segurança contra a prorrogação de mandatos municipais. A prorrogação dos mandatos beneficiaria a ARENA, grande vencedora nos pleitos municipais (em geral) nas eleições de 1976. Ver: FRANCO; CANALE (1981).

<sup>158</sup> Na campanha, houve um grande comício do PMDB na cidade, no dia 12 de novembro de 1982, com a presença de Tancredo Neves. No palanque, estavam Itamar e Tarcísio Delgado. Ver: <http://www.camaraif.mg.gov.br/noticias.php?cod=7735>

<sup>159</sup> Esses discursos estão publicados em formato de livros e estão na relação de fontes consultadas e analisadas por essa pesquisa.

orientação doutrinária de acordo com as suas ideias, embora listado no rol dos pequenos partidos (YAZBECK, 2011, p. 166).

Itamar disputa o governo do estado apoiado pela coligação Movimento Democrático Progressista (PL, PFL, PDT, PCB, PTB e PSB) (YAZBECK, 2011, p. 167). É derrotado, segundo Yazbeck, pela “máquina milionária de arrebatador votos do candidato do PMDB, Newton Cardoso” (2011, p.167) e volta ao Senado para cumprir mandato até 1990<sup>160</sup>, quando assume a vice-presidência da República.

Aqui, é preciso tecer algumas considerações. A opção pelo PL é lembrada e reivindicada na biografia (YAZBECK, 2011), fazendo contraposição ao PMDB com críticas negativas. Já no MRPIF, esta filiação não é lembrada em sua cronologia. A primeira vez que Itamar muda de partido se dá pelo fato de o regime autoritário implementar o bipartidarismo ARENA/MDB, sendo, portanto, obrigado a tanto. A segunda transição se dá quando da volta do pluripartidarismo, onde o MDB se torna PMDB. Nas passagens acima, percebemos pontos de crítica à máquina partidária PMDB, em um momento em que Itamar migra para o PL por não ter sido aceito candidato ao governo de Minas pelo PMDB. Sim, o MDB/PMDB foi se tornando uma máquina importante, da qual, inclusive, Itamar se beneficia<sup>161</sup>. Nisto se dá a primeira grande derrota em uma carreira em ascensão. Como podemos supor, um fato desses tende a ser escolhido para o *hall* de silenciamentos/esquecimentos.

Em 1989, concorre na chapa do PRN com Collor e é eleito Vice-Presidente da República. “A estratégia de campanha previa na sua chapa um vice que inspirasse honestidade e competência política, caráter acima de qualquer suspeita e, claro, fosse capaz de atrair o maior número de votos para concorrer com 21 candidatos” (YAZBECK, 2011, p. 171). A biografia conta que Itamar pouco sabia e conhecia acerca de Fernando Collor. Teria sido a terceira opção para compor a chapa, depois de Hélio Garcia, que recusou, e Márcia Kubitschek. Sobre a decisão de se tornar vice e a filiação no PRN, Yazbeck fala que Itamar estaria “enxergando além das montanhas”:

Quando era questionado sobre a adesão à campanha de Collor, Itamar respondia que nunca deixará para trás seus ideais trabalhistas e que “a Reconstrução Nacional [referindo-se ao princípio contido na sigla do PRN] não era um ato ideológico e, sim, programático, de conhecimento da Nação, ao largo de qualquer ideologia”. As propostas de Collor para moralizar os

<sup>160</sup> Em sua despedida do Senado, Itamar Franco profere o discurso publicado em formato de livro, intitulado “As lembranças que na alma já moram”, Brasília: Senado Federal, 13 mar. 1990.

<sup>161</sup> É preciso refletir sobre os pesos dos partidos, ao ponto que, no nível local, o PTB era forte no início da década de 1960, mas Itamar não teve êxito, acredita-se que por conta de não ser sindicalista e sim engenheiro empresário da ITEC. Começa a ter ganhos políticos, no MDB, em 1966. Ao que parece, a profissão impulsiona a carreira principalmente do nível local para o regional/ nacional, mas a máquina partidária tem peso.

costumes políticos, o discurso de austeridade e a promessa de combate à corrupção o encantavam (YAZBECK, 2011, p. 173, grifo meu).

A relação de Collor com Itamar na vice-presidência será objeto de análise do próximo capítulo, quando o foco estará voltado para a maneira como Itamar chega à Presidência da República e o discurso da ética na Política. Aqui, entretanto, é necessário ressaltar que a narrativa oficial sobre Itamar constrói a relação entre os dois como uma relação muito turbulenta desde o início da campanha (YAZBECK, 2011), quando não silencia o quanto pode, como no caso do MRPIF, a figura de Fernando Collor, ao resumir o processo de impeachment. Digo isso pois a relação entre os dois atores envolve a filiação/desfiliação de Itamar no PRN. Segundo Yazbeck (2011), Itamar se desligou oficialmente do PRN em 4 de maio de 1992, enviando carta oficial ao Presidente do partido, Daniel Tourinho. Como citado em nota acima, a carta não foi registrada e Itamar teve seu nome filiado ao partido até 1994, ao contrário do que algumas fontes consideram, ao colocarem Itamar sendo Presidente sem partido e, posteriormente, filiando-se novamente ao PMDB.

Itamar assume a presidência e em um governo curto realizou fatos importantes<sup>162</sup>, como o plebiscito e a CPI dos anões do orçamento, em 1993, e a implementação do Plano Real, que também será objeto do próximo capítulo, quando discutiremos as disputas em torno da paternidade do plano. Elege Fernando Henrique Cardoso seu sucessor e é designado por ele embaixador em Portugal, sendo nomeado de 31 de maio de 1995 a 1996, e depois na Organização dos Estados Americanos (dado errado no livro, que cita os Estados Unidos). Após estas experiências, se torna embaixador na OEA, de setembro de 1996 a 30 de março de 1998. Depois de exercer o mandato de Governador de Minas Gerais (1999-2002), também é indicado por Lula para ser embaixador na Itália, em 7 de maio de 2003.

Em 1998, concorre a Governador pelo PMDB, na coligação PMDB, PPS, PL, PMN, PSL, PST, PAN, PTN, PToB, PRTB e PSC, e é eleito, tendo seu “sonho realizado” (YAZBECK, 2011). Durante seu mandato, várias polêmicas podem ser lembradas em relação ao governo Federal, à época, em especial, com a figura de FHC, trazendo à tona a pauta das privatizações e da reforma agrária, por exemplo. Essas disputas nos fazem refletir sobre a relação e as disputas históricas entre Minas e São Paulo, e que também nutrem aspectos da mitologia da mineiridade (ARRUDA, 1990), tema abordado no último capítulo de desenvolvimento desta tese.

---

<sup>162</sup> Vale lembrar que, mesmo não relacionado a conjuntura política diretamente, o Brasil conquista em 1994 o Tetracampeonato mundial. Em 1994, também, há a morte do piloto Ayrton Senna, sendo decretado luto oficial no país – evento esse citado por Yazbeck (2011).

Na eleição de 2002, Itamar não disputa cargo eletivo, por conta das disputas intrapartidárias, mas apoia a aliança com Lula no plano nacional e Aécio no plano regional (para Governador de Minas Gerais) (YAZBECK, 2011; SÁ FORTES, 2007).

Em 2009, se filia ao PPS e se elege novamente Senador da República, fazendo campanha com Aécio Neves, também eleito Senador. Por esse partido, ocupando tal cargo, propôs um Projeto de Lei de candidatura independente. A meu ver, um dos pontos que mais reflete o caráter mais personalista do político Itamar.

Como apontado até aqui, Itamar pertenceu a vários partidos ao longo de sua trajetória. Como afirma o MRPIF e a sua biografia autorizada (YAZBECK, 2011), não teve domicílio eleitoral permanente, mas ficou por mais tempo no MDB/PMDB (hoje, novamente MDB<sup>163</sup>), partido pelo qual tinha certo apreço, como informa o tripé do MRPIF. Além do MDB/PMDB, aquele em que residiu por mais tempo, também fez parte do PTB no início de sua trajetória, e do PRN, partido fundado para a chapa Collor-Itamar concorrer às eleições.

Sobre a trajetória partidária, além das considerações feitas acima, aqui, pretendo ressaltar em especial a relação com o MDB/PMDB, mas de maneira distinta da feita pela narrativa oficial. Como vimos nos quadros acima, a narrativa sobre Itamar é construída a partir da memória sobre o MDB/PMDB como um partido de oposição ao regime autoritário, ressaltando essa relação tanto à nível local (década de 1960-1970) como à nível federal (desde a década de 1960, mas principalmente na década de 1980, com o processo de redemocratização).

A narrativa presente tanto na biografia autorizada como no MRIPF, ao fazer escolhas, permite algumas perguntas. Que tipo de oposição era essa representada pelo MDB/PMDB? O MDB/PMDB local pode ser caracterizado de maneira simplista como oposicionista? Partindo dessas perguntas, busco problematizar as memórias, trazendo seus silenciamentos ou esquecimentos.

O MDB/PMDB aparece na narrativa sobre Itamar como o grande partido oposicionista. Nasce em 1966, com a implementação do bipartidarismo ARENA/MDB, pelo Ato Complementar número 4. Pois bem, uma oposição, mas uma oposição limitada às regras “do jogo”, permitido e legalizado em um regime autoritário (LINZ; O’DONNELL, 1979), representando, assim, uma “oposição simbólica” (KINZO, 1988, p. 16), ao menos na década de 1960.

---

<sup>163</sup> Site do MDB: <https://www.mdb.org.br/> Acesso em: 05 abr. 2022.



Kinzo (1988) destaca que, entre as particulares do regime autoritário brasileiro, o Legislativo nas três instâncias da Federação, bem como o Judiciário, não foram fechados, mesmo tendo seus poderes restringidos, principalmente pelos Atos Institucionais. As eleições continuaram ocorrendo, dentre outras questões. Apesar de maioria dos membros do ex-PTB migrarem para o MDB, muitos de seus membros tidos como subversivos foram expurgados, perderam seus cargos e foram presos, como podemos ver na Câmara Municipal de Juiz de Fora, por exemplo (CMJF, 2014; CMV-JF, 2015; OLIVEIRA, 2015).

Realmente, havia dificuldades que obstaculizavam a formação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pois um partido de oposição em um regime autoritário não seria muito atraente para aqueles que buscavam pelo menos alguma proximidade com o poder, ou que não queriam correr o risco de ter seu mandato cassado em virtude de algum discurso imprudente (KINZO, 1988, p. 29).

Em Juiz de Fora, o MDB ganha quando a ARENA perde a nível nacional, e vice-versa. Este é um dos motivos que chama a atenção de Reis (1979). Juiz de Fora é uma cidade urbanizada e grande, mas é reconhecida como a cidade de onde o golpe de 1964 parte. Aqui, cabe mais reflexões no que tange essa questão, porque a figura de Itamar, mesmo ex-PTB e do MDB, sempre esteve ligada e contou com aliados antes do PSD e da UDN e, com o bipartidarismo, integrantes da ARENA.

Um dos pontos que mostra a complexidade do bipartidarismo, principalmente a nível local, é a implementação das sublegendas (KINZO, 1988) para dar conta dos diferentes grupos dentro de cada partido, e o MDB/PMDB como partido oposicionista institucional e, por isso, limitado, nas regras do jogo (KINZO, 1988). Tendo estes pontos em vista, o próximo tópico tem o intuito de nos fornecer mais elementos para essa discussão.

#### 4.3 RELAÇÃO COM OS MILITARES

Neste capítulo, é necessário, já que estamos falando de oposição à ditadura militar no Brasil, bem como da engenharia como capital político dessa persona para conquista de êxito na política, falar da relação de Itamar Franco com os militares.

De uma maneira geral, o primeiro contato direto de Itamar com o Exército foi como a maioria dos jovens, pelo alistamento militar (YAZBECK, 2011). Como nos informa a Cronologia do MRPIF, Itamar torna-se “Aspirante a Oficial da Reserva do Exército”, na 4ª Região Militar de Juiz de Fora, Minas Gerais, em 1949.

Já na política, como vimos, Itamar é demitido após do golpe civil-militar de 1964, que Juiz de Fora e essa mesma Região Militar tiveram papel de relevo. Dois anos após, é eleito

Prefeito de Juiz de Fora pelo partido oposicionista criado pelo regime. A biografia e o MRPIF, de certa forma, afirmam que Itamar não teve muitos problemas de relação com os militares da 4ª RM e soube negociar quando foi preciso.

Mas o fato é que estamos nos referindo à 4ª Região Militar, estratégica para o regime, com presos políticos famosos (CMV-JF, 2015). O General Itiberê, reconhecido como linha dura, tinha contato com Itamar, esteve presente em sua posse (como era de se esperar, devido ao contexto), bem como foi convidado para seu casamento no Rio de Janeiro (como citado anteriormente, no Capítulo III), em 1968, ano em que a repressão se intensifica e que temos, por exemplo, a edição do AI-5. No mesmo ano, Itamar pede para que Juiz de Fora não seja incluída no *hall* de municípios de interesse da segurança nacional, pois sofreria intervenção federal e, conseqüentemente, a nomeação de interventores<sup>164</sup>. Em outros momentos, como por exemplo em 1969, é possível ver Itamar solicitando que o mesmo comandante militar General Itiberê interferisse para que o Governador Israel Pinheiro (do mesmo partido, o MDB) pagasse alíquotas do ICM<sup>165</sup>. É nesse período que Itamar conhece Djalma Moraes, hoje membro do IIF, na época transferido para a 4ª RM, General do Exército, como informa e entrevista Pinho Neves, em 2020.

Itamar também recebeu na cidade, como Prefeito, com honras, os presidentes militares Costa e Silva<sup>166</sup> e Médici<sup>167</sup> para a inauguração de várias obras, inclusive uma que propunha homenagem a outro Presidente militar, Castelo Branco<sup>168</sup>. Após o fim do período autoritário,

<sup>164</sup> Notícia do Jornal do Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&pesq=Itamar%20militar&pasta=ano%20196&pagfis=111364](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=Itamar%20militar&pasta=ano%20196&pagfis=111364) Acesso em: 10 out. 2021.

<sup>165</sup> Notícia do Jornal do Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&pesq=Itamar%20militar&pasta=ano%20196&pagfis=128879](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=Itamar%20militar&pasta=ano%20196&pagfis=128879) Acesso em: 10 out. 2021.

<sup>166</sup> Notícia do Jornal do Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&pesq=Itamar%20militar&pasta=ano%20196&pagfis=123764](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=Itamar%20militar&pasta=ano%20196&pagfis=123764) Acesso em: 10 out. 2021.

<sup>167</sup> Oliveira (2015).

<sup>168</sup> O Diário Mercantil do dia 24 de março de 1973 informa que o Presidente Médici poderia vir a Juiz de Fora inaugurar a Estação de Tratamento de Água que tinha como Projeto de Lei a proposta de se chamar Marechal Castelo Branco, convite feito pelo prefeito Itamar Franco. A notícia citava a mensagem encaminhada a Câmara e o projeto. Tal documento foi acessado no contexto de pesquisa do mestrado, sendo requisitado pela pesquisadora à arquivista da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Parte do texto de justificativa de tal homenagem: “Sabe o nosso povo – e por isso lhe tributa nessa hora a mais grata homenagem – que, com o advento do ICM, nosso município trabalha lhe é devido através do Fundo de Participação, criado para tal fim.

Sabe, finalmente, o povo de Juiz de Fora que, graças a lúcida orientação desse compatriota considerado como um dos maiores Municipalistas Brasileiros, nossa cidade pode planejar, construir e vir a inaugurar a Estação de Tratamento de Água PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

Cientes nos encontramos que essa Casa – onde o povo legisla – já em época anterior, por idênticas razões, também rendeu semelhante homenagem, quando ex-vi da lei nº 2800/67, autorizou ao Prefeito Municipal denominar Avenida Presidente Castelo Branco a primeira avenida a ser aberta nesta cidade.

Contudo, tal proposição não se concretizou até agora, face a inexistência do objeto principal.

como Presidente, ainda na interinidade, semanas antes de assumir permanentemente a presidência da República, Itamar fez discurso no Círculo Militar do Rio de Janeiro, em almoço com militares, reconhecendo e prometendo aumento de salário dito merecido à categoria (PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, 992<sup>169</sup>).

Quando assume a presidência da República, forma uma equipe de governo com muitos ministros militares (ZAVERUCHA, 1998). No dia 31 de março de 1994, Itamar concede homenagem a um militar, dia em que datava trinta anos do golpe civil militar. Sobre mortos e desaparecidos durante o período militar e reparação às famílias através de legislação, podemos ver um pouco da postura de Itamar, enquanto Presidente da República, na citação seguinte:

Em 1993, a Comissão de Familiares, os Grupos Tortura Nunca Mais, entidades defensoras dos Direitos Humanos e a Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos da Câmara Federal realizaram um encontro nacional para elaborar projeto de lei que estabelecesse o reconhecimento da responsabilidade do Estado por essas mortes. A proposta resultante apresentada ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, foi a da formação de uma Comissão, de iniciativa do poder Executivo e coordenada pelo Ministério da Justiça, composta por membros dos poderes Legislativo, Judiciário e representantes da sociedade civil. Esta Comissão estudaria caso a caso as mortes e os desaparecimentos ocorridos entre 1964 e 1985. Propunha-se resgatar como, onde, em que circunstâncias ocorreram essas mortes e desaparecimentos e quem foram os responsáveis por eles. Por solicitação da Comissão de Representação Externa, as Forças Armadas, via Ministério da Justiça, entregaram um relatório sobre os mortos e desaparecidos, e apesar da grande repercussão a respeito dos relatórios, o presidente Itamar Franco não respondeu à proposta dos familiares e demais entidades (TELES, 2001, p. 180).

O ex-prefeito oposicionista, o ex-senador que lutou pela redemocratização do país, agora Presidente, sequer respondeu à proposta dos familiares e demais entidades. Em maio de 1994, as famílias, insistindo na proposta apresentada à Itamar no ano anterior, lançaram a “Carta Compromisso”, organizando o ato de entrega dela aos principais candidatos à Presidência da República nas eleições do mesmo ano (TELES, 2001, p. 180).

Ainda em seu governo, Itamar inaugura o Colégio Militar de Juiz de Fora. Na notícia do Jornal do Brasil, conseguimos confirmar uma suspeita em relação à sua construção. O prédio no qual foi instalado o Colégio Militar era para ser sede de mais um Centro de Atenção Integral

---

Assim, Senhor Presidente e Senhores Veradores, acreditando de inteira justiça perpetuar a memória desse Preclaro Homem Público, dando o seu honrado nome a uma obra de estreito e permanente contato com a Comunidade Juizforana, solicitamos a reverenciosa acolhida e aprovação do presente projeto de lei.

Prefeitura Municipal de Juiz de FORA, 23 DE MARÇO DE 1973. PREFEITO Itamar Augusto C. Franco”.

<sup>169</sup> PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Discurso do Senhor Itamar Franco, Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, no almoço de confraternização de final de ano, com Oficiais Gerais das Forças Armadas, no Clube Naval. Brasília, DF, 16 de dezembro de 1992. Biblioteca da Presidência da República.

a Criança e ao Adolescente (CAIC), mas foi transformado às pressas em Colégio Militar, para que fosse possível ser inaugurado ainda no Governo Federal Itamar<sup>170</sup>. A notícia ainda traz informações sobre empreiteiras<sup>171</sup> e outras obras que foram inauguradas no mesmo dia<sup>172</sup>. Em 2016, o mesmo Colégio Militar de Juiz de Fora inaugurou seu pátio, que recebeu o nome de Presidente Itamar Franco, contando com a presença do então Prefeito Bruno Siqueira, do Vice-Prefeito Sérgio Rodrigues e do Presidente do Instituto Itamar Franco, Marcelo Siqueira<sup>173</sup>.

Essas são apenas algumas relações que foram levantadas com o intuito de enfatizar os esquecimentos e silenciamentos construídos em torno da persona política de Itamar, reconhecido Prefeito opositor na cidade do golpe, bem como trazer reflexões mais complexas acerca da afirmativa sobre Itamar saber negociar com os militares, como também do que Itamar entendia por democracia e República, uma vez que muitos desses eventos dizem sobre a relação com os militares tanto na ditadura como na democracia da Nova República. Além disso, existe uma relação que liga a carreira ascendente de Itamar e seu principal capital político à época, a profissão de engenheiro, ao modelo de desenvolvimento pautado na integração nacional, entre outras questões, desenvolvido e motivado pelos militares durante o regime autoritário. Isso será desenvolvido na parte seguinte, quando discorro acerca da relação entre a política e a engenharia na construção da trajetória em questão.

---

<sup>170</sup> O Colégio Militar de Campo Grande e o de Santa Maria apresentam arquitetura semelhante e, ao que tudo indica, passaram pelo mesmo processo durante o governo de Itamar. “Estas relações entre os tamanhos dos CM e as demandas locais evidenciam como outras condicionantes pesaram na escolha dos locais para as destinações das escolas, que não a racionalidade utilitarista mais simplória: pelos menos dois deles – os de Belo Horizonte e de Juiz de Fora, ambos no estado de Minas Gerais – detêm seres históricas de ocupação aquém de suas capacidades, isso porque nunca houve, naquelas guarnições militares, demanda que justificasse a criação desses Colégios.” (MAXWELL, s.a., p. 94-95). Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/29491/29491\\_5.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/29491/29491_5.PDF) Acesso em: 20 ago. 2020.

Vale ressaltar que, atualmente, com o governo Bolsonaro e os incentivos a militarização da educação, alguns CAICs vem sendo transformados em Colégios Militares. Um exemplo é o Colégio CAIC Jorge Humberto Camargo, em Araguaína, no Tocantins. Ver informações disponíveis em: <https://araguainanoticias.com.br/noticia/caic-de-araguaina-sera-transformado-em-colegio-militar-anuncia-governador/20332> Acesso em: 20 ago. 2020

<sup>171</sup> Na lista se encontra a Coenge, onde Marcelo Siqueira chegou a trabalhar décadas antes, mas não foi possível verificar se, naquele período da década de 1990, ele possuía alguma relação com a empreiteira. Ver: <https://www.camara.leg.br/deputados/74157/biografia> Acesso em: 20 ago. 2020.

<sup>172</sup> Para acesso à notícia completa, ver: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&pesq=Col%C3%A9gio%20Militar&pasta=ano%20199&pagfis=132629](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=Col%C3%A9gio%20Militar&pasta=ano%20199&pagfis=132629) Acesso em: 20 ago. 2020.

<sup>173</sup> Para acesso à notícia completa, ver: <https://www.pif.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=53011> Acesso em: 20 ago. 2020.

#### 4.4 A RELAÇÃO ENTRE A ENGENHARIA E A POLÍTICA: O PREFEITO DAS OBRAS E O CAPITAL POLÍTICO

Como já dito, Itamar é aprovado no vestibular e se matricula na Escola de Engenharia de Juiz de Fora em 1950 (YAZBECK, 2011; MRPIF). Durante a faculdade, se envolveu em atividades extracurriculares ligadas aos esportes, sendo Presidente da Liga Universitária Juiz-forana de Esportes em 1951 e, depois, eleito presidente do Diretório Acadêmico da Engenharia Clorindo Bournier (YAZBECK, 2011; MRPIF, 2015), conforme citado anteriormente. Em 1954, se forma engenheiro civil e eletrotécnico, aos 24 anos (YAZBECK, 2011), escolhido porta-voz de uma turma de 43 formandos, com um discurso contra as famílias tradicionais, das elites, falando sobre a relação entre engenheiros e política e o papel do engenheiro nos tempos modernos (Anexo 2). O paraninfo da turma, como também já dito, foi o Deputado Federal José Bonifácio Lafayette de Andrada (da UDN, opositor de Vargas e JK, e intermediário no conflito entre o DA e a direção da Escola tempos antes).

Ainda, vale ressaltar novamente que Itamar “herda” a profissão do pai e, junto com ela, os instrumentos e livros deixados pelo pai e guardados pela mãe (YAZBECK, 2011), fato esse que pode ser visto como a manutenção da “tradição”. Como exposto anteriormente, Itamar aparece nos jornais antes mesmo de entrar para a política partidária e formal de fato, fazendo-se conhecido por determinados grupos da sociedade, apresentando tais laços de sociabilidade, como também por políticos de renome nacional.

A partir da vivência e das sociabilidades na Faculdade e da sua formação, a engenharia é vista não só como ponto de destaque na trajetória de Itamar Franco, mas também como um dos principais capitais políticos (BOURDIEU, 2012) para sua entrada na política e, principalmente, para sua ascensão. Como podemos ver:

O capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política) (MIGUEL, 2003, p. 121).

Em estudo sobre Mosca e Pareto, Grynszpan (1999) contribui para esta pesquisa, ao trazer a associação entre universidade e mobilidade social, na qual a relação com o peso de se ter escolaridade pode assumir entre grupos médios e superiores, conferindo prestígio e recurso ascensional, válido para pensar o período de formação de Itamar. Em seu estudo, ressalta que “a propriedade vinha perdendo força como princípio básico de distinção, enquanto as chamadas profissões — a advocacia, a medicina e a engenharia — ganhavam um progressivo

reconhecimento” (GRYNSZPAN, 1999, p. 72-73). Afirma-se, então, que o capital social, de relações pessoais, permite não apenas o ingresso na carreira universitária, como confere, na mesma medida, aos formados, acesso a uma bem-sucedida trajetória política, nos casos de Pareto e Mosca. Mas, além disso, em relação a Pareto, além dessa competência, havia outra competência conferida pela formação em Engenharia, sua carreira profissional técnica e administrativa, em seu treinamento empresarial. Ambas as ponderações feitas por Grynszpan (1999) são possíveis de serem associadas à formação e trajetória de Itamar.

Em 1956, Itamar entra para o DNOS, Departamento Nacional de Obras e Saneamento, em um contexto nacional de grandes obras por parte do governo Juscelino Kubitschek, conhecidas como Plano de Metas para desenvolver “50 anos em 5” (YAZBECK, 2011)<sup>174</sup>. Depois, foi nomeado como funcionário do Serviço Social da Indústria (SESI), por influência de um vereador amigo da família, que Yazbeck não cita o nome<sup>175</sup>, passando de desenhista à chefe do serviço de Engenharia. Assim, podemos entender que, desde sua formatura, Itamar conseguiu trabalhos ligados à sua formação profissional, mas, por vezes, contando com indicações políticas, como no caso do SESI.

Em 16 de janeiro de 1959, estabelece a empresa ITEC, em sociedade com amigos (MRPIF, 2015), o advogado Nilson Bohns Martins (futuro padrinho de casamento) e o engenheiro André Hallack (YAZBECK, 2011), participando de várias obras importantes na cidade<sup>176</sup>, como a Faculdade de Medicina, no bairro Santa Catarina, dando prosseguimento a sua contínua relação com a UFJF, entre outros projetos de prédios imobiliários e comerciais, e obras em Vitória, no Espírito Santo. Como nos informa mais de uma vez Yazbeck (2011), a sigla ITEC oficialmente significava Instalações Técnicas, mas, para os amigos, Itamar Engenharia e Construções<sup>177</sup>.

---

<sup>174</sup> Entender esse contexto de mudanças do governo JK é necessário para compreender o começo profissional de Itamar Franco, bem como sua atuação e suas escolhas enquanto um engenheiro na política.

<sup>175</sup> Não faz referência ao nome, mas, pela época, acredita-se ser um dos membros do PTB. Essa Legislatura (1955-1958) era composta por: Presidente – Waldir Pedro Mazocoli; Presidente – Gabriel Gonçalves da Silva; Presidente – Nicolau Schuery; Vereadores Albertino Gonçalves Vieira, Camilo Severino de Oliveira, Cleveland Duarte Braga, Estevão Banhatt, Elpidio Farias, Galeno Bellei, Geraldo Lopes da Silva, Godofredo Bazílio Botelho, Guilherme de Souza, Ignácio Halfeld, Ithamar Rates Barroso, João Luiz Alves Valladão, Joaquim Simeão de Faria, José Geraldo Capute, José Pereira Júnior, Mauro Caldeira de Miranda Ribeiro, Orlando Antônio Fellet, Ricardo Fortini Filho, Sebastião Marsicano Ribeiro, Victório Ângelo Daldegan, Wilson Coury Jabour, João Fernandes de Souza, Eduardo Jorge Vidal de Freitas, Manoel Ribeiro do Prado, Antônio de Jesus Rodrigues Garcia, Nelson Brandi, Pedro Gaio, Pedro dos Reis Portes, Wilson Sales Portilho, Antônio Augusto Botelho Junqueira, José Damasceno da Silva, Joaquim Domingos de Paiva, Asclepiades da Paixão Lucas.

<sup>176</sup> Para mais detalhes sobre as obras da ITEC, ver: Yazbeck (2011).

<sup>177</sup> Uma informação que não aparece na biografia de Yazbeck (2011) e no Memorial é o fato de Itamar ter trabalhado no Curtume Krambeck como engenheiro. O Curtume Krambeck, como o próprio nome indica, pertencia à família de Anna Elisa Krambeck Surerus, com quem Itamar se casa em 1968. Acredito que essa informação é esquecida nas fontes oficiais por essa relação. Informações do Atlas da FGV e do Jornal do Brasil

Figura 6 – Itamar analisando uma planta e ao fundo um letreiro da ITEC e o Edifício Clube Juiz de Fora



Fonte: MRPIF (2015).

Segundo o que pôde ser verificado, entre a formatura e a instalação da ITEC, 1954 a 1959, além dos empregos referidos, Itamar dedicou-se também à Liga de Esportes da cidade e à filiação partidária no PTB, como referenciado anteriormente. Passados alguns anos, em 1963, foi nomeado pelo adversário político, Ademar Rezende de Andrade, a diretor do DAE – Departamento de Água e Esgoto de Juiz de Fora, e, em 1964, demitido por ele mesmo a mando dos militares, segundo Yazbeck (2011), também já referenciado anteriormente.

Em 1966, se candidata pelo MDB à prefeitura da cidade. Em sua campanha, propunha sete metas a serem cumpridas:



Figura 7 – Jornal com a propaganda eleitoral de Itamar na campanha de 1966

**Itamar Franco tem 7 metas para governar a cidade**

O engenheiro Itamar Franco reuniu uma equipe de jovens profissionais como ele para montar o fôlego político-administrativo de Juiz de Fora, elaborando um plano de governo realista e exequível, onde são minuciosamente analisados os principais problemas da cidade e anunciadas as soluções. A síntese do plano de governo de Itamar Franco está nas 7 metas que apresentará a cidade que vai elegê-lo Prefeito dia 15.

Com estas palavras o engenheiro Itamar Franco definiu sua candidatura.

Convocado pelos companheiros para concorrer à Prefeitura, não pude negar minha contribuição pessoal ao grande trabalho que Juiz de Fora reclama. Recebi dos jovens e dos mais maduros, dos moços, das donas de casa, dos trabalhadores, dos estudantes, enfim, dos homens e mulheres de boa vontade, uma só mensagem de fé e coragem. Todos, em uma unanimidade que comove, anseiam por uma cidade em que o homem tenha melhores condições de trabalho, possa educar seus filhos e construir para o futuro. Todos buscam a tranquilidade de quem tem trabalho, ensino, saúde e alegria. Todos aspiram a elevação do homem em sua dignidade e reclamam um Governo Municipal voltado para as necessidades do homem.

“Ao me candidatar a Prefeito de Juiz de Fora, não faço promessas grandiosas. Apresento, simplesmente, um plano de ação — modesto — mas que, se realizado, significará a abertura das mesmas perspectivas de 50 anos atrás, agora muito mais promissoras, em vista do desenvolvimento geral e das muitas obras de infraestrutura com que já contamos atualmente.

“Meu maior compromisso com o povo é o trabalho. Para isto, se eleito, governarei com uma equipe jovem, dinâmica e que acredite no futuro de nossa cidade”.



**As 7 metas de Itamar**

- 1. CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DE JUIZ DE FORA:**
  - a) elaboração do plano de desenvolvimento de Juiz de Fora, através do *Directorio de Pesquisas e Planejamento*, que englobe:
    - 1.º) Plano Diretor da cidade;
    - 2.º) reformulação da administração municipal;
    - 3.º) modernização dos serviços de saúde pública;
    - 4.º) reorganização do ensino primário.
- 2. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E ESPORTIVAS:**
  - a) criação do Teatro Municipal;
  - b) atualização da Biblioteca Municipal;
  - c) promoção de Festivais de Arte;
  - d) desenvolvimento de esportes amadores (Olimpíadas Esportivas do Zona da Mata).
- 3. DINAMIZAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL:**
  - a) incentivos fiscais;
  - b) oferecimento de projetos específicos de implantação industrial;
  - c) aproximação com grupos industriais para investimentos em Juiz de Fora;
  - d) planejamento e aproveitamento do potencial da região em industrialização.
- 4. DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO COMUNITÁRIO:**
  - a) cooperativismo de produção, sobretudo para o pequeno produtor de hortigranjeiros, visando ao abastecimento da cidade;
  - b) cooperativismo de consumo;
  - c) associações de moradores de bairros, que funcionarão como órgãos de consulta do Poder Municipal;
  - d) coordenação dos Serviços Sociais.
- 5. POLÍTICA DE ABASTECIMENTO:**
  - a) Mercado Municipal;
  - b) Feiras Livres;
  - c) Assistência técnica e econômica aos produtores agrícolas.
- 6. INTEGRAÇÃO COM A UNIVERSIDADE:**
  - a) convênios de assistência técnica;
  - b) implantação da Universidade do Trabalho.
- 7. INTEGRAÇÃO DE JUIZ DE FORA À REGIÃO ECONÔMICO SOCIAL:**
  - a) estradas municipais;
  - b) empenho junto aos Governos do Estado e da União para melhorar as ligações de Juiz de Fora com os municípios do Zona da Mata e Sul de Minas;
  - c) aproximação com os municípios vizinhos.

DIÁRIO MERCANTIL PÁGINA 5

Fonte: Diário Mercantil, dia 11 de novembro de 1966. Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Em sua primeira administração, como dito em tópico anterior, Itamar buscou colocar em prática o programa político apresentado na campanha, visando os pontos da imagem acima, passando a imagem de um prefeito novo, o mais novo eleito na cidade, mas, igualmente, a de um administrador, fazendo grandes obras de infraestrutura, trazendo muitas modificações para a paisagem e o cotidiano da cidade. Segundo informações obtidas no MRPIF, Itamar teria cumprido essas metas durante sua administração.

O Memorial da República possui um acervo fotográfico de muitas dessas obras. Esse ponto das obras traz o debate sobre o desenvolvimentismo e o progresso (moderno). É preciso desenvolver a discussão em relação aos binômios. Dulci (1984b) contribui, ao abordar as elites mineiras e a noção de desenvolvimentismo, com foco para JK. Segundo o autor, as elites mineiras dispuseram tempo e condições para elas mesmas promoverem as mudanças, sem rupturas (caráter de conservação), e mostraram um alto grau de homogeneidade, comunhão de perspectivas e objetivos essenciais, citando algumas administrações. O crescimento e a diferenciação da economia mineira, portanto, pressupunham certo nível de coesão. “A



continuidade das ações desenvolvimentistas é marcante: todos os governos, tanto os do PSD quanto os da UDN, agiram cumulativamente no mesmo sentido” (DULCI, 1984b, p. 25)<sup>178</sup>.

Nesse momento, Juiz de Fora, assim como várias cidades brasileiras, estava passando por uma mudança em seu perfil, no que se refere ao processo de êxodo rural e um crescimento urbano bem intenso, passando de aproximadamente 128 mil habitantes na área urbana, no início da década de 1960, para 220 mil no início da década de 1970 (MOREIRA, 2012). Nas palavras de Moreira:

Isso significou um crescimento rápido e expressivo da população urbana, em um período de crise na economia da cidade, com pouca geração de emprego e renda, quando ainda se iniciavam os investimentos em infraestrutura. Este pode ser considerado um dos principais fatores para os problemas de urbanização enfrentados pela população de Juiz de Fora até pelo menos a década de 1980. O contingente vindo do campo passou a ocupar zonas periféricas da cidade sem que houvesse o planejamento necessário, já que não contava com projetos de ocupação do solo. Ruas eram abertas com a ajuda de máquinas e então procedia-se à construção das moradias sem que tivessem sido implantadas redes de água ou esgoto, sem instalação de redes de iluminação pública e sem disponibilização de transporte adequado (MOREIRA, 2012, p. 65).

Moreira (2012) ainda informa que a cidade contou com a instalação da Universidade Federal de Juiz de Fora, no final da década de 1960, além da instalação de siderúrgicas e da reforma e ampliação de sua malha viária, fatores responsáveis por grandes transformações, especialmente por terem motivado muitas pessoas a se estabelecerem no município. Com a primeira administração de Itamar Franco, iniciou-se, por extensão, um processo de reorientação projetada da expansão da cidade, favorecendo grandes empresas, reequipamento da infraestrutura, buscando impulsionar o desenvolvimento industrial, com a implantação do Distrito Industrial, em Benfca, do sistema de Telecomunicações (Telemusa), do sistema de abastecimento de água, entre outros (MOREIRA, 2012).

O contexto e as transformações no perfil da cidade trouxeram demandas de discussões bastante presentes na Câmara Municipal nesse período, principalmente durante a década de

---

<sup>178</sup> O autor cita duas situações distintas: gestão Milton Campos (1941-1951) e gestão Bias Fortes (1956-1961). No primeiro caso, o governo estadual, politicamente afastado do governo Dutra, não recebeu qualquer cobertura. Lançou experiência pioneira de planejamento público, mas contava com base financeira precária, não tendo meios de concretizar projetos de maior vulto. Segundo caso, acesso privilegiado ao centro de poder, criação da USIMINAS, sem contar que o Programa de Metas de JK deu oportunidade para que se expandisse a indústria básica mineira (DULCI, 1984b). Sobre JK, o autor explora como a reaglutinação partidária dos clãs oligárquicos, e a existência de componente moderno, empresarial: “maleabilidade do sistema tradicional para conservar-se através da incorporação de novas demandas e interesses.”. Liderança de JK, talvez a melhor expressão do conteúdo conservador-modernizante do pessedismo mineiro. Governo JK em Minas (1951-1955): “momento-chave da composição entre o velho e o novo – entre a oligarquia de base rural e a burguesia ascendente –, pela qual a continuidade do mando político combinava-se com uma estratégia de mudança socioeconômica. E seu mandato presidencial foi certamente o ponto alto da política de conciliação no Brasil moderno” (DULCI, 1984b, p. 23).

1960, tendo as mesmas sido traduzidas em projetos e leis que corresponderam a cerca de um terço das normas aprovadas e diziam respeito às transformações e ao crescimento urbano e populacional da cidade, sendo referentes às áreas de água e esgoto, pavimentação, criação de novos logradouros, bairros e ruas, desapropriação e doação de imóveis, estabelecimento e regulamentação de novos serviços e empresas (OLIVEIRA, 2015).

Dadas as informações trazidas acima, o interesse aqui é problematizar o papel social da Engenharia, a relação entre a Engenharia e a Política, principalmente levando em consideração o contexto das administrações de Itamar, a história da cidade e a história nacional. Gilberto Freyre, um dos mais reconhecidos intérpretes do Brasil, para além da obra “Casa Grande e Senzala”, escreve um livro sobre “Homens, engenheiros e rumos sociais”, no qual demonstra de que modo essa relação se dá na sociedade brasileira, retomando o significado da palavra engenharia: “Engenhar, dizem os dicionários, é inventar, engendrar, maquirar. Vem de engenho: faculdade universitária. Da mesma origem é engenharia: arte de aplicar conhecimentos científicos ou empíricos à criação de estruturas a serviço do homem” (FREYRE, 1987, p. 23).

Como podemos ver, os engenheiros, profissionais liberais, conhecidos por “ocupação letrada” (CARVALHO, 1996; CODATO, COSTA & MASSIMO, 2014) desde o século XIX, exercem uma função política importante no país, como chama a atenção José Murilo de Carvalho (1996; 2003), em diversas obras, dentro do grupo dos profissionais liberais que apresentavam “melhor condição de constituir a base para uma opinião pública independente” (CARVALHO, 2003, p. 101), afirmando também que, desde aquela época, eram “missionários do progresso, saídos das escolas técnicas (medicina, engenharia, militares), combateram o atraso nas cidades e no interior” (CARVALHO, 2003, p. 111), com projetos de modernização das cidades. Modernização esta entendida, em grande medida, como sinônimo de urbanização, industrialização, como veremos mais adiante. A Engenharia surge com o advento da modernidade. No Brasil, é uma profissão elitizada, considerada uma das profissões imperiais do país, junto do Direito e da Medicina. Dr. Augusto era um engenheiro e Itamar segue a profissão do pai, lembrando.

Alguns trabalhos são essenciais para entender a relação da Engenharia e o advento da modernidade, bem como as noções de progresso e o papel dos engenheiros nesse processo. Maria Alice Carvalho (1998) desenvolve estudo sobre o engenheiro e intelectual André Rebouças, mostrando valores, ideias e instituições e suas relações com a tradição ibérica. Ao trazer a trajetória de Rebouças, Carvalho (1998) analisa, entre outras dimensões, a relação entre

a engenharia e as concepções de civilização, trazendo a história de uma ideologia profissional, a questão da burocracia profissional e a iniciativa empresarial. Outro trabalho, o de Salgueiro (1997), permite entender como as noções de progresso vão se sobrepondo, ao tratar especificamente do engenheiro Aarão Reis e do planejamento urbano de Belo Horizonte no século XIX. O estudo sobre Aarão Reis nos ajuda a refletir sobre Itamar e sua atuação política em termos de planejamento urbano, principalmente porque:

Aarão Reis, portavoz de uma engenharia urbana nascente [final do século XIX], encarna a figura do “funcionário” no momento em que a gestão de obras públicas é imprescindível à modernização da cidade; seu papel é o de um republicano convicto “a serviço da nação”, que procura, porém, não tomar partido político (SALGUEIRO, 1997, p. 131-132).

Além disso, as trajetórias de Itamar e Aarão Reis possuem semelhanças, na medida em que Itamar atua nas décadas de 1960 e 1970, tendo na Engenharia um capital político importante, enquanto “Aarão Reis esteve ligado aos momentos mais importantes da história da Engenharia no Brasil, no decênio de 1870 ao final da década 20.” (SALGUEIRO, 1997, p. 143). Sobre Aarão: “*A busca por racionalidade administrativa, precisão técnica e a organização dos canteiros de obras caracterizam o trabalho de sua geração*, que deixou um vasto material iconográfico aberto à pesquisa”. (SALGUEIRO, 1997, p. 143. Grifo meu). Itamar também possui *modus operandi* de um engenheiro e deixa vasto material sobre as obras de infraestrutura realizadas.

Itamar, ademais, se forma engenheiro em um período em que JK está governando Belo Horizonte e começa a exercer sua profissão quando o mesmo exerce o cargo de Presidente da República. Neste contexto, a área de construção civil estava sendo muito valorizada, pois era a base da concepção de nacional desenvolvimentismo, da noção de progresso e modernidade. Dessa maneira, ele é fundamental para entender as influências na formação e na prática política e administrativa de Itamar.

Outro ponto é que os engenheiros não somente são base da elite política desde o Império, como nos informa Maria Alice de Carvalho (1998) e José Murilo Carvalho (2010), junto de médicos e advogados, como são base para uma opinião pública, tendo papel ativo importante nas disputas políticas locais, como podemos observar nas disputas políticas dos municípios (ROCHA & KERBAUY, 2014), incluindo para a prefeitura de Juiz de Fora ao longo dos anos que teve vários prefeitos ou candidatos a prefeito formados em engenharia (Itamar, Bruno Siqueira, Wilson Rezende, entre outros). Em relação às disputas e propagandas, nota-se que:

Em campanhas eleitorais, candidatos tendem a não confessar a profissão mais rentável financeiramente, mas a mais simpática eleitoralmente: industriais que possuem diplomas em áreas técnicas preferem apresentar-se como engenheiros e não empresários (CODATO, COSTA & MASSIMO, 2014, p. 352).

Esse parece ser o caso do personagem retratado aqui, uma vez que ele possuía uma empresa, a ITEC, e, na vida pública, principalmente no início, era conhecido e apresentado como engenheiro. As duas gestões municipais de Itamar se dão no regime autoritário. Dessa maneira, o Prefeito das obras<sup>179</sup> adquiriu sucesso e ascendeu politicamente em um contexto em que os militares adotaram um modelo tecnocrático<sup>180</sup>, em que podemos ver a compreensão de que:

[...] o técnico [...] há de ser um especialista no assunto da pasta que é chamado a dirigir (economista para a Fazenda, engenheiro para Transportes ou para Energia, eletrônico para Telecomunicações etc.), o gênero intelectuais abrange várias espécies. Ninguém negaria por exemplo aos membros da Academia Brasileira de Letras o diploma de intelectuais, mas também ninguém, em seu juízo perfeito, lhes entregaria postos de governo, salvo honrosíssimas exceções (GUDIN, 1978, p. 145 apud FERREIRA JR.; BITTAR, 2008, p. 341).

Ferreira JR e Bittar prosseguem, no sentido de caracterizar os tecnocratas:

Nota 1:

Os tecnocratas são os experts (técnicos) responsáveis pela aplicação das novas tecnologias na administração do poder de Estado, ou seja, das técnicas empregadas no âmbito das ações governamentais com o objetivo de se alcançar a eficiência na racionalização dos recursos financeiros aplicados nos vários setores das políticas estatais. “O governo dos tecnocratas” é denominado pela ciência política de “tecnocracia”. A expressão tecnocracia foi “lançada nos Estados Unidos quando da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) para designar governo dos técnicos, difundindo-se na época do New Deal”. Em síntese: os tecnocratas são os “managers ou técnicos de categoria superior, colocados à frente de grandes empresas ou de departamentos oficiais do Estado” (Sousa et al., 1998, p. 515-516). Já Bresser Pereira (1982, p. 86) afirma que “o conceito de tecnoburocracia decorre do de técnico. Tecnoburocracia é o governo dos técnicos. É o sistema em que o poder está nas mãos dos técnicos, sejam eles economistas, engenheiros, administradores públicos e privados ou militares profissionais. Colocada nesses termos, tecnocracia seria um tipo de oligarquia: a oligarquia dos técnicos. Opões-se, portanto, a outros sistemas políticos, particularmente à democracia”(FERREIRA JR.; BITTAR, 2008, p.351-352).

Nesta citação, percebemos pontos em comum com a propaganda eleitoral de Itamar de 1966, apresentada pelo jornal, conforme a Imagem 3, que mostra as sete metas, quando observamos o argumento de novas maneiras de administrar, com eficácia e racionalização.

<sup>179</sup> Sobre construção civil e empresas nacionais de construção pesada no período da ditadura, ver: Campos (2012).

<sup>180</sup> Sobre Técnica e Política ver: Weber (2011); Habermas (2014).

E, dentro desse modelo, também havia a questão da integração:

A integração de Minas ao “modelo brasileiro”, consumada pelos governos dos anos 70, baseou-se no abandono da identidade regional e particularmente na crítica da conciliação. Buscava-se uma renovação acelerada, no compasso do regime, que incluía a mudança da concepção ideológica das elites. O Diagnóstico da Economia Mineira, polêmico estudo elaborado pela tecnocracia emergente na segunda metade dos anos 60, fornecia um roteiro para essa mudança, ao acentuar entre os fatores críticos, do subdesenvolvimento estadual o comportamento dos políticos e a incapacidade dos empresários mineiros. Essa postura refletia mais que uma rejeição tecnocrática da irracionalidade que presidira aos arranjos políticos anteriores. Correspondia também à visão do empresariado ajustado ao modelo brasileiro pós-64. Para esse setor – secundado pela tecnocracia e pelos governos indicados por Brasília – o ponto de referência deixava de ser regional para tornar-se nacional e mesmo internacional. O efêmero, porém significativo, crescimento industrial de Minas na década de 70 deu-se dentro dessas coordenadas. Seu êxito parecia confirmar o acerto da crítica às concepções e métodos tradicionais das elites mineiras. Contudo, a sedimentação dessa nova ideologia seria perturbada pelo processo de abertura política, uma de cujas consequências tem sido a restauração do regional na cena política (DULCI, 1984a, p. 28).

Isso é tratado claramente na biografia de Yazbeck (2011), da maneira que:

Itamar Franco não deixou passar batido o tema da integração – expressão dita e repetida pela Arena, a bandeira fora por ele levantada bem antes, quando Juiz de Fora se tornou a primeira cidade do interior de Minas Gerais, líder da Zona da Mata, a reunir centenas de prefeitos, independente de partidarismos, nos seminários realizados em sua administração anterior. A lembrança dos nomes ilustres que prestigiaram os eventos, como os do prefeito paulistano Faria Lima, do ministro dos Transportes Mário Andreazza e até do vice-presidente Augusto Rademaker, além dos governadores Israel Pinheiro e Magalhães Pinto, está aí para comprovar que “integração” era com ele mesmo (YAZBECK, 2011, p. 127-128).

É com essa identidade que Itamar consegue sucesso e ascensão até o Senado Federal<sup>181</sup>. Era um político engenheiro, empresário do ramo, em um regime autoritário que focava nesse tipo de modernização capitalista (DINIZ, 1994).

Na subseção a seguir, trataremos de uma relação que envolve a profissão de Itamar com o cargo público, em um dos exemplos que mais gera polêmica, quando tratamos de modernidade, tradição *versus* moderno, velho e novo, progresso e atraso.

#### 4.4.1 O mineiro, entre o bonde e o Fusca

A paisagem referenciando as montanhas marca o imaginário do que são as Minas Gerais, como será demonstrado posteriormente em outro subtítulo. Ao que se pode somar a essa

---

<sup>181</sup> Um estudo que cita o aumento do número de engenheiros e economistas na Câmara e no Senado, relacionando esse aumento com a ascensão do discurso tecnocrático, é o de Carvalho (2005).

paisagem envolvendo lindas montanhas, a trajetória de Itamar faz pensar nos elementos que permitem ao mineiro transitar por entre elas: os meios de transporte. Tendo isto em vista, aqui, pretendo citar dois deles que perpassam a trajetória de Itamar: os transportes ferroviários e os rodoviários.

Por entre as montanhas, imagino as “Maria Fumaças”. Por entre os morros das vilas e roças, no interior, nas pequenas cidades, vejo fuscas. Para quem está habituado a frequentar “roças”, esse é um meio de transporte que se destaca, por ser um carro barato, de manutenção fácil e que serve bem para quem utiliza estradas “de chão” (de terra). Esses dois meios de transporte tão distintos e característicos serão objeto desse texto, pois, através deles, será possível desenvolver um debate sobre sua relação com Itamar, especialmente binômios tão importantes para interpretar e pensar o Brasil, sua história e a de Minas: velho-novo; atraso-progresso; conservação-mudança<sup>182</sup>; tradicional-moderno.

Assim, partirei de uma metáfora referenciada na biografia escrita por Yazbeck (2011) do jornal *The Economist*, do período em que Itamar estava na Presidência da República, chamando-o de “O maquinista que colocou o Brasil nos trilhos”<sup>183</sup>. Essa metáfora nos permite relacionar com o fato de que a memória que se tem, principalmente a vocalizada pelo MRPIF, é de que quando Presidente, Itamar foi o “maquinista” que recuperou o carro popular, o Fusca, azul, conversível, talvez o seu elemento mais marcante, presente hoje no saguão principal e visto logo da frente da faixa da do Prédio do Memorial da República. Mas, no início de sua carreira política, quando ainda na primeira administração, o “maquinista” também tem, a nível municipal, uma relação importante com os trilhos.

Engenheiro, Itamar ficou conhecido, quando jovem, como o prefeito de muitas obras e mudanças, principalmente no que diz respeito à infraestrutura da cidade. Uma delas, e talvez a que tenha causado mais controvérsia, foi a retirada dos bondes de circulação – ou seja, o transporte ferroviário. Sim, Itamar foi o Prefeito que tirou os bondes dos “trilhos”. Recorrerei ao jornal local para tratar desse episódio.

O Diário Mercantil de 10 de abril de 1969 anunciava que os bondes estariam fazendo sua última viagem naquele mesmo dia, às nove horas da noite, depois de 88 anos em funcionamento, prestando serviços à população – “e ter dado expressiva colaboração para o progresso da cidade”. Uma programação foi elaborada pelo Gabinete do então Prefeito Itamar e pelo Departamento Autônomo de Turismo, com direito a cortejo com os últimos bondes,

---

<sup>182</sup> Para aprofundar no tema da modernização conservadora, ver: Perlatto (2014); e Werneck Vianna (1996; 2004).

<sup>183</sup> Yazbeck (2011) referencia esse jornal, mas ainda não foi possível encontrar o original.

saindo do Parque Halfeld até o fim da linha, no São Matheus, contando com bonde infantil e com bonde com baterias de escolas de Samba, blocos e grupos, foguetório e outras atrações, colocando fim àquele tipo de transporte (coletivo e público). O jornal ainda trazia uma parte da reportagem de cunho histórico, “Quase um século”, informando que os bondes remontavam ao Império, e começaram a trafegar em 1881, ainda puxados a burro, sendo eletrificados em 1906. A Companhia Mineira de Eletricidade explorou o serviço até 1951, quando se tornou patrimônio da Prefeitura da cidade que foi responsável diretamente até 1954, quando foi criado o DAB – Departamento Autônomo de Bondes. A reportagem traz também um pouco da explicação do “porquê” daquela medida, visando o asfaltamento das ruas e, conseqüentemente, para a passagem de carros:

A necessidade de asfaltamento de ruas, deslocamento dos postes centrais e melhor escoamento de tráfego, fez com que a Municipalidade, aos poucos, fosse eliminando trechos e linhas inteiras. Fábrica e Poço Rico foram as primeiras a desaparecer. Depois, Vitorino Braga, Costa Carvalho, Bonfim, Santa Terezinha, Passos e Mariano Procópio desapareceram, permanecendo apenas a de São Mateus, que hoje também desaparece para que a Prefeitura possa dar seqüência à “nova Rio Branco”<sup>184</sup> e proceder ao asfaltamento da Rua São Mateus (Diário Mercantil, 10 de abril de 1969).<sup>185</sup>

A reportagem fala, ademais, sobre um novo capítulo da história do bonde em Juiz de Fora, que teve 88 anos de útil existência, mas o novo capítulo é, na verdade, o capítulo final, como informa outra parte do jornal, intitulada “E os Bondes chegam ao fim”.

Em Yazbeck (2011), o autor diz:

Os bondes serviram a Juiz de Fora durante 88 anos e deixaram sua marca como símbolo de uma época romântica do município, que começou a ficar para trás diante das exigências do progresso e da modernidade. Em 1969, o mundo assistia aos avanços de americanos e russos na busca da conquista especial, que culminaria com a conquista da Lua pelos Estados Unidos, em 21 de julho. Na cidade, o prefeito Itamar Franco acelerava os passos de uma renovação administrativa com novas ruas e avenidas, moderna iluminação, asfalto em todas as direções e a retirada dos postes que travancavam o trânsito no centro das ruas.

No dia 10 de abril daquele ano, às 21 horas, Itamar Franco deu o sinal de partida no elétrico de número 30 para a última viagem do bonde pelas ruas de Juiz de Fora. O clima de festa foi dado pela batucada de um conjunto comandado pelo famoso sambista da cidade, Armando Toschi, o Ministrinho,

<sup>184</sup> A Avenida Rio Branco tinha belos casarões que acabaram sendo derrubados para o progresso passar. Outra coisa que foi retirada para obras de infraestrutura foram as árvores que existiam em tal avenida, como informa Zaguetto (2012).

<sup>185</sup> Ainda não consigo visualizar o que é a cidade de Juiz de Fora nesse momento, em termos de bairros. Mas acredito que as linhas de bonde serviam, principalmente, à região central e a alguns bairros próximos a ela, não incluindo a Zona Norte (já existente) e os bairros mais afastados da Zona Leste. Assim, é necessário pensar qual noção de progresso era essa e para onde estava sendo levada, onde estavam sendo feitas as obras, em geral, e que Juiz de Fora estava sendo contemplada, levando em conta também o binômio centro urbano-periferia.

um dos fundadores da quarta escola de samba no Brasil – a Turunas do Riachuelo, em 1934. A população se despediu dos bondes viajando por todos os cantos da cidade, muitos, os mais velhos, sem esconder as lágrimas (YAZBECK, 2011, p. 122-123).

Uma foto do Prefeito no bonde, presente na biografia, contém a seguinte legenda:

Itamar Franco, ao lado de José Cesário, diretor do DAT (Departamento Autônomo de Turismo), e do secretário Mauro Durante, em primeiro plano, embarca na última viagem dos bondes: o transporte urbano que dava a Juiz de Fora um charme especial, desde o início do século 20, sai de cena em 11 de abril de 1969, abrindo espaço à modernidade (YAZBECK, 2011, p. 123).

Percebemos, no discurso sobre o fim do bonde, um elemento de apego ao passado, à história daquele meio de transporte, saudosismo por parte dos mais velhos (com suas lágrimas), o romantismo e o charme, mas também o discurso sobre as “exigências” do progresso e da modernidade, representados, nesse momento, pelo asfalto e pelo carro popular. Ao falar da conjuntura de 1970 e do tricampeonato mundial da Seleção Brasileira de Futebol, por exemplo, Yazbeck (2011) fala da comemoração na avenida Rio Branco, tomada de carros, Volkswagens (ou fusquinhas e kombis), entre outros carros referenciados, que saíam das fábricas para as mãos dos consumidores deslumbrados, através da facilidade dos consórcios, dando um ponta pé no que seria chamado de “milagre econômico” brasileiro. Acrescenta, ainda, que, “afinal, o mais cobiçado sonho de consumo do ser humano, o automóvel, último tipo, zero quilometro, estava ao alcance de todos, a partir da classe média” (YAZBECK, 2011, p. 124).

Logo, percebemos que essa discussão entre o Fusca e o bonde (ou trem) associa alguns binômios. Nesse momento, o bonde e os trilhos representam o passado que se tornou sinônimo do velho e do atraso, impedindo o novo, o moderno e o progresso, a modernidade, representado pelo asfalto e pelo carro popular (o Fusca). Vale ressaltar que a imagem de Itamar, nesse contexto, também representava o novo, o moderno, o progresso.

Outros pares conceituais que chamam a atenção são público-privado e coletivo-individual. As noções de progresso e modernidade trazem como consequência a substituição de um transporte coletivo público (que servia a vários bairros, ainda que não levasse em conta a periferia), por um transporte particular, privado e individualizado.

O Fusca foi fabricado no Brasil entre 1959 e 1986. Itamar retomou sua produção em 1993 (até 1996), como Presidente da República, em uma decisão polêmica, após anos de sua saída de linha. Diante de charges e reportagens, percebemos algumas inversões. O Fusca, na década de 1960, carro popular novo e objeto de desejo de consumo das pessoas, representando o novo, na década de 1990 representa o velho, ultrapassado, o “progresso” com cara de atraso. Assim, a imagem de Itamar também é associada ao velho, ao atrasado e ao ultrapassado. Além



disso, aparece o elemento da simplicidade na escolha desse carro, elemento associado à mineiridade (ARRUDA, 1990). Logo, acredito que, ao colocar o Fusca em lugar de destaque na memória em relação à Itamar, o que o Memorial quer ressaltar é justamente esse elemento, a simplicidade do Presidente. Em visita ao MRPIF com mediação temática sobre os objetos, me informaram que o Fusca azul lá exposto foi uma aquisição do Presidente, parcelado em duas vezes<sup>186</sup>, dando maior ênfase a essa questão da simplicidade e do controle financeiro de Itamar. A simplicidade do Fusca de Itamar é uma questão a ser refletida, pois o Fusca não era como qualquer outro, conversível, com rodas de liga leve etc.. O Fusca, como popular, também traz isso, aproxima o Presidente do povo, o Presidente que anda de carro fabricado no Brasil, a dimensão do carisma, do nacionalismo, do popular. Na década de 1960, o Fusca estava associado à urbanização também. Hoje, na década de 1990 também (provavelmente), associado ao mundo rural (pelo rural ser associado ao atraso)<sup>187</sup>.

No MRPIF, o Fusca azul, hoje, além da simplicidade, representa não o velho, mas o antigo, que deve ser conservado pelo seu valor sentimental e patrimonial. Assim, ressalta-se também a questão da conservação, não só presente em termos mais abstratos, apontados como característica da “mineiridade” que tangem a trajetória de Itamar, como a questão da conservação material de seus objetos, o Fusca, mas também os móveis, os óculos de Itamar<sup>188</sup>, ressaltando e reforçando a historicidade presente em tais objetos.

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Capítulo IV tratou de analisar o lado político de Itamar a partir de sua carreira política e como ela se estruturou no que se refere à ocupação de cargos e filiação partidária. Conhecido como o Prefeito engenheiro e o Prefeito opositor, a partir do desenvolvimento dessa pesquisa, foi possível notar de maneira mais aprofundada como se dava essa relação. O que se ressalta na carreira é o fato de Itamar ter uma trajetória política ascendente no período da ditadura. Isso que explica, ao meu ver, o capital político (e social) advindo da Engenharia no contexto em questão, mesmo fazendo parte do MDB, partido institucionalizado de oposição ao regime, e por isso, oposição limitada (KINZO, 1988).

Acredita-se que o maior capital político de Itamar, a formação de Engenheiro, torna-o capacitado para avançar politicamente, saltando para o Senado, não pelo fato de ser um Prefeito

---

<sup>186</sup> Recibo do fusca disponível no Memorial e também divulgado na página do Instagram do MRPIF.

<sup>187</sup> Penso se teria carro popular mais “mineiro” que o fusca, pois é um carro útil ao mundo rural, serve bem aos que andam pelos morros e montanhas de Minas, e esse pensamento não vem associado ao atraso, como é comum identificar.

<sup>188</sup> A questão da conservação dos objetos foi apontada na mediação temática “Itamar por seus objetos”, do MRPIF.

opocionista na cidade de onde partiu o golpe civil-militar, mas sim pelo capital social e político da Engenharia, que possibilitou redes de relações sociais bem como o *modus operandi* do projeto desenvolvimentista proposto pelos militares. Vale ressaltar que não só a engenharia traz esse capital, que é econômico, mas também político e social, como o fato de Itamar ser um empresário do ramo da construção civil, como diferencia Codato, Costa e Massimo (2014). E mesmo com a opção pelo partido opocionista, o MDB, alguns pontos demonstram que Itamar não enfrentou grandes resistências por ser aceito candidato por setores arenistas locais e porque a relação que possuía com os militares não era antagônica, haja visto a relação com o General Itibere, presente em seu casamento, em 1968, a relação com Djalma Moraes, general do Exército, Pinho Neves (2020), que começa nesse período e vai até sua morte, sendo Djalma um personagem importante, presente também na dimensão da memória, membro do IIF, como mostrarei em capítulo posterior.

O próximo capítulo, o V, abordará o período em que Itamar esteve à frente da Presidência da República, a partir das memórias e silenciamentos presentes no MRPIF. Com base nas suas caracterizações e principais marcos e “feitos”, o capítulo se desenvolverá através de subseções: Ética na política e a relação com a conjuntura em que assume a Presidência, Collor, MEP; O governo Itamar Governo de união, Políticas públicas (de educação e econômica), – CAICs, CONSEA – Plano Real (FHC, privatizações, reformas liberais).

## V A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO “LEGADO” PRESIDENCIAL DE ITAMAR FRANCO PELO MEMORIAL DA REPÚBLICA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO (MRPIF)

### 5.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como foco os enquadramentos presentes no Memorial da República que retratam a trajetória de Itamar como Presidente, ressaltando seus “feitos”<sup>189</sup> (HEYMANN, 2012). Entre as várias caracterizações qualificando Itamar e seu governo, os enfoques realçam a memória de um governo e de um ator com capacidade de manter a estabilidade democrática com valores cívicos, republicanos e da ética na política, bem como a estabilidade econômica, por meio do Plano Real. Ambas, estabilidade política e democrática, necessárias para o desenvolvimento do país, retratadas em vários lugares de memória (NORA, 1993) presentes no Memorial e na síntese que traz o tripé sobre o lado social e o econômico, tendo a análise do lado “político” sido desenvolvida no capítulo anterior. O horizonte de análise tomará os enquadramentos a partir das suas relações com as noções de memória e silenciamento (HUYSSSEN, 2014).

Dessa maneira, o capítulo se inicia com uma síntese do que foi o governo Itamar, através dos enquadramentos de memória do MRPIF. Depois, me volto para o que considero os dois pilares centrais dessa memória: a ética na política (valores democráticos) e as políticas públicas, tendo como foco principal de análise o Plano Real. O tema da ética como memória será tratado a partir do silenciamento dos atores Fernando Collor de Melo e o Movimento da Ética na Política (MEP), bem como a conjuntura que leva Itamar a ocupar o cargo de Presidente da República, além das indagações sobre a relação entre ética e corrupção. Já a memória sobre as políticas públicas e o governo Itamar nos levam a uma discussão sobre o silenciamento de atores, relações e políticas específicas em contextos precedentes ou sucessores ao governo. No caso do Plano Real (e sua paternidade), tratarei do silenciamento de um ator específico, Fernando Henrique Cardoso, tal qual das relações entre o Plano Real e o plano de estabilização, privatizações, o contexto de implantação de políticas liberais, isto é, a relação entre políticas econômicas e políticas sociais.

Tal discussão leva a considerações mais aprofundadas sobre o que foi o governo Itamar, qual contexto estava inserido, como é caracterizado em termos de transição, se construindo, em

---

<sup>189</sup> Ao contrário do que vemos, por exemplo, em Heymann (2012), sobre o legado de Darcy, no qual o próprio se referia a seus “fazimentos”, trazendo o sentido de processo e de continuidade, e não o sentido de pronto, como na expressão “feito”.

alguma medida, a partir da ideia de novo (vanguarda), silenciando continuidades e contradições não só em termos de democracia, como também de um programa liberal, de políticas econômicas e sociais.

## 5.2 A PRESIDÊNCIA DE ITAMAR RETRATADA PELO MRPIF

O MRPIF, como referido anteriormente, apresenta em seu próprio nome o cargo de maior importância ocupado por Itamar em sua trajetória: Presidente. Assim, tanto o acervo museológico como o acervo da biblioteca e do arquivo possuem uma quantidade significativa de documentos e objetos que dizem respeito a esse período, comparativamente superior aos demais cargos ocupados. O governo é referenciado por meio de objetos pessoais e de escritório, objetos simbólicos que fazem referência aos projetos sociais, ao Fusca, às cartas ao Presidente, aos estandes explicativos e ao tripé descritivo de Itamar, que apresenta em seus lados social e econômico as principais questões levantadas e debatidas no presente capítulo.

O texto descritivo do tripé faz uma síntese dos “feitos” do “lado social”, destacando:

### A visão social de Itamar Franco

A formação política de Itamar Franco aprofundou sua crença nos valores sociais e democráticos formadores de seu nacionalismo, manifesto em seu espírito de luta pela defesa dos recursos naturais brasileiros e das fontes energéticas, concepções sobre desenvolvimento, preservação, defesa e valorização dos interesses nacionais e bem-estar do povo; de sua aplicação da ética à política, evidenciada em toda sua carreira, de Prefeito à Presidente da República; do seu humanismo, expresso no reconhecimento de que “o social não pode ser subproduto do crescimento”; de que “é necessário levar a todos os bens da civilização, da educação e da cultura”; e do seu reconhecimento de que o desenvolvimento é essencial à busca da equidade e à melhor distribuição de renda.

O ser enquanto sujeito, o agir em grupo, o dialogar, o delegar e o postular responsabilidades evidenciaram que a construção democrática demanda mobilização geral, ação de cidadania harmonizada por representação do Estado, da Sociedade e inovação na administração pública, que determinaram rumos do bem-estar comum e de abrangentes instituições de alcance social, cujo exemplo alcança-se no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).

Nesse contexto, Itamar entendeu o papel fundamental da Educação voltada para a vida com dignidade e esperança. Seu espírito de planejador e ordenador de governos fez com que considerasse a Educação como um processo, abrangendo todos os níveis, graus e modalidades no planejamento do Sistema Nacional de Educação, estabelecendo a cooperação e a articulação<sup>190</sup> entre a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios e determinando a

---

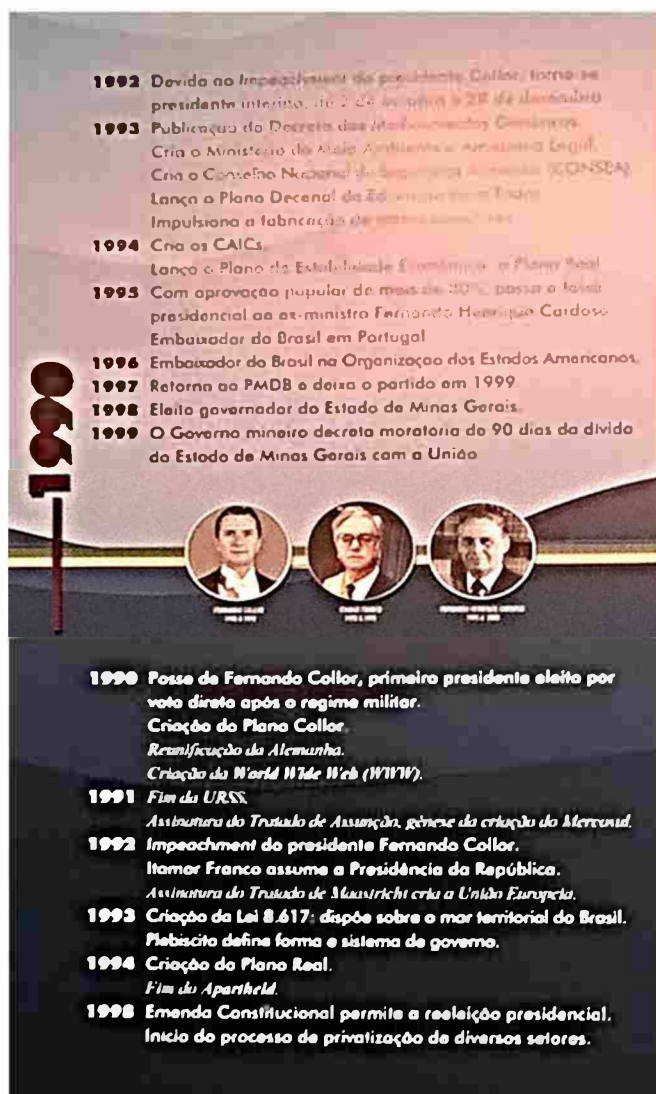
<sup>190</sup> Ponto importante a ser ressaltado foi que o Governo Itamar não só trabalhou para a descentralização das políticas educacionais, como também descentralizou a Saúde e o SUS, com os mecanismos instituídos pela CF de 1988 (PORTUGAL JR.; SAMPAIO, 1998).

formulação do Plano Nacional de Educação para Todos (1993-2003)<sup>191</sup> [...] <sup>192</sup>  
(MURILO HINGEL, 2015<sup>193</sup>).

Aqui, podemos notar a construção de Itamar como o agregador de vários valores democráticos e repúblicanos, bem como na biografia e nos escritos no IIF. Ele é descrito como nacionalista, orientando-se sempre para o diálogo, buscando o desenvolvimento da Nação e o interesse nacional, humanista, dando prioridade às áreas de Educação e Saúde, e uma das questões que mais chamam a atenção: Itamar e a ética na política.

Acerca da cronologia, há vários pontos relevantes que, através da imagem a seguir, permitirão o aprofundamento da discussão:

Figura 8 – Foto da Cronologia na parte da década de 1990



Fonte: Foto própria (2019), tirada no MRPIF.

<sup>191</sup> Tal Plano Nacional foi formulado, mas nunca colocado em prática, segundo Agliardi; Welter e Pierosan (2012).

<sup>192</sup> O trecho que daria continuidade está mais abaixo, na parte dos CAICs.

<sup>193</sup> Texto do tripé do memorial, inaugurado em 2015.

Esse enquadramento de memória é talvez o único que traz a imagem de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso ao lado de Itamar, a única referência, ainda que bem discreta, à sucessão de governos – e a consequente continuidade entre eles. Vale ressaltar que esses aparecem assim como todos os outros presidentes, incluindo os “presidentes militares” da ditadura da nossa República, num enquadramento protocolar.

A parte superior da cronologia diz respeito aos passos dados por Itamar em sua trajetória durante essa década, ressaltando os principais acontecimentos do ponto de vista do MRPIF. A parte debaixo da cronologia, por sua vez, traz grandes marcos e acontecimentos no Brasil e no mundo. Acontecimentos que, como se pode ver, se entrelaçam, obviamente, como o impeachment, o Plano Real, a criação dos CAICS, o plebiscito de 1993, entre outros.

A relação de Itamar Franco com Fernando Collor se resume ao impeachment e, com ele, Itamar assumindo a Presidência da República, um dos principais silenciamentos, como tratarei abaixo. A relação com Fernando Henrique Cardoso, de forma consonante, se resume à passagem da faixa presidencial. Implicitamente, a crítica e relação conflituosa entre os dois, Itamar e FHC, aparecem retratadas nas passagens sobre o ano de 1998, que diz sobre a Emenda Constitucional que permitiu a reeleição de FHC, impedindo, segundo o que consta na biografia de Yazbeck (2011), a candidatura de Itamar à Presidente no mesmo ano, como se refere Mauro Santayana no prefácio (como sendo uma traição), bem como em outras passagens do livro. Ainda, adiciona-se a isto a passagem sobre o que seria o “início do processo de privatização de diversos setores” (Cronologia MRPIF, 2015).

Por conseguinte, percebemos um ponto de crítica ao 2º Governo FHC em relação às privatizações, mas que não procede, ao se referir ao início do processo, uma vez que ele começou no governo Collor, do qual Itamar foi vice, vale lembrar, tendo em seu Projeto de Reconstrução Nacional assinado pelos dois, no qual a pauta da privatização era uma das metas (BRASIL, 1990). Logo, a privatização seguiu acontecendo, ainda que em menor grau no governo Itamar, e com maior intensidade no governo FHC, principalmente no seu segundo mandato. Alguns autores vão informar, ademais, a relação da privatização como parte do pacote de medidas para a implementação do Real (PORTUGAL JR.; SAMPAIO, 1998; CASTRO, 2011; BATISTA JR., 1996), objeto de análise de tópico adiante. Outro ponto ressaltado na cronologia é o Decreto da moratória do estado de Minas Gerais em relação à dívida com a União em 1999, enquanto Itamar era Governador do estado e Fernando Henrique Presidente.

A relação entre os governos aparece também dessa forma, à medida que o governo Itamar é construído como único, e com essas críticas implícitas, se silenciam ligações ou

continuidades desse período em que os três governos configuram o que Codato (2005) chama de período de consolidação do regime liberal democrático. Para tanto, o tema da continuidade vai se configurando central, quando tratamos das memórias e silenciamentos sobre a trajetória de Itamar e, principalmente, sobre o Governo Itamar, ao ponto que ela é reivindicada quando diz respeito a pontos positivos, como a continuidade democrática possível com Itamar, bem como a reivindicação sobre o legado político de políticas sociais que o governo teria proporcionado aos posteriores (FHC e Lula). Porém, tal continuidade é silenciada, ou por vezes esquecida, quando se trata de aspectos negativos – como casos de corrupção no governo ou entre amigos e alianças políticas próximas – ou no que diz respeito à herança de políticas públicas – como no caso dos CIACS-CAICS –, CONSEA, privatizações, entre outras medidas. Irei desenvolver esses pontos e temas nos tópicos a seguir.

### **5.2.1 Itamar e a Ética na Política**

Como demonstrei acima, a narrativa sobre Itamar no MRPIF, em Juiz de Fora, parte de sua construção como um político ético, honrado. Vários são os enquadramentos de memória nesse sentido, marcadores que reforçam essas características, bem como as de transparência e diálogo. Cabe ressaltar que, desde as fontes museológicas, quando se entra no MRPIF e se tem contato com seu encarte de apresentação, passando pela visita, guiada ou não, se tem outras “provas” disso, por meio de charges, frases de discursos, depoimentos. Até mesmo na arquitetura do prédio, com uma fachada toda de vidro, na qual o arquiteto responsável pelo projeto buscou materializar a ideia de transparência (a forma referenciando o conteúdo), passando pelas frases contidas no encarte de apresentação do Memorial e espalhadas em suas paredes, gavetas, vãos: “O poder não muda as pessoas, o poder revela as pessoas. A reflexão que posso fazer é de que é fácil exercer o poder com dignidade. O poder não corrompe ninguém, são as pessoas sem caráter que corrompem o poder”; “Ética e responsabilidade, transparência e diálogo são as qualidades que marcam os atos praticados em uma democracia” (Frases escrita na parede do MRPIF). Em uma das muitas charges que vemos (em sua maioria relacionadas ao Fusca), uma charge de Millor se destaca:

Figura 9 – Foto Charge de Millôr “Itamar ou o homem do terno branco – breve numa CPI perto de você”



Fonte: Foto própria (2019), registrada no MRPIIF.

A charge de primeiro de julho de 1992, mês importante no desenrolar da crise política do Governo Collor, com Itamar ainda Vice, como se pode ver no Anexo 4, baseado em Sallum Jr. (2015), é intitulada: “O Homem do terno Branco: breve numa CPI perto de você” (em segundo plano). Itamar aparece em primeiro plano “limpo”, cercado de políticos sujos caminhando para uma “roleta da sorte”. Enquanto a imagem do terno branco se constitui como central, a crítica está presente no título, uma sátira, como é característica própria das charges<sup>194</sup> políticas (MARINGONI, 1996), com humor crítico e ironia<sup>195</sup>. Retomarei às charges posteriormente, para tratar de outros temas.

Sendo também um lugar de arquivo (HEYMANN, 2012), no MRPIF, em seu compartimento de arquivo e biblioteca, são encontradas fontes bibliográficas que reiteram e reforçam essa concepção. Desde as cartas recebidas pelo Presidente de populares, às quais tive acesso em palestra ministrada pela responsável pelo arquivo e também pela responsável pela biblioteca, em evento que integrou as atrações da Semana Nacional dos Museus, em 2019; até as fontes bibliográficas que compõem a biblioteca e que, no meu entendimento, contribuem

<sup>194</sup> O próprio MRPIF, em sua página no Instagram, traz uma publicação sobre as charges e suas características. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CLIE9OzhLsK/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

<sup>195</sup> Sobre humor crítico na produção de charges, ver: Silva (2014). Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/11/2296.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.



efetivamente, de maneira direta ou indireta, para a construção da narrativa ali apresentada, ao coadunar com ela em pontos centrais.

É interessante notar que há uma associação entre ética e mineiridade (ARRUDA, 1990). Na biografia autorizada (YAZBECK, 2011), a ética aparece como valor de Itamar desde jovem, bem como em outros livros que focam no início da trajetória, como “Itamar e o bando de sonhadores”, de Ismair Zagueto (2012). Como veremos no capítulo sobre o tema da mineiridade, Minas (e seus habitantes) se caracteriza por conjugar um realismo com certa objetividade, a um idealismo ligado à primazia da ética e do humanismo (AMOROSO LIMA apud DULCI, 1984b).

Como esperado, na construção da persona política Itamar Franco e da memória coletiva acerca de sua atuação, até pelo caráter da importância do cargo, as fontes bibliográficas (com características biográficas) dão enfoque ao período da década de 1990, principalmente ao exercício da presidência da República. Um aspecto a ser observado é que várias das narrativas do governo Itamar foram produzidas por atores que ocuparam cargos nesse governo. Ressalto o livro de José de Castro Ferreira (1995), com um título emblemático: “Itamar: o homem que redescobriu o Brasil”, que traz um pouco da trajetória política e os bastidores do governo com um caráter mais “biográfico”; bem como o livro de Denise Paiva (2009), intitulado “Era outra história: Política Social do governo Itamar Franco: 1992-1994”, que traz sua experiência à frente da Secretaria de Assistência Social da Presidência da República, bem como depoimentos de pessoas que tiveram diretamente ligadas a essa experiência e ao governo. Vale ressaltar, sobre isto, o lugar e os papéis que ambos os autores (Paiva e Ferreira) desempenharam em tal governo.

As fontes bibliográficas, ademais, ajudam a entender, ao fornecerem informações e posicionamentos em relação ao governo, como a persona de Itamar é construída como ética, ideia presente no MRPIF, mas que silencia um contexto específico, bem como atores centrais quando se fala desse tema. Para isso, é necessário voltar a alguns momentos importantes da vida política do país, para entender melhor a relação que busco analisar entre memórias e silenciamentos/esquecimentos sobre Itamar. Eles dizem respeito ao Governo Collor de uma forma geral, retomando a conjuntura da eleição de 1989; a relação entre Itamar e Collor; o Movimento pela Ética na Política (MEP). Nesse esteio, também tratarei do binômio corrupção-ética no governo Itamar.

### 5.2.1.1 Governo Collor – Eleição de 1989, relação com o Presidente Collor, MEP, Impeachment

No Memorial, a relação de Collor e Itamar se dá na eleição de 1989, quando, diante do impeachment do primeiro, em 1992, o segundo assume a Presidência da República. Sendo esses os enquadramentos de memória, fica claro que o MRPIF marca a não proximidade entre os dois atores, existindo um esquecimento da campanha eleitoral de 1989, em termos das tratativas entre eles, que resultaram na composição da chapa tendo Itamar como vice. Por vezes, faz-se achar que a eleição de Presidente e Vice se deu como na década de 1960, quando as candidaturas eram independentes, tamanha a necessidade de a narrativa não colocar os dois juntos. Na mesma medida, a biografia de Yazbeck (2011) reforça o quanto Collor e Itamar eram diferentes e distantes.

O tema da ética na política é um tema que apresenta demanda crescente desde os anos 1970, passando toda a década de 1980 e se tornando um debate importante em 1989, quando, por exemplo, Fernando Collor traz a proposta de moralização da política (TATAGIBA, 1998). Junta-se a isso que, na década de 1980, a luta pela redemocratização do país, com as “Diretas já”<sup>196</sup> e a Constituição de 1988, domina as esferas pública e política no país. Cumpre lembrar que Itamar participa desses processos como membro do parlamento brasileiro, por meio institucional, sendo Senador da República pelo MDB/PMDB<sup>197</sup> (até quando se desfilia e em 1986 filia-se ao PL<sup>198</sup>), reconhecido como opositor desde quando atuou no município até a arena nacional (capítulos III e IV), um dos enquadramentos de memória destacados.

É nesse contexto que ocorre a eleição de 1989. Primeira eleição presidencial após os 21 anos de ditadura militar, essa disputa eleitoral foi caracterizada por Sallum Jr. (2015) como uma disputa “crítica”. O pleito ocorreu em dois turnos, com horário de propaganda gratuita, com caráter “solteiro”, que acentuou a crise do sistema partidário. A disputa contou com vários candidatos, entre eles, Ulysses Guimarães, do PMDB, Brizola, Lula e Collor. O segundo turno representou a disputa entre Democracia política (Lula) x Liberalização econômica (Collor) (SALLUM JR., 2015)<sup>199</sup>. Os meios de comunicação, inclinados ao reformismo liberal, apresentavam Collor jovem, diferente, representante do novo, como num espetáculo, com um discurso messiânico de herói salvador. De outro lado, Lula seria o herói da classe trabalhadora,

<sup>196</sup> Rodrigues (1993) defende as “Diretas já” como o maior processo de mobilização exercendo pressão sobre o Congresso, onde, de certa maneira, houve uma vitória societária pela própria mobilização, mas uma derrota dos direitos via institucional, porque ela não se efetivou. Para saber mais sobre as composições, disputas e processo das “Diretas Já”, ver: Rodrigues (1993).

<sup>197</sup> Segundo Yazbeck (2011) e Barros (2018), Itamar foi Presidente da Mesa Diretora da Comissão Mista do Congresso que analisou a Emenda Dante de Oliveira.

<sup>198</sup> Por esse partido, é constituinte e integra a Comissão de Sistematização.

<sup>199</sup> Para apreender mais sobre o tema, ver: Santos (1978) e Fernandes (2006).

com a Frente Brasil Popular e a “Rede Povo”, uma imagem socialmente contemporânea, que (SALLUM, 2015, p.75), além de ser um dos candidatos representantes de uma tradição estatista nacionalista, junto de Brizola e Roberto Freire (PPS), por exemplo.

Aqui, faz-se necessário uma reflexão. Em uma campanha polarizada, uma disputa que representou, de um lado, a democracia política e, de outro, a liberalização econômica, Itamar compõe chapa com Fernando Collor, como seu vice, que apresentava um programa fortemente liberal. Itamar, que tem a narrativa sobre sua trajetória construída como o político, mas principalmente o Senador, que lutou pela redemocratização do país, pelas “Diretas Já” e a Constituinte, de tradição nacionalista. Inclusive, Yazbeck (2011) informa que Itamar foi sondado por alguns candidatos representantes dessa tradição estatista nacionalista (SALLUM JR., 2015), como Brizola, por exemplo, para compor chapa a presidência como vice.

Nessa disputa entre "democracia" e "liberdade", em alguma medida, faz sentido pensar a escolha pela liberdade como valor maior para Itamar (e para os mineiros) (ARRUDA, 1990; DULCI, 1984b), inclusive em seus discursos – como, por exemplo, os de posse como Senador, como Vice-Presidente e como Governador de MG, a serem tratados no Capítulo V desta tese. Essa discussão pode ser pensada com mais profundidade, ampliando o debate para a comparação entre Democracia e República, onde a primeira está ligada ao valor da igualdade, enquanto a segunda está ligada à liberdade. O MRPIF, enquanto Memorial da República, dessa maneira, é coerente com o discurso. Mas sabemos que esse tema é muito amplo e que liberais muitas vezes se resumem a “liberais na economia, conservadores nos costumes”. Democracia política, naquele contexto, tinha muito mais relação com liberdades políticas do que a proposta de liberalização econômica. Além disso, este debate nos faz pensar as definições de Itamar como Democrata e Republicano, o que, em última instância, seriam valores que se chocariam, segundo a teoria clássica.

Lula contou, à época, com o apoio dos partidos que tiveram a frente do processo de democratização (SALLUM, 2015). Collor, por sua vez, contou com o apoio do Centrão, mesmo se declarando independente. Nessa disputa polarizada, prevaleceu o contraponto à democracia (e aos movimentos sociais) (SALLUM, 2015). Logo, Itamar se encontrava do lado da liberalização econômica e não da democracia política, em última instância.

Retomando a eleição de 1989, a imagem de Collor construída na campanha foi a imagem de autonomia, vigor (físico), honestidade e competência (SALLUM, 2015). E a imagem de Itamar trazia, em alguma medida, a meu ver, a experiência política, o fato de ser “mineiro” e de ser o representante no Senado do segundo maior colégio eleitoral, por dois mandatos

seguidos, com tradição parlamentar reconhecida pela elite política. Conti (2012) informa que PC “Farias preferia um nome de maior peso empresarial, Eduardo Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo. Acreditavam que Itamar Franco não acrescentava nada em termos de votos” (2012, p. 222)<sup>200</sup>.

Como se pode ver, nada sobre o relacionamento de Collor e Itamar aparece de maneira direta no MRPIF, que ressalta apenas a eleição de Collor em 1989 como a primeira direta depois do fim da ditadura militar e, após, Itamar ocupando o cargo de Vice-Presidente da República. A biografia autorizada de Yazbeck (2011) traz mais detalhes sobre a relação dos dois, ausentes no Memorial, a partir de uma ótica discursiva que narra Itamar como portador da ética na política, enquanto Collor seria o representante da corrupção, apesar de comporem um mesmo governo.

Sobre a relação entre Collor e Itamar ser fixada no MRPIF pela ausência, falta de proximidade, é muito interessante pensar que aqui está um dos principais silenciamentos, porque, nos primeiros anos de governo Collor, Itamar foi alijado, invisibilizado, sem função. Esse processo que, para Itamar, era muito ruim no momento vivido, nada positivo, foi transformado em uma janela de oportunidade para reescrever sua biografia, pois, na conjuntura da crise e impeachment, o fato de estar distante de Collor permitiu que ele fosse abraçado pelas forças políticas e visto como portador do futuro. Ao marcar a não aproximação, a não relação, e portanto a distância entre os dois atores, o MRPIF reafirma a oposição entre Itamar, ético, nacionalista, e Collor, corrupto, neoliberal.

Brasílio Sallum Jr. (2015) nos ilumina bastante sobre a relação entre os dois, a partir de uma ótica mais sociológica, trazendo vários detalhes sobre o governo Collor desde a eleição até o impeachment. Em 1990, Fernando Collor toma posse e Itamar faz seu discurso<sup>201</sup> de despedida do Senado, para exercer o cargo de Vice-Presidente da República. De acordo com Sallum Jr. (2015), logo no primeiro ano de mandato, Collor, ao exercer um presidencialismo plebiscitário, não consegue formar uma coalizão partidária majoritária e, sem base orgânica no Congresso, sua aprovação cai rapidamente. As eleições gerais (governadores, senadores e

---

<sup>200</sup>Disponível em:

[https://books.google.com.br/books?id=N7MLIZEMYOUC&pg=PT208&lpg=PT208&dq=PC+Farias+preferia+u+m+nome+de+maior+peso+empresarial&source=bl&ots=90DT7GD6NI&sig=ACfU3U0vf\\_LIenDZG7v4Shs0YJpRRvRUTg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwioxvxpzyAhXUppUCHUvKCOUO6AF6BAgLEAM#v=onepage&q=PC%20Farias%20preferia%20um%20nome%20de%20maior%20peso%20empresarial%20Eduardo%20Rocha%20Azevedo&f=false](https://books.google.com.br/books?id=N7MLIZEMYOUC&pg=PT208&lpg=PT208&dq=PC+Farias+preferia+u+m+nome+de+maior+peso+empresarial&source=bl&ots=90DT7GD6NI&sig=ACfU3U0vf_LIenDZG7v4Shs0YJpRRvRUTg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwioxvxpzyAhXUppUCHUvKCOUO6AF6BAgLEAM#v=onepage&q=PC%20Farias%20preferia%20um%20nome%20de%20maior%20peso%20empresarial%20Eduardo%20Rocha%20Azevedo&f=false) Acesso em: 10 nov. 2018.

<sup>201</sup> Ver: Franco (1990).

deputados) de 1990 muda ainda mais a relação do governo com o Congresso. Nesse ano, temos ainda o lançamento do Plano Collor I – Brasil Novo, dentro do PND. Em 1991, é lançado o Plano Collor II, com reação negativa por parte da população. Collor apresenta, então, uma proposta de entendimento com o Congresso, resultado do enfraquecimento de seu governo. Casos de corrupção da “República de Alagoas”, envolvendo esposa e aliados de Collor, vêm à tona.

Nesse mesmo ano, surgem movimentos importantes. No Congresso, uma “Frente Parlamentar democratizante”, articulando PMDB, PSDB, PDT, PT, PSB, PLB, PCdoB. Por parte da sociedade civil, a OAB, com o “Movimento de Articulação da Sociedade Civil”, e a CNBB, com o “Movimento Opção Brasil”. No segundo semestre daquele ano, em outubro, já era possível detectar possibilidades extremas para uma crise e, também, um distanciamento de Itamar em relação a Collor.

Em 1992, o tempo histórico se acelera, intensificando o rumo dos acontecimentos. Logo no início do ano, ocorre pressão e o basta do Legislativo, com isolamento político do Presidente. O tema da antecipação do plebiscito de 1993 é relançado (lançado no ano anterior, mas derrubado com ajuda do próprio governo). Com base em Sallum Jr. (2015), apontamos acontecimentos importantes no decorrer desse ano no Anexo 4. Em dois de outubro, após uma sucessão de fatos, Collor é afastado e Itamar toma posse como Interino. Em 30 de dezembro, acontece o afastamento de Collor e Itamar toma posse de maneira definitiva.

Alguns pontos podem marcar semelhanças entre Itamar e Collor. Um deles diz respeito aos partidos políticos. Itamar sempre apresentou relações com políticos mais do que com partidos, na minha avaliação. Sendo assim, Collor também apresentou algumas semelhanças nesse aspecto, mas, já em 1990, entra em conflito com o Congresso e o STF (SALLUM JR., 2015). Nesse esteio, personaliza ao extremo o poder Executivo, exercendo o que alguns autores chamam de Presidencialismo Plebiscitário (SALLUM JR., 2015; LAMOUNIER, 1992), acarretando conflitos entre os três poderes. O conflito especialmente com o parlamento, de onde veio Itamar, com vários de seus laços políticos e amizades, pode ter contribuído para o afastamento entre Presidente e vice<sup>202</sup>, além de levar em consideração que Itamar foi considerado por um vice “decorativo”<sup>203</sup>, ao não se atribuir muitas funções a ele (CONTI, 2012). Sallum Jr., acerca disto, inclusive, traz essa indagação sobre quando, em maio de 1992, Itamar se desliga do PRN:

---

<sup>202</sup> Em Conti (2012), o afastamento é ressaltado desde a posse de Collor.

<sup>203</sup> Vale ressaltar que a vice-presidência é um cargo sem muito prestígio.

Mas em que se distinguia Itamar Franco de Fernando Collor? Na valorização do Congresso, das instituições democráticas, na preocupação com o “social” e nas restrições que deixava transparecer em relação ao reformismo liberal de Collor. Em suma, Itamar casava, de forma geral, com o figurino oposicionista, embora cada tendência da oposição tivesse maior identificação com diferentes traços da figura pública que ele projetava (SALLUM JR., 2015, p. 365-366)<sup>204</sup>.

Outro ponto que chama a atenção na narrativa sobre Itamar e a relação com o tema da ética é o silenciamento em relação à conjuntura, na qual a atuação dos movimentos sociais estava intensa, reivindicando mudanças em relação a um governo com cada vez mais escândalos de corrupção. Sobre isto, um movimento específico é silenciado quando se constrói Itamar como um representante da ética na política: o Movimento pela Ética na Política (MEP).

Salum Jr. (2015) narra a formação e a participação das entidades da sociedade civil em movimentos como o "Movimento de Articulação da Sociedade Civil", encabeçado pela OAB, o movimento Opção Brasil, com a participação da CNBB, que precede o MEP. Além disso, a formação também de uma frente parlamentar democratizante, articulando PMDB, PSDB, PT, PSB, PLB e PCdoB, é um elemento destacado a ser abordado a seguir.

Vale ressaltar que não somente no MRPIF, mas também na biografia de Yazbeck (2011), não aparecem referências ao MEP, criado em 29 de maio de 1992<sup>205</sup> por entidades da sociedade civil organizadas desde 1991, e que atuou prontamente reivindicando ética e transparência na política e no governo. O MEP tinha como principais entidades integrantes CNBB, OAB, CUT e PNBE (SALLUM JR. 2015; TATAGIBA, 1998).<sup>206</sup>

Dessa forma, de um lado, o MEP deu a direção cultural do movimento pró-impeachment, fornecendo o quadro interpretativo que permitiu a mobilização societária em favor da destituição de Fernando Collor e legitimou a própria atuação dos parlamentares; de outro, o MEP foi organização societária-chave para sustentar política e operacionalmente a ação parlamentar na CPMI, para reunir ativistas e assegurar uma mobilização popular crescente em favor do impeachment e para pressionar diretamente parlamentares em favor dos objetivos definidos pela coalizão oposicionista (SALLUM, JR., 2015, p. 260).

Sallum Jr. (2015) faz referências às polarizações utilizadas pelo MEP ao opor: PC Farias e CPMI; Collor e Congresso; Governo Collor e sociedade. Os primeiros, identificados com o peso do passado com a corrupção, o autoritarismo, marginalização, desigualdade social,

<sup>204</sup> Diante da citação, continua a indagação do porquê, então, Itamar aceitou o convite para ser Vice de Collor? E por que não desembarcou totalmente do governo? (Estas, diga-se, são perguntas retóricas.)

<sup>205</sup> Nesta data, 12 entidades assinaram a “A “Declaração do Povo”: “OAB, CNBB, ABI, PNBE, FENAJ, SBPC, Comissão de Justiça e Paz, Conselho Federal de Economia, CONTAG, Movimento Nacional dos Direitos Humanos, INESC e IBASE” (SALLUM JR., 2015, p. 215).

<sup>206</sup> Mais detalhes sobre o MEP, ver: Tatagiba (1998); e Sallum Jr. (2015). Vale ressaltar que algumas dessas entidades da sociedade civil já foram atuantes na conjuntura das mobilizações das “Diretas Já” (RODRIGUES, 1993), como OAB, igrejas, CUT, Conclat e outras centrais sindicais.

interesses pessoais; os segundos, associados com o futuro em construção, com a ética, a realização da democracia, os direitos de cidadania, solidariedade e bem comum<sup>207</sup>. A figura de Collor se associava ao não republicano contra o republicano, ao não democrático contra a democracia, ao não ético contra a ética. É nesse cenário que Itamar, Vice de Collor, se torna a alternativa da Frente pró impeachment (SALLUM JR., 2015), preenchendo o campo oposto dos binômios levantados acima, portador de todas as características contrárias a Collor: a ética na política, sendo o mantenedor da democracia e do bem comum, “portador do futuro” (SALLUM JR., 2015, p. 367).

Além disso, atuando no MEP e em projetos sociais, vários atores, entre entidades e indivíduos, que vão compor o governo de “união” de Itamar justamente pela participação prévia no MEP e/ou em projetos sociais nesse momento tão decisivo, mas que não aparecem claramente compondo o governo por conta desse motivo. Entre eles: Dom Luciano Mendes, Dom Hélder Câmara e Mauro Morelli, ligados à CNBB; Betinho, líder da ONG Ação para Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida; Luiza Erundina, do PT (único quadro do partido a fazer parte), ligada ao projeto de combate a fome quando à frente da Prefeitura de São Paulo; entre outros, que apontarei a seguir. O MEP, inclusive, exerce pressão sobre o governo Itamar para a elaboração de uma Lei de Transparência (MELO, 2003).

#### 5.2.1.2 Sobre presidencialismo de coalizão e governo de União

O processo de impeachment de Collor foi comemorado e, por vezes, entendido como um sinal de vigor da democracia, e não como sinal de fraqueza das instituições, por ser uma destituição por via institucional, mostrando o poder de algumas instituições, principalmente o Parlamento brasileiro (SALLUM JR., 2015). E, como é possível analisar, não foi o reformismo liberal ou o neoliberalismo que fez com que forças se agregassem para destituí-lo. Sallum Jr. (2015) lembra que medidas reformistas foram sustentadas até por quem apoiou Lula em 1989. Políticas de ajuste fiscal e monetário, por sua vez, tiveram consequências socioeconômicas que impulsionaram boa parte das forças políticas contra o governo Collor. Contudo, foi em torno da democracia que as divergências se acumularam, da relação entre poderes e do componente social.

Collor não buscou negociar como fez Sarney, Tancredo (Sallum Jr., 2015) e, também, Itamar; não buscou uma maioria orgânica (e sim provisória). Seu impeachment, por extensão, foi um evento singular e que, segundo Sallum Jr. (2015), contou com uma combinação de

---

<sup>207</sup> Essas referências estão presentes no Anexo 4, com base em Sallum Jr. (2015, p. 250).

diferentes fatores, tais como: a personalidade política do Presidente; o sistema presidencialista; as mal-ajustadas instituições; o desgaste do governo e do Presidente junto à opinião pública; a mobilização da sociedade civil.<sup>208</sup>

Ao analisar a dinâmica do processo político que resulta no impeachment (solução institucional), com “o objetivo de reconstruir as disputas políticas entre atores individuais e coletivos” (2015, p. 9), Sallum Jr. (2015) nos fornece um entendimento sobre a conjuntura e o ator específico ao qual essa pesquisa se dedica, considerando que, mesmo onde ele não aparece claramente, existem porquês, principalmente no distanciamento, pois o que está “esquecido” ou “silenciado” não deixa de estar lá (HUYSSSEN, 2014). Digo, Sallum Jr. se refere repetidas vezes ao Presidente e ao Governo e pouco ao Vice-Presidente Itamar. Isso, entendo eu, diz muito sobre a própria relação de distanciamento entre os dois, que pretendo retomar adiante, bem como o pouco reconhecimento e prestígio do cargo em questão. Podemos ver um exemplo dessa distância entre Collor e Itamar em Conti (2012), no seguinte diálogo travado por Collor e Roberto Krause, chefe do cerimonial de posse:

- Presidente, precisamos ver aquela questão do parlatório – disse;
- Parlatório? – indagou Collor;
- É. Se o vice-presidente Itamar Franco deve ficar ao lado do senhor durante o discurso do Parlatório – explicou o diplomata, referindo-se à tribuna na frente do Palácio do Planalto, de onde Collor falaria ao povo.;
- Que Itamar? – perguntou o presidente, em tom de galhofa, evidenciando que não queria um papagaio no ombro quando discursasse (CONTI, 2012, p. 247).

Sallum Jr. (2015) se refere diretamente a Itamar nos momentos em que ele se destaca, principalmente, e, geralmente, em posturas contrárias ao governo e ao Presidente. Itamar aparece no enfrentamento, no conflito, o que é de se esperar, ao querer se desvencilhar do governo e de suas escolhas.

O interessante na análise de Sallum Jr. é, justamente, a articulação entre distintos fatores explicativos, não analisando-os isoladamente, como algumas narrativas que tendem dar protagonismo demais a determinados atores – exercício possível apenas a partir de um olhar comparado. Itamar se distanciou sim, mas quando e por quê? O Presidente já não teria dado um cargo ilustrativo para ele, sem muita atuação? Se distanciou, mas não abandonou o governo. Isso nada tem a ver com a sua posição de sucessor? Dou um exemplo. No plano da narrativa oficial contida nos lugares de memória sobre Itamar na cidade de Juiz de Fora, ele teria criado um governo de coalizão. Sim, ele foi um agente importante nas tomadas de decisão, e tomou a

---

<sup>208</sup> Por diferentes motivos – crise no sistema presidencialista e conflito entre os poderes enfraquecendo o parlamento – algumas vezes cogitou-se a antecipação do Plebiscito de 1993, como informa Sallum Jr. (2015).



decisão de ter um governo com tais características, mas Sallum Jr. (2015) chama a atenção para o fato da existência de uma coalizão de centro-esquerda, criada antes do impeachment, como elemento fundamental para a destituição de Collor. Era preciso, depois das escolhas e das características do governo Collor, mais que nunca, um governo de coalizão. Se Collor, com o seu “presidencialismo plebiscitário” (SALLUM JR., 2015), não negociou, era preciso que seu substituto o fizesse.

O governo Itamar contou com ampla participação de entidades da sociedade civil. Também era necessário que o governo que substituísse Collor assim o fizesse, pois essa era uma demanda societária. Esse elemento é evidenciado nas narrativas sobre Itamar, com destaque para o diálogo com entidades, como OAB, CNBB e o próprio MEP, além de personalidades como Betinho (PAIVA, 2009; YAZBECK, 2011; MRPIF, 2015). Foram, porém, essas mesmas personalidades e entidades que participaram ativamente do movimento anterior (das manifestações) que possibilitou que ele chegasse ao poder (SALLUM JR.; 2015). Este cenário era patente, ao menos no discurso, devido a toda uma conjuntura e ao Movimento Ética na Política.

Sallum Jr. (2015), sempre de maneira muito detalhada, informa que Itamar, desde 1991, deu assentimento para o movimento de oposição a Collor e, a partir de meados daquele ano, se afastou deste. O autor afirma que Itamar buscou dar contornos próprios à sua figura, distinta e dissociada de Collor antes mesmo das denúncias do irmão Pedro. Nos períodos em que assumiu a Presidência, se posicionou de maneira contrária a Collor, como nos episódios sobre política salarial e reforma ministerial (SALLUM JR., 2015), além de ter suas afinidades com a oposição – incluído o PMDB. Em 21 de abril de 1992, em São João Del Rey, Minas Gerais, fez uma crítica ao governo e, em maio de 1992, se desliga, por meio de uma carta, do PRN, o que levou a redação de matérias com títulos como: “vice na oposição” (SALLUM JR., 2015, p. 365).

Como dito acima, Itamar passa a ser o “portador do futuro”, tanto para partidos de esquerda, quanto para partidos que antes serviam de base para sustentação do governo Collor. A frente de oposição ao governo Collor, que inicialmente era uma coalizão composta por partidos de centro-esquerda, foi recebendo mais apoio, mesmo de partidos aliados a Collor, antes do impeachment, e foi recebendo adeptos até se tornar uma coalizão pró-impeachment. Essa foi a base para a formação de uma nova coalizão política governante, com Itamar assumindo a Presidência, que comportava partidos de centro esquerda e a dissidência governista de Collor. Vale ressaltar que esta frente de centro-esquerda se constituiu como um ator muito importante na pró-impeachment, no “Fora Collor”, fazendo oposição e se movimentando contra

o governo Collor desde o início. O PT, por sua vez, formando um “governo paralelo” (MARTUSCELLI, 2010), ficou fora dessa coalizão governante que compôs o governo Itamar. Pelas características dessa “união”, alguns autores consideram que uma ampla maioria não significa uma base parlamentar forte. Resumindo a discussão, tem-se o esquema a seguir:

*Coalizão de centro esquerda em oposição a Collor + apoios = coalizão pró-impeachment*

*Coalizão pró-impeachment = base do governo Itamar - PT*

Em relação ao preenchimento de cargos estratégicos, Itamar nomeia vários membros para seu governo que fizeram parte de sua trajetória, amigos de longa data, com o argumento da capacidade e da competência técnica, assim como feito por Collor. Em alguns casos, foi necessário negociar com partidos, criando-se estratégias para o preenchimento do cargo. Um exemplo é o Ministério da Educação, que teria de ser do PMDB, levando Itamar a negociar com o partido para nomear Murilo Hingel (SALLUM JR., 2015), que contava com sua confiança e amizade.

A composição do governo é importante, pois alguns de seus nomes estão presentes em grande parte da trajetória de Itamar e possuem relações com a construção da memória dessa persona na cidade de Juiz de Fora, seja no MRPIF, seja no Instituto Itamar Franco, como será analisado no Capítulo VI.

### 5.2.1.3 Ética *versus* corrupção ou grau de corrupção nos governos?

Como nos mostra Sallum Jr. (2015), desde 1990 (primeiro ano de mandato), denúncias de corrupção e escândalos no governo Collor eram divulgados, mas isso não foi suficiente para que o processo de *impeachment* caminhasse. Uma série de fatores foram necessários: a reivindicação por parte da sociedade, que só foi se intensificando; o governo não conseguindo manter sua base de apoio, não conseguindo negociar com parlamentares; o conflito entre poderes, a personificação do Executivo, já citados anteriormente. Juntos, esses elementos mostram a complexidade do jogo político e como o *impeachment*, em si, é uma decisão política<sup>209</sup>. O tema da corrupção, porém, se configurou como central na conjuntura que estou analisando. Collor foi associado à corrupção, mesmo sem condenação judicial<sup>210</sup>. Por outro

<sup>209</sup> Exemplos mais atuais: o processo que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, no qual a Presidente perdeu apoio da base parlamentar. Por outro lado, o atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que já teve vários pedidos de *impeachment* encaminhados, bem como várias denúncias de corrupção e demais envolvimento em escândalos desde o início do mandato, em 2018, mantém sua base de apoio e, assim, tais pedidos não caminham para a tramitação.

<sup>210</sup> “Para exemplificar, tome-se o conjunto de escândalos envolvendo o Governo do Ex-presidente Fernando Collor de Mello, que culminou com um processo de *impeachment* e sua renúncia. Ao fim, não lhe foi atribuído nenhum

lado, Itamar foi associado à imagem da ética. Sua figura não foi associada ao esquema de PC Farias, pois, realmente, ele não aderiu ao esquema, ainda que tenha sido beneficiado indiretamente, pelo financiamento ilícito da campanha<sup>211</sup> vitoriosa que o conclamou Vice-Presidente. Conti (2012) traz mais detalhes sobre o esquema de “clubes” de empresariado no financiamento de campanha, informando que PC Farias “depositou o equivalente a 700 mil dólares numa conta de Geraldo Faria, assessor e amigo do candidato a Vice-Presidente, Itamar Franco, o encarregado de gerir a campanha em Minas Gerais” (2012, p. 225). Lembra também da Operação Omissis, desencadeada pela análise de renda pelo Fisco das contas de Itamar Franco, devido à não declaração de seu imposto de renda (CONTI, 2012)<sup>212</sup>.

Portanto, a polarização, o pensamento maniqueísta, não é válido para analisar cientificamente se um governo ou um país é ou não corrupto, porque práticas corruptivas existem em maior ou menor grau até em países vistos como “sem corrupção”. Inclusive, isso vale para pensarmos o regime autoritário no Brasil, no qual grande parcela da população considera não ter havido corrupção, a despeito da ausência de transparência, aliada a censura e repressão, que davam uma falsa sensação que os governos e as instituições funcionavam<sup>213</sup>.

Alguns autores vão dimensionar a corrupção em diferentes graus ou níveis. Melo (2003) diferencia-a em três níveis: alta, média e baixa corrupção. O estudo de Melo (2003) faz uma análise dos níveis de corrupção e sua relação com liberdade de imprensa, níveis de urbanização, IDH e Índice de Percepção da Corrupção (IPCoor). Já Filgueiras (2009) propõe um modelo analítico para a corrupção no Brasil que apresenta três patamares da corrupção na política com a seguinte taxonomia: Corrupção Controlada; Corrupção Tolerada; Corrupção Endêmica.

---

crime de corrupção. No entanto, pela intensidade das acusações que lhe foram feitas, torna-se difícil, ao senso comum, a tarefa de dissociar Collor do fenômeno da corrupção. É interessante lembrar que ele também se beneficiou eleitoralmente, em sua campanha presidencial, com o lema anticorrupção, quando vendeu para o eleitor a imagem de “caçador de marajás”, estereótipo contraído no Governo do Estado de Alagoas, quando, segundo ele, perseguia e punia pessoas que se beneficiavam ilegalmente do dinheiro público. Quer dizer: o tema corrupção, na área política, tanto pode ser usado para beneficiar, como para prejudicar” (MELO, 2003, p. 19).

<sup>211</sup> Sobre a questão do financiamento de campanha e a relação entre poder econômico e prática de corrupção: “Os escândalos políticos de corrupção estão frequentemente associados ao financiamento dos partidos e campanhas. As eleições têm de ser financiadas e são muitos os que tem interesse nisso” (SANTANO, 2015 apud MEDEIROS; NORONHA, 2016, p. 129).

<sup>212</sup> “O Fisco também analisou a renda do Vice-Presidente Itamar Franco e desencadeou a Operação Omissis, destinada a interrogar 5 mil contribuintes que deixaram de prestar contas ao Leão. Entre eles — vazou da Receita para a imprensa — haveria vinte parlamentares” (CONTI, 2012, p. 485-486).

<sup>213</sup> Referências sobre corrupção e período autoritário no Brasil – reportagens: Mito: “na época da Ditadura Militar, não tinha corrupção” Leia mais em: <https://super.abril.com.br/historia/mito-na-epoca-da-ditadura-militar-nao-tinha-corrupcao/>; Fim da Fálacia – 10 esquemas de corrupçã durante a ditadura militar <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia--10-esquemas-de-corrupcao-durante-a-ditadura-militar.phtml>; CORRUPÇÃO - Regimes ditatoriais favorecem a corrupção <https://memoriasdaditadura.org.br/corrupcao/>

Além disso, outro ponto traz reflexão em relação à tolerância à corrupção e à forma como determinadas denúncias são tratadas em diferentes contextos<sup>214</sup>. Um caso que é ressaltado na trajetória de Itamar (por livros, biografia e reportagens), como exemplo de ética na política, foi o afastamento, em 1993, de Henrique Hargreaves, Ministro Chefe da Casa Civil, demitido<sup>215</sup> do cargo após denúncias do escândalo do Orçamento. Após ser inocentado por falta de provas pela CPMI, Hargreaves foi convidado por Itamar, em 1994, a reassumir a pasta. Vale ressaltar que o cargo é alvo de vários escândalos de corrupção em diferentes governos, por ser de estratégia central<sup>216</sup>; e também que Hargreaves já tinha sido envolvido em outras denúncias por outros integrantes do governo, como Luiza Erundina. Também, posteriormente, por exemplo, ao ser nomeado (por FHC) para o cargo de presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, foi:

acusado de receber do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), presidido por Mauro Durante<sup>217</sup>, uma remuneração mensal cinco vezes maior que o salário que a ECT lhe pagava para prestar assessoria parlamentar à entidade. Um dia após a revelação das acusações, demitiu-se da ECT. O contrato com o Sebrae foi rescindido por pressão dos superintendentes regionais (HARGRAVES, 2009?)<sup>218</sup>.

Os pesos e as medidas dos contextos diferentes fizeram com que episódios semelhantes não fossem vistos da mesma maneira, quando, por exemplo, o Ministro da Saúde de Collor, Alcení Guerra, foi demitido do cargo acusado de corrupção (por disputas entre o ministro e a família de PC Farias a frente da FUNASA), sendo depois inocentado das acusações por falta de provas (SALLUM JR., 2015; GUERRA, 2009?)<sup>219</sup>.

Além de Hargreaves, outros escândalos envolvendo ministros de Itamar foram verificados: caso de Eliseu Rezende, ministro da Fazenda que precedeu FHC; caso da Parabólica, envolvendo outro ministro da Fazenda que também sucedeu a FHC, Rubens Ricúpero; caso Ibsen Pinheiro, líder do governo na Câmara, envolvido nos “anões do

<sup>214</sup> Em reportagem sobre os preceitos éticos do governo Itamar, o cientista político Plínio Dentzien traz um questionamento importante ao final, se a sociedade não tolerou mais os escândalos no governo Itamar por conta do contexto. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/governo-itamar-franco-foi-pautado-por-preceitos-eticos-2248338.html>

<sup>215</sup> No verbete do CPDOC, Hargreaves deixa seu cargo à disposição de Itamar e depois entrega sua carta de demissão.

<sup>216</sup> Cargo de gabinete civil com histórico de denúncias e escândalos: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/cargo-tem-historico-de-escandalos-4qtq7m5knrv7s1czedkcr6xa/> Acesso em: 20 fev. 2021.

<sup>217</sup> Do “bando de sonhadores” (ZAGUETTO, 2012).

<sup>218</sup> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/henrique-eduardo-ferreira-hargreaves> Acesso em: 20 fev. 2021.

<sup>219</sup> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alceni-angelo-guerra> Acesso em: 20 fev. 2021.

orçamento”<sup>220</sup>. Ainda, Itamar sempre mostrou alianças e amizades bem duradouras, para além da política, como um bom “mineiro” (ARRUDA, 1990), com personagens políticos envolvidos em grandes escândalos e denúncias<sup>221</sup>. Algumas alianças não passaram de políticas, como com Alberto Bejani, na eleição de 1990. Outras merecem destaque, como a amizade de longa data com Marcelo Lignani Siqueira, que assumiu cargos em várias das gestões de Itamar, como a presidência de Furnas, com Itamar Presidente, e da COPASA, com Itamar Governador. Marcelo foi acusado pelo Ministério Público de Minas Gerais por gerar um rombo nos cofres da estatal<sup>222</sup> e, hoje, é um dos principais guardiões da memória de Itamar na cidade de Juiz de Fora, por meio dos anos que ficou à frente do Instituto Itamar Franco e tem sua entrevista e imagem presentes no MRPIF. Além disso, é pai de ex-prefeito de Juiz de Fora, Bruno Siqueira, considerado apadrinhado e herdeiro político de Itamar.

Outros temas da semântica da corrupção também trazem reflexão. Um deles também nos auxilia na comparação entre Collor e Itamar, por exemplo, o tema do nepotismo (MELO, 2003). O argumento da capacidade e competência técnica é lugar comum e pode ser observado tanto em Collor como em Itamar. Collor tem a indicação da mulher Rosane como exemplo, bem como as reformas na “Casa da dinda”. Itamar, por sua vez, tem o chamado “Grupo de Juiz de Fora”, objeto de análise em capítulo posterior.

Zaverucha (2006) traz uma informação interessante sobre um ministro de FHC, que também possuiu cargo no Governo Itamar: o Ministro Geraldo Quintão. Este foi investigado por utilizar voos particulares financiados pelo Estado, episódio que faz refletir sobre as concepções sobre o bom ou o mau uso da máquina pública.

O inquérito foi aberto pelo Procurador da República, Guilherme Schelb, em 11 de maio de 1999, estando nele incluídos, afora Quintão, outros ministros de Estado. Ao tornar-se pública a investigação, Quintão, irritado, acusou o Ministério Público de exibicionismo (QUINTÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO, 2000). Segundo ele, tinha o direito de uso de transporte aéreo para deslocar-se à sua residência (QUINTÃO, 2003). Também alegou que viaja em aviões da FAB desde 1993, quando servia ao governo Itamar Franco e nunca o Ministério Público havia-o repreendido. Schelb, por sua vez, rebateu as críticas de Quintão com um argumento sociológico: “é um ranço do nosso passado colonial ter carroça para carregar alguém especial” (PROMOTOR

<sup>220</sup> Reportagem “Anões do orçamento manchou a ‘Gestão transparente’” em referência ao governo Itamar: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/historia-1992.shtml> Acesso em: 20 fev. 2021.

<sup>221</sup> Yazbeck (2011) cita a amizade com José Dirceu, mesmo em campos opostos na política. Verbete sobre José Dirceu, ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-dirceu-de-oliveira-e-silva> Acesso em: 20 fev. 2021.

<sup>222</sup> <https://amp-mg.iusbrasil.com.br/noticias/3133374/promotor-aciona-ex-dirigentes-por-rombo-na-copasa> Acesso em: 20 fev. 2021.

REBATE CRÍTICA, 2000). As viagens não foram consideradas ilegais (ZAVERUCHA, 2006, p. 169).<sup>223</sup>

Dessa forma, percebemos que, ao referenciar Collor em momentos triviais, como na eleição de 1989 e no impeachment, o MRPIF descola a imagem de Itamar da imagem de Collor, colaborando para fortalecer a contraposição entre corrupção, associada a Collor, e ética, associada a Itamar, sendo que, quando analisamos um pouco mais a conjuntura de tais eventos, podemos aprofundar a reflexão e criticar tal dicotomia maniqueísta.

### 5.3 PROJETOS E POLÍTICAS PÚBLICAS<sup>224</sup> DO GOVERNO ITAMAR PRESENTES NA NARRATIVA MEMORIAL

Vários dos atores sociais que participaram do processo de mobilização da sociedade civil pró-impeachment foram integrados ao governo Itamar, por se fazerem necessários para a implantação de políticas públicas nas áreas de Educação e Saúde, envolvendo a campanha de combate à fome, inclusive, e políticas sociais e econômicas de uma maneira geral. Seguindo a lógica do desenvolvimento dessa pesquisa, a relação entre memória e esquecimento/silenciamento permanece presente nas disputas pelo legado dessas políticas, na

---

<sup>223</sup> “IV. UM NOVO MINISTRO

Com a queda de Álvares, o novo Ministro foi Geraldo Quintão, que até então era o Advogado Geral da União. Uma de suas funções era a de proteger o patrimônio do Estado. No entanto pesava sobre ele uma investigação sobre vôos particulares financiado pelo mesmo Estado a que devia proteção. Um levantamento feito pela Aeronáutica revelou que entre janeiro de 1995 e dezembro de 1998 Quintão teria usado aviões da FAB para viajar nos fins de semana para São Paulo, onde mora sua esposa. Teriam sido 32 viagens financiadas pelos impostos dos contribuintes (LEALI, 2000)” (ZAVERUCHA, 2006, p. 169).

“O inquérito foi aberto pelo Procurador da República, Guilherme Schelb, em 11 de maio de 1999, estando nele incluídos, afora Quintão, outros ministros de Estado. Ao tornar-se pública a investigação, Quintão, irritado, acusou o Ministério Público de exibicionismo (QUINTÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO, 2000). Segundo ele, tinha o direito de uso de transporte aéreo para deslocar-se à sua residência (QUINTÃO, 2003). Também alegou que viaja em aviões da FAB desde 1993, quando servia ao governo Itamar Franco e nunca o Ministério Público havia-o repreendido. Schelb, por sua vez, rebateu as críticas de Quintão com um argumento sociológico: “é um ranço do nosso passado colonial ter carroça para carregar alguém especial” (PROMOTOR REBATE CRÍTICA, 2000). As viagens não foram consideradas ilegais (ZAVERUCHA, 2006, p. 169).

Quintão assumiu logo anunciando ações que agradaram em cheio os militares: estudo para aumento de soldos; incremento de verbas para a modernização das Forças Armadas e defesa de um sistema previdenciário diferenciado do civil (AZEREDO, 2000). (ZAVERUCHA, 2006, p. 169).

A verba prometida não foi entregue e isso gerou insatisfação nas hostes castrenses com o Presidente da República e, por tabela, com o Ministro da Defesa. Em outubro de 2000, FHC resolveu demitir o Comandante do Exército, General Gleuber Vieira, por sua declaração criticando a falta de verbas. Enfrentou, então, a mais séria crise militar de sua gestão. A decisão presidencial chegou aos quartéis. Imediatamente, 155 generais de todo o país reuniram-se em Brasília, sem a presença do Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, em ato de desagravo. FHC entendeu a mensagem e logo escalou o General Alberto Cardoso, chefe do Gabinete de Segurança Institucional para anunciar que Gleuber não seria mais demitido. Em troca os militares não fariam nenhuma manifestação pública. Estes, por sua vez, exigiram a edição de uma Medida Provisória concedendo reajuste salarial – no que foram atendidos. (ZAVERUCHA, 2006, p. 169-170).

<sup>224</sup> Referências específicas para o estudo de políticas públicas, ver: Melo e Costa (1995; 2007); Melo (1999); Hochman, Arretche, Marques (2007); Figueiredo e Limongi (2002); Evans (1993); e Melo (2005).



qual a noção de continuidade é, de maneira geral, também silenciada. Isso não somente em relação ao governo Itamar, foco da análise.

Neste ponto, a intenção é analisar o programa mais relevante, também ressaltado pelo Memorial em cada uma das principais áreas: sendo assim, o CONSEA é uma política pública que envolve o social, a saúde e também pode ser considerado uma questão de segurança nacional<sup>225</sup>; e os CAICs, referentes à área de educação. Por último, o tema econômico, talvez o mais central para o desenvolvimento da pesquisa, pelas possibilidades de análise que demonstram sua complexidade, o Plano Real.

### 5.3.1 Combate à fome e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)

O MRPIF faz referência ao CONSEA em alguns momentos, como se vê na imagem da cronologia, no texto do tripé sobre o “social” e num box onde aparecem fotos, objetos e textos sobre o combate à fome. Nesse box, podemos ver duas fotos em que está presente Betinho e um prato antigo com o escrito “Ação” no meio, fazendo referência à ONG dirigida por ele. Ainda, há um texto de Itamar com os seguintes dizeres:

Convidei o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, para uma reunião de análise de nossas perspectivas e propostas. Verificamos haver uma identidade de princípios no que tange à concretização do conceito de segurança alimentar da ONU/FAO e, em especial, quanto à necessidade de se conclamar a solidariedade de toda a sociedade brasileira, não só como valor ético, como também como forma de mobilizar propostas mais amplas, destinadas a enfrentar a questão social.

Lula sugeriu que o sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho que todos conhecemos, fosse convidado a integrar um grupo de trabalho. Aceitei prontamente, pois ele é, para toda a Nação, símbolo de luta e inteligência.

[...]

No dia 13 de maio, data plena de simbolismo, Dom Hélder Câmara espalhou emoção e esperança no Salão Oeste do Palácio do Planalto, conclamando a abolição da miséria no Brasil até o ano de 2000. Criava-se, naquele momento, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Carta do Presidente Itamar Franco ao presidente do CONSEA, Dom Mauro Morelli. Brasília, 16 de agosto de 1994, em box do MRPIF).

Diante dessa citação, dois pontos devem ser ressaltados. Primeiro, sobre a participação de Betinho. Conforme o Verbete do CPDOC, ele foi convidado a presidir o CONSEA, mas alegou falta de condições físicas para exercer o cargo, devido ao grave estado em que se

<sup>225</sup> Renato S. Maluf (CPDA/UFRRJ, Brasil) Francisco Menezes (IBASE, Brasil) Com a colaboração de Susana Bleil Marques (Partes 12-13). Um conceito em disputa e construção. Caderno ‘Segurança Alimentar’. [https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar\\_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwli72d\\_2.pdf](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwli72d_2.pdf) Acesso em: 20 set. 2021. <http://www.nutricao.ufsc.br/files/2013/11/ApostilaABRANDHModulo1.pdf> Acesso em: 20 set. 2021.

encontrava por conta da Aids, mas aceitou participar como conselheiro e coordenador, e a presidência do órgão coube à Dom Mauro Morelli (BETINHO, 2009?).<sup>226</sup>

Num primeiro momento, o Consea entregou ao presidente Itamar o “mapa da fome”, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que indicava a existência de 32 milhões de brasileiros vivendo como miseráveis. Com base nesses números, Itamar Franco declarou oficialmente que o combate à fome passava a ser a prioridade número um do seu governo. Na opinião de Betinho, entretanto, o combate à miséria não deveria ser apenas uma incumbência exclusiva do Estado, devendo haver uma intensa mobilização da sociedade. Foi então que surgiram os comitês para a entrega de alimentos, que, com o apoio das entidades anteriormente envolvidas no Movimento pela Ética na Política, deram origem à Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida. Durante o lançamento nacional da campanha, o sociólogo afirmou que seu objetivo era “pressionar o Estado e produzir um movimento social capaz de mudar o eixo da história que marginaliza milhões de brasileiros” (BETINHO, 2009?).<sup>227</sup>

Enquanto a biografia autorizada de Yazbeck (2011) informa que Betinho não aceitou o convite para presidir o CONSEA, os enquadramentos do MRPIF não apresentam claramente essa informação, informando apenas sobre a importância de Betinho, o convite e a sua participação, mas não em que tipo de função.

O segundo ponto de reflexão é que é necessário localizar historicamente quando se deu a criação do CONSEA. Como informa Vasconcelos (2005), ao fazer uma análise do combate à fome de Vargas a Lula, há três cortes temporais que correspondem a contextos específicos da trajetória da política social de alimentação no Brasil: 1930-1963, 1964-1984 e 1985-2003. O autor considera a existência de mudanças importantes sobretudo no último período recortado, que engloba o período aqui analisado. Na confluência da contribuição de Vasconcelos (2005), Tomazini e Leite informam:

O combate à fome se configura como um elemento mobilizador da sociedade brasileira desde os anos 1990. O processo de sensibilização, ou a criação de um sentimento público positivo (CAMPBELL, 1998), dos atores políticos e sociais com relação ao tema da fome e combate à pobreza deita em raízes históricas, tendo como marco, nos anos 1990, a criação da ONG Ação para Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho). Takagi (2006) destaca também iniciativas que geraram um acúmulo de experiências e propiciaram a disseminação de ideias e aprendizagem social entre atores políticos e sociais. Um exemplo da difusão das ideias de segurança alimentar entre as prefeituras administradas pelo PT é o seminário “Fome – Desafio dos Anos 90”, organizado pela prefeitura de São

<sup>226</sup> <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/herbert-jose-de-sousa> Acesso em: 20 nov. 2021.

<sup>227</sup> <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/herbert-jose-de-sousa> Acesso em: 20 nov. 2021.



Paulo, na gestão da ex-prefeita Luiza Erundina, no qual se discutiu ações de abastecimento alimentar no âmbito municipal. O governo paralelo liderado pelo Lula durante o governo Collor de Mello representou uma etapa importante na trajetória do tema da segurança alimentar dentro do PT e entre os *think tanks* ligados ao partido [...] (TOMAZINI, LEITE, 2016, p. 19-20).

Além disso, Vasconcelos (2005) traz os avanços e as discontinuidades dos programas sociais do Governo Collor e, ao falar da crise política, aponta que o MEP deu origem à constituição da ONG Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada por Betinho (VASCONCELOS, 2005; TOMAZINI, LEITE, 2016), lançada oficialmente em 8 de março de 1993. Visando a realização dos objetivos, deu início o processo de formação de Comitês de Combate à Fome, nas instâncias federativas municipais e/ou estaduais, coordenadas pela Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania, constituindo, no decorrer de 1993, mais de cinco mil comitês (VASCONCELOS, 2005). Vasconcelos ainda demonstra como a proposta do Plano Nacional de Segurança Alimentar teve conexão com a criação do CONSEA:

Por outro lado, no âmbito da sociedade política, em 18 de março de 1993, o presidente Itamar Franco assumiu o compromisso de implantação da Política Nacional de Segurança Alimentar apresentada pelo presidente do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 18 de abril de 1993 foram lançados o Plano de Combate à Fome e à Miséria e a proposta de constituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). O CONSEA, instituído por Decreto Presidencial, em 26 de abril de 1993, foi formado por nove Ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil, com o objetivo de assessorar o governo na formulação de propostas e implementação de ações em busca de soluções para o problema da fome e da miséria no Brasil. A partir de então, no decorrer do governo Itamar Franco (1993-1994), a chamada parceria entre governo e sociedade, caracterizada pela ação conjunta do CONSEA/Ação da Cidadania, desenvolveu numerosas atividades, em sua grande maioria de caráter emergencial, na tentativa de combate à fome e à miséria do país (VASCONCELOS, 2005, p. 448).

Como se vê nessa passagem, o processo de criação do CONSEA envolveu vários atores e teve contribuição de um movimento que começou anos antes. Tomazini e Leite informam mais sobre esse processo:

Um marco importante na formação da coalizão “segurança alimentar” foi o “Governo Paralelo”, que surgiu a partir da derrota do candidato Lula nas eleições presidenciais de 1989. Em 1991, por iniciativa do grupo que atuou na campanha derrotada para a presidência, foi lançado um documento intitulado “Política Nacional de Segurança Alimentar”. De autoria de Luiz Inácio Lula da Silva e José Gomes da Silva (pai do José Graziano da Silva, futuro coordenador do Projeto Fome Zero), o tema da segurança alimentar surgiu com a preocupação de levantar políticas para o acesso aos alimentos, completando a outra face da moeda que era a das políticas agrícolas e agrárias, voltadas para a oferta. O relator da proposta foi o professor Renato Maluf, na época gestor municipal, que também atuou na proposta do Ministério da Agricultura, de 1985. Ideias básicas desse documento foram resgatadas como,

por exemplo, a criação da Secretaria Especial para a Segurança Alimentar, vinculada à Presidência da República, e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, com o intuito de integrar setores governamentais de diferentes unidades federais, estaduais e municipais assim como de representantes dos segmentos sociais (Takagi 2006, p.19) (TOMAZINI, LEITE, 2016, p. 21).

Assim, o que era uma proposta partidária se transformou em uma proposta de governo abraçada pelo Presidente Itamar Franco:

Em síntese, segundo Takagi (2006), essas ações somadas ao trabalho de Herbert de Souza promoveram, no governo Itamar Franco, a criação do CONSEA, que tinha como objetivo coordenar a elaboração e a implantação do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria, dentro dos princípios da solidariedade, parceria e descentralização (idem, p. 20). A criação do CONSEA contribuiu para incluir, de forma efetiva, a segurança alimentar na agenda política brasileira, por meio da criação institucional, imprimindo um caráter de parceria sociedade-governo devido à formação de uma representação civil direta que buscava conferir legitimidade ao tema no governo (IPEA apud Takagi 2006). Com a criação do CONSEA o combate à fome e à miséria passou a ser visto como um problema de governo e uma questão estratégica, ficando sua coordenação diretamente vinculada ao gabinete do Presidente da República. Diante disto, implantaram-se mecanismos de intersetorialidade governamental, nos diferentes níveis de governo, incluindo ações da sociedade civil no sentido de reduzir duplicidades, superposições e de atingir os objetivos propostos (TOMAZINI, LEITE, 2016, p. 20).

Logo no início do primeiro mandato de FHC, o CONSEA foi extinto e substituído pelo Comunidade Solidária, sendo a segurança alimentar deslocada para segundo plano (TOMAZINI, LEITE, 2016). Sendo assim, cabe ressaltar que a campanha contra a fome teve grande importância no período, o que explica a escolha do MRPIF em retratá-la com destaque. Tal ênfase reforça a imagem de um Itamar preocupado com os problemas sociais latentes à época, além de mostrar que ele estava aberto a boas propostas de outros atores, sem distinção de partido. A escolha de Dom Mauro Morelli também é significativa, não só por vincular governo e igreja católica, mas porque este ator é importante para a luta pela democratização do país e a luta contra a fome desde a década de 1980, assim como Herbert de Souza, o Betinho – ambos atuaram juntos. Mas Betinho era a principal liderança da luta contra a fome, se tornando uma figura mais reconhecida. Acredita-se que, por isso, o MRPIF buscou atar as ações de Itamar às ações de Betinho. Em 1994, Betinho tem seu nome indicado ao Premio Nobel da Paz e a outros prêmios internacionais (BETINHO, 2009?)<sup>228</sup>. No mesmo ano, eleitoral inclusive, faz críticas ao Real:

---

<sup>228</sup> Ver: Verbete Betinho – Herbert de Souza. Disponível em:

<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/herbert-jose-de-souza> Acesso em: 20 nov. 2021.

No seu segundo ano, a Ação da Cidadania se propôs a debater as causas mais profundas da fome e da exclusão social. Na opinião de Betinho, em 1994, esse movimento social deveria tematizar a geração de empregos como forma de combate à miséria. Como se tratava de um ano eleitoral, as discussões colocadas no decorrer de suas atividades foram encaminhadas aos candidatos à sucessão de Itamar Franco. Entre 27 e 30 de junho de 1994, foi realizada em Brasília a primeira conferência nacional sobre segurança alimentar, coordenada por Betinho. O documento produzido por esse encontro continha uma crítica ao plano de estabilização econômica elaborado pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. No encerramento desse encontro, o Plano Real foi tratado como contrário aos “princípios da política nacional de segurança alimentar, uma vez que eleva substancialmente os preços dos produtos alimentícios, arrocha os salários, aumenta o desemprego e desloca verbas da saúde e da educação para o Fundo Social de Emergência (FSE) (BETINHO, 2009?)<sup>229</sup>.”

Nesse sentido, Betinho afirma a relação entre pobreza e recessão causada pelo Plano Real, em confluência com a contribuição do economista Filgueiras, como veremos adiante, no tópico sobre o Plano Real.

### 5.3.2 Políticas de educação: CAIC – Centros de Atenção Integral à Criança

Na cronologia presente no Memorial, chama a atenção a escolha dos CAICs. O ano de criação dos CAICs é 1994. Antes de continuar a análise sobre eles, ressalto que, de todos os feitos respaldados no tripé presente no Memorial e discutidos pela Biografia de Yazbeck (2011), o projeto dos CAICs é o único a não ser citado pela biografia em lugar algum. Acredito que pelo fato de o MRPIF, além de ser integrado à UFJF, apresentar seu setor educativo muito forte, o que contribui, em alguma medida, para uma ênfase nos enquadramentos que dizem respeito à esfera educacional. O tripé informa:

A implementação de princípios da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente resultou na criação do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), que instituiu a atenção integral às crianças e aos adolescentes por meio dos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), ou pela integração de locais de serviços e equipamentos preexistentes (MURILO HINGEL, 2015<sup>230</sup>).

Nessa passagem, percebe-se na vocalização da instituição dos CAICs e o silenciamento referente à continuidade de políticas públicas, principalmente em educação, tão cobrada por tal

<sup>229</sup> “Em agosto de 1994, Betinho viajou para os Estados Unidos a convite do embaixador do Chile na ONU, Juan Somavia, para fazer uma conferência sobre a Ação da Cidadania, na 2ª reunião preparatória da Conferência de Cúpula sobre Desenvolvimento Social, marcada para ocorrer em Copenhague, Dinamarca, em abril de 1995. Durante essa viagem, Betinho recebeu o prêmio Dante Facell, oferecido pela Inter-American Foundation. Na data de entrega desse prêmio, voltou a criticar o Plano Real, que em sua opinião “estaria levando o Brasil à recessão e produzindo milhões de pobres”. Ver: Verbete Betinho - Herbert de Souza. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/herbert-jose-de-sousa> Acesso em: 20 nov. 2021.

<sup>230</sup> Texto do tripé do MRPIF, inaugurado em 2015.

ator político quando os governos posteriores (FHC e Lula) tomam a mesma postura em termos de legado, mas que também esteve presente no governo em questão.

O PRONAICA, que instituiu os CAICS, é o programa do Governo Itamar que substituiu o Projeto Minha Gente de Collor, tendo praticamente os mesmos objetivos do projeto de origem. O Projeto Minha Gente tinha como parte a instituição dos Centros Integrados de Atenção à Criança (CIACs)<sup>231</sup>, instituídos em 1991, inspirados nos modelos dos CIEPS, implementados no Rio de Janeiro (MENEZES, 2001a)<sup>232</sup>. Contudo, cabe ressaltar que Ferretti (1992), por exemplo, considera injusta a comparação com os CIEPs, ao passo que Tosi (1999) se refere aos CIACs<sup>233</sup> como um projeto milionário de repasse à educação.

O fim do governo Collor não significou o fim do projeto dos CIACs. Para não perder os investimentos já realizados, da ordem de um bilhão de dólares, o ministro Murílio Hingel decidiu dar continuidade ao programa em outros termos, inclusive pela alteração de sua sigla, com gastos previstos de 3 bilhões de dólares para o período 1993-1995. A partir de 1992 passaram a se chamar Centros de Atenção Integral à Criança (CAICs) (MENEZES, 2001b, s./p.)<sup>234</sup>.

Outras referências também citam a mudança de nome de CIAC para CAIC, como Castanho e Mancini (2016)<sup>235</sup>. Os CAICs também herdaram o mesmo projeto arquitetônico<sup>236</sup>. Inclusive, foi pela arquitetura específica dos CAICs e do Colégio Militar de Juiz de Fora que foi possível investigar a conexão entre eles, exposta no capítulo anterior. Dessa maneira, noto um total silenciamento por parte do MRPIF, quanto à continuidade de uma política pública como de um projeto como o ressaltado aqui. Por outro lado, busca carimbar para Itamar essa iniciativa na área educacional.

### 5.3.3 O Plano Real

No meu entendimento, o MRPIF, assim como a biografia de Yazbeck, intitulada “O Real Itamar” (2011), retratam o Plano Real como o maior legado de Itamar, porque a sua implementação, além de controlar a hiperinflação, teria feito com que o Brasil saísse do mapa da fome, permitindo a realização de políticas públicas, inclusive aquelas elaboradas e implantadas nos governos posteriores. Na cronologia do MRPIF, se encontra presente a passagem: “1994 – Lança o Plano de Estabilidade Econômica: o Plano Real”. Moedas, charges

<sup>231</sup> Mais informações sobre as diretrizes dos CIACs, ver: Azanha (1995)..

<sup>232</sup> Menezes (2001).

<sup>233</sup> Mais informações sobre os CIACS e o Projeto Minha Gente, fornecendo uma crítica mais densa, mostrando semelhanças com o PROFIC (de São Paulo), ver: Ferretti (1992)..

<sup>234</sup> Menezes (2001).

<sup>235</sup> Castanho e Mancini (2016).

<sup>236</sup> Santos (2011).

e uma foto de Itamar com Rubens Ricupero, Ministro da Fazenda no momento de lançamento da nova moeda, compõem o box da Imagem 9 abaixo.

Ademais, a narrativa presente no MRPIF identifica o Plano Real, criado durante seu governo, como tendo um pai, o próprio Itamar. Ainda atribui ao Plano a estabilidade econômica e teria possibilitado desenvolvimento e crescimento ao país. Isso é percebido em vários lugares, como em entrevista projetada na sala de vídeo localizada, no segundo pavimento do prédio Memorial, Rubens Ricupero. Um painel exposto na parte museológica traz várias informações e referências ao Plano, como se vê na foto abaixo:

Figura 10 – Box sobre o Plano Real



Fonte: Foto própria (2019), registrada no MRPIF.

Além das notas e moedas de diferentes valores, há uma charge na qual Itamar penteia o seu topete, utilizando o espelho de uma moeda de 1 real (na época, equivalente ao dólar). Também existem textos informativos e um gráfico comparando o Plano Real com os planos anteriores em relação à inflação, mostrando seu sucesso diante das outras tentativas frustradas. Ainda, uma foto emblemática do dia de seu lançamento, na qual Itamar está ao lado do Ministro Ricupero. Do outro lado, um quadro com as medidas do Plano, com um vocabulário bem escolhido para se referir à primeira fase de ajuste fiscal, sem citar o Plano de Ação Imediata (PAI) e o Fundo Social de Emergência (FSE), como demonstrarei adiante.

Complementando esse enfoque da memória sobre o Real, o texto presente no tripé traz:



### NOVO VENTO NA ECONOMIA

No campo das realizações econômicas, o nome do presidente Itamar Franco está intrinsecamente ligado ao Plano Real, cuja paternidade é disputada por tantos, embora a usurpação não tenha como ser viabilizada em função do inequívoco DNA. O Plano Real, de fato, é uma realização de enorme importância, mas que, de certa forma, eclipsou nossa visão acerca de outras contribuições e virtudes cívicas do presidente.

O Plano Real foi fundamental ao recuperar a funcionalidade da moeda e extinguir a memória inflacionária. O país conseguiu afastar o fantasma da hiperinflação e abrir espaço para feitos e discussões econômicas de outra ordem. Todavia, a principal contribuição do presidente Itamar em relação à economia foi sua postura coerente e inflexível frente aos problemas econômicos.

Nesses tempos de neoliberalismo exacerbado, o presidente foi um dos poucos homens públicos no Brasil que colocava as decisões políticas tomadas em ambiente democrático como superiores às imposições econômicas ditadas por interesses de origem não revelada, muitas vezes de raízes forâneas.

Nesse sentido, posicionou-se ao longo de sua vida firmemente contra a perda de soberania, como no caso das privatizações danosas ao interesse nacional, assim como, quando governador, decretou a “moratória mineira”, posicionando a discussão em termos verdadeiramente republicanos, ao exigir, inclusive, a auditoria da dívida mineira. No seu tempo de constituinte, votou favoravelmente a diversos direitos trabalhistas e sociais, assim como em outros pontos de interesse nacional como a nacionalização do subsolo, a estatização do sistema financeiro, as limitações aos encargos da dívida e a instituição de um fundo para a reforma agrária.

Em síntese, o que se registra do ponto de vista econômico é, antes de tudo, o posicionamento ético e a preocupação social como pilares balizadores das decisões que condicionaram a qualidade de vida da população brasileira.

Peçamos ao nosso destino a dádiva de ter outros governantes que sabiamente tenham a coragem e a preocupação de advertir o país como o fez Itamar, no sentido de que “O Brasil precisava esquecer um pouco Nova York, Manhattan, e pensar em suas favelas, no seu povo sofrido”

(LOURIVAL BATISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR<sup>237</sup>, 2015<sup>238</sup>).

Essa parte do tripé talvez seja a primeira a despertar a atenção, no que tange a relação entre memória e silenciamento, quando se trata do tema da paternidade do Plano Real e o discurso em torno dele. Oliveira Junior (In: MRPIF, 2015), ao referir-se à paternidade do Real, fala da disputa e da usurpação, mas que o DNA é inequívoco à Itamar. Mais adiante, Oliveira Junior (2015) critica o neoliberalismo exacerbado e as privatizações que levaram Itamar a declarar a moratória mineira, sendo republicano e defendendo o interesse nacional. E, mais para o fim, faz críticas aos que se espelham em cidades dos Estados Unidos, esquecendo-se das favelas e problemas brasileiros. Ao trazer essas referências, percebe-se, nas entrelinhas, críticas indiretas voltadas para um ator em especial: Fernando Henrique Cardoso, primeiramente como Ministro chefe da equipe que elabora o Real, e depois como Presidente conhecido e chamado

<sup>237</sup> Professor de Economia da UFJF. Ver Currículo Lattes do pesquisador: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4785751Y1> Acesso em: 10 jun. 2020.

<sup>238</sup> Texto do tripé do MRPIF, inaugurado em 2015.

de neoliberal, que exerceu seu segundo mandato quando Itamar estava à frente do Governo de Minas. Essa questão é fantástica, salta aos olhos e será objeto de análise mais aprofundada adiante.

Na citação, também é possível notar que o economista quer ampliar a contribuição de Itamar para além da economia e do Plano Real em si, porque ressalta ele como um nacionalista, inflexível e coerente. Ademais, reafirma a bandeira da ética, recolocando Itamar como um político preocupado com questões sociais e com a soberania nacional.

Diversos economistas, ortodoxos ou heterodoxos, buscam demonstrar a complexidade do Plano Real, que não se reduzia à mudança da moeda apenas, aprofundando a análise sobre suas medidas, que apresentaram três fases de implementação<sup>239</sup> (CASTRO, 2011; PORTUGAL JR., SAMPAIO, 1998; FILGUEIRAS, 2006; FLIGENSPAN, 1998; BRESSER PEREIRA, 1994). A complexidade do Plano, que na cronologia do MRPIF data de 1994, por conta do lançamento da nova moeda, envolveu medidas de preparação anteriores ao seu lançamento. Uma delas foi o Programa de Ação Imediata (PAI), lançado em junho de 1993, poucos meses após do ingresso de FHC no Ministério da Fazenda. O PAI se tratava de um plano de estabilização para reforçar as contas públicas, com medidas “de cortes, de gastos de custeio e investimento, do Orçamento Federal de 1993; de uma renegociação de dívidas dos estados e municípios com a União; e da proposição do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira” (PORTUGAL JR., SAMPAIO, 1998, p. 19). Dando prosseguimento à fase de ajuste fiscal, o governo aprovou o Fundo Social de Emergência (FSE), por meio de “emenda constitucional que reduziu o grau de vinculação das receitas tributárias para permitir cortes profundos na proposta de orçamento para 1994 e, portanto, a obtenção de equilíbrio operacional” (PORTUGAL JR., SAMPAIO, 1998, p. 20-21).

FHC saiu da pasta das Relações Exteriores e integrou o Ministro da Fazenda do Governo Itamar, em maio de 1993. O Plano se encontra dentro do receituário liberal do Consenso de Washington (PORTUGAL JR., SAMPAIO, 1998; MARTUSCELLI, 2013; FILGUEIRAS, 2006), acredita-se que as raízes forâneas referenciadas na citação acima, tal qual informam Portugal Jr. e Sampaio: “A partir do início da gestão de FHC no Ministério da Fazenda, a gestão da política econômica do governo Itamar retoma, embora não explicitamente, a orientação do

---

<sup>239</sup> Enquanto alguns autores utilizam termos “econômicos”, como Castro (2011): Fase I: ajuste fiscal; Fase II: desindexação; Fase III: âncora Nominal; Filgueiras (2006) fala em ajuste fiscal, criação da Unidade de Referência do Valor (URV) e implantação efetiva e Portugal Jr. e Sampaio (1998) falam em ajuste fiscal por meio do Fundo Social de Emergência; dolarização pela URV; e nova moeda. Esses últimos autores, inclusive, defendem que a URV serviu não como um processo de desindexação, mas sim de indexação, por meio dessa Unidade Real de Valor.

consenso de Washington” (1998, p. 31). FHC foi substituído por Rubens Ricupero, ao se candidatar à Presidência da República nas eleições de 1994, sendo o ministro que permaneceu no cargo por mais tempo. O quadro abaixo nos informa sobre os ministros no governo Itamar:

Quadro 6 – Ministros da Fazenda do Governo Itamar (10/92 a 12/94)

Ministros da Fazenda Governo Itamar	Período
Gustavo Krause	2/10/1992 a 16/12/1992
Paulo Roberto Haddad	16/12/1992 a 1/03/1993
Eliseu Resende <sup>240</sup>	1/03/1993 a 19/05/1993
Fernando Henrique Cardoso	19/05/1993 a 30/03/1994
Rubens Ricupero	30/03/1994 a 6/09/1994
Ciro Gomes <sup>241</sup>	6/09/1994 a 1/01/1995

Fonte: De Paula e Lattman-Weltman (2008).

O Memorial da República faz referência apenas à Ricupero. A referência a FHC vem apenas nas entrelinhas<sup>242</sup>.

Alguns autores vão defender a ideia de que as reformas que deram base para a implementação do Plano Real começaram ainda no governo Collor, como Portugal Jr. E Sampaio (1998) e Castro (2011):

As reformas propostas por Collor, de fato, introduziram uma ruptura com o modelo brasileiro de crescimento com elevada participação do Estado e proteção tarifária. Embora os primeiros passos tenham sido dados na gestão Collor, o processo só se aprofundou no governo seguinte (1º governo Fernando Henrique Cardoso — 1995-98) (CASTRO, 2011, p. 132).

Embora pontue o aprofundamento do processo no governo de FHC, Castro aponta que:

A partir da posse de Itamar Franco (Vice-Presidente de Collor) deu-se continuidade ao processo de reformas. Mais importante: foram lançadas as bases do programa de estabilização que daria fim à alta inflação no país. A consolidação da estabilidade, entretanto, exigiu mais do que a desindexação. Na estratégia de combate à inflação do Plano Real, a taxa de câmbio e os elevados juros tiveram um papel fundamental, embora com consequências negativas para o desempenho da economia nos anos que se seguiram (CASTRO, 2011, p. 132).

Um ponto que chama a atenção é que o Real é lembrado não só pelo MRPIF, mas por várias outras fontes como algo que deu certo diante de outros planos fracassados (FLIGENSPAN, 1998; BOURSCHEID; GONZÁLEZ; MARQUES, 2016; GIAMBIAGI,

<sup>240</sup> Deixa o cargo após denúncias de corrupção contra ele.

<sup>241</sup> Ciro Gomes, em campanha presidencial, em 2018, também citou sua participação na implementação do Real.

<sup>242</sup> Recentemente, o Memorial, por meio de sua página na internet, informou que o plano teve a participação de FHC, mas trazendo a mesma foto aqui presente, do dia do lançamento da nova moeda, na qual Itamar aparece ao lado de Ricupero.



2011; MARTUSCELLI, 2013). Esse “dar certo” é construído no sentido de bem-sucedidos Itamar e FHC a partir de um critério fundamental, o controle da inflação (BRESSER PEREIRA, 1994<sup>243</sup>): Planos Cruzado I e II (Governo Sarney), Plano Bresser, Plano Verão; Plano Collor I e II. Bresser Pereira, ainda em 1994, afirma que:

Sabemos que os 12 planos de estabilização que foram tentados desde que esta crise começou em 1979 fracassaram devido a uma combinação de dois motivos: falta de apoio político para o ajuste fiscal e incompetência na implementação do plano. [...] Para todos faltou em maior ou menor grau ou apoio político ou competência. Agora tudo indica que Fernando Henrique terá condições de obter o apoio político necessário, seja porque existe uma predisposição da sociedade nesse sentido, seja porque pouca gente tem melhores condições de negociá-lo do que o novo ministro da Fazenda (BRESSER PEREIRA, 1994, p. 134).

E continua: “Apoio político, no caso, significa apoio para o ajuste fiscal e para um acordo social. Sem esses dois ingredientes dificilmente será possível estabilizar a economia brasileira.” (BRESSER PEREIRA, 1994, p. 134). Portugal Jr. E Sampaio (1998) ainda ressaltam essa posição e vão de encontro ao afirmado por Bresser Pereira, já em 1994.

No MRPIF, o Plano Real não só é dado como algo que deu certo, mas que deu certo desde o início. Isso traz, em si, o silenciamento sobre a complexidade que estamos tentando ressaltar e merece uma crítica, pois silencia os tropeços e as dificuldades enfrentados. Bresser Pereira (1994, p. 141) afirma que, “na verdade, um plano de estabilização de uma economia tão cronicamente inflacionária como a brasileira não alcance [alcançaria] êxito em um dia ou mesmo em alguns meses”. Primeiro, foi necessário que a equipe econômica o planejasse, depois, fizesse o ajuste fiscal, introduzisse a URV, extinguisse a antiga moeda e chegasse à terceira fase, de consolidação, que seria a mais longa e difícil, podendo durar anos (BRESSER PEREIRA, 1994), como de fato aconteceu. Como defende Batista Jr. (1996), o Plano Real se mostrou longe de oferecer garantias suficientes em 1993-1994. O Governo FHC, por exemplo, teve dificuldades em termos de conter a alta da inflação e manter um bom desempenho da economia (BATISTA JR., 1996; CASTRO, 2011). “O Plano Real completou dois anos com inflação decrescente, mas sem ter superado as suas principais vulnerabilidades e inconsistências” (BATISTA JR., 1996, p.162).

Outros autores trazem questionamentos mais profundos quanto ao sucesso do Plano, com impactos não somente na economia como no Estado e na sociedade, em termos de desemprego, desigualdade e exclusão social. Ao contrário do que supõem alguns argumentos

---

<sup>243</sup> Bresser Pereira (1994) chama o Plano Real de Plano Fernando Henrique, nesse artigo de 1994, assim como o Plano elaborado por ele mesmo levou seu nome.

apresentados pelo MRPIF, que defendem que o Plano Real contribuiu para redução da desigualdade social, Dib questiona e defende:

Por que a desigualdade da renda, ou o percentual de apropriação da renda pelas camadas das pessoas (1% mais ricos, 50% mais pobres, etc.), manteve-se praticamente inalterado durante os anos de 1995 a 1999? Consta-se que o grau de desigualdade observado em 1993 é similar ao encontrado em 1995 em diante e sempre maior (mais desigual) do que a taxa de 1992 (governo Collor/Itamar). Não há evidências que o Plano Real tenha reduzido a desigualdade, apesar da pobreza e extrema pobreza terem tido significativa redução com o Plano. Além disso, como se vê nos gráficos e tabelas acima, os percentuais de pobreza e de extrema pobreza mantiveram-se estagnados entre 1995-2002 (DIB, 2015, p. 131).

Fligenspan (1998) também traz os avanços e os impasses do Plano Real e o questionamento sobre o crescimento com exclusão social das camadas de baixa renda e baixa escolaridade, o que faz refletir sobre as diferenças que podem haver entre crescimento e desenvolvimento de um país. Filgueiras (2006), na mesma medida, traz sua análise sobre o Plano Real, mostrando não só os avanços, como também os impactos e os efeitos negativos sobre a economia e o Estado, pois explica que os elementos fundamentais do Plano Real, que mantiveram os níveis da inflação baixos, provocavam uma armadilha. Esta armadilha se deu, porque, de um lado, a inflação baixa contribuía com a estagnação econômica ou um crescimento medíocre combinado a níveis altos de desemprego. E, de outro, um crescimento mais elevado aumentava o risco de uma crise cambial. Essas fragilidades, por sua vez, aparecem em momentos posteriores ao da implementação do plano, como em 1997, com uma nova inflexão e recessão na economia.

Filgueiras (2006), ademais, aponta como erros do plano econômico a estratégia para alcançar a estabilidade dos preços, pois esta resultou em desequilíbrios estruturais novos e aumento dos já existentes, trazendo instabilidade macroeconômica. O autor critica a escolha de colocar o país em dependência total do capital externo, bem como subordinar a política econômica à lógica do capital financeiro, e aprofundar as reformas liberais, entre outras coisas, referindo-se à política econômica adotada. Esta teria promovido uma fuga para frente, trazendo efeitos negativos sobre renda, condições sociais, mercado de trabalho, entre outros efeitos negativos, em relação à situação financeira do país. Por fim, Filgueiras (2006) defende um caminho para o desenvolvimento nacional que visasse um projeto nacional de país soberano e que focasse no principal problema de nossa sociedade: a exclusão econômico-social<sup>244</sup>.

---

<sup>244</sup> Crítica compartilhada também por Betinho. Ver nota 228.

Outro ponto que se relaciona com a implementação do Plano Real, bem como com as políticas adotadas pelo governo Collor e pelos governos em questão, é a questão das privatizações, que nos permite mais reflexões. A memória construída no MRPIF coloca Itamar como um político contrário às privatizações<sup>245</sup>, um nacionalista defensor dos interesses nacionais e públicos. Essa memória silencia a relação do governo Itamar com as privatizações e mesmo a relação das privatizações com o projeto do Plano Real. Sim, elas fizeram parte do pacotes de reformas liberais que abarcam todo o Plano, e não somente a nova moeda (BATISTA JR., 1996; PORTUGAL JR.; SAMPAIO, 1998). Dentro do raciocínio, faz-se necessário lembrar que, mesmo com diferenças do modelo do governo Collor, do qual fez parte, o governo Itamar também privatizou empresas estatais (MARTUSCELLI, 2013). Como referido anterioremente, o próprio programa de reconstrução nacional assinado pelos dois, Collor e Itamar (BRASIL, 1990), tinha como pauta as privatizações, assim como o programa de seu sucessor, FHC (CARDOSO, 2008).

O governo Collor inaugurou o processo de privatização em 1991. Nesse ano, privatizou quatro empresas, proporcionando uma receita de venda em torno US\$ 1,61 bilhão. Em 1992, o governo federal privatizou 14 empresas e arrecadou cerca de US\$ 2,40 bilhões, devendo-se registrar que parte dessas empresas foram vendidas ao capital privado durante o governo interino de Itamar Franco, como foi o caso da Acesita. Em 1993, houve uma queda do número de empresas privatizadas, sendo privatizadas seis empresas, mas o valor das receitas foi superior ao do ano anterior, atingindo aproximadamente US\$ 2,62 bilhões. No ano seguinte, registrou-se nova elevação do número de empresas privatizadas, isto é, o governo Itamar privatizou nove empresas, mas não logrou ampliar a arrecadação, que ficou em torno de US\$ 1,96 bilhão. Esses dados nos permitem indicar que, sob o governo Itamar, ocorreu uma queda do número de empresas privatizadas e um aumento da arrecadação do governo com as privatizações. Em relação às privatizações, não podemos deixar de mencionar que, ao menos em termos de discurso, o presidente Itamar manifestou críticas ao uso de moedas podres na compra das estatais, tendo defendido a ampliação do emprego de moeda corrente (dinheiro vivo) nos processos de privatização – proposta que esteve muito distante de ser contemplada na venda da CSN, que contou com apenas 3,8% de moeda corrente. Itamar também reivindicou a elevação dos preços mínimos das estatais colocadas à venda, as quais, vinham sendo subvalorizadas nas propostas iniciais, e ainda procurou apresentar proposta de definição de empresas estratégicas nas áreas de petróleo, telecomunicações e energia, as quais passariam a necessitar de autorização expressa do Congresso Nacional para serem vendidas – lembrando que, desse modo, Itamar retomava um dos dispositivos vetados por Collor quando aprovou a lei que instituiria o Programa Nacional de Desestatização (MARTUSCELLI, 2013, p. 136).

---

<sup>245</sup> Na biografia de Yazbeck (2011), muitas vezes opta-se pelo uso do termo “concessões” no lugar de “privatizações”, entendendo que os termos apresentam diferenças entre si.

Martuscelli ressalta que o posicionamento de Itamar sobre as privatizações é “marcado por oscilações, visto que, a despeito das críticas pontuais que apresentou ao programa, em nenhum momento, o novo presidente apresentou uma crítica global às privatizações” (MARTUSCELLI, 2013, p. 137). Para o autor, o governo em questão apresentava posições próximas às forças de oposição à Collor. Logo, somos levados a concluir que o governo Itamar apresentava posições muito próximas às forças de oposição ao governo Collor, “em especial, à burguesia interna, que resistia de maneira seletiva e pontual ao programa neoliberal” (MARTUSCELLI, 2013, p. 137). É a partir da entrada de FHC no Ministério da Fazenda que essa resistência começa a ser quebrada, abrindo portas para tornar essas reformas mais palatáveis (PORTUGAL JR.; SAMPAIO, 1998). Sobre a política de abertura comercial, o governo Itamar deu continuidade à política implementada pelo governo anterior (MARTUSCELLI, 2013).

A crítica às privatizações se configura, então, como um ponto de incoerência, uma vez que Itamar fez parte de um governo que incluía em sua proposta do PND<sup>246</sup>, e em seu próprio governo, a privatização e desestatização de empresas de áreas estratégicas. Além disso, Itamar apoiou a candidatura de seu Ministro da Fazenda, que participou da elaboração das reformas liberais em seu governo e que, já em sua proposta de governo, prometia acelerar o processo de privatização, caso eleito Presidente da República em 1994 (CARDOSO, 2008).

Enquanto o Memorial ressalta o grande feito de Itamar, pai orgulhoso de seu Plano Real, alfinetando indiretamente outro personagem político importante nessa história, outra instituição, também de um ex-presidente da República, enfatiza o Real como um feito político, a Fundação Fernando Henrique Cardoso<sup>247</sup>.

Ao que as fontes indicam, a disputa pela paternidade do Plano Real começa ainda na campanha eleitoral de 1994<sup>248</sup>, na qual Fernando Henrique Cardoso, ex-ministro que encabeça a equipe econômica que o lançaria, pede demissão do cargo para concorrer à Presidência pelo PSDB. A campanha de FHC, em 1994, tinha cinco metas: emprego, saúde, segurança, agricultura e educação, apontadas com o símbolo de uma mão cheia, aberta. A campanha também tinha por base imagens e vídeos mostrando alimentos, em contraposição à fome. FHC afirmava, nessa ocasião, ter criado o Real, anunciando que a moeda teria seus inimigos e que o

---

<sup>246</sup> Inclusive, FHC reconhece em sua proposta de governo (CARDOSO, 2008) que o processo tinha começado com o PND no governo Collor.

<sup>247</sup> Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/> Acesso em: 03 abr. 2021.

<sup>248</sup> Miguel (2000).

Plano valorizava o salário. Segundo ele, começávamos a ter sossego, vencendo o primeiro bicho de sete cabeças<sup>249</sup>.

Itamar elege seu sucessor, FHC, ainda no primeiro turno. É nomeado por ele embaixador, ficando durante algum tempo distante da política interna do país. A disputa pelo Real, parcimoniosa nos anos anteriores, ganha um capítulo a mais, com a disputa interna no PMDB em torno da candidatura presidencial em 1998. O bloco governista, liderado por Michel Temer, consegue sair vitorioso, defendendo e aprovando a reeleição de FHC em detrimento da candidatura de Itamar Franco à Presidência da República. Assim, Itamar disputa e vence a eleição, no mesmo ano, para o governo do estado de Minas. À frente do Palácio da Liberdade, vai protagonizar grandes embates com o Governo Federal durante o segundo mandato de FHC<sup>250</sup>.

### **Presidencialismo x Parlamentarismo**

Outro ponto que diz respeito aos cargos ocupados na carreira, principalmente os que tangem o nível federal, cabendo tratar do Itamar Parlamentar e do Itamar Presidente. Alguns acontecimentos importantes e tratados por essa pesquisa acontecem em ambos os cargos. Como já ressaltado anteriormente, Itamar passa muitos anos de sua vida ocupando cargo no Senado Federal (dois mandatos, quase dezesseis anos). Mas, no executivo federal, como Presidente, apenas dois anos.

Os enquadramentos de memória dão conta do Itamar parlamentar ser pela democracia, bem como do Itamar Presidente, mas não permitem tratar de escolhas feitas por ele durante esses cargos que dizem respeito ao próprio funcionamento e aos poderes do Executivo e do Legislativos federais.

Como vemos na biografia de Yazbeck (2011), desde novo, em sua gestão do Diretório Acadêmico da Engenharia, ainda na década de 1950, Itamar teria estabelecido o modelo parlamentarista de gestão. Em suas palavras: “Considero o parlamentarismo o governo de opinião e o mais democrático, pois coloca em funcionamento todas as peças que o compõem” (FRANCO, 1954 apud. YAZBECK, 2011, p. 55).

Exerce o cargo de Prefeito municipal por duas vezes, como ressaltado antes, e se lança ao Senado, participando de grandes deliberações e momentos históricos para o país, como a Lei

---

<sup>249</sup> Propagandas de campanha. <https://www.youtube.com/watch?v=vk38JWUUh-OE>  
<https://www.youtube.com/watch?v=1rnh9GJo7Pg> Acesso em: 02 mar. 2022.

<sup>250</sup> Em 2002, novamente boicotado pelo PMDB a nível nacional para a disputa da Presidência, Itamar decide por apoiar Lula para Presidente e Aécio para governo de Minas. Para saber mais sobre o ponto de vista de FHC neste período, ver: Cardoso (2017; 2019).

de Anistia, em 1979; a votação da Emenda Dante de Oliveira (Diretas já); a eleição indireta de Tancredo; e a Assembleia Nacional Constituinte.

Nesta Assembleia Nacional Constituinte, Itamar vota pelo parlamentarismo (YAZBECK, 2011). Em 1987, Itamar faz parte (como suplente) da Comissão de Sistematização<sup>251</sup> da Assembleia Nacional Constituinte, como membro do PL e profere discurso em defesa do parlamentarismo<sup>252</sup>, votando em seu favor na mesma Assembleia (bem como para eleições diretas para Presidente da República, conferir sobre quais anos): “A votação no Plenário resultou em vitória dos presidencialistas, que obtiveram 61,5% dos votos (344 contra 212 e três abstenções)” (SALLUM JR.; 2015, p. 36)<sup>253</sup>. Segundo o autor, “a derrota parlamentarista quanto ao sistema de governo foi parte de uma derrota mais ampla, que atingiu o Congresso na hierarquia dos poderes do Estado, pois não ampliou, na medida desejada, sua capacidade de definir a agenda política do país” (SALLUM JR., 2015, p. 37). A nova Constituição é promulgada em 1988 e, em 1989, Itamar se elege Vice-Presidente da República na chapa Collor. Como já apontado, assume o Governo Federal em fins de 1992, com o processo de impeachment de Collor.

Em 1993, foi realizado o plebiscito para escolher entre República e Monarquia e entre parlamentarismo e presidencialismo. Houve propaganda com horário eleitoral<sup>254</sup> – diga-se de passagem, bastante confusa. Em 21 de abril, foi realizado o plebiscito:

Cerca de 30 % dos votantes não compareceram às urnas ou anularam o voto. Dos que participaram, 66% votaram a favor da República, contra 10 % favoráveis à monarquia. O presidencialismo recebe cerca de 55% dos votos, enquanto o parlamentarismo, 25%. Diante disso, foram mantidos o regime presidencialista e o sistema de governo republicano (YAZBECK, 2011, p. 209).

Yazbeck continua afirmando:

Itamar votou pela manutenção do presidencialismo, embora, considerasse, desde os tempos de política estudantil, o parlamentarismo a forma de governo mais adequada para enfrentar as inevitáveis crises,

<sup>251</sup> Sallum JR. Informa que ocorreu “uma polarização entre a Comissão de Sistematização, que aprovou o parlamentarismo, e o Centrão, favorável ao presidencialismo” (SALLUM JR.; 2015, p. 35). Segundo o autor, “a derrota parlamentarista quanto ao sistema de governo foi parte de uma derrota mais ampla, que atingiu o Congresso na hierarquia dos poderes do Estado, pois não ampliou, na medida desejada, sua capacidade de definir a agenda política do país” (SALLUM JR., 2015, p. 37).

<sup>252</sup> <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/sistema.pdf> Acesso em: 20 ago. 2020.

<sup>253</sup> A votação está presente no Diário Oficial da Assembleia Nacional Constituinte do dia 22 de março de 1988, que publica a Ata da 229ª Sessão da Assembleia Nacional Constituinte em 21 de março de 1988.

<sup>254</sup> Alguns vídeos sobre o Horário de gratuito de Propaganda eleitoral do Plebiscito de 1993 estão disponíveis na plataforma Youtube: Data 13/03/1993. <https://www.youtube.com/watch?v=qVsROamcqaA> Acesso em: 15 jul. 2021. Data 06/04/1993 <https://www.youtube.com/watch?v=OF-bkVs2M04> Acesso em: 15 jul. 2021. Horário eleitoral data incerta <https://www.youtube.com/watch?v=mN3-ppi2NUY> Acesso em: 15 jul. 2021.

com a divisão de poderes entre Legislativo e Executivo mais equilibrada Assim ele justificaria a sua preferência contraditória às ideias de tempos idos: “Não era o momento de trocar de regime. O país ainda precisaria de algum tempo para, em primeiro lugar, consolidar definitivamente a democracia. Num próximo plebiscito, quem sabe, meu voto será pelo parlamentarismo” (YAZBECK, 2011, p. 209).

Primeiro, Itamar, desde novo, fala de parlamentarismo, vide biografia (YAZBECK, 2011). Mesmo passando por cargos executivos, quando vai para o Senado, fala em nome e defende o parlamento como poder indissociável da democracia e da República. Participa da Constituinte, no parlamento, como parlamentar, que estabelece regras sobre o plebiscito, dentre outros.

Como é possível ver em Sallum Jr., Itamar é o Vice de Collor<sup>255</sup>, que exerce um Presidencialismo Plebiscitário, ignorante e desvalorizando o poder do Legislativo. Lógico que Itamar se encontra já distanciado de Collor. Mas, quando assume a Presidência e opta por uma coalizão partidária, obtendo maioria no congresso, faz o movimento de revalorização do parlamento, mas, ao mesmo tempo, enquanto representante do Executivo e peça fundamental na conjuntura em que se discute qual melhor forma: Monarquia x República, Parlamentarismo x Presidencialismo, ele opta por República Presidencialista. Portanto, como membro do Executivo, pode ter representado um papel importante como ator, nessa revalorização do Legislativo e no equilíbrio de forças entre esses dois poderes principalmente, podendo ter contribuído para uma revalorização também do Executivo.

#### 5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Capítulo V trouxe o lado social e o lado econômico de Itamar, a partir dos textos presentes no Tripé do MRPIF, entre outras fontes que reafirmam e consolidam a síntese narrativa. Assim, se ressaltou o cargo da presidência da República, principalmente. O lado social de Itamar define os valores cívicos, republicanos, democráticos de Itamar, ressaltando sua Ética. O lado econômico, por sua vez, traz, entre outros pontos, o Plano Real e seu “pai” Itamar. A análise desse capítulo partiu de como essa narrativa se lança através de um confronto, às vezes explícito, às vezes pelo silenciamento de outros atores, para criar a narrativa sobre o governo Itamar, uma vez que o discurso da ética na política atinge seu auge em contraposição à figura de Fernando Collor. O lado econômico silencia Fernando Henrique Cardoso para se fixar como o pai do Plano Real.

---

<sup>255</sup> Na época do plebiscito, Collor se manifestou a favor do parlamentarismo também (BENEVIDES, 1993).

Logo, busquei desenvolver o capítulo voltando à origem da disputa pela paternidade do Real, retomando o ano de 1994 e a disputa a Presidência da República, e venho caminhando até o presente, passando pelas comemorações do Plano, tomando como fontes jornais, propagandas eleitorais, documentários, reportagens, entrevistas, bem como o apresentado pelos lugares de arquivo em que envolvem os dois personagens políticos principais Itamar (MRPIF) e FHC (FFHC<sup>256</sup>). Ambos os discursos tendem a dar projeção à agência, aos atores, de maneira geral, ressaltando aspectos conjunturais, em alguma medida, mas colocando em segundo plano, ou silenciando, aspectos estruturais e processuais (principalmente no discurso sobre Itamar).

Brasílio Sallum Junior (1999) nos auxilia sobre tal ponto, ao desenvolver um artigo sobre o governo FHC e a discussão sobre neoliberalismo e desenvolvimentismo, ressaltando esses aspectos processuais e estruturais nas interpretações possíveis sobre o momento histórico em específico, o que, de uma maneira geral, nos traz uma visão bastante diferente da presente no discurso sobre Itamar e essa conjuntura. Sallum Junior (1999), ademais, fala sobre o processo de transição a partir de duas dimensões/etapas: a transição político-institucional para a democracia, encerrada com a eleição de FHC (1994); e a transição da Era Vargas, a partir de seu programa de governo, sob as regras democráticas consolidadas, que propunha “romper com certas articulações entre poder político, sociedade e economia remanescentes do período Getúlio Vargas” (SALLUM JUNIOR, 1999, p. 24).

Essa construção maniqueísta cria a narrativa juiz-forana sobre o Governo Itamar, diferenciando-o dos governos anterior e posterior, positivamente. Isso apaga a discussão sobre a continuidade dos governos, inclusive porque precisamos ter em mente que Itamar chega à Presidência como Vice na chapa de Fernando Collor, e também elege FHC como seu sucessor. Os três governos são vistos, por extensão, como um período de consolidação do regime liberal-democrático no país (CODATO, 2005). Por outras características do governo Itamar, como o pouco tempo, a maneira como assumiu, levamos em consideração que a narrativa utiliza dessas estratégias para dar ênfase aos feitos do ator Itamar como forma de diferenciar seu governo dos outros, ressaltando-o nisso.

---

<sup>256</sup> <https://fundacaoofhc.org.br/> Acesso em: 04 fev. 2020.



## VI A CONFRARIA DE ITAMAR: REDE DE RELAÇÕES E LIGAÇÃO ENTRE TRAJETÓRIA E MEMÓRIA

### 6.1 INTRODUÇÃO

Esse capítulo desenvolve a reflexão sobre as relações que permearam a trajetória de Itamar e que hoje fazem parte da construção e da manutenção da memória de tal personagem, apresentando seus guardiões (GOMES, 1996; HEYMANN, 2012) e suas redes de relações sociais. Para tal movimento, farei: (a) uma apresentação do “Grupo de Juiz de Fora”. Seguindo, (b) retomarei os primeiros passos na trajetória política de Itamar, apresentando o “bando de sonhadores” (ZAGUETTO, 2012), termo que refere-se ao grupo que participou da campanha e que ocupou posições e cargos na primeira administração de Itamar. Apresentarei, brevemente, os principais cargos que constituíram os (c) Governos Federal (1992-1994) e (d) estadual de Minas Gerais (1999-2002), sob o comando de Itamar Franco. Ainda, trarei (e) o Instituto e Medalha Itamar Franco, (f) os textos biográficos e (g) as conexões com o MRPIF. O intuito, com isso, é demonstrar que a dimensão das relações presentes no decorrer da trajetória de Itamar estão presentes e permeiam a memória e o legado.

Esse capítulo, tendo tais objetivos em vista, terá como base teórica e bibliográfica referências sobre elites políticas (PERISSINOTTO; CODATO, 2008; HEINZ; CODATO, 2015), elites políticas locais (FARIAS FILHO, 2011), redes de relações sociais (MARQUES, 1998, 1999, 2006), e redes e espaços de sociabilidade (SIRINELLI, 2003). Se, por um lado, as referências sobre elites políticas e elites políticas locais nos fazem pensar a influência e o poder desse Grupo<sup>257</sup>, as referências sobre redes de relações evidenciam a natureza relacional do poder (MARQUES 2006), principalmente ao pensar a dinâmica política local, em Minas Gerais, e a “confraria mineira”, o grupalismo (ARRUDA, 1990).

Dessa maneira, a discussão sobre o termo confraria também será bem-vinda para a análise do “Grupo de Juiz de Fora”. A “confraria de Juiz de Fora” (CONFRARIA, 2022?)<sup>258</sup>, primeiro, poderia ser vista como uma associação ou conjunto de pessoas que exercem a mesma atividade ou profissão, comungam dos mesmos ideais e levam o mesmo estilo de vida. Em suma, jovens, profissionais liberais, em sua grande maioria, de classe média (média alta), que se tornaram parte da elite política juiz-forana na década de 1960. Alguns deles se projetaram

<sup>257</sup> Um aspecto interessante é a perspectiva nós/eles que a identidade desse Grupo assume. Quando é para falar partindo de Juiz de Fora, a conotação é positiva e remete aos “sonhadores”, a um grupo novo que carrega sonhos, desejos. Quando é visto de fora de Juiz de Fora e com uma permanência no tempo, também é visto como negativo, como algo pejorativo e de grupelho (“Grupo de Juiz de Fora” da “República do Pão de Queijo”).

<sup>258</sup> Dicionário Michaelis: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/confraria> Acesso em: 21 set. 2021.

no cenário nacional, através da amizade com Itamar e da formação técnica. Atualmente, em alguma medida, essa confraria continua ocupando posições institucionais, e também pode ser vista como um grupo reduzido de pessoas ligadas por algo comum; associação, sociedade, que no caso seria a guarda e manutenção da memória de Itamar, e por consequência, do próprio Grupo. Alguns trabalhos fornecem elementos para tratar do termo confraria. Arruda (1990) faz referência à “confraria mineira”, o que chama a atenção.

Mas além desse trabalho, temos Mangi (2004; 2006), Heinz e Codato (2015). A ideia de confraria nos mostra como um grupo que se manteve na elite política local, e, se formos pensar, até a pouco tempo sustentou essa posição, através principalmente de um dos seus herdeiros, Bruno Siqueira, que também passa a deter influência não somente política e social (pelo fato de suas origens), como também cultural, memorial e patrimonial, ao promover um evento (a Medalha) e um espaço em memória de Itamar Franco. Com isso, nota-se a ligação entre grupos políticos e memória na cidade de Juiz de Fora, pois, como nos ensina Gomes (1996), “A guarda de uma memória comum é fator essencial na formação e manutenção de grupos (de tamanhos e tipos variados), bem como é elemento base de sua transformação.” (2006, p. 6-7). Dessa forma, trarei no tópico a seguir do “Grupo de Juiz de Fora”.

## 6.2 O “GRUPO DE JUIZ DE FORA”

Quando se trata de Itamar Franco, vemos, em muitas referências, a expressão “Grupo de Juiz de Fora”, ou “República do Pão de Queijo”, na maioria das vezes com cunho pejorativo. Quando não desta maneira, diz respeito a autores ligados à persona de Itamar, que buscam desconstruir a ideia de que esse Grupo tenha de fato existido, como, por exemplo, Yazbeck (2011) e Ferreira (1995), tal qual veremos a seguir.

O “Grupo de Juiz de Fora”<sup>259</sup>, como ficou conhecido o grupo de amigos próximos a Itamar e que ocuparam cargos públicos federais durante seu governo, é tratado em várias referências, livros e artigos de jornais. Muitas vezes, ressaltado com negatividade, em tom pejorativo, principalmente pela imprensa paulista, que, à época, a ele se referia como integrante da República do Pão de Queijo (referência a Minas, como veremos no Capítulo VII). A Folha de São Paulo, por exemplo, definia na época que: “O ‘Grupo de Juiz de Fora’ é composto por pessoas que acompanham o Presidente em quase toda sua carreira política e ocupam ou ocuparam cargos de confiança no atual governo”<sup>260</sup>.

<sup>259</sup> Exemplo de referência ao Grupo em reportagem: “Itamar elogia Hargreaves”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/17/brasil/13.html> Acesso em: 21 set. 2021.

<sup>260</sup> “Itamar emprega seus amigos no futuro governo do PSDB”: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/31/brasil/4.html> Acesso em: 21 set. 2021.

Por outro lado, obras escritas por pessoas próximas a Itamar, bem como sua biografia autorizada, buscam apontar os usos por parte da imprensa e “desmistificar”, em suas palavras, a existência desse “Grupo de Juiz de Fora”. Yazbeck (2011) faz uso da expressão “República do Pão de Queijo” para intitular o capítulo que trata do Governo Itamar Franco ainda na interinidade – entre 15 e 19 de novembro de 1992 –, no qual, durante seis dias, a sede do Governo Federal foi transferida para Juiz de Fora (2011, p. 119)<sup>261</sup>. Como expõe Yazbeck (2011):

A afeição de Itamar por Juiz de Fora incomodava especialmente a Folha de S. Paulo, que descobrira a expressão “República do pão de queijo” para anunciar as movimentações do presidente e dos assessores que o acompanhavam em sua trajetória política, desde os tempos à frente da Prefeitura da cidade. Depois, outra parte da imprensa aderiu ao preconceito e outro rótulo surgiu de forma depreciativa ao círculo íntimo de Itamar Franco: “Grupo de Juiz de Fora”, como se o presidente estivesse loteando cargos e fazendo ação entre amigos (YAZBECK, 2011, p. 200).

Outro a se manifestar sobre o Grupo, também citado por Yazbeck (2011), foi José de Castro Ferreira (1995), em seu livro “Itamar – o homem que redescobriu o Brasil: A trajetória política de Itamar Franco e os bastidores de seu governo”, dedicando também um capítulo de seu livro, intitulado “O ‘Grupo de Juiz de Fora’”. José de Castro Ferreira e Yazbeck propõem desmistificar o Grupo de Juiz de Fora da seguinte forma:

Os amigos mais íntimos de Itamar Franco e, portanto, seus interlocutores domésticos habituais são o médico Saulo Pinto Moreira, homem de fala mansa e de hábitos incorruptíveis, acima de qualquer suspeita. Foi seu vice-prefeito e prefeito de Juiz de Fora, quando Itamar renunciou para se candidatar ao Senado, pela primeira vez; Geraldo de Oliveira Faria, funcionário aposentado do Banco do Brasil, companheiro de Itamar por mais de três décadas e seu secretário particular, sempre foi um cidadão de conduta ilibada, religioso e possuidor de qualidades e virtudes morais insuperáveis; Ruth Hargreaves, professora universitária aposentada, secretária de Educação da Prefeitura de Juiz de Fora, de temperamento forte, ao lado de Itamar nos momentos cruciais e decisivos (FERREIRA, 1995, p. 99)<sup>262</sup>.

Sobre eles, Saulo e Ruth foram nomeados assessores especiais da Presidência. Geraldo Faria foi secretário particular e, depois, diretor de Recursos Humanos do Banco do Brasil, pelo seu conhecimento sobre a instituição. O argumento técnico aparece aqui, bem como o elemento da confiança desde os tempos da primeira administração, ao falarem em outros nomes como os de Djalma Moraes (Ministro das Comunicações), Mauro Durante (Secretário geral da

<sup>261</sup> Não foi possível encontrar outra fonte que comprove essa informação.

<sup>262</sup> Essa citação também pode ser encontrada em Yazbeck (2011, p. 200).

Presidência), Alexis Stepanenko (Ministro de Minas e Energia) e Murilo Hingel (Ministro da Educação) (FERREIRA, 1995; YAZBECK, 2011).

Ambos citam, na mesma medida, nomes desse “círculo mais íntimo” (FERREIRA, 1995; YAZBECK, 2011) que não foram para Brasília: Marcello Siqueira, engenheiro e empresário, assumiu como presidente de Furnas e “marcou sua presença com exemplar administração” (FERREIRA, 1995, p. 100); Roberto Faria de Medeiros, advogado, mantido na diretoria de Recursos Humanos da Telemig (onde já se encontrava<sup>263</sup>); e Thales Ramos (médico), companheiro de Itamar em todas as campanhas, amigo inseparável (YAZBECK, 2011), de muitas lutas, conhecedor das “manhas” da política, conselheiro indispensável (FERREIRA, 1995).

Ferreira (1995) e Yazbeck (2011) citam outros nomes que somaram-se ao Grupo: Henrique Hargreaves<sup>264</sup> (Ministro-chefe da Casa Civil); Raul Belém (BELÉM, 2009?)<sup>265</sup> (Deputado Federal reconhecido como um dos maiores amigos de vida pública pelo próprio Itamar); Maurício Corrêa (Ministro da Justiça); Alexandre Dupeyrat Martins (Ministro da Justiça); Augusto Marzagão (Comunicação Institucional)<sup>266</sup>.

José de Castro Ferreira (1995) nega fazer parte desse círculo mais íntimo e expressa a não existência de um grupo da seguinte forma:

Esse seria um grupo de Juiz de Fora, caso tal grupo tivesse existido, enquanto pólo de pressão ou mesa de assessoria. Henrique Hargreaves, Raul Belém, Maurício Correa, Mauro Durante<sup>267</sup>, Djalma Moraes, Alexandre Dupeyrat

<sup>263</sup> Seria importante buscar informações sobre quem o nomeou, em qual contexto e se tinha relação com o cargo de Senador ou de Vice-Presidente.

<sup>264</sup> Henrique Hargreaves foi trabalhar em Brasília antes de Itamar, não trabalhou com Itamar desde o início da sua trajetória política em Juiz de Fora, mas possui relações de amizade e ligações desde esses tempos, sendo parente de Ruth Hargreaves e Raimundo Hargreaves. José de Castro Ferreira enfatiza bem o seu nome, tecendo elogios, falando da polêmica envolvendo seu nome e da sua capacidade técnica e jurídica: “Hargreaves foi companheiro na mocidade juiz-forana, transferindo-se depois para Brasília praticamente desde sua fundação, ...” (FERREIRA, 1995, p. 100).

<sup>265</sup> Mineiro, colega de MDB, durante a ditadura, na esfera federal. Em 1991-1992, Presidente do PRN mineiro. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raul-decio-de-belem-miguel> Acesso em: 21 set. 2021.

<sup>266</sup> Marzagão fez parte do governo federal Itamar, já tendo ocupado cargos em outros governos (Janio, Samey). Mas Marzagão também possui uma ligação anterior, ao menos indireta, quando organizou o Festival Internacional de Música. Pois o Festival tinha ligação com os Famosos Festivais de Música da década de 1960, realizados em Juiz de Fora, durante a administração de Itamar Franco, tendo como integrantes da comissão de organização membros tais como Mauro Durante, Murilo Hingel, Roberto Medeiro e João Medeiros Filho, esses últimos autores do livro “História Recente da música popular brasileira em Juiz de Fora (Trint’anos)” (MOSTARO, Décio; MEDEIROS FILHO, João; MEDEIROS, Roberto Faria, Juiz de Fora: Edição dos autores, 1977). Mais informações sobre Augusto Marzagão, ver: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto\\_Marzag%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Marzag%C3%A3o) <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/morre-augusto-martzagao-o-criador-do-festival-internacional-da-cancao.html> Acesso em: 21 set. 2021.

<sup>267</sup> Sobre Mauro Durante, ver link: <https://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1135538-morre-mauro-durante.-ministro-de-itamar> Acesso em: 21 set. 2021.

Martins e eu jamais fizemos parte, pelo menos em caráter permanente, dessa seleta intimidade de Itamar (FERREIRA, 1995, p. 100).

Ferreira (1995) desenvolve o texto tecendo elogios a cada um dos citados, na intenção, a meu ver, de mostrar que eles eram reconhecidamente merecedores dos cargos que ocupavam e eles não se davam porque tinham relações de amizade com Itamar<sup>268</sup>. Depois de falar de alguns dos colegas, Ferreira fala um pouco de si:

O último desse grupo era eu, que, como já disse, no tumulto dos tempos, fui amigo, companheiro, adversário e inimigo de Itamar Franco, não me filiando e não tendo o mesmo espaço em grupo nenhum dentro do governo a que pertenci, com muita honra.

Para ser sincero, entre os companheiros de Itamar tenho bons amigos e outros nem tanto. No caso, não se aplica a fórmula “o amigo do meu amigo é meu amigo”. Às vezes sim, outras não.

Eis aí, em rápidas pinceladas, a desmistificação desse rótulo boboca, que se desenhou por malícia ou por simples ignorância (FERREIRA, 1995, p. 104).

O nome de José de Castro Ferreira é citado na biografia de Itamar várias vezes desde o início de sua trajetória, que desempenhou papel de destaque. Yazbeck cita a participação dele como candidato do PTB, depois a participação no MDB.

Em Juiz de Fora e na Zona da Mata, a tarefa de arregimentar forças para o quadro foi delegada ao advogado e deputado estadual José de Castro Ferreira, último líder do PTB e primeiro líder do MDB na Assembleia Legislativa, além de exercer a função de secretário no Diretório Regional do partido em Juiz de Fora (YAZBECK, 2011, p. 100).

No que diz respeito à afirmação sobre ter sido adversário de Itamar, considero que José de Castro se refere ao fato de ter lançado como único candidato de oposição a concorrer à Prefeitura de Juiz de Fora, em 1966, Wandenkolk Moreira, contrário à ideia de mais sublegendas (YAZBECK, 2011). Yazbeck (2011) fala ainda da reconciliação de Itamar de José de Castro por pressão de amigos incommuns (um deles, Roberto Faria de Medeiros).<sup>269</sup> José de Castro Ferreira (1995) finaliza ressaltando que, para ele, os principais conselheiros de Itamar no governo eram José Aparecido, Pedro Simon, Antônio Britto e FHC.

Com essa breve exposição, passarei para a subseção a seguir, na qual buscarei analisar as possíveis explicações para a existência do “Grupo de Juiz de Fora” e a proposta de uma interpretação mais ampla e aprofundada, que leve em conta o processo a partir de uma perspectiva histórica da trajetória de Itamar.

<sup>268</sup> Elogios a Hargreaves, Mauro Durante e crítica a Dupeyrat, ver: Ferreira (1995, p. 102-103).

<sup>269</sup> José de Castro também foi convocado por Itamar como advogado de defesa, quando então Vice-Presidente foi acusado de sonegação de imposto. Mais informações em: Yazbeck (2011, p.184-185).

### 6.3 A GÊNESE DO “GRUPO DE JUIZ DE FORA”: O “BANDO DE SONHADORES”?

Como abordado em momentos anteriores, Itamar assumiu seu primeiro cargo eletivo em 1967, eleito em 1966 Prefeito da cidade de Juiz de Fora, sendo reconhecido por Zaghetto (2012) como líder do “bando de Sonhadores”<sup>270</sup>. O nome do livro se refere ao grupo que participou da campanha e vitória conquistada por Itamar e que vieram a compor, muitas delas, a sua primeira administração como Prefeito. Vale ressaltar que o livro parte do relato e das memórias de Ismair Zaghetto (2012), portanto, alguns nomes vão aparecer na lista do Anexo 1 e no decorrer do livro também podem dizer mais sobre a relação do autor do que da relação do “biografado” em si<sup>271</sup>. Mas, para efeitos de análise, se constitui fonte importante de confirmação de evidências e também pelo fato de o próprio autor ter relações com a memória de Itamar, como buscarei demonstrar mais adiante.

Nessa lista de nomes, percebemos algumas características em comum no “bando de sonhadores”, ressaltados pelo próprio autor (ZAGUETTO, 2012). Muitos jovens engenheiros, advogados, médicos, professores, jornalistas, entre outras categorias profissionais. Os principais nomes que trabalharam na campanha e compuseram a primeira administração de Itamar, ou tiveram outros vínculos com tal, foram:

---

<sup>270</sup> Lista presente em “Itamar e o bando de sonhadores” – Zaghetto, Ismair (2012, P. 7-8): General Oscar Silva; Professor Fernando de Paiva Mattos; Professor Civis Gonçalves Gomes; Engenheiros: Waldir campos, Thales Costa, Jorge Staico, Nicolau Kleinsorge, Hélio Larivoir, Geraldo Moutinho d’ Assumpção Moreira, Edson Jacob, Luiz Fernando Surerus; Engenheiro e ex-prefeito Agostinho Pestana; Advogados: Paulo Falci Castellões, Mauro Motta Durante, José Cesário Moreira, Américo Massote Neto, Augusto José Alves Brochado, Fernando Côrtes Muzzi, Francisco Aduino Tostes Lemos; Contabilistas: José Calil Ahouagi, Pedro de Barros Muniz Falcão; Deputado Gabriel Gonçalves da Silva, o “bié”; Industrial Nicolau Schuery (apresentado como sindicalista do PTB); Ex-vereador Galeno Bellei; Industrial Calil Radd; Produtor Cultural João Medeiros Filho (que escreve história recente da música); Economistas: Mauricio Ferreira de Carvalho; Alberto Gerken Saggioro; Arquiteto Ivens Monte Lima; Coronel Sílvio Pimentel Gomes; Contra-mestre Aprígio Benatti; Eletricitário Cladesmidt Riani, o “galeria” (irmão do Clodesmidt, que não é citado) Funcionária municipal Izota Zaghetto Rios; Médicos: Marcus Nagem Assad, Francisco Ramos; Jornalistas: Athos Branco da Rosa, José Carlos de Lery Guimarães, Heitor Augusto de Lery Guimarães, Nelo Gervasom; Tabelião José Brochado “e tantos outros.”. Aqui existe uma confusão clara entre os irmãos Riani. Clodesmidt era eletricitário, sindicalista. Cladesmidt era advogado e amigo de Itamar, conhecido como “galeria”. Alguns nomes do “Grupo” que não estão presentes nessa lista inicial aparecem citados no decorrer do texto.

<sup>271</sup> Um exemplo observado mais claramente se refere ao nome de Izota Zaghetto, irmã mais velha do autor Ismair Zaghetto (MUSSE, HENRIQUES, 2013), citada funcionária municipal. Até o momento, não me recordo de ver o nome de tal personagem em alguma outra referência. Porém, é comum o ocultamento ou esquecimento de personagens femininas, quando se faz referência a esse momento, como na própria lista de Zaghetto (2012), que referencia apenas a própria irmã, ou em Procópio Filho (1979), que traz na “gente juiz-forana” apenas personagens masculinos principais, sendo que as mulheres aparecem apenas nas descrições dos personagens masculinos, em seus papéis tradicionais de mães, filhas e irmãs. No decorrer do livro, nomes femininos importantes para a trajetória de Itamar, desde os tempos iniciais, com funções e cargos públicos, vão aparecendo, como, por exemplo, Neuza Miterhoff, Luci Brandão Hingel, Ruth Hargreaves, Maria Andrea Loyola, entre outras.



Quadro 7 – Cargos relacionados à primeira administração de Itamar Franco na Prefeitura de Juiz de Fora<sup>272</sup>

Nome	Cargo administração Prefeito.
General Oscar Silva	Vice-Prefeito (1ª administração). (OLIVEIRA, 2015).
Alexis Stepanenko	Presente na campanha, responsável por pesquisas eleitorais e elaboração do Plano Diretor do Município. Secretário. (YAZBECK, 2011).
Maria Andrea Loyola	Responsável por pesquisas eleitorais na campanha e secretária. (YAZBECK, 2011).
Murilo Hingel <sup>273</sup>	Secretário de Educação. (YAZBECK, 2011).
Marcello Siqueira	Diretor do DAE. (YAZBECK, 2011).
Raimundo Hargreaves	Vereador da CMJF do mesmo partido nas administrações do MDB(OLIVEIRA, 2015). (Pai de Ruth Hargreaves e Henrique Hargreaves <sup>274</sup> ).
Ruth Hargreaves	Secretária de educação (YAZBECK, 2011).
Mauro Mota Durante	Chefe de gabinete do Prefeito em 1967-1971 [secretário primeira administração municipal (YAZBECK, 2011)]
Jose de Castro Ferreira (FERREIRA, 2009?) <sup>275</sup>	Colega de partido no MDB. Presente na filiação de Itamar. Apoiava Wandenkolk, mas, depois, vira amigo pessoal de Itamar. 4º suplente para a Câmara de Deputados. (YAZBECK, 2011).
Agostinho Pestana <sup>276</sup>	Sucessor no Executivo Municipal. (YAZBECK, 2011).
Saulo Pinto Moreira	Vice-Prefeito e Sucessor (2ª administração). (YAZBECK, 2011).
Geraldo de Oliveira Faria	Amigo na década de 60. Filiado ao PTB. (YAZBECK, 2011).
Roberto Faria de Medeiros <sup>277</sup>	Assessor e conselheiro segundo. Coordenador da campanha ao Senado em 1974. (YAZBECK, 2011). (FRANCO; CANALE, 1981; YAZBECK, 2011).

<sup>272</sup> O que ainda não está claramente definido são os cargos da primeira e da segunda administração. Parece que grande parte continua, porque não existe muita divulgação da composição da segunda administração como na primeira. Denise Paiva é uma personagem que aparece na segunda administração.

<sup>273</sup> Sobre Murílio Hingel, ver entrevista sobre sua trajetória, os legados educacionais e as disputadas políticas entre o Ministro da Educação e o Ministro da Fazenda do governo Itamar, disponível em Gois (2018). Murilo Hingel é casado com Lucy Brandão Hingel, homenageada pela Medalha Itamar Franco em 2020. Segundo o verbete de seu nome e o site da UFJF, Murilo Hingel fundou o Colégio de Aplicação João XXIII. Lucy, por sua vez, foi professora e ocupou o cargo de diretora na mesma instituição. Também, participou das reuniões para a organização do festival de música de Juiz de Fora na década de 1960, segundo Mostaro, Medeiros e Medeiros Filho (1977). Sobre o Colégio de Aplicação, Murílio e Lucy, ver: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/11/13/para-experimentar-o-saber-e-ensinar-os-anos-de-excelencia-do-colegio-joao-xxiii/> Acesso em: 15 nov. 2020.

<sup>274</sup> Na época, Henrique Hargreaves passou em concurso para a Câmara dos Deputados e foi para Brasília. Não exerceu cargo na administração municipal.

<sup>275</sup> Informações disponíveis no link: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/ferreira-jose-de-castro> Acesso em: 18 jan. 2017.

<sup>276</sup> Pai de Marcus Pestana (PSDB).

<sup>277</sup> Roberto Faria de Medeiros é coautor do livro “História Recente da música popular brasileira em Juiz de Fora (Trint’anos)” (MOSTARO, Décio; MEDEIROS FILHO, João; MEDEIROS, Roberto Faria. Juiz de Fora: Edição dos autores, 1977). No livro, podemos ler sobre a organização dos festivais de música que ficaram famosos na década de 1960 e 1970, durante a administração de Itamar e ver alguns personagens que participaram da sua organização, como os autores e Lucy Brandão Hingel e Murilo Hingel, e João Medeiros Filho, coautor do mesmo livro e citado por Zaguetto (2012) como um dos integrantes do bando de sonhadores. João Medeiros Filho também tem uma obra inacabada sobre Itamar.

Djalma Morais	1967 Telemusa prof. Ufjf. 4ª RM . Yazbeck p201 (YAZBECK, 2011; MORAIS, 2009?; PINHO NEVES, 2020).
Thales Ramos	Secretário de Obras (YAZBECK, 2011).
Denise Paiva	Servidora pública municipal na Prefeitura de Juiz de Fora em 1973, 2ª administração de Itamar (PAIVA, 2009).
UFJF	Obras ITEC em 1966. Promoção do campus nos anos seguintes, com o reitor Moacyr Borges de Mattos <sup>278</sup> .(YAZBECK, 2011).
Ismair Zaghetto	Amigo e assessor de imprensa. (YAZBECK, 2011; ZAGUETTO, 2012).
Tarcísio Delgado <sup>275</sup>	Vereador na legislatura de 1967-1970. (OLIVEIRA, 2015).
Neusa Miterhoff	Secretária desde 1966. (YAZBECK, 2011).
Wilson Coury Jabour	Vereador ARENA nos mandatos de 1963-1966 e 1967-1970. (OLIVEIRA, 2015).
Lucy Brandão Hingel	Professor e diretora do Colégio de Aplicação João XXIII, participou da organização do Festival de Musica (MOSTARO;MADEIROS FILHO; MEDEIROS, 1977).

Fonte: Elaboração própria (2021), de acordo com Yazbeck (2011), CPDOC, e outras fontes.

Com esse quadro, é possível observar que alguns personagens se fazem presentes na trajetória de Itamar desde os primeiros anos, e que o “Grupo de Juiz de Fora” pode ser pensado para além dos nomes citados por Yazbeck (2011) e Ferreira (1995), entre outras fontes. Aliás, não só tem conexões com a cidade em si, como apresenta e envolve também a questão da permanência no tempo, continuidade bem como sentimentos de amizade, laços de parentesco e também relações de confiança.

Para expor melhor essas conexões, apresenta-se agora o Quadro 2, sobre cargos ocupados durante à Presidência de Itamar:

<sup>278</sup> Sobre o vínculo entre a UFJF (Reitor Moacyr) e a ITEC, empresa de Itamar, temos as fotos de assinatura de contrato para as obras no campus, em 1966, e inauguração da Faculdade de Medicina, disponíveis em: <https://www2.ufjf.br/60anos/reitor-moacyr-borges-de-mattos/>

<sup>279</sup> A relação entre Itamar e Tarcísio é um exemplo muito bom para pensar a dinâmica política local (adversários), e as alianças que fazem ligadas ao partido e posicionamentos semelhantes na arena nacional. Será abordada de maneira mais detalhada posteriormente com base em Reis (1979); Leal, Rossini e Werneck (2012); Oliveira (2015), entre outros.



Quadro 8 – Cargos no governo do Presidente Itamar<sup>280</sup>

Nome	Cargo administração Presidente
Alexis Stepanenko	Ministro chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, de 10 de maio de 1993 a 3 de março de 1994. <sup>281</sup>
Maria Andrea Loyola	Presidente da Capes por nomeação de 1992 a 1994. <sup>282</sup>
Murilo Hingel	Ministro da Educação. (YAZBECK, 2011).
Marcello Siqueira	Assessor e secretário. Presidente de Furnas. (YAZBECK, 2011).
Henrique Hargreaves	Ministro chefe do gabinete civil de Itamar (HARGAVES, 2009?) <sup>283</sup> . Hargreaves já era conhecido no meio político de Brasília antes de assumir cargo no governo Itamar. (YAZBECK, 2011).. Cargo no governo Sarney Mas também destaca-se as relações familiares e de amizade. Filho de Raimundo Paulo Hargreaves e irmão de Ruth.
Ruth Hargreaves	Assessora especial da Presidência. (YAZBECK, 2011).
Mauro Mota Durante	Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República (DURANTE, 2009?) <sup>284</sup> (Secretário-geral da Presidência da República). (YAZBECK, 2011).
Jose de Castro Ferreira	Conselheiro Geral da República em 1992. Advogado geral da União 1993. TELERJ (FERREIRA, 2009?) <sup>285</sup> .
Saulo Pinto Moreira	Ministro interino da saúde (19 ago. 1993 a 29 ago. 1993) <sup>286</sup> . Assessor especial da Secretaria da Presidência da República no governo de Itamar Franco. (YAZBECK, 2011)
Geraldo de Oliveira Faria	Secretário particular e diretor de Recursos Humanos do Banco do Brasil , segundo Yazbeck (2011, p. 201).

<sup>280</sup> Configuração total do governo: “Os ministros: Gustavo Krause – Fazenda; Paulo Haddad – planejamento; Paulino Cícero (Minas e Energia). Henrique Hargreaves (Casa Civil), Fernando Henrique Cardoso (Relações Exteriores). Jutahy Magalhães Junior ( bem-estar-social), Maurício Corrêa (Justiça), Murílio Hingel (Educação), Antonio Houaiss (Cutura), Hugo Napoleão (Comunicações), Jamil Hadad (Saúde) , Alexandre Costa (Integração Regional), Walter Barelli (trabalho), Antonio Britto (Previdência Social), Zenildo Zoroastro (Exercito), Ivan Serpa (Marinha), Lélío Lobo (aeronáutica), Lázaro Barbosa (agricultura), Alberto Goldman (Transportes), José Eduardo de Andrade Vieira (Indústria e Comércio), Coutinho Jorge (Meio Ambiente) e José Israel Vargas (Ciência e Tecnologia)” (YAZBECK, 2011, p. 196). Na pasta da Justiça – Maurício Corrêa 3-10-92 a 5-4-94 , substituído por Alexandre Dupeyrat Martins (5-4-94<sup>a</sup> 1-1-95); e Augusto Marzagão (Comunicação Institucional). Em Yazbeck (2011), existem algumas incongruências, como por exemplo, a ausencia do nome de Stepanenko. José de Castro Ferreira (1995) traz um capítulo sobre a “dança de Ministros”.

<sup>281</sup> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/stepanenko-alexis>

<sup>282</sup> <https://www.escavador.com/sobre/4567106/maria-andrea-loyola>

<sup>283</sup> Informações disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/henrique-eduardo-ferreira-hargreaves> Acesso em: 18 jan. 2017.

<sup>284</sup> Informações disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mauro-mota-durante> Acesso em: 18 jan. 2017.

<sup>285</sup> Informações disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferreira-jose-de-castro> Acesso em: 18 jan. 2017.

<sup>286</sup> <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-Presidentes/itamar-franco/equipe-de-governo/ministerios> Acesso em: 15 set. 2021.

Roberto Faria de Medeiros	[Redigiu mandado de segurança, enquanto Itamar Senador. (FRANCO; CANALE, 1981; YAZBECK, 2011).] Diretoria de Recursos Humanos da Telemig, onde já se encontrava. (YAZBECK, 2011;).
Djalma Moraes	Ministro das comunicações (YAZBECK, 2011)
Thales Ramos	Não foi para Brasília, mas se manteve ao lado de Itamar em todas as campanhas (FERREIRA, 1995).
Denise Paiva	Assessora especial da presidência (YAZBECK, 2011, p. 202) no Programa de Atenção ao Desnutrido/Leite e Saúde (PAIVA, 2009).
Raul Belém	Líder do PRN na Câmara (BELÉM, 2009?). <sup>287</sup>
Mauro Morelli	Presidente CONSEA (1993-1994) (YAZBECK, 2011).
Pedro Jorge Simon (SIMON, 2009?) <sup>288</sup>	Indicado líder no governo Itamar no Senado (colega de Senado na década de 1980). (YAZBECK, 2011).
Cristovam Buarque	Nomeado por Itamar Franco (1992-1995) como membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (BUARQUE, 2009?) <sup>289</sup> .
Tarcísio Delgado	Deputado Federal (BUARQUE, 2009?) <sup>290</sup> .
Neusa Miterhoff	Secretária pessoal. (YAZBECK, 2011).

Fonte: Elaboração própria (2021), com base em informações retiradas de outras referências.

No quadro acima, observa-se que alguns nomes citados por Ferreira (1995) como parte do círculo mais íntimo de Itamar não foram para Brasília, como Marcelo Siqueira, que ocupou, entretanto, o cargo de presidência de Furnas. Também existem nomes não citados como integrantes desse círculo mais íntimo de Itamar, mas que fazem parte do grupo que está presente em sua trajetória desde Prefeito e que ocupam cargos importantes, ainda que não sejam cargos no governo federal, sendo nomeados. É o caso de Maria Andrea Loyola, que assume a CAPES, Denise Paiva, que a biografia fala ser assessora especial da Presidência (PAIVA, 2009). Logo, o Grupo seletivo citado por Ferreira (1995) não se mostraria tão reduzido assim, e também não se restringiria a ocupar cargos apenas em Brasília.

Vale ressaltar que alguns desses nomes ocuparam cargos relacionados a vice-presidência da República quando Itamar era vice. São eles: Alexis Stepanenko, Assessor

<sup>287</sup> <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raul-decio-de-belem-miguel> Acesso em: 13 maio 2021.

<sup>288</sup> <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/simon-pedro> Acesso em: 13 maio 2021.

<sup>289</sup> <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cristovam-ricardo-cavalcanti-buarque> Acesso em: 13 maio 2021.

<sup>290</sup> Embora adversário de Itamar, defendeu que ele assumisse a Presidência, caso Collor fosse cassado, e votou a favor do impeachment. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cristovam-ricardo-cavalcanti-buarque> Acesso em: 13 maio 2021.

técnico; Murilo Hingel, Subchefe do gabinete da vice-presidência; Mauro Durante, Chefe de gabinete; Geraldo Faria, Secretário pessoal.

Depois que Itamar sai do governo, alguns desses nomes se mantêm ocupando cargos importantes durante o governo FHC. A reportagem intitulada: “Itamar emprega seus amigos no futuro governo do PSDB”<sup>291</sup> informa que o Presidente “arrumou” cargos para integrantes do “Grupo de Juiz de Fora”. Cita Maurício Correa ocupando cargo no STF, Mauro Durante para a direção do Sebrae, Hargreaves teria também lugar garantido, por já ter ocupado cargos anteriores ao governo Itamar, Djalma Moraes em empresa na área de telecomunicações, Alexis Stepanenko na Telebrás. Stepanenko, inclusive, é afastado do governo após um escândalo envolvendo cartas suas, nas quais orientava o uso da máquina federal em favor da campanha de FHC à Presidência. Ruth continuaria como Secretária particular no gabinete de ex-presidente e, caso Eduardo Azeredo (PSDB) ganhasse a disputa para o governo de Minas, teria lugar garantido em tal governo. Saulo Moreira também integraria o gabinete do ex-presidente que seria instalado em Juiz de Fora, ou no Rio de Janeiro. O ministro Hingel, por sua vez, não queria ocupar cargos, voltando a lecionar em Juiz de Fora<sup>292</sup>. De acordo com os verbetes correspondentes, Hargreaves, Durante, Moraes e Stepanenko ocuparam os cargos referenciados pela reportagem. Destaca-se, ainda que, no quadro a seguir, o nome de Mauro Durante já não se encontra mais como integrante do governo de Minas na gestão de Itamar, pois, em 1998, em decorrência da disputa pela reeleição, Durante apoia FHC. Por esse motivo, eles rompem uma amizade duradoura até o resto de suas vidas<sup>293</sup>.

Seguindo as exposições para a análise, Itamar se elege Governador de Minas Gerais em 1998, para o mandato de 1999 a 2002. Em 1999, a composição de seu governo era:

Quadro 9 – Governo de Minas Gerais: Gestão Itamar Franco (1999)

Governador	Itamar
Vice-Governador	Newton Cardoso
Secretário de Estado da Casa Civil e Comunicação Social	Dr. Henrique E. F. Hargreaves
Secretário de Transportes e Obras Públicas	Dr. Maurício Guedes de Mello
Diretor-geral do departamento de estradas de rodagem	Dr. Antônio Erdes Bortoletti
Secretário de Educação	Professor Murílio de Avelar Hilgel
Secretário de Saúde	Dr. Armando Gonçalves Costa
Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA	Dr. Marcello Siqueira

<sup>291</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/31/brasil/4.html> Acesso em: 13 maio 2021.

<sup>292</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/31/brasil/4.html> Acesso em: 13 maio 2021.

<sup>293</sup> “Para amigos, pão, para inimigos, pau: aos amigos se fez justiça, ao inimigo aplicase a lei” (LEAL, 1948).

Secretaria de Habitação	Ubiratan Soares de Sá
Secretaria de Recursos Humanos e Administração	Dr. Luiz Sávio Souza Cruz
Secretaria de Ciência e Tecnologia	Dra. Margareth Spangler
Secretaria do Trabalho, da assistência social, da criança e do adolescente – secretário interino	Dr. Sérgio Cardoso Motta
Secretaria de Assuntos Municipais	Dr. Expedito de Castro Ferreira <sup>294</sup>
Secretaria de Meio Ambiente	Tilden Santiago deputado
Secretaria de Cultura	Jornalista Angelo Oswaldo
Secretaria de agricultura, pecuária e abastecimento	Dr. Raul Belém
Secretaria de justiça e direitos humanos	Dr. Luiz Tadeu Leite
Secretaria de segurança pública	Deputado Mauro Ribeiro Lopes
Procurador Geral do Estado	Mizabel de Abreu Derzi
PM	Coronel Mauro Lúcio Gontijo
Auditoria geral	Desembargador Ayrton Maia
Secretário de Esportes	Deputador Ivair Nogueira do Pinho
Secretaria da Fazenda	Dr. Alexandre de Paula Dupeyrat Martins
Secretário de indústria, comércio e turismo	Deputado Geraldo Gomes Rezende
Secretaria de Planejamento e Coordenação geral	Dr. Manoel Costa
Secretaria de Minas e Energia	Dr. Paulino Cícero de Vasconcelos
Banco de Desenvolvimento do Estado – BDMG	Dr. José Augusto Tróia Reis (Senador antes?)
CEMIG	Dr. Djalma Morais

Fonte: Elaboração própria (2021), a partir das informações fornecidas por Minas Gerais (1999).

Além dos nomes presentes acima, temos Mauro Morelli no CONSEA-MG<sup>295</sup> e Neusa Miterhoff e Ruth Hargreaves como secretárias. Logo, nesta subseção, foi possível demonstrar, através dos quadros, os cargos ocupados por pessoas desde a administração municipal de Itamar, passando pelo cargo de Presidente da República e, depois, pelo cargo de Governador de Minas Gerais. Alguns nomes são notados durante essa trajetória, ocupando funções nos três cargos assumidos por Itamar. São eles Marcello Siqueira, Murilo Hingel e Ruth Hargreaves. Ressalta-se, ainda, os nomes de Neusa Miterhoff, secretária particular durante todo esse período, e de Djalma Morais, que não assumiu cargo na administração de Itamar, mas o conheceu nesse período, quando General do Exército da Quarta Região Militar, tendo igualmente ocupado cargos quando Itamar na Presidência e no governo de Minas. Na próxima subseção, o IIF e as relações nele existentes serão abordados.

#### 6.4 O INSTITUTO ITAMAR FRANCO

Como referenciado no Capítulo II, a criação do Instituto Itamar Franco se deu em 2002, último ano do mandato de Itamar como Governador do estado de Minas, através da doação do

<sup>294</sup> Ainda não foi possível confirmar a suspeita de que Expedito é parente de José de Castro Ferreira.

<sup>295</sup> Informação adicionada de outra referência: [https://web.archive.org/web/20160304131326/http://www.coepbrasil.org.br/iiencontro/pdf/curriculo\\_DomMauroMorelli.pdf](https://web.archive.org/web/20160304131326/http://www.coepbrasil.org.br/iiencontro/pdf/curriculo_DomMauroMorelli.pdf)

acervo para a UFJF. O Instituto<sup>296</sup> ficou responsável por dois processos: administrar o acordo de construção do Memorial com a UFJF; e, a partir de 2016, a criação da Medalha Itamar Franco.

Atualmente, o IIF se organiza da seguinte forma:

Quadro 10 – Organização do Instituto Itamar Franco (2018-2021):

Diretoria Geral (2018-2021):
Marcello Lignani Siqueira – Presidente Geraldo Lúcio de Melo - Vice-Presidente José Roberto Dilly – 1º secretário Lucy Maria Brandão Hingel – 2º secretário Márcio Antônio Deotti Ibrahim – 1º tesoureiro André Borges de Souza – 2º tesoureiro
Conselho Consultivo (2018-2021):
Djalma Bastos de Moraes Murílio de Avelar Hingel Henrique Duque de Miranda Chaves José Alberto Gomes de Pinho Neves Paulo Roberto Soares de Oliveira. Ismair Zguetto
Conselho Fiscal (2018-2021):
Wanderley Luiz de Oliveira Orlandsmidt Riani José Carlos Righetti

Fonte: Site IIF/organização<sup>297</sup> (20??).

O MRPIF foi construído e inaugurado em 2015, sendo a sua gênese, como a própria página do memorial na internet informa, o Instituto Itamar Franco. A parte museológica que compunha o IIF constitui, em alguma medida, parte exposta no museu do MRPIF. A biblioteca do IIF, que já tinha parceria com a UFJF, passou para a guarda do Memorial, assim como a parte arquivística. O processo, contudo, não se deu de uma hora para a outra, levou tempo e, até 2019, ainda existiam documentos em análise no Instituto para a passagem de guarda para o Memorial.

Depois desse processo de transferência dos arquivos e objetos museológicos, e também da morte do Titular, o Instituto criou, em 2016, a Medalha Itamar Franco, como será abordado melhor a seguir.

<sup>296</sup> Marcelo Siqueira, como Presidente do Instituto, fala sobre a importância de contar a história e guardar a memória. Ver: <https://oglobo.globo.com/brasil/a-construcao-de-uma-presidencia-17804899> Acesso em: 13 dez. 2021.

<sup>297</sup> <http://www.institutoitamarfranco.com.br/organizacao> Acesso em: 13 dez. 2021.

#### 6.4.1 A Medalha Itamar Franco

Itamar, no decorrer de sua trajetória, recebeu várias homenagens por meio de medalhas<sup>298</sup>, placas e outras honrarias que, hoje, estão expostas no Memorial da República Presidente Itamar Franco. Após a sua morte, o Instituto Itamar Augusto Franco, responsável pela guarda de sua memória (além do Memorial da República), representado, à época, pelo presidente Marcelo Siqueira, instituiu a Medalha Itamar Franco, em 2016.

Em junho de 2017, ocorreu a primeira entrega da Medalha Itamar Franco, no Museu de Arte Murilo Mendes, em Juiz de Fora. Vale ressaltar que, de 2017 até o ano de 2019, a cerimônia da entrega ocorreu nesse espaço, segundo funcionários do Memorial, porque não havia capacidade física para comportar o número de convidados no Memorial. E, quando se diz homenagem, esta pode ser analisada em um duplo sentido, pois, ao se homenagear alguém, a medalha também homenageia aquele que leva seu nome – Itamar. E não só nesse caso, como no da Medalha da Inconfidência, entre outros tipos de homenagens, “honrando” alguém com uma medalha em seu nome. Como a notícia do site da UFJF indica, foi a primeira entrega da Medalha concedida pelo Instituto Itamar Franco, representado por Marcello Siqueira, e que fora concedida a partir de então, de ano em ano, a cinco personalidades ou instituições de diversas áreas.

Em 2017, todos os cinco homenageados, como a própria notícia ressalta, tiveram alguma relação com Itamar Franco em sua trajetória pessoal e política: a UFJF; o Arcebispo Dom Mauro Morelli; Saulo Pinto Moreira; Murilo Hingel; e Zico<sup>299</sup>. A UFJF porque, como lembrou o Reitor Marcus David, “vários momentos importantes da história da Universidade cruzaram com a história desse ilustre ex-presidente” que dá nome à medalha, lembrando Itamar como aluno da Faculdade de Engenharia da UFJF (na época, escola), “reconhecido, no exercício de seus cargos públicos, por agir em prol das universidades e da cultura”. A notícia ainda informa que, durante seu mandato como Presidente, ocorreu a incorporação do Cine Theatro Central ao patrimônio da UFJF, que também recebe o acervo do poeta Murilo Mendes.

Saulo Pinto Moreira é ex-prefeito da cidade, e ex-vice-prefeito de Itamar. Murilo Higel é ex-ministro da educação do governo Itamar. Ambos conheceram e se tornaram amigos de Itamar na década de 1960, acompanhando sua trajetória política desde a prefeitura até, como

---

<sup>298</sup> Em visita ao Memorial para a Semana Nacional de Museus, em 2019, uma das funcionárias informou que Itamar foi o brasileiro que mais recebeu medalhas e homenagens em vida.

<sup>299</sup> Sobre Medalha, homenageados, ver notícia completa. Disponível em: <http://www.ufjf.br/noticias/2017/06/29/medalha-itamar-franco-e-entregue-a-ufjf/> Acesso em: 10 set. 2017.



podemos perceber, os dias atuais, por meio de seu legado. Zico, ademais, foi da Secretaria Nacional de Esportes no período de Itamar como Vice-Presidente.

Essa Medalha, portanto, nos traz um ponto muito interessante, ao a notícia ressaltar que todos os homenageados tiveram, em alguma medida, uma relação com Itamar, dois no âmbito do governo federal, Zico e Dom Mauro, e os outros três homenageados tendo ligações com Itamar durante toda a sua trajetória. Isso demonstra como sua rede de relações e reciprocidades, mesmo que simbólicas, se mantêm, em certa medida, mesmo após a sua morte.

No ano de 2018, o Instituto Itamar Franco homenageou, por meio da Medalha, os seguintes nomes<sup>300</sup>: José Alberto Gomes de Pinho Neves, ex-diretor do MAMM, que possui ligação com o Memorial, tendo sido responsável por coordenar sua implantação; a Ascomcer, Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de Juiz de Fora; Maria Andréa Loyola, então professora do Instituto de Medicina Social da UERJ, que possuía ligações com Itamar desde sua primeira administração municipal, passando por cargo importante durante o período em que Itamar esteve na presidência; ex-prefeito de Juiz de Fora, Bruno de Freitas Siqueira (ligações com Itamar e Marcelo, seu pai); e o ex-senador Pedro Jorge Simon, com o qual Itamar também teve relações próximas em sua trajetória.

Entre os homenageados referidos, um se ressalta, o ex-prefeito Bruno Siqueira. Em uma de suas redes sociais, Bruno escreve, no dia 28 de junho de 2018 a seguinte mensagem:

A entrega da Medalha Itamar Franco foi instituída em abril de 2016 e tem como objetivo homenagear até cinco personalidades e instituições que são consideradas referência de excelência nos trabalhos prestados à sociedade. De alguma forma, mantemos viva a memória dele e todo o legado. Sua credibilidade e visão do futuro fizeram com que tivéssemos a estabilidade econômica do país. Ele tinha esse desejo do melhor para Juiz de Fora, Minas Gerais e todo o Brasil, e eu tenho grande orgulho de ter sido amigo dele. Hoje, se Itamar estivesse vivo, completaria 88 anos. Ser um dos agraciados com a Medalha na solenidade desta noite, tem um sentido maior para mim, pois reflete uma caminhada de empenho buscando sempre traçar a melhor direção em prol do cidadão. Significa ainda, que apesar dos desafios, me inspiro em seguir os passos de um grande exemplo como este<sup>301</sup>.

A mensagem vem seguida de algumas fotos, que fazem referência à ligação entre eles e a solenidade:

---

<sup>300</sup> Notícia completa no site do MAMM. Disponível em: <http://www.museudeartemurilomendes.com.br/r/2018/06/26/ex-diretor-do-mamm-sera-homenageado-com-a-medalha-presidente-itamar-franco/> Acesso em: 15 jan. 2019.

<sup>301</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/202824149844527/posts/1556615117798750> Acesso em: 11 dez. 2018.

Figura 11 – Montagem de fotos da cerimônia e o homenageado Bruno



Fonte: Elaboração própria (2018), a partir do site da UFJF (2018) e da página de Bruno Siqueira no Facebook (2018).

Nas fotos, vemos Bruno sendo homenageado ao lado de nomes como Antônio Almas, então Prefeito de Juiz de Fora e seu sucessor; seu pai, Marcelo, como presidente do Instituto que o homenageia, Murilo Hingel e Pedro Simon, entre outros.

Sobre a entrega da Medalha Itamar Franco no ano de 2019, procurei notícias e informações dadas um tempo antes do evento, sabendo que se realizaria, como nos anos anteriores, na data de aniversário de Itamar, dia 28 de junho. Infelizmente, a informação sobre tal evento chegou até mim pelo telejornal local aproximadamente às 19:30 do dia 28 de junho, meia hora antes do início da cerimônia<sup>302</sup>. Na reportagem<sup>303</sup>, constava que tal ano seria especial, pois Itamar completaria noventa anos. Além dos homenageados, o que era habitual, seriam ofertadas, na ocasião, quinze placas de homenagens a pessoas mais próximas de Itamar. Neste

<sup>302</sup> Até a data do evento, não havia divulgação no site do MAMM. DO MRPIF, nas redes sociais e nos jornais locais. Para mais, ver: <https://tribunademinas.com.br/columas/painel/19-06-2019/agraciados-com-a-comenda-itamar-franco.html> Acesso em: 30 jun. 2019.

<sup>303</sup> Vídeo sobre a cerimônia, TV Integração, 28 de junho de 2019: [https://globoplay.globo.com/v/7725820/?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=share-player-desktop&fbclid=IwAR1x8snvHtx1Vz8lraRuJY37EpdP2GlngzqHr2F0r0fSp7L-pzVYxODJfOU](https://globoplay.globo.com/v/7725820/?utm_source=facebook&utm_medium=share-player-desktop&fbclid=IwAR1x8snvHtx1Vz8lraRuJY37EpdP2GlngzqHr2F0r0fSp7L-pzVYxODJfOU) Acesso em: 30 jun. 2019.



ano, o membro do conselho diretor Roberto Dilly, historiador e ex-presidente do Museu do Crédito Real.

No site do jornal Tribuna de Minas do dia 19 de junho de 2019, temos as seguintes informações:

O ex-senador Cristovam Buarque será um dos homenageados com a Comenda Itamar Franco, em solenidade, no dia 28 deste mês, no Museu de Arte Moderna Murilo Mendes. Entregue anualmente por escolha de um conselho, a comenda é encaminhada a personalidades com trabalhos relevantes para o país. Além dele, também serão agraciados o ex-presidente da Cemig – foi também vice-presidente da Petrobrás – Djalma Moraes, o ex-ministro Henrique Hargreaves, o jornalista e sociólogo Ismair Zaghetto, a pianista e fundadora do Pró Música, Maria Isabel de Sousa Santos<sup>304</sup> e a Santa Casa de Misericórdia<sup>305</sup>.

No dia 26 de junho de 2019, no site do mesmo jornal, lê-se:

**Noite de homenagens:**

A cerimônia de entrega da “Medalha Presidente Itamar Franco”, sexta-feira, no MAMM, vai agradecer, também, integrantes do “bando de sonhadores”, nome dado à equipe de Itamar na Prefeitura, entre 1967 e 1970. Entre outros, Ismair Zaghetto, André Hallack, Clodesmidt Riani, Geraldo Mendes, Ivan Vaz de Melo, Luiz Sefair e Tarcísio Delgado<sup>306</sup>.

Sobre esse ano, além de poucas informações sobre o evento, também não foi possível encontrar, até o momento, a relação de todos os homenageados, devido principalmente ao fato da honraria ter sido dada a mais personalidades.

No ano de 2020, devido à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), não houve cerimônia de entrega. Os homenageados puderam receber a Medalha em casa ou na sede do Instituto, segundo reportagem do Tribuna de Minas. Foram homenageados: Tarcísio Delgado, Neusa Assis Mitterhof, Wilson Couri Jabour, Lucy Brandão Hingel, Clodesmidt Riani, Marcello Siqueira, Ruth Hargreaves e a entidade Abrigo Santa Helena (através do presidente Antônio Carlos da Silva Estevão<sup>307</sup>).<sup>308</sup>

<sup>304</sup> Esposa de Herminio de Sousa Santos. Fundou o centro cultural Pró-musica de Juiz de Fora. Não foi possível descobrir, até o momento, se existem mais ligações de tal homenageada com a trajetória de Itamar.

<http://www.ufjf.br/arquivodenoticias/2012/05/centro-cultural-pro-musica-perde-seu-co-fundador/>  
<https://www.acesa.com/cultura/arquivo/noticias/2012/05/16-morre-aos-81-anos-um-dos-fundadores-do-pro-musica-herminio-de-sousa/> Acesso em: 30 jun. 2019.

<sup>305</sup> <https://tribunademinas.com.br/opinio/tribuna-livre/24-07-2011/itamar-c-o-bando-de-sonhadores.html> Acesso em: 30 jun. 2019.

<sup>306</sup> <https://tribunademinas.com.br/colunas/cesar-romero/26-06-2019/328926.html> Acesso em: 30 jun. 2019.

<sup>307</sup> Informações sobre: [https://br.linkedin.com/public-profile/in/ant%C3%B4nio-carlos-estev%C3%A3o-14920126?challengeId=AOFUZcBUHRgV0gAAAXOofwCuiutkwXMOjelv2v4oe0rdZl0oHvJcv-mJEvv4udO6nLkTwUy-khBalXO\\_POt83ExZdsOCWPO57A&submissionId=1994a7de-ebae-2e16-8de8-a2a6d0716032](https://br.linkedin.com/public-profile/in/ant%C3%B4nio-carlos-estev%C3%A3o-14920126?challengeId=AOFUZcBUHRgV0gAAAXOofwCuiutkwXMOjelv2v4oe0rdZl0oHvJcv-mJEvv4udO6nLkTwUy-khBalXO_POt83ExZdsOCWPO57A&submissionId=1994a7de-ebae-2e16-8de8-a2a6d0716032) Acesso em: 29 jun. 2019.

<sup>308</sup> <https://tribunademinas.com.br/colunas/painel/27-06-2020/conselho-define-homenageados-com-medalha-itamar-franco.html>

Dessa maneira, o quadro a seguir sistematiza os homenageados:

Quadro 11 – Homenageados pela Medalha Itamar Franco (2017-2020)

Ano	Homenageados
2017	Murilo Hingel Saulo Pinto Moreira UFJF (reitor acho que o Marcus David confirmar) Mauro Morelli Zico <sup>309</sup>
2018	Maria Andrea Loyola José Alberto Gomes de Pinho Neves (MRPIF e MAMM) ASCONCER Bruno de Freitas Siqueira Pedro Jorge Simon
2019	Henrique Hargreaves(?) Djalma Morais Cristovam Buarque Maria Isabel de Sousa Santos Santa Casa de Misericórdia Ismair Zaguetto e membros do bando de sonhadores
2020	Marcello Siqueira Ruth Hargreaves Tarcísio Delgado Neusa Miterhoff Wilson Coury Jabour Lucy Brandão Hingel <sup>310</sup> Clodesmith Riani Abrigo Santa Helena

Fonte: Elaboração própria (2021), com base nas informações obtidas pelas reportagens referenciadas

Sobre as instituições e ou entidades homenageadas em cada um dos anos, nota-se que, além do fato de serem instituições com papéis muitíssimo importantes para a cidade de Juiz de Fora, também é possível afirmar que essas homenagens trazem um elemento de simbolismo. A primeira entidade homenageada foi a UFJF, que, como ressaltado diversas vezes por esse trabalho, está presente direta ou indiretamente em toda a trajetória de Itamar – desde a formação do pai, até após a sua morte, se tornando uma das guardiãs de sua memória. A segunda associação homenageada foi a ASCOMCER, instituição sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, que teve seu primeiro ambulatório inaugurado em 1973, através de um convênio

<sup>309</sup> Zico tem projetos na cidade de Juiz de Fora, também tem uma afeição por ter jogado a última partida em Juiz de Fora. Sobre a relação entre Zico e a cidade, ver: <https://www.ombrello.com.br/variedades/o-caso-de-amor-entre-zico-e-juiz-de-fora/> Mas, além disso, Zico (ZICO, 2009?) foi secretário dos esportes (Secretaria Nacional de Desportos) no governo Collor, do qual Itamar foi vice: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-antunes-coimbra> Acesso em: 21 set. 2021.

<sup>310</sup> Lucy não é citada como uma “sonhadora”, mas está ali ao lado de Hingel, trabalhando como educadora, e participando de projetos culturais.

com a prefeitura, sob administração de Itamar<sup>311</sup>. Além disso, como um dos principais hospitais de combate e tratamento do câncer, é impossível não considerar o fator que contribuiu para a morte de Itamar, dado que ele estava em tratamento para combater a leucemia. A terceira instituição homenageada foi a Santa Casa de Misericórdia<sup>312</sup>, que também se apresenta como uma instituição filantrópica e tem ligação com a Igreja Católica, não somente pelo nome e pelo caráter da fundação, mas através da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos<sup>313</sup>. A Santa Casa, ademais, apresenta a pastoral da saúde. Sendo assim, temos a questão da filantropia e da religião (com a ideia de caridade), duas questões muito presentes na vida de Itamar. A última instituição não se coloca atrás nessas relações: o Abrigo Santa Helena<sup>314</sup>, também uma instituição civil e filantrópica, que abriga pessoas idosas carentes.

O que podemos notar com os homenageados, além das instituições acima? Existem diferentes características que podem ser agrupadas: pessoas vinculadas diretamente a trajetória de Itamar: Marcelo, Ruth, Neusa, Djalma, etc.. Na mesma medida, há aquelas pessoas presentes enquanto Itamar foi Presidente: Pedro Simon, Zico, Mauro Morelli, Cristovam, etc.; e também as pessoas presentes no início da trajetória de Itamar, principalmente Wilson Coury Jabour, e Tarcísio Delgado. Busquei informações sobre a entrega da Medalha em 2021, mas não foram encontradas informações sobre a realização de tal evento. Até recentemente, acreditava-se que não teria sido realizado pela consecução de anos em isolamento social por conta da pandemia. Mas nos momentos finais de redação desta tese, identifiquei a extinção do IIF, e consequentemente, a extinção da Medalha, que existiu então entre 2017 e 2020. A extinção se deu em dezembro de 2020, segundo a atual diretora do MRPIF, Daniela Lisieux.

## 6.5 ANÁLISE DE LIGAÇÕES ENTRE TRAJETÓRIA E MEMÓRIA

Nessa parte, busco apontar as relações entre trajetória e memória, mostrando a existência de uma rede de relações presentes na trajetória de Itamar, que se mantêm presentes nos lugares dedicados a sua memória. Assim, pretendo evidenciar as ligações entre os diferentes guardiões de sua memória (GOMES, 1996; HEYMANN, 2012), instituições como IIF, MRPIF, Medalha e textos biográficos, além de atores individuais.

---

<sup>311</sup> Mais sobre a fundação da ASCOMCER, sua fundadora e a relação com Itamar, ver: <https://www.ascomcer.org.br/institucional> Acesso em: 20 maio. 2020.

<sup>312</sup> <https://www.santacasajf.org.br/historia> Acesso em: 20 maio. 2020.

<sup>313</sup> Em pesquisa rápida no site, nota-se que um dos irmãos dessa irmandade é Ismair Zaguetto: <https://www.santacasajf.org.br/irmandade-e-conselho-adm>

<sup>314</sup> O Abrigo Santa Helena possui relações com o Rotary Club, clube de sociabilidade de “elite” desde a década de 1960, ver: <https://abrigosantahelena.com.br/> Acesso em: 20 maio. 2020.

De antemão, ressalto que um fator deve ser levado em conta para a inexistência de ligações mais claras e duradouras de alguns atores aqui presentes no decorrer da trajetória, mas ausentes na dimensão da memória, pelo menos na medida da possibilidade de serem homenageados. Faço referência a nomes que acompanharam Itamar durante toda a sua trajetória, mas que faleceram nos anos 2000, a exemplo de José de Castro Ferreira, dentre outros. Como já apontado no decorrer desse capítulo, existem obras sobre a vida de Itamar e seus governos (municipal e federal, principalmente). Os autores ou as obras apresentam ligações com Itamar e, por sua vez, alguns deles são agraciados pela Medalha do Instituto Itamar Franco e se fazem presentes também, direta ou indiretamente, no MRPIF. Abaixo, o Diagrama de relações entre trajetória e Memória de Itamar Franco.

Quadro 12 – Relações entre trajetória e memória de Itamar Franco

Trajatória	Nomes	Memória
-	Abrigo Santa Helena	M20
PM	Agostinho Pestana	-
S	Marcos Pestana	-
PM – PR	Alexis Stepanenko	-
PM	ASCONCER	M18
IT	Clodesmith Riani	M20
PR	Cristovam Buarque	M19
PM – PR	Denise Paiva	B
PM- PR – G	Djalma Morais	IIF- M19 – B
PM-PR	Geraldo de Oliveira Faria	
PM	Raimundo Hargreaves	-
PR - G	Henrique Hargreaves	M19?
PM-PR-G	Ruth Hargreaves	M20
PM	Ismair Zagueto	M19 – B - IIF
IT	Ivanir Yazbeck	B
IT-PM-PR	UFJF	M17 – B
-	José Alberto Gomes de Pinho Neves	MR – M18 – B – IIF
-	Henrique Duque Chaves de Miranda Filho	MR UFJF – IIF
PM – PR	Jose de Castro Ferreira	B
PM – PR – G	Marcello Siqueira	IIF – B – M20 – MR
-	Bruno de Freitas Siqueira	M17 – MR
PM – PR	Maria Andrea Loyola	M18 – MR
-	Maria Isabel de Sousa Santos	M19
PR-G	Mauro Morelli	MR – M17
PM-PR	Mauro Mota Durante	
PM-PR-G	Murilo Hingel	IIF – MR – M17

PM	Lucy Brandão Hingel	IIF – M20
PM-PR-S-G-S	Neusa Miterhoff	M20 – IIF – MR
S-PR	Pedro Jorge Simon	M18
PM-S-PR	Roberto Faria de Medeiros	-
-	Santa Casa de Misericórdia	M19
PM-PR	Saulo Pinto Moreira	M17
PM-S	Tarcísio Delgado	M20
PM-PR	Thales Ramos	-
PM	Wilson Coury Jabour	M20
PR	Zico	M17

Fonte: Elaboração própria (2022).

Legenda: PM – PREFEITURA MUNICIPAL / PR – PRESIDENCIA DA REPUBLICA / S – SENADO / G – GOVERNO DE MINAS GERAIS / IT – INICIO TRAJETÓRIA / IIF – INSTITUTO ITAMAR FRANCO / MX – MEDALHA ITAMAR FRANCO ANO DE HOMENAGEM / MR – MRPIF/ B – TEXTOS BIOGRÁFICOS.

A partir das informações acima, tecerei algumas dessas ligações. Em Zaguetto (2012), “Itamar e bando de sonhadores”, temos Joaquim Falci Castellões escrevendo a contracapa. O Instituto Itamar Franco escreve a mensagem na capa final do livro (com sua logo). O prefácio, por sua feita, é de Lucy Brandão Hingel. Arquivos com fotos foram cedidos pelo Instituto, por Hingel e por Zaguetto.

Já Denise Paiva escreve um livro sobre política social no governo Itamar, pela Editora UFJF e a fundação Astrogildo Pereira. A contracapa é de Ivan Alves Filho, organizador de outro livro sobre Itamar, e o Prefácio é assinado por Luiz Sergio Henriques<sup>315</sup>. Carta de Itamar escreve uma carta para a autora que se encontra em tal livro. Denise é apresentada por Ruth Hargreaves e Badinha (não identificada). A mensagem na capa final do livro é de Henrique Duque de Miranda Chaves Filho (Reitor UFJF), que assina o acordo de doação do acervo com Itamar e, salvo engano, da construção do memorial também, estando em sua inauguração mesmo como ex-reitor, e membro do IIF. O livro de Denise é indicação de leitura do MRPIF, em sua página no Instagram<sup>316</sup>.

Francisco Inácio de Almeida e Ivan Alves Filho organizam um livro intitulado “Itamar Franco: Homem público democrata e republicano”, publicado pela Fundação Astrogildo Pereira, com fotos do acervo IIF, e reúne uma série de notícias e notas sobre o falecimento de Itamar Franco. José de Castro Ferreira, do seu lado, publica “Itamar: O homem que redescobriu o Brasil”, em 1995, pela editora Record. O autor referencia uma citação de Roberto Faria de

<sup>315</sup> Ivan e Luiz, dois intelectuais.

<sup>316</sup> Data da publicação: 17 fev. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CLaM8wKlhw> Acesso em: 18 fev. 2021.

Medeiros sobre Itamar e o ser mineiridade, sua mineiridade, logo ao início do livro, na página 15. O livro de Ferreira é um dos primeiros livros sobre Itamar, publicado ainda em 1995.

O livro de Roberto Faria de Medeiros e João Medeiros Filho, que não tem como objetivo focar na trajetória de Itamar, traz informações sobre a organização dos festivais de música de Juiz de Fora, que tinham como organizadores Hingel, Durante, Lucy, etc.<sup>317</sup>

O MAMM, da UFJF, é o lugar do evento de entrega da Medalha Itamar Franco, promovida pelo IIF. O ex-diretor do MAMM, João Alberto Pinho Neves, homenageado pela Medalha, coordenou a implementação do MRPIF, da UFJF. Pinho Neves é membro do conselho do IIF e organizador do mais novo registro biográfico sobre a persona política analisada por esta tese: “Itamar Franco: A prudência do poder no destino da cidade”. O livro, de 2020, foi publicado pelo IIF, com apresentação de Marcello Lignani Siqueira, no qual Pinho Neves reúne uma série de documentos sobre o período em que Itamar foi Prefeito de Juiz de Fora, bem com testemunhos dessa “travessia”, desse período da trajetória política de Itamar. Os testemunhos presentes na obra são de: André Hallack; Daltony Nóbrega; Denise Paiva; Djalma Bastos de Moraes; Ismair Zaguetto; Joaquim Falci Castellões; Juracy Azevedo Neves; Leda Nagle; Marcello Siqueira; Maria Andréa Loyola; Murílio de Avelar Hingel; Neusa de Assis Mitterhoff; Roberto Dilly; Ruth Hargreaves; Tarcísio Delgado; Vera Faria; e Wilson Cid (PINHO NEVES, 2020,)<sup>318</sup>.

A Biografia autorizada de Yazbeck é exposta na parte museológica do Memorial. Encomendada por Marcello Siqueira e Djalma Moraes, com o aval de Itamar. Além de divulgar a biografia em sua parte museológica e tê-la em sua biblioteca, o MRPIF faz homenagem a Ivanir Yazbeck, autor da biografia autorizada de Itamar, em sua página do Instagram, na ocasião de seu falecimento, no ano de 2020<sup>319</sup>.

Há, ainda, outras informações a serem ressaltadas. Maria Andrea Loyola, homenageada pela Medalha, está presente no MRPIF através de sua exposição de arte Dedeísmo<sup>320</sup>. Murilo Hingel escreve o texto do tripé do memorial sobre o social. Marcelo Siqueira, entrevistado e exposto lá. Neusa Mitterhoff tem relações com a bibliotecária e a arquivista. O IIF, por sua vez, financia, até 2018, parte das despesas do MRPIF.

<sup>317</sup> Também, Leda Nagle, mineira, jornalista, reconhecida; entrevista Itamar. Esta consta em seu livro sobre “de Minas para o Mundo” (2010).

<sup>318</sup> Anna Elisa é citada nos agradecimentos desse livro por ceder os clippings. E, também, por sugerir a criação de um capítulo do livro “diários de governo”

<sup>319</sup> Data da publicação: 14 dez. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C1vvBfJB9VH/> Acesso em: 14 dez. 2020.

<sup>320</sup> Divulgação da exposição no dia 23 out. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CGsxLU5hNSY/> Acesso em: 24 dez. 2020.

Bruno Siqueira, filho de Marcelo Siqueira, utiliza a imagem de Itamar, em 2012 e em 2016, assim como o depoimentos de seus amigos, como Murilo Hingel e Saulo Moreira, em campanhas eleitorais nos referidos anos. A campanha eleitoral de 2016, inclusive, tem programa de televisão gravado dentro do Memorial da República Presidente Itamar Franco.

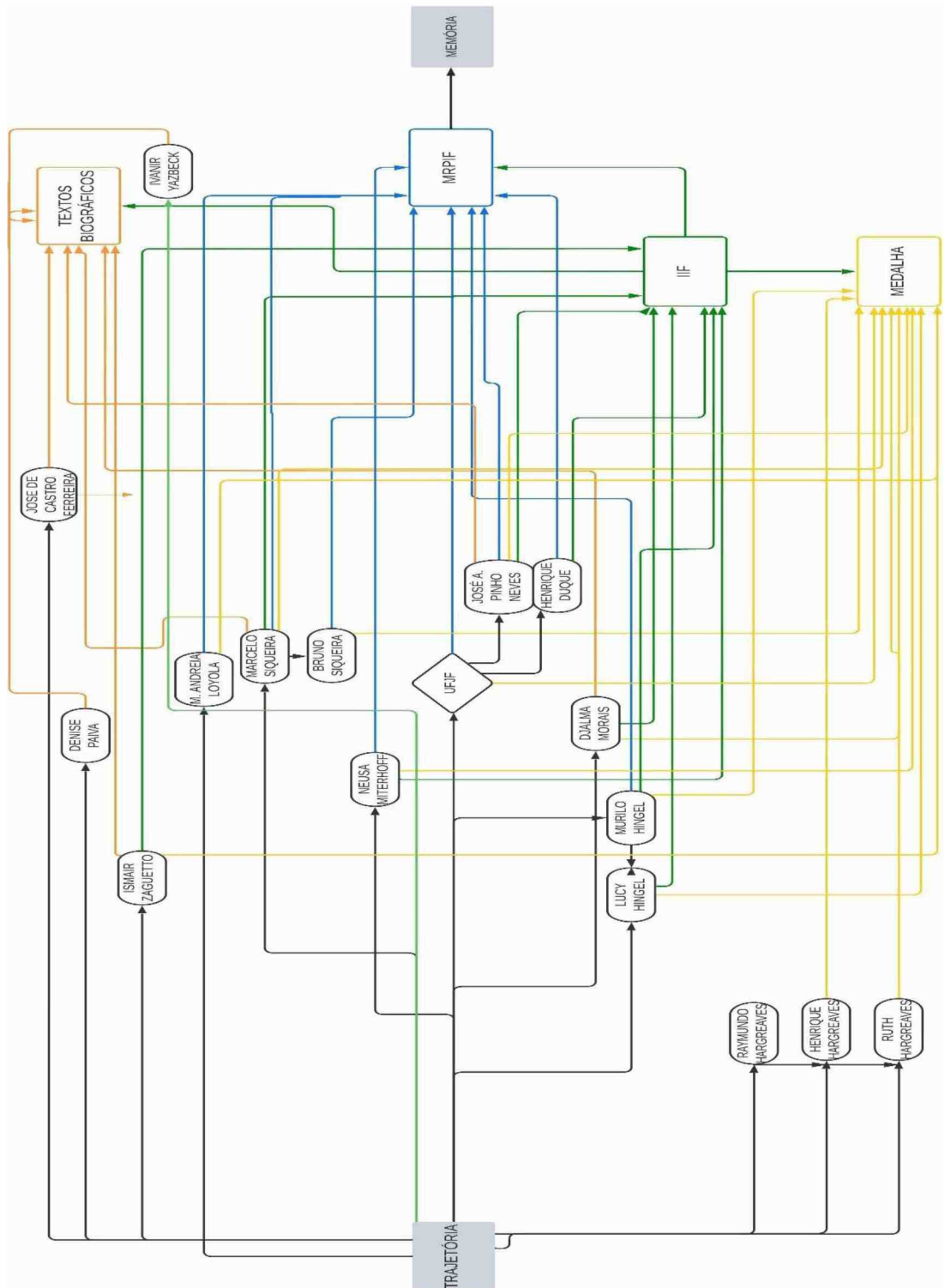
A UFJF – lugar onde Itamar se forma, e onde projeta e executa obras, por meio de sua empresa e depois por meio de suas administrações municipais, bem como em sua passagem pela prefeitura de Juiz de Fora – é o lugar escolhido para abrigar o acervo de Itamar pelo próprio Titular (HEYMANN, 2012; GOMES, 1996). A instituição, em parceria com o Instituto Itamar Franco, constrói e inaugura o Memorial da República Presidente Itamar Franco<sup>321</sup>, se tornando, dessa forma, também uma guardiã de sua memória. Após detalhar um pouco melhor essas relações, buscarei, através de um diagrama, sintetizar as relações de permanências entre trajetória e memória. O diagrama ressalta as principais relações de permanência presentes na trajetória e na memória de Itamar, demonstrando como nomes do Grupo de Juiz de Fora, possuem ligações diversas com os lugares de memória, e, mesmo com o fim do IIF, alguns deles se fazem presentes no MRPIF.

---

<sup>321</sup> MRPIF promoveu uma mesa de dez anos sem Itamar, em 2021, durante a pandemia. Informação disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2021/06/30/memorial-itamar-franco-promove-mesa-on-line-10-anos-sem-itamar/> Acesso em: 30 jun. 2021.



Diagrama 1 – Ligações entre trajetória e memória



Fonte: Elaboração própria (2022).



## 6.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que busquei, aqui, é perceber as continuidades e as discontinuidades das relações durante a trajetória, principalmente, e, em relação as continuidades, como elas estão presentes na dimensão da memória. Isto é, mesmo com a extinção do IIF, em dezembro de 2020, informação dada pela atual gestora do MRPIF, em que medida o Grupo que se mantém durante a trajetória está presente, direta ou indiretamente, na preservação, guarda e manutenção da memória de Itamar.

Em relação aos autores de livros, além de apresentarem obras que contribuem para a memória de Itamar de uma maneira geral, considero que eles compartilham uma visão da persona Itamar que tem características importantes e que são ressaltadas e preservadas pelo IIF e pelo MRPIF. Além de guarda e resguarda a memória de Itamar, tecem, na mesma medida, a própria memória do Grupo, mas, principalmente, as relações sociais e de poder que podem envolver essa dimensão, com seus usos sociais e políticos. Tal elemento evidencia-se, sobremaneira, no caso de Bruno Siqueira e sua propaganda eleitoral<sup>322</sup>, gravada no Memorial em 2016.

No mais, essa dimensão traz muitas reflexões, pois existe, por parte da persona Itamar, uma valorização das amizades, que é uma qualidade atribuída aos mineiros, assim como o sentido de continuidade e de conservação dessas relações, como veremos no próximo, e último, capítulo de desenvolvimento desta tese.

---

<sup>322</sup> As propagandas eleitorais e outros materiais audiovisuais e iconográficos serão tomadas como fonte para a presente pesquisa. Além disso, para a discussão sobre esse tema, ver: Leal, Rossini & Werneck (2012).

## VII ITAMAR E A MINEIRIDADE: A CONSTRUÇÃO DO SER MINEIRO NA TRAJETÓRIA E NOS LUGARES DE MEMÓRIA

### 7.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo objetiva analisar de que maneira se dá a construção de Itamar Franco como um político mineiro na trajetória e nos lugares de memória, como ele é construído e percebido como um portador da mineiridade. Para tanto, parte-se de discursos acerca da ideologia da mineiridade, do imaginário e das práticas políticas relacionadas a ela, presentes tanto na trajetória, quanto na construção dessa trajetória – isto é, nos lugares de memória. Aqui, lugares de memória são entendidos a partir da concepção de Pierre Nora (1993), anteriormente apresentada (Capítulo II), compreendendo não somente espaços dedicados à memória, como também obras, textos biográficos e discursos políticos, todos considerados depositários mnemônicos.

Para o desenvolvimento dessa análise, entre outros, os artigos “A ‘mineiridade’ e a conciliação” e “As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia”, de Otávio Soares Dulci (1984a, 1984b), os livros “Mitologia da Mineiridade”, de Maria Arminda do Nascimento Arruda (1990), “As vozes de Minas”, de José Murilo de Carvalho (2005) e a dissertação de mestrado “Mineiridade e frações partidárias”, de Márcio de Sá Fortes (2007), são bases teóricas e bibliográficas fundamentais<sup>323</sup>.

O capítulo se desenvolve a partir do diálogo entre essas referências e a análise de discursos de e sobre Itamar Franco, incluindo aquele presente em sua biografia autorizada e outros textos biográficos, bem como outros lugares de memória e de arquivo, MRPIF e IIF, com o intuito de analisar onde se encontra as características da “mineiridade”, suas práticas e seu imaginário (ARRUDA, 1990).

### 7.2 ITAMAR E AS CARACTERÍSTICAS DO SER MINEIRO, DO HOMEM MONTANHÊS

Itamar foi um político caracterizado, ao longo de sua trajetória pública, por diferentes meios – políticos, entidades, imprensa, entre outros –, com uma gama extensa de adjetivos que, ora de cunho pessoal, individual, ora reivindicado e referência ao conjunto de mineiros, ao coletivo, ligam essa persona ao “ser mineiro”, ao homem das montanhas. Dessa maneira, é um exemplo de político mineiro, assim como outros, que utiliza, no discurso de si e sobre si, traços

---

<sup>323</sup> Cf. DULCI (1984a; 1984b) e SÁ FORTES (2007).

componentes da mineiridade, as especificidades e as singularidades de Minas e de sua dimensão política.

A biografia autorizada “O Real Itamar”, de Ivanir Yazbeck (2011), traz parte considerável dessa gama de características e adjetivos que dizem respeito a Itamar e suas qualidades, direta ou indiretamente, ressaltando o “caráter do homem da grandeza ética e moral, perspicácia política e competência administrativa, movida sobretudo pela preocupação social, chamado Itamar Augusto Cautiero Franco” (YAZBECK, 2011, p. 36). As características são: caráter acima de qualquer suspeita, honestidade, retidão moral, inteligência, equilíbrio, estabilidade, honra, moderação, competência e habilidade política, disposição para o trabalho (político), vocação para a política, com jeito retraído (em público), astúcia, esperteza, audácia, bom senso, ponderação, articulação, espírito democrático (vocação democrática de Minas), esforço e dignidade. Os adjetivos, por sua vez, seriam: afável, cordial, educado, diplomático, contido, calmo, humilde, simples, sóbrio, discreto, tranquilo, reservado, fiel, conciliador, idealista, cauteloso, entre outros. Todas essas características e adjetivos aparecem nas descrições do que seria o “ser mineiro”, numa “Mitologia da Mineiridade” (ARRUDA, 1990)<sup>324</sup>.

Ao falar sobre os mineiros e a vivência da política, Maria Arminda Arruda (1990) expõe que os discursos dos políticos mineiros são peças exemplares para localizar atributos da mineiridade, desde o Império até os dias atuais.

A recorrência a esses princípios num longo período de tempo deve ligar-se à permanência de um certo ritmo social, que repõe, de diferentes formas e em diversos momentos, questões similares. De outro lado, o uso sistemático do imaginário sobre Minas revela o caráter mítico do mesmo e a possibilidade de sua incorporação à sociedade. Reversivamente, a contínua assimilação mítica, no plano coletivo, reatualiza e revigora esse tipo de discurso, conferindo-lhe tal dimensão de veracidade que se torna difícil distinguir o imaginário do real, isto é, da própria sociedade. É bem verdade que a possibilidade mobilizadora das elaborações urdidas no imaginário social se aloja na configuração e na dinâmica da história. Desse modo, os mitos que se originam na teia da história humana coletiva, quando incorporados, voltam-se para ela sob a forma de práticas, assumindo feição ideológica (ARRUDA, 1990, p. 213-214).

Sobre as caracterizações e a imagem dos mineiros, Sá Fortes (2007) expõe:

Uma imagem muito difundida na literatura e, em especial para nossa investigação, pela elite política mineira é a do mineiro como portador de uma personalidade e características especiais que configuram o que se chama de mineiridade. Destacam-se, entre as qualidades atribuídas aos mineiros e aos políticos mineiros, elementos como: conciliador; apegado às tradições e à

---

<sup>324</sup> Exceto “diplomático” que é sinônimo de gentil, afável, amável, educado e política; e “contido”, sinônimo de sóbrio, equilibrado, ponderado. Portanto, presentes através de seus equivalentes.

continuidade; prudente; avesso a radicalismos; e político habilidoso para resolução de conflitos, para a condução do país em momentos difíceis e para mudanças ou transições sem rupturas ou traumas. A mineiridade, quando tomada pela política, assume uma dimensão ideológica que tem determinadas funções (SÁ FORTES, 2007, p. 11).

José Murilo de Carvalho (2005), ao trazer as três “vozes de Minas”, expõe que a voz da terra, ligada à tradição, traz a seguinte imagem: “O mineiro da terra é reconhecidamente conservador, tradicional, retraído, simples, beirando o simplório, honesto, sovina, religioso, voltado para a família. Politicamente, era muito distinto. Já por ocasião da Independência, ele aparecia como esteio do liberalismo moderado<sup>325</sup>” (CARVALHO, 2005, p. 62). E prossegue, afirmando que: “O estilo de fazer política da Minas da terra sobrevive até hoje, embora mais como estereótipo do que como realidade. Virou advérbio: mineiramente. É tão resistente que é atribuído a todos os políticos mineiros, por pouco que muitos deles se encaixem no figurino” (CARVALHO, 2005, p. 65). Um exemplo caricatural seria o de Benedito Valadares, e mais “sóbrio” o de Tancredo Neves.

Outras fontes também reiteram muitas das características de Itamar já ressaltadas por Yazbeck (2011). Uma delas se trata de “Itamar Franco – Homem público Democrata e Republicano”, de Francisco Almeida e Ivan Alves Filho (2011). Vale ressaltar que esse livro é um compilado de artigos de jornais variados, bem como discursos de políticos, intelectuais e instituições. O livro foi elaborado após a morte de Itamar com o intuito de prestar essa homenagem póstuma a tal persona pública, sua honradez, altivez<sup>326</sup> e à sua alta envergadura (ARRUDA, 1990; ALMEIDA, ALVES FILHO, 2011), de modo a ressaltar seus grandes feitos. O livro, ademais, apresenta representantes dos mais diversos espectros políticos e entidades (“sindicais e patronais”, MDT e Indústria), mostrando uma “unanimidade” em torno da figura de Itamar. Pelas circunstâncias de sua elaboração, sabe-se que a análise deve levar em conta esse fato marcante que tende a “santificar”, ou mesmo “absorver pecados da ingratidão e injustiça” de Itamar<sup>327</sup>. Alguns discursos políticos presentes neste livro serão abordados para tratar de determinadas questões referenciadas no decorrer deste capítulo.

Até mesmo quando Itamar era identificado por características de maneira negativa ou pejorativa, a maioria vinda das críticas da imprensa e, mais especificamente, dos jornais paulistas, na conjuntura da vice-presidência, interinidade e Presidência da República, havia

<sup>325</sup> Sobre liberalismo moderado, Carvalho cita Evaristo da Veiga (2005, p. 62-63) “As tropas de Minas eram as tropas da moderação, como as chamou Alcir Lenharo. O criador da política de conciliação, Honório Hermeto Carneiro Leão, talvez tenha sido o melhor representante desse grupo”.

<sup>326</sup> “A altivez, como se sabe, é atributo exclusivo dos “bem-nascidos”; aos escravos e aos homens livres pobres, esta é prerrogativa totalmente vedada” (ARRUDA, 1990, p. 63).

<sup>327</sup> Referência ao discurso de Aécio Neves – PSDB-MG (ALMEIDA, ALVES FILHO, 2011, p. 67)

relação com a compreensão e identificação da mineiridade. Maria Arminda Arruda (1990) cita o mineiro provinciano, interiorano, rústico, simples, caipira, ligado “umbilicalmente” ao mundo rural (Fusca comparado a carroça<sup>328</sup>, pão de queijo, café com leite), com características de ociosidade, indolência (sinônimo de moleza, prostração, debilidade), morosidade de ritmo e lentidão. Vale destacar que, na minha interpretação, Arruda (1990) traz essas características, mas não de maneira pejorativa. Carvalho vai de encontro a Arruda, ao afirmar que:

Na versão positiva, o estilo incluiu habilidade na negociação, na conciliação, na criação de consenso. Pelo lado negativo, denota capacidade de desconversa, de ocultamento, de confabulação, do exercício da política pela política, pela mera aquisição e manutenção do poder. Em nenhuma das duas versões, indica ambição de realizar grandes projetos, arrojo e audácia. Predominam a conservação e a tradição. No máximo, o progresso cauteloso (CARVALHO, 2005, p. 65).

Yazbeck (2011) faz uso da expressão “provinciano Itamar”, de maneira mais informativa, ao falar que “provinciano” aparece nos perfis elaborados sobre ele, jocosos e agressivos, junto com “turrão” e “eremita”, evidenciando a mineirice com má vontade e preconceito político.

Um exemplo que evidencia as caracterizações trazidas por Arruda (1990) se encontra, de maneira pejorativa, no livro “Era Itamar – 100 charges”<sup>329</sup>, que diz respeito ao primeiro ano (1993) de Itamar na Presidência e reúne charges da Folha de São Paulo. Alguns elementos caricaturais aparecem nessas charges: o topete, o pão de queijo e o café com leite (este, um elemento da interioridade). Também estão presentes algumas características, tais como: o grisalho (referência a velho, idoso) e o prosaico, em contraposição ao novo, ao “jovem e dinâmico” Collor (GLAUCO; ANGELI, 1993). O livro diz:

Não se deve esperar das charges, entretanto, que narrem com precisão os fatos políticos. Para os chargistas, interessam muito mais os modos e as aparências do que o que está por trás. Às vezes, a inspiração chega a ser tão simplória quanto a pecha que a piada pretende imprimir no personagem. É assim que a caipirice ganha espaço e o pão-de-queijo se torna figura recorrente nas charges do presidente de Juiz de Fora (MG). Mas no caso de Itamar, o estereótipo não fica longe do vocabulário dos comentaristas políticos. Morosidade e imobilismo, por exemplo, são termos tão caros aos comentaristas quanto aos humoristas, desde que, com o afastamento de Collor, Itamar pediu o adiamento de sua posse (GLAUCO; ANGELI, 1993, p. 7).

Realmente, a questão da morosidade e do imobilismo aparece ressaltada nas charges e nas críticas dos jornais. Uma das charges faz brincadeira com o fato de Itamar pegar o bonde

<sup>328</sup> Fuscas e carros de fabricação nacional classificados por Collor como carroças, segundo Yazbeck (2011), associação explícita entre o mundo rural e o atraso.

<sup>329</sup> Glauco e Angeli (1993).

andando e não saber dirigir: “Calma, gente! Não sei dirigir bonde andando!”. A legenda acrescenta: “Peguei o bonde andando e continuo pendurado no balaústre. Não tive tempo de sentar”, dizia Itamar, alegando que sua interinidade era um obstáculo na tomada de decisões (GLAUCO, ANGELI, 1993, p. 19).

Ao falarem da relação com o PMDB, Glauco e Angeli (1993) ressaltam a questão da barganha, prática atribuída à política mineira (DULCI, 1984b; ARRUDA, 1990; CARVALHO, 2005), silenciada e/ou negada na construção da trajetória de Itamar, e que, positivamente, pode ser atribuída ao diálogo e à negociação (ALMEIDA, ALVES FILHO, 2011; YAZBECK, 2011). A crítica da imprensa também aponta a falta de nomes de peso para a economia e a morosidade do governo na tomada de decisões políticas e econômicas, como na implantação do Plano de Estabilização Econômica. Sobre isso, uma charge mostra uma barraca de pão de queijo com os clientes perguntando: “sai ou não sai?”, ao que Itamar responde “Calma, gente!”, ainda tirando o leite da vaca (GLAUCO, ANGELI, 1993, p. 45).

Uma presença marcante não só nas charges desse livro como também em charges de outros jornais, expostas inclusive no Memorial da República, versam sobre a fabricação do Fusca. Muito polêmica<sup>330</sup>, a pauta de incentivar a produção do carro popular, sendo escolhido o Fusca, aparece ligada à questão da lentidão, do atraso, do retrocesso, de algo ultrapassado velho, fora do prazo de validade, sendo o governo, na mesma medida, caracterizado como inerte, lento e sem movimento. Itamar, nesse esteio, também é criticado pelo estilo provinciano, burro, incompetente, analfabeto, sem inteligência, e com falta de firmeza (moleza) (GLAUCO; ANGELI, 1993, p. 75; 79).

No MRPIF, observa-se que as charges expostas sobre o Fusca<sup>331</sup> enfocam o lado negativo/pejorativo ressaltado no presente texto, até mesmo porque expõe charges de jornais de São Paulo, ainda que também de vários outros jornais, estas versando de maneira cômica sobre algumas “qualidades” do carro, da vida de Itamar e do cotidiano do Presidente, relacionando-o ao carro – como uma d’O Estado de São Paulo” em que o Fusca deixa Itamar no Palácio do Planalto, dizendo “Tchau amor, bom trabalho!”. Ainda assim, as charges não deixam de, ao tratar desse assunto polêmico, expor uma diversidade de posições, em alguma medida. Em conversa informal com uma bolsista do setor educativo do MRIPF, ela fala que essa posição de incentivar o carro nacional acabou não saindo como se esperava, tendo em vista que os índices

---

<sup>330</sup> Na época, o fusca virou até tema de letra de música, “O fusquinha do Itamar”, de Ultraje a rigor, banda de São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mmk5ohKaNuE> Acesso em: 21 mar. 2022.

<sup>331</sup> Sobre o Fusca, temos o subtítulo do Capítulo IV apresentado anteriormente sobre “O mineiro entre o bonde e o Fusca”.

de venda de carros nacionais melhoraram, mas devido a outros problemas relacionados à economia, como inflação e impostos, como o IPMF (Charge do Diário Catarinense de 08/03/1993, exposta no clipe de charges do Memorial, por exemplo), os resultados não foram os esperados – e isso também foi tema de algumas charges. Já sobre o Plano Real e a moeda, notamos a exposição de charges exaltando a positividade da medida e a “paternidade” de Itamar, como referenciado no Capítulo V desta tese.

Diante disso, as críticas advindas principalmente da imprensa de São Paulo remetem a uma relação, considero eu, igualmente de fundo histórico, uma vez que a “mineiridade” também tem bases na história e na relação entre os estados de Minas e São Paulo. Essa relação aparece de maneira mais explícita em um ponto específico da trajetória de Itamar, no período em que exerceu o cargo de Governador por Minas Gerais e que envolve a relação entre ele e Fernando Henrique Cardoso (paulista), que então ocupava o cargo de Presidente da República. Tal relação foi destacada no Capítulo V e também será na última subseção do presente capítulo: Minas Gerais e São Paulo – Itamar e FHC. Algumas características e eventos são tratados com mais ênfase pelo discurso narrativo e outros são silenciados ou esquecidos (HUYSSSEN, 2000). É a partir dessas caracterizações que procuro desenvolver uma análise crítica sobre as principais adjetivações dadas a Itamar. Tendo como base as obras que pensaram a mineiridade, ressaltadas acima, e problematizar a trajetória de Itamar através desse olhar referencial.

### 7.3 ORIGEM, FORMAÇÃO E OUTROS ELEMENTOS DA TRAJETÓRIA

Itamar é um mineiro que nasce no mar<sup>332</sup>, como ressaltado no subtítulo sobre a sua origem e ascendência, no Capítulo III. É criado em Juiz de Fora, Minas Gerais. Em seus discursos, vocaliza Juiz de Fora e Minas e é reconhecido como mineiro e juiz-forano, principalmente por seus pares. Itamar sempre fez questão de ressaltar em seus discursos características do mineiro: o amor, o apego à terra, o “agarramento” (ARRUDA, 1990), desde os primeiros passos como Prefeito até o momento da morte (velado em BH e JF e enterrado em JF), e também onde queria que sua memória fosse guardada (IIF e MRPIF, em Juiz de Fora).

Na história contada por Yazbeck (2011) e apresentada no MRPIF, Itamar é descrito como filho de pais brasileiros descendentes de imigrantes, de quem viria sua herança cultural. A origem e a ascendência, ademais, ressaltam a questão da tradição e o apego à família (ARRUDA, 1990). Yazbeck (2011) busca traçar a história dos ascendentes de Itamar apresentando certa “nobilização” [enobrecimento] e valorização do passado de Itamar e suas

---

<sup>332</sup> Maria Arminda Arruda (1990) discorre sobre a relação entre o mineiro e o mar.

raízes elitizadas e com veio político, pelo lado do pai. Pelo lado da mãe, ressalta a formação da mãe em colégios tradicionais, com hábitos finos e nível intelectual alto, reforçando o respaldo aos imigrantes europeus. Maria Arminda Arruda fala um pouco sobre esse processo de busca por nobilitação, dando enfoque às famílias brasileiras do interior, no geral, que têm “por função principal permitir a preservação da identidade, através da memória. Nasce daí toda uma forma imaginária de valorização do passado” (ARRUDA, 1990, p. 193).

A família, com características patriarcais, tradicionais, era conservadora, sendo constituída de quatro filhos. Os dois filhos homens, profissionais liberais de cursos elitistas. Augusto, de mesmo nome do pai, médico. Itamar herdou a profissão do pai engenheiro, elemento de tradição (ARRUDA, 1990). Duas filhas, Maria de Lourdes, sem informação sobre profissão, e Mathilde, a mais velha, pintora e escultora (atividade associada às mulheres). Nas descrições presentes em Yazbeck (2011), aparecem alguns elementos ressaltados por Arruda (1990), como o apego à família<sup>333</sup> e o culto ao lar (literalmente, apego ao lar, à casa, à mãe, e, de maneira mais ampla, apego à Juiz de Fora, a Minas), e a ligação forte com a mãe, Dona Itália (dona de casa). Ainda na questão da família, Itamar se torna órfão de pai e esse fato é curioso, posto que Carvalho (2005; 2008) o traz como um traço em comum com outros políticos mineiros conhecidos, como JK, por exemplo.

Mais tarde, em 1968, já Prefeito de Juiz de Fora, Itamar se casa com Anna Elisa Surerus, de família tradicional juiz-forana, em um casamento civil reservado em Juiz de Fora e uma cerimônia religiosa em uma igreja no Rio de Janeiro. O evento ressalta as relações familiares e de amizade, e a tradição religiosa católica. Apenas não reforça o lugar de nascimento e crescimento, uma vez que o casamento fora realizado no Rio. A meu ver, isso ressalta um caráter elitista, mesmo entendendo que um dos motivos para a realização ter se dado no Rio ser o fato de Itamar ser Prefeito de Juiz de Fora na época. Por outro lado, se fosse em Juiz de Fora, poderia ser considerado populista (imagina-se o quanto de pessoas não iriam ao casamento do Prefeito). O casamento teve como fruto duas filhas e acabou cerca de dez anos depois, sendo, à época, motivo de crítica, pela quebra da tradição.

Seguindo a questão da tradição, Itamar estudou num colégio tradicional metodista, mas recebeu formação religiosa católica, sendo devoto de Santa Terezinha durante toda a vida. Santa Terezinha é ligada à teologia da simplicidade, padroeira das missões. Se pensarmos em um

---

<sup>333</sup> “A família torna-se o repositório da identidade [...]. De outro lado, apego ao passado, enquanto forma de preservação da identidade, pode originar certo culto à família, vista como símbolo da vivência de um tempo glorioso. É por isso que as memórias significam a tentativa de recuperação, no nível do imaginário, da antiga posição social da família, ou mesmo da fantasia que se criou em torno dela” (ARRUDA, 1990, p. 194).



sentido amplo, é a protetora e a padroeira das missões de Itamar. A religião católica vai influenciar as ações e as práticas de Itamar, bem como as alianças e as relações. De maneira geral, é possível perceber, nos discursos da Presidência (FRANCO, 2008), Itamar falando sobre Deus, a religião católica e seus valores. A caridade, valor católico de destaque, também se faz presente na questão das políticas públicas (arrecadação e doação de alimentos). Maria Arminda Arruda (1990) traz a questão do Catolicismo e das festas e rituais religiosos como tendo lugar especial no “coração das Minas”, pois trazem divertimento para as pessoas e têm lugar e momento especial no convívio. Sendo na rua, elas atraem os “católicos não praticantes”, pois extrapolam o caráter exclusivamente religioso, se apresentando ao “essencialmente leigo” (ARRUDA, 1990, p. 167). A autora também fala da relação com o barroco e a influência cerceadora das igrejas no cotidiano das cidades.

A presença de líderes religiosos católicos é marcante na Presidência, com a campanha contra a fome, tais como Dom Helder Câmara, Dom Luciano Mendes de Almeida, entre outros. Dentre eles, ressalta-se a presença de Dom Mauro Morelli a frente do CONSEA, tendo ele também presidido o CONSEA-MG<sup>334</sup>, criado no Governo do Estado de Itamar e sancionado pelo Governador Aécio Neves.

Outro ponto que diz respeito à formação é que Itamar se forma em Engenharia Civil. Esse ponto é, na mesma medida, trabalhado e citado em capítulos anteriores, ao buscar demonstrar as relações entre a engenharia e a política, e as profissões liberais de uma maneira geral (médicos e advogados). Itamar era reconhecido, quando candidato e Prefeito, como engenheiro. Quando Presidente, recebeu a atribuição do termo “engenharia política”. Essa formação apresenta um elemento de tradição, como podemos ver, ao ser também a profissão do pai, passando para o filho, bem como uma profissão de elite na época, junto ao Direito e à Medicina – algo que se mantém até a atualidade. Uma característica que se ressalta, ademais, é o ciclo de sociabilidade e amizades de Itamar, desde novo (colégio e universidade), sendo este repleto de engenheiros, advogados e médicos.

Sobre o ponto da formação, vimos que Itamar adquire tanto uma formação mais humanista ligada à religião (formação cristã em escola metodista, mas também devoto católico), como uma formação técnica, no ensino superior, como engenheiro. Carvalho (2005) ressalta bem esses dois tipos, ao falar das vozes de Minas.

---

<sup>334</sup> Sobre o CONSEA-MG, ver site: [http://conseaminas.blogspot.com/p/institucional\\_6.html](http://conseaminas.blogspot.com/p/institucional_6.html) Acesso em: 12 fev. 2020.

Sobre as profissões liberais e a relação com a política, Maria Arminda Arruda vai ao encontro da análise do papel da Engenharia como profissão liberal ao discorrer sobre a questão mais especificamente, afirmando que “O político mineiro típico é o profissional liberal e não o fazendeiro” (1990, p. 230-231)<sup>335</sup>. Expõe, ainda, que a elite política tem ligação com o urbano e a conexão entre políticos e classe dominante, apresentando em Minas uma diminuição dos políticos ligados às atividades econômicas fundamentais e a crescente participação significativa dos profissionais liberais. Ao falar sobre a democracia de 1946 a 1964, período em que Itamar cursa Engenharia, se forma e entra para a carreira política, Arruda (1990) fala que 78% dos políticos eram profissionais liberais. Ao se referir aos deputados, nos principais partidos notava-se que a maioria da bancada udenista era composta por advogados, relação com seu caráter jurista. No PSD<sup>336</sup>, por sua vez, o predomínio era de médicos, seguido de advogados, por seu caráter clientelista, sendo os clínicos os caciques da política interiorana em Minas. Logo, “o perfil dos políticos mineiros aparece, assim, como singular, singularidade que se manifesta na própria dificuldade de os setores dominantes cuidarem diretamente da política” (ARRUDA, 1990, p. 231).

A autora continua, ressaltando que, no âmbito local, predominavam os fazendeiros, os “coronéis”, sendo mais visível a conexão entre as atividades econômicas e a política. Embora a autora não mencione os prefeitos em específico, ao observar as referências anteriores e as informações por ela desenvolvidas, ressalta-se que Juiz de Fora, na década de 1960, era uma cidade urbana, com características que se misturavam, pois Ademar de Andrade, cafeicultor e pecuarista<sup>337</sup> para quem Itamar trabalhou, por exemplo, era referenciado como “coronel”, e Itamar, o engenheiro. As relações, desse modo, envolviam barganha e presença de políticos de corte profissional, que teriam desenvolvido vocação para a política (ARRUDA, 1990)<sup>338</sup>, características presentes nos discursos sobre Itamar.

Sobre a disputa nos pequenos municípios e nos centros urbanos, algumas afirmações de Arruda (1990) reiteram o trazido por Dulci (1984b), que nos fornece mais informações sobre os partidos:

---

<sup>335</sup> Carvalho (2005) vai fazer a distinção entre vozes mineiras, criticando a ideia de “Voz de Minas”, de Amoroso Lima, e especificamente sobre essa passagem de Arruda (1990), podemos entender que o fazendeiro representa a Minas agrária e o profissional liberal representa a Minas do Ferro. Para saber mais sobre as distinções das três vozes de Minas, ver: Carvalho (2005).

<sup>336</sup> Sobre o PSD, ver Hippolito (1985).

<sup>337</sup> Site da PJP: <https://pjp.mg.gov.br/cidade/prefeitos.php> Acesso em: 10 fev. 2018.

<sup>338</sup> Referências importantes sobre “Ser político é uma Vocação”, texto de JK, o profissionalismo dos políticos mineiros em Amílcar Martins “Clientelismo e representação em MG durante a primeira República”, referências em Arruda (1990, p. 337).

Igualmente importante nessa explicação é o sucesso das elites mineiras em conter a competição político-partidária dentro dos limites convencionais. Nos pequenos municípios a disputa manteve suas características de lutas de famílias ou de rivalidades de “coronéis”. Nos centros maiores essas formas se modernizaram em competição entre redes de clientela. Em ambos os casos a disputa se esgotava no marco paroquial, sem extravasar para antagonismos de classes ou confrontos ideológicos. Chama a atenção a falta de substância das campanhas eleitorais em Minas até período recente, configurando um acordo tácito entre as elites de mobilizar, sem incrementar, o nível de politização. Com efeito, o campo de divergência ideológica era bastante reduzido. Em Minas foi irrelevante a clivagem populismo/antipopulismo que marcou o país no pós-guerra até o movimento de 1964. Ao contrário, o sistema partidário estadual conservou o corte clássico com que se originou nos anos 40. Os contendores não variaram: O PSD de um lado, a UDN de outro, com o PR no papel de fiel da balança. As elites distribuíam-se por esses três partidos, através dos quais invariavelmente mobilizaram maciço suporte eleitoral. O quarto partido que contava era o PTB<sup>339</sup>, cuja composição assinalava a presença do elemento urbano e popular na cena política. Contudo, o trabalhismo mineiro era força menor e sempre se articulou com o PSD, nos termos da conciliação de interesses concebida por Getúlio Vargas ao projetar os dois partidos. Nesse sentido, também o PTB confirmava o padrão clássico da política mineira (DULCI, 1984b, p. 25-26<sup>340</sup>).

O tema da “engenharia política” de Itamar é objeto de um “capítulo” à parte, uma vez que versa sobre sua atuação enquanto político em diferentes cargos, apesar de atrelado mais ao de Presidente. Tendo isto em vista, levei em conta principalmente os cargos executivos, uma vez que o próprio nome já referencia a tarefa de executar (como executar uma obra). Nesta parte, a intenção é versar sobre as características dessa expressão atribuída a Itamar, levando em conta os contextos e cargos. Por exemplo, quando Itamar se forma, o mineiro JK, o único a falar constantemente sobre o futuro, segundo Arruda (1990), um de seus grandes ídolos políticos, está à frente do governo de Minas Gerais, acenando aos engenheiros (DULCI, 1984b; ARRUDA, 1990; YAZBECK, 2011). Em seu discurso de formatura, Itamar, como já dito, ressalta a relação entre Engenharia e as ideias de progresso e desenvolvimento (Anexo 2). A intenção, aqui, é perceber como essa ideia de progresso e desenvolvimento está atrelada às ações de Itamar enquanto Prefeito, Presidente e Governador, dando ênfase aos dois primeiros cargos.

No início de sua carreira política, Itamar é conhecido como o “Prefeito engenheiro”, o Prefeito que mais realizou obras de infraestrutura na cidade de Juiz de Fora. O Memorial da

---

<sup>339</sup> Primeiro partido ao qual Itamar se filia.

<sup>340</sup> Isso faz sentido, ao analisarmos a trajetória de Itamar particularmente, no PTB, mas se associando e sendo influenciado pelos políticos do PSD e, em especial, a figura de JK, da qual é possível traçar paralelos pelas noções de desenvolvimentismo e progresso (“O Prefeito das obras” tem semelhanças com as ações de JK Prefeito de BH e JK Presidente do Plano de Metas).

República Presidente Itamar Franco possui um acervo fotográfico extenso sobre muitas dessas obras.

#### 7.4 PARTIDOS E ALIANÇAS POLÍTICAS

Em relação aos partidos e alianças, a intenção geral é desenvolver uma análise sobre os partidos aos quais Itamar Franco foi filiado, relacionando-os ao contexto histórico, apontando as características ideológicas e em que medida é possível associar esses pontos com a questão do centrismo do mineiro, o anti-extremismo (DULCI, 29184; ARRUDA, 1990), bem como explicitar outras ligações. Por exemplo, quando filiado no PTB, Itamar tem como ícones políticos mineiros de outros partidos, como o PSD (do já citado JK) e a UDN. Quando do MDB (partido de oposição dentro da ordem legal), o mesmo era perceptível em relação a políticos da ARENA. Ainda sobre a relação de Itamar com outros partidos, percebemos que ele, a partir da análise de Fábio Wanderley Reis (1979), mesmo sendo do MDB, conquista parte do eleitorado arenista e isso também pode estar relacionado ao anti-extremismo e ao conservadorismo. A questão do centrismo, portanto, é evidente, mas o que se ressalta é o personalismo mesmo, tendo como exemplo a proposta de candidatura independente (projeto proposto em seu último mandato de Senador, quando filiado ao PPS).

A questão das alianças também se destaca, uma vez que percebemos que Itamar, filiado a um partido, faz alianças ou ressalta posições em relações a políticos de outros partidos, dos mais variados dentro do espectro ideológico. Dois exemplos dessas relações são José Dirceu, seu amigo pessoal, e Fernando Collor, seu “cabeça de chapa”.

#### 7.5 AS MONTANHAS DE MINAS

Ao chegar na entrada do Memorial da República Presidente Itamar Franco, além da opulência do prédio e do Fusca azul (a primeira vez, localizado no centro e, atualmente, na lateral esquerda frontal do prédio para ser mais visível da rua), me deparei com a seguinte imagem:

Figura 12 – Foto do hall de entrada com frase em destaque



Fonte: Foto própria (2019).

“Ninguém nivelará as montanhas de Minas”<sup>341</sup> é a frase escolhida para marcar, em letras grandes, a arte no hall<sup>342</sup> do MRPIF, fazendo menção a uma das características mais marcantes do estado de Minas Gerais: sua paisagem cheia de montanhas. Essa paisagem, as montanhas de Minas, traz essa característica marcante do estado, que é objeto de paixão e destaque de poetas e memorialistas mineiros, e de políticos (ARRUDA, 1990). Maria Arminda Arruda mostra como a memória está ligada à história e à geografia do estado, e, ao falar do mineiro e de Minas, afirma que “as montanhas seguram, dão unidade, entranham” (1990, p. 112). Logo, a montanha remete ao interior, à centralidade preservada; entre as montanhas reside a terra de nascimento e seu relevo passa a determinar o caráter dos mineiros (DULCI, 1984b), exercendo um papel conformador. As montanhas apresentam, portanto, uma função modeladora. E os mineiros, por seu lado, são entranhados a essa terra, apegados, sendo considerados metaforicamente como Homens-árvore, com suas raízes fincadas à terra, como no Mito de Dafne (ARRUDA, 1990). As montanhas, ademais, permitiriam aos mineiros “a ampliação do alcance do olhar” (ARRUDA, 1990, p. 222): “Minas é o equilíbrio porque pode enxergar mais longe, a sua visão abrange todo o horizonte. Essa capacidade superior dos mineiros, expressa na moderação, é trabalhada, todavia, no prisma da renúncia à liberdade” (ARRUDA, 1990, p. 222).

Maria Arminda (1990) continua desenvolvendo seu raciocínio sobre esse tema, afirmando:

<sup>341</sup> No Memorial, uma das bolsistas informou que a frase era atribuída a Itamar, quando, na verdade, a biografia (YAZBECK, 2011) dá outra explicação.

<sup>342</sup> Elaborada por Ricardo Cristóforo, Professor do Instituto de Artes e Design da UFJF.

A dimensão mítica da mineiridade resulta de uma apropriação particular da infinitude do tempo. À sensação de permanência ofertada pelas montanhas mineiras corresponde, no interior do discurso, uma proposta de segurança diante da volatilidade dos eventos históricos. A especial assimilação da história pelo pensamento mítico faz nascer um mundo uno e indivisível, fundador de uma representação particular da realidade (ARRUDA, 1990, p. 127-128).

Sobre o tema, Dulci (1984b) acrescenta a relação entre as montanhas e o ritmo mineiro de correção dos excessos da velocidade, característica trabalhada em outra parte desse capítulo, referenciando Amoroso Lima, um conservador atroz:

A montanha, antes de tudo, limita os horizontes, e assim é fator de conservação, de fidelidade ao passado. Da mesma forma, determina um ritmo lento de vida. O mineiro anda compassadamente, habitua-se a subir ladeira e “a coletividade mineira acompanha esse ritmo que distingue o passo do homem mineiro. É demorada em se mexer. Não se distingue pela audácia, pela inovação, pelo brilho. Sua marca é corrigir os excessos de velocidade” (AMOROSO LIMA, 1945, p.71 apud DULCI, 1984b, p. 9).

Essa ideia, a referência à ela e à metáfora observada na frase está presente não somente no MRPIF, como exposto acima, mas também em outras obras e discursos sobre Itamar. Em alguns momentos, a biografia de Yazbeck (2011) ressalta que Itamar enxergou além das montanhas, isto é, mais longe, em alguns momentos. A primeira quando Itamar estava concorrendo e foi eleito pela segunda vez Prefeito de Juiz de Fora: “Faltava, agora, alcançar a maioria dos votos no dia 15 de novembro [de 1972], quando 109.353 eleitores iriam às urnas selar o destino da cidade e do engenheiro que retomava o voo já vislumbrando, intimamente, a paisagem além das montanhas” (YAZBECK, 2011, p.128), se referindo a um cargo no nível nacional. A segunda vez, na conjuntura da eleição para o Senado em 1974. Se referindo à ocasião, é possível ver o uso da mesma frase presente no Memorial:

Eleito, Itamar Franco iniciara sua caminhada que se prolongaria para além das montanhas, que “ninguém jamais nivelaria”, como ouvira, ainda criança, pronunciada por sua mãe em tom patriótico, e várias vezes repetida ao longo da vida. A frase “Ninguém jamais nivelará as montanhas de Minas”, de autor desconhecido, marcaria os seus pronunciamentos em louvor às terras mineiras (YAZBECK, 2011, p. 141-142).

A terceira vez, se referindo a JK como um político mineiro que tinha visão de futuro além das montanhas (YAZBECK, 2011), reconhecendo também outros políticos montanhesees como dotados do “espírito mineiro”, como Gustavo Capanema, Milton Campos, entre outros que serão ressaltados adiante. Depois, a referência do biógrafo às montanhas aparece quando Itamar se filia ao PRN, em 1989, e compõe, como Vice-Presidente, a chapa com Collor:

A decisão de Itamar de escoltar a candidatura de Fernando Collor como o seu vice deixou seus assessores e amigos surpresos e temerosos de estar embarcando numa aventura sem nenhum proveito, senão o desgaste. Contudo, Itamar provou que mais uma vez estava à frente de todos na avaliação do panorama político nacional, enxergando além das montanhas (YAZBECK, 2011, p. 173).

Ainda sobre como “seu olhar ainda atravessava as montanhas”, Yazbeck faz referência ao fato de Itamar ter feito seu sucessor, FHC, e ainda ter levado-o até Miami, em dezembro de 1994, fazendo com que FHC fosse a grande estrela do Brasil (YAZBECK, 2011).

Assim, nota-se uma confluência entre as referências bibliográficas e os discursos analisados em relação às metáforas sobre as montanhas mineiras. Elas, por sua vez, tornam o mineiro superior, por possibilitá-lo enxergar mais longe. Nivelar as montanhas, portanto, significaria perdemos essa qualidade tão distintiva e, em última instância, significa deixarmos de existir enquanto mineiros, porque elas guardam o que somos, guardam nosso segredo, fornecem nossa segurança, fixam nossas raízes e nos conservam.

## 7.6 ITAMAR E OS GRANDES NOMES MINEIROS

Além da “necessidade do mineiro de falar de Minas” (ARRUDA, 1990, p. 94), que pode ser percebida em Itamar, também se destaca a fala sobre políticos mineiros em geral, como representantes dessa mineiridade, tal qual expõe Arruda (1990):

as apropriações particulares do mito, por agentes sociais envolvidos em momentos históricos definidos. Intrinsecamente, as representações estabelecem a passagem do mito para a prática ideológica, quando os homens são capazes de romper a fixidez do elo entre um pensamento e o objeto que lhe corresponde. Em termos concretos, a representação da mineiridade manifesta-se ao assumir a maleabilidade das práticas sociais [...] (ARRUDA, 1990, p. 132).

Essas práticas estão envolvidas na confecção de projetos políticos determinados, vinculadas ao pensamento mítico. Para Arruda, grupos e/ou classes sociais “se utilizam das evocações de imagens para implementar seus propósitos e/ou para perpetuar certas condições. Percebe-se, nesses momentos, a conexão entre o mito e o *fazer histórico*” (ARRUDA, 1990, p. 134, grifo do autor). Sobre a classe política mineira, especificamente: “Os políticos mineiros mobilizaram a memória do passado no exercício de suas ações, enquanto legítimos porta-vozes de uma história transformada em tradição inquestionável. A memória do passado imiscuiu-se em suas práticas, estas sim de feitiço claramente ideológico” (ARRUDA, 1990, p. 257). Segundo Arruda (1990), os memorialistas contribuem para a nutrição desse imaginário. Os discursos políticos trazem lembranças dos feitos passados e o apego à memória de Minas: “A



incorporação política do imaginário mineiro enfatiza a dimensão da memória e, por isso, os discursos dos seus representantes possuem, no mais das vezes, tom memorialístico” (ARRUDA, 1990, p. 228)<sup>343</sup>. Buscando consolidar esse pensamento, conclui que:

A mineiridade, ao criar a figura abstrata dos mineiros identifica-os; estes, ao moverem-se nos quadros de suas propostas, visíveis nos momentos rituais, reforçam-na. Manifesta-se nesse passo, o papel emulador do mito no direcionamento das práticas sociais. Aqui, expressam-se as virtualidades do mito (ARRUDA, 1990, p. 131).

Otávio Dulci (1984b), anteriormente a Arruda (1990), já informava sobre a elite política mineira:

Mais é importante salientar que essa imagem é cultivada, em primeiro lugar, pela própria elite política de Minas. Esta se vê como portadora de tais atributos, difunde sua auto-imagem e elabora formulações a respeito. Mostra-se consciente da sua “especificidade”, e em função disso situa o seu papel na cena política. Dessa forma, a “mineiridade”, concepção comum das elites, torna-se o código que as une, que aproxima os seus membros, definindo sua identidade e seus critérios. Como estamos aí na esfera dos valores – que repercutem diretamente em interesses –, essa concepção cumpre portanto uma importante função ideológica, tanto em termos de unificação das elites quanto no sentido de justificar sua hegemonia social. A “mineiridade” constitui portanto um bom exemplo de ideologia da classe dominante [...] (DULCI, 1984b, p. 13).

Em discursos e livros escritos por Itamar e em obras sobre ele, percebemos menções a mineiros, de uma maneira geral (memorialistas<sup>344</sup>, por exemplo), principalmente aos políticos que tiveram relevo nacional, como Milton Campos<sup>345</sup> (UDN-ARENA), Gustavo Capanema<sup>346</sup>

<sup>343</sup> Como, por exemplo, “As lembranças que na alma já moram”, discurso de despedida do Senado. Sobre tal, ver: Franco (1990).

<sup>344</sup> Ver livro “Lembranças que na alma moram”. O saudosismo de Itamar e o episódio do palácio do planalto envolvendo Sara Kubistchek, descrito na biografia de Yazbeck (2011).

<sup>345</sup> Além de citar Milton Campos em vários de seus discursos, Itamar também faz discurso específico dedicado a ele (FRANCO, 1999). Em Dulci (1984b), temos várias referências a Milton Campos que tocam a questão da mineiridade. (1927), como “a constante liberal de Minas Gerais”, e o cita: “Minas nunca empunhou o facho das reações do poder, como nunca esteve na vanguarda das reivindicações sangrentas. Entre os surtos de demagogia e as investidas do despotismo, guardou sempre uma linha, raramente alterada, de moderação e tolerância” (Milton Campos, 1927 apud Dulci, 1984b, p. 21). Papel de Minas no Brasil, a ideia da centralidade geográfica também aparece: “Dessa condição de centro geográfico é natural que decorram muitas consequências, não apenas de ordem física e econômica, mas também de ordem humana e política. O centro é, por definição, ponto de convergência e nucleação, dando a ideia de síntese, de dureza e de estabilidade.” (Milton Campos, 1956 apud Dulci, 1984b, p. 22). Da mesma maneira, se dá a referência ao equilíbrio do mineiro, à composição: “O equilíbrio – eis o traço característico da índole mineira e que é, ao mesmo tempo, sua glória e seu drama. Porque o equilíbrio exige esforço excepcional [...]. No meio, há pressão dos lados e surge a necessidade de reagir, de medir e de compor.” (Milton Campos apud Dulci, 1984b, p. 22). Para mais informações sobre Milton Campos, ver: <http://www.fip.mg.gov.br/index.php/colecoes-de-livros/79-colecao-mineiriana/105-memoria-politica-de-minas-gerais-milton-soares-campos>

<sup>346</sup> A biografia de Itamar dedica uma seção a tratar do “Tributo à Capanema” realizado no Senado Federal: “o espírito telúrico das Minas Gerais, trazendo na alma e no coração a pureza dos homens montanheseiros” (YAZBECK, 2011, p. 165). Arruda (1990) discorre sobre os intelectuais mineiros e Capanema, “modernistas da tradição” (ARRUDA, 1990, p. 238). Também há mais uma referência encontrada Badaró et al (1985)..



(PSD-ARENA), JK<sup>347</sup> (PSD) (que merece destaque não só por estar presente nos discursos, mas também por ser referência/influência para sua trajetória política), Tancredo Neves (PSD-MDB), Teófilo Otoni<sup>348</sup>, Arthur Bernardes<sup>349</sup>, entre outros. Podemos ver, com isso, a presença de diferentes espectros partidários, de modo que, conforme Arruda (1990), mesmo políticos opositores atribuem as mesmas características aos mineiros. A maioria desses políticos é citada por Dulci (1984b), quando se trata dos discursos diante da questão da conciliação.

Nesse sentido, Tiradentes<sup>350</sup> é uma figura basilar para entender a história de Minas e a relação com “o enleio do imaginário e a identidade vinda da independência”, que Maria Arminda Arruda se debruça com muita atenção. Tiradentes, os inconfidentes e a Inconfidência são componentes essenciais para caracterizar certos traços das visões de mineiridade. A inconfidência, logo, é como se fosse o “Monte Pascoal” da Liberdade. Tiradentes, de mineiro ilustre, se transforma no marco da história moderna brasileira, um criador da verdadeira nacionalidade: “Filhos de Tiradentes – arquiteto da nação – são, os mineiros, os legítimos continuadores da obra iniciada por seus fundadores. Assim, os políticos mineiros confeccionam a grandeza de sua estirpe” (ARRUDA, 1990, p. 98), relacionando Minas ao todo e à ideia do mineiro servindo à Nação. Na biografia, Yazbeck (2011) cita Itamar agradecendo ao Presidente de Portugal pelo reconhecimento de Tiradentes como herói das duas nações. Em outra passagem, como então Governador de Minas, Itamar se refere às tradições mineiras que remontam a Tiradentes.

A referência a Tiradentes, portanto, também se destaca no discurso de Itamar, de modo direto ou indireto. Em discurso no Círculo Militar, no almoço com generais semanas antes de assumir definitivamente a Presidência da República, Itamar fala “da reflexão que une a todos os brasileiros sobre os destinos do Brasil” (FRANCO apud BRASIL, 1992, p. 28) e se refere ao consagração do “ano do bicentenário da execução do herói do Brasil, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes” (BRASIL, 1992, p. 29)<sup>351</sup>. Em seu primeiro pronunciamento como Presidente da República, no dia 30 de dezembro de 1992, Itamar afirma: “Não há força

---

<sup>347</sup> A relação de Itamar com JK está além da questão do discurso. Essa relação vem à tona através da profissão e do contexto histórico em que se forma, nas concepções de progresso e modernidade. Em Yazbeck (2011), podemos ver isto em várias passagens, mas em específico em o “Tributo a JK” (YAZBECK, 2011, p. 147-150). Itamar também escreve vários textos em homenagem a JK, além das citações em discursos, como Senador e Governador (cf. FRANCO, 1976; 2022). Ainda sobre JK, no evento PARA Diamantina se tornar patrimônio cultural da humanidade, Itamar faz um discurso todo voltado para JK, natural desta cidade (cf. FRANCO, 1999)..

<sup>348</sup> Citado por Arruda (1990).

<sup>349</sup> Franco (1975).

<sup>350</sup> Tiradentes é uma figura basilar, citada direta ou indiretamente por Itamar em seus discursos. Tiradentes é a “personificação” da luta pela liberdade de Minas.

<sup>351</sup> Itamar Franco. Discurso de 16 de dezembro de 1992. Biblioteca da Presidência da República.

que nos impeça de cumprir o grande destino que foi o sonho e o sangue de nossos heróis e mártires. O Brasil está pronto para ocupar o futuro” (FRANCO apud BRASIL, 2008, p. 9)<sup>352</sup>. Faz, ainda, a seguinte referência, ainda que indiretamente, trazendo também outros elementos da mineiridade, em associação à missão dos heróis e mártires (entenda-se, de Minas). Quando Governador de Minas, na crise com o governo federal (FHC), Itamar mais uma vez fez referência a Tiradentes e às tradições:

Quem conhece nossas tradições, que remontam a Felipe dos Santos e a Tiradentes, não deve se surpreender com a defesa firme que sempre fizemos dos interesses de Minas e do Brasil. Isso porque o governo de Minas Gerais sabe que o único caminho para atender às prioridades sociais do país consiste em honrar as suas tradições de luta pela independência nacional [...] (FRANCO, 2000 apud YAZBECK, 2011, p. 283-284).

Nota-se que a imagem de Tiradentes é utilizada para mostrar “certa contiguidade entre o martírio do inconfidente e o sacrifício dos montanhese” (ARRUDA, 1990, p. 98), e essa relação aparece de maneira clara quando outro mineiro é associado à figura de Tiradentes: Tancredo Neves, também citado por Itamar. Yazbeck (2011), ao lembrar da morte de Tancredo, faz referência à coincidência com a data de morte do mártir da Inconfidência. Não só a relação entre morte e sacrifício, Tancredo representa, na década de 1980, uma “atualização da conciliação” e “uma projeção nacional da mineiridade”, como ressalta Dulci (1984b). Tancredo Neves<sup>353</sup> foi candidato do PMDB mineiro a Governador em 1982. Sendo vitoriosa a sua eleição,

---

<sup>352</sup> Brasil. Presidente (1992-1994: Itamar). Seleção de discursos / Presidente Itamar Franco. - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

<sup>353</sup> Dulci traz várias contribuições acerca da mineiridade e Tancredo Neves, citando o próprio: “Tenho a impressão de que Minas vai recuperar sua tradição histórica, vai voltar a ser voz influente nos destinos do Brasil, vai ter participação mais ativa nos conselhos da República e vai levar, realmente, à solução dos problemas nacionais aquela contribuição de equilíbrio, de clarividência, de bom senso e de discernimento político que foi, sempre, uma característica da nossa gente – qualidades das quais estamos carecendo, e muito.” (TANCREDO NEVES apud DULCI, 1984b, p. 28). Dulci ressalta que, quando eleito, Tancredo comenta não haver sangue, e sim respeito aos vencidos. A solução apresentada foi a conciliação: “A Nação não comporta nem lutas partidárias acirradas nem luta de classes exacerbada. Há que encontrarmos com urgência o caminho do entendimento”, afirmava significativamente Tancredo Neves pouco antes de tomar posse. E, dias depois, em visita ao Vice-Presidente Aureliano Chaves, observa que a sucessão de Figueiredo “poderia vir num clima de consenso. Aí, o candidato tanto pode ser do PDS como pode ser do PMDB. Como pode ser um elemento estranho aos dois partidos”. No seu discurso de posse, havia lembrado que nas horas difíceis os mineiros sempre se uniram” (DULCI, 1984b, p. 28). “A presença de Tancredo Neves no governo de Minas efetivamente restaurou a influência da política mineira no plano nacional. Uma das razões para isso consiste, sem dúvida, na atração que a fórmula da conciliação ou do consenso – com o aval da “mineiridade” – exerce sobre as elites brasileiras às voltas com uma crise de graves proporções. Demonstrando grande objetividade, Tancredo Neves havia, por ocasião da reforma partidária de 1979, liderado a formação do Partido Popular, embrião de uma fórmula de conciliação. O PP destinava-se a servir de instrumento à transição controlada, à mudança adaptativa do regime. Mais ainda, poderia ser o canal para o encaminhamento do problema da hegemonia burguesa: recorde-se como aglutinou o empresariado mais moderno em torno de uma proposta de liberalização do país. O PP era, em certa medida, um neo-PSD apropriado aos anos 80, no sentido de que poderia executar um projeto de reformulação econômica e política endossado pelas elites e sem ferir seus interesses inegociáveis. Dissolvido em virtude do “pacote” de novembro de 1981, fato que se constituiu num dos equívocos mais sérios do regime, o PP continua a existir enquanto proposta, já agora incrustado no PMDB e aí disputando a hegemonia das ações. [...] transição não-traumática” (DULCI, 1984b, p. 29).

em seu discurso, falou em devolver Minas aos mineiros, depois de vinte anos de centralismo autoritário que deformou a federação e atingiu o prestígio das elites mineiras no plano nacional. Sobre o papel reservado a Minas após as eleições de 1982 para Governador do estado, Dulci (1984b) ressalta:

Com efeito, Tancredo Neves não é senão a expressão contemporânea de uma linhagem que, como vimos, é antiga. Torna-se um pólo de atração na medida em que se espera que represente a nível de Estado, ou seja, na presidência, a conciliação de interesses capaz de fundamentar uma efetiva liberalização. A proposta de conciliação, hoje, já não é apenas o fulcro da ideologia das elites mineiras, mas passou a ser o meio desejado pela burguesia brasileira para promover seus objetivos estratégicos. Ela se nacionalizou. Dessa forma, a subcultura política mineira tende a se projetar sobre o todo nacional. É resgatada e revalorizada, por ironia, logo após ter sido culpada por todos os males (DULCI, 1984b, p. 29).

De uma maneira geral, o que é possível notar é que os políticos mineiros, e em especial Itamar, ao falar de outros políticos mineiros, estão falando um pouco de si mesmos ou da maneira como gostariam de ser vistos. E o próprio exercício de falar do outro, de um “igual”, mantém a tradição e permite que também seja lembrado e referenciado um dia. Quando Itamar morre, por conseguinte, vários políticos, inclusive políticos mineiros, entre eles, Aécio Neves e Antônio Anastasia, falam sobre ele e ressaltam características que ele próprio reconhecia nos que referenciava, como podemos ver em Almeida e Alves Filho (2011). Os políticos em Juiz de Fora também se manifestam na ocasião, como o Prefeito à época Custódio Mattos<sup>354</sup>, e Bruno Siqueira – que, em campanha no mesmo ano, utiliza a imagem de Itamar e sua relação com ele. Mas, nesse momento de comoção pela morte, essas manifestações são esperadas, mesmo que, em Itamar, apresentem a “unanimidade” referida por Almeida e Alves Filho (2011). Até o presente momento, foi possível notar que apenas Bruno Siqueira fala de Itamar em momentos posteriores, principalmente em momento de campanha eleitoral (2011 e 2015), e em outros contextos, como no de inauguração do busto de Itamar na Avenida Itamar Franco, em 2013, e no recebimento da Medalha Itamar Franco, em 2018.

## 7.7 O MINEIRO E A NAÇÃO

Um ponto muito presente e discutido na “Mitologia da Mineiridade” é a relação entre nacional e regional/local. Para uma análise sobre isso, partirei da própria instituição memorial e do nome que recebe. O Memorial da República Presidente Itamar Franco, como o encarte e o site afirmam, possui expressivo acervo, permitindo conferir parte significativa da história da

---

<sup>354</sup> Ao saber do falecimento de Itamar, Custódio propõe, em transmissão televisiva, a mudança do nome da Avenida Independência para Presidente Itamar Franco.

República e da trajetória pública e política de seu titular. Busca preservar, portanto, a memória nacional e municipal, a partir do acervo histórico-cultural de Itamar, salvaguardando um significativo recorte da memória da República, e enaltecendo o “obstinado desempenho político e ético” de Itamar. Na justificativa presente no site do Memorial, ressalta-se uma parte do texto:

Sua contribuição à Pátria nos aliviou na travessia dos anos 1990. Sem o presidente, seria impossível a consolidação da democracia. Por seu empenho incansável e ético na luta constante a favor dos brasileiros, o presidente Itamar Franco sempre permanecerá como referência.  
Orgulha-se a Pátria, que possui este filho!<sup>355</sup>

A citação traz alguns pontos relevantes, ressaltando a figura de Itamar como fundamental para a consolidação da democracia no país no momento de crise política que culminou com o impeachment do primeiro Presidente eleito da Nova República, Fernando Collor; seu empenho incansável para nos trazer alívio e o orgulho por parte da Pátria que viu que esse filho que não fugiu à luta, como em nosso hino nacional. Essas ideias são reforçadas em outros marcadores presentes no Memorial.

No plano do discurso, enquanto Senador, Itamar pode ser visto como a “voz” de Minas, pois legisla e fala em nome dos mineiros, sobre os mineiros, para os mineiros<sup>356</sup>. Enquanto Presidente, percebemos a ideia de que o governo Itamar assume os “destinos da Nação”, tendo a missão de “executar”, trazer a estabilidade democrática, mas, principalmente, a estabilidade econômica, com o Plano Real, e o esforço para nos “salvar”. É quando chega à vice-presidência, mas principalmente à Presidência da República, que alguns marcadores característicos da mineiridade se ressaltam, a meu ver. Tem, ainda, a “missão” de unir o país a partir de uma articulação entre forças diversas em torno de um “centro”, sem posições extremas. É o governo Itamar, ademais, que promove as reformas em busca de “alinhar” o país (ARRUDA, 1990).

Ao falar do discurso de Tancredo, por exemplo, Arruda informa que é possível perceber um “tom salvacionista” para “promover mudanças”, “em nome da conciliação”, acrescentando que o “caráter redentor do líder torna esse discurso uma peça exemplar do imaginário político” (ARRUDA, 1990, p. 225). Em alguma medida, portanto, é possível notar o uso dessas referências também em relação a Itamar, guardadas as devidas proporções.

Minas aparece como o repositório da nacionalidade, “Minas está mesclada ao conjunto, ao terreno comum, e as suas mãos de escritã tentam urdir a História do Brasil” (ARRUDA, 1990, p 102), e os portadores dessa “Missão de Minas” seriam os representantes políticos, que

<sup>355</sup> Disponível em: <http://mrpitarfranco.com.br/n/instituicao/justificativa/> Acesso em: 20 mar. 2020.

<sup>356</sup> Discurso na Convenção para Senador em Anexo 7.

tomariam posição em prol da unidade nacional (DULCI, 1984b; ARRUDA, 1990). Dulci (1984b), ao refletir sobre o papel que Minas desempenha, leva em consideração três níveis:

1. *preservação*: Minas, imagem da tradição e do passado, “deve figurar, perante o Brasil, como espelho de sua consciência”; o espírito mineiro de continuidade, o bom senso, lhe permitiriam agir na órbita nacional para “impedir os desvios”, “impedir a ruptura”, evitar os saltos no escuro” (p. 227-228); 2. *reforma*: “... a ação da montanha sobre o litoral não é apenas conservar... é também corrigir o que o dinamismo cosmopolita carrega continuamente às nossas plagas” (p. 230), e para isso o temperamento mineiro, aberto aos valores novos, não-sectário, facilitaria a tarefa; 3. *compensação*: “Minas é o centro do Brasil” e “por isso mesmo o seu equilíbrio” (p. 231), capaz de conjugar a dimensão do realismo, da objetividade, com o idealismo – a primazia da ética e do humanismo –, de forma a ocupar ativamente o seu lugar de “encruzilhada de todos os caminhos brasileiros no mundo moderno” (p. 234) (AMOROSO LIMA, 1945 apud DULCI, 1984b, p. 11).

Em outras palavras, buscando traduzir para o discurso, em geral sobre Itamar e seu governo, temos a preservação da democracia e a continuidade democrática, impedindo a ruptura (pela ordem e pela lei), e promovendo a reforma<sup>357</sup> econômica, por meio do Real, e social, a partir de coalização de forças. Há, ainda, a compensação, o equilíbrio econômico, o equilíbrio no governo, pelo centro e pela coalizão de forças, com união e ética.

Minas é o centro que une, e não apenas geograficamente, como “encruzilhada dos caminhos”, mas politicamente, pois é, junto com o conjunto dos mineiros, “antiextremista” (DULCI, 1984b; ARRUDA, 1990). Minas, por conseguinte, aparece como produtora de políticos ilustrados e a “Mineiridade é mobilizada e revive na cena social brasileira, revestindo-se de uma *missão* privilegiada, e constituindo-se em resposta política às soluções de cunho conciliatório” (ARRUDA, 1990, p. 233), “Minas apresenta resposta acabada. [...] Aos momentos de imprevisibilidade política e social [...]” (ARRUDA, 1990, p. 105). E essa “Missão”, esse “papel de Minas”, a “Voz” envolve uma integração sem rupturas:

De outro lado, no plano da política nacional, decanta-se o equilíbrio manifesto no discurso conciliatório, na integração das diferenças, isto é, na sugestão de correções sem as implicações perigosas da ruptura. Pensamento dessa ordem nutre os projetos voltados à reconstrução dentro da permanência. Nessas concepções, encontra-se, em sua inteireza, a ideia da missão de Minas (ARRUDA, 1990, p. 122).

É assim que a Vocação para a Política dos mineiros, outra característica atribuída a Itamar, aparece. A “Vocação de Minas releva os mais altos desígnios da nação” (ARRUDA, 1990, p. 119). O “manejo político” do mineiro vê a “Política cuja preocupação com o poder se

---

<sup>357</sup> A própria noção de reforma envolve o elemento de conservação, em alguma medida, pois a mudança não transforma totalmente, e sim aprimora ou visa melhores resultados sobre algo que já existe (promovendo a mudança dentro da ordem).

entranha no âmago” (ARRUDA, 1990, p. 232). Assim, essa atração dos mineiros pela política é naturalizada, como ressalta Arruda (1990), e, nesse sentido, Minas, pelo sacrifício dos seus, é quem constrói o Brasil:

Os mineiros sacrificariam os seus interesses “imediatos e concretos” para cultivar o conjunto, diferentemente de São Paulo, que se voltou à realização da sua vontade particular. Os mineiros, por isso, são homens talhados para a prática política generosa, desenvolvendo verdadeira vocação para problemas públicos: “dos mineiros ainda se poderá esperar também, e quiçá, o equilíbrio, a ponderação, a palavra de paz, o desejo de síntese, a lógica e a verdade, que sempre contribuíram a mais alta expressão de sua maneira peculiar de ser”. A atividade política em sua dimensão nobre ressurge, aqui, enquanto produto de um caráter específico, quase como potencial biológico que, uma vez herdado, torna-se parte integrante do ser. *A atração pela política foi naturalizada*, por não resultar da própria vida social e muito menos das relações sociais que se alojam e conformam a organização da sociedade. Ao espírito de Minas, em suma, remete-se a razão política, elemento constitutivo de sua própria memória [...] (ARRUDA, 1990, p. 119).

Os mineiros se firmaram na política não só no estado, mas em todo o país, tendo um papel de liderança pelo fato de Minas apresentar-se como incomum (ARRUDA, 1990, p. 120). E, como afirma Arruda, “A presença do mito expõe certa “vocação” de Minas à perpetuação. A perpetuidade da vida, gerada na cadencia morosa do tempo” (1990, p. 137).

O equilíbrio, por sua vez, aparece como traço característico da índole mineira e exige esforço excepcional (DULCI, 1984b).

“Quando políticos, os mineiros sempre temperaram o entusiasmo romântico – tão necessário para se vislumbrar e tentar alguma coisa, nesse imenso país ainda mal alinhavado – com a ponderação realista. Tornaram-se assim elementos de equilíbrio indispensáveis ao governo central.” Isto é, aos mineiros conferiu-se uma missão, que “não é apenas preservativa e conservadora. É reformadora”. Nessas concepções, o equilíbrio dos mineiros moldaria o corpo do país, visto ter esta feição inorgânica (LATIF, 1960, p. 211-212 apud ARRUDA, 1990, p. 92).

Na perspectiva mineira, o equilíbrio envolve a relação entre a Ordem e a Liberdade. Sobre o tema da unidade nacional e a missão dos mineiros, observa-se que, além dos discursos de maneira geral, ele se faz presente no lema do Governo Itamar:

Figura 13 – Lema do governo Itamar



Fonte: Site “Arquitetura em notas”<sup>358</sup> (2019).

Aqui, o site “Arquitetura em notas” refere-se a “Itamar *quae sera tamen*”, parafraseando o lema da bandeira de Minas, pois a imagem apresenta o triângulo equilátero que evidencia a referência à bandeira mineira, mas com as cores do Brasil. “União de todos”, por sua vez, traz o sentido de coesão nacional. Com base em Arruda (1990), podemos compreender esse lema-símbolo como expoente da noção de unidade presente no discurso da mineiridade<sup>359</sup>.

Tendo esses elementos em vista, a união e a unidade nacional dependem da conciliação para evitar rupturas (DULCI, 1984b), típica do caráter conciliador do mineiro. O arranjo político de conciliação ou consenso envolve os moderados em uma articulação de centro: “essa fórmula serviria a uma transição moderada, relativamente indolor para o regime, através de um pacto de forças político-partidária capaz de prosseguir a estratégia de abertura política sem no entanto confrontar-se com os interesses dominantes” (DULCI, 1984b, p. 7). Dulci acrescenta que essa “proposta de conciliação tem aparentemente como base principal a elite política mineira, sob a égide de suas principais lideranças” (DULCI, 1984b, p. 7-8), referindo-se, no caso em questão, aos líderes moderados do PMDB e do PDS, o Governador Tancredo Neves, eleito em 1982, e o Vice-Presidente Aureliano Chaves, respectivamente. Assim, a conciliação seria a arte de uma minoria dominante, visando o compromisso entre interesses divergentes, na qual os mineiros se distinguem, desde a Independência, sempre presentes na política nacional:

<sup>358</sup> Site Arquitetos em notas: <https://arquiteturaemnotas.com/2019/02/08/brasil-uma-marca/> Acesso em: 10 dez. 2019.

<sup>359</sup> O lema da campanha de Collor era “vamos construir um Brasil novo” e a logomarca do governo “Governo do Brasil”.

“Gestou em Minas Gerais uma cultura política própria que ganha relevo nos momentos de transição no Brasil, visível no chamado fenômeno da conciliação” (ARRUDA, 1990, p. 14). A unidade nacional, dessa maneira, aparece enquanto subproduto da conciliação mineira (ARRUDA, 1990).

Em Yazbeck (2011), nota-se a caracterização de Itamar como conciliador desde o início de sua trajetória política, quando, como Prefeito, na conjuntura do primeiro Seminário de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata (Anexo 5), conseguiu reunir-se e sentar-se com vários políticos adversários, entre eles Magalhães Pinto (arenista), sob o lema “Unir para Expandir”, com a proposta de integração da Zona da Mata a partir da “união de todos que se interessam pelo futuro desta terra” (PINHO NEVES, 2020, p. 189). Na conjuntura da candidatura de Agostinha Pestana (seu Vice e sucessor), em 1970, Itamar é tido como conciliador, por ressaltar que a convenção para candidatura estava aberta a todos, mas a decisão do partido foi pela candidatura única, de modo que Agostinho Pestana continuasse a “ciclópica obra” da então administração de Itamar (primeira), trazendo a questão da importância da continuidade, elemento igualmente valorizado pelos mineiros (DULCI, 1984b). Vale ressaltar que Itamar conseguiu reunir em torno de sua figura setores arenistas que possibilitaram suas vitórias para os pleitos em que conquistou a Prefeitura, como analisa Reis (1979) – referência importante utilizada na parte sobre análise das eleições municipais em Juiz de Fora.

Sobre Itamar enquanto Senador (dois primeiros mandatos), Yazbeck (2011) fala sobre o discurso de união em torno do interesse público, e não de retaliação e vingança. Outra vez, sobre sua segunda eleição ao Senado, o autor (2011, p. 155) diz: “espírito conciliador, Itamar aceitou disputar com Simão da Cunha a indicação [para o Senado] e foi para a convenção do dia 27 de junho de 1982, resguardando sua vaga”. Sobre o terceiro e último mandato de Senador de Itamar, Yazbeck (2011) faz referência à promessa de Itamar de “sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”. Também faz referências a outros políticos mineiros conciliadores já citados: Tancredo, em seu discurso de posse “Venho em nome da conciliação”; JK; e José de Alencar (conciliando classe trabalhadora e empresários).

A citação a seguir sintetiza essas características em alguns pontos:

Essa subcultura política, de acordo com os analistas da “mineiridade”, abrange diversos elementos, que convém sintetizar: 1. O apego à tradição, o senso de continuidade; 2. A valorização da ordem, da estabilidade, a prudência das iniciativas; 3. O senso de naturalidade, configurando uma visão evolucionista da sociedade e da história; 4. O centrismo, a aversão aos extremos, ao radicalismo; a busca do meio-termo, da solução moderada; 5. O realismo, o pragmatismo, a acomodação às circunstâncias, associados à capacidade de transação, de acomodação de interesses; 6. A perspicácia, a



habilidade, a paciência, como meios de lograr objetivos políticos a menor custo (DULCI, 1984b, p. 13).

A projeção nacional da “Mineiridade” teria relação com a conciliação, que visa a permanência do poder do Estado, a partir da neutralização de correntes políticas diversas. Em outras palavras, “palavra conciliação: a harmonia completa dos lutadores, ultimando-se inteiramente a admirável evolução monárquica no equilíbrio dos partidos” (ARRUDA, 1990, p. 224).

A conciliação afigura-se pois como etapa transicional, concebida para absorver as dissenções e imprescindível à tessitura de um futuro promissor. Produto da habilidade política pessoal, a conciliação passa a resultar das qualidades inerentes a alguns homens. Nessas ocasiões, ocorre comumente uma excessiva personificação de políticos tidos como fundamentais à urdidura do novo pacto. Desse ponto de vista, as atitudes conciliatórias surgem envoltas no véu do conservadorismo [...] (ARRUDA, 1990, p. 224).

Essa formulação, presente no discurso e na ação política da elite, demonstra “a origem da fórmula de conciliação, que é o foco da “mineiridade” enquanto ideologia” (DULCI, 1984b, p. 13).

A conciliação surge como uma necessidade irrevogável quando a sociedade não possui mecanismos institucionais garantidores do fluxo normal da sucessão política ou dos momentos de transição. Por isso, o liberalismo adaptado à conciliação legitima elites políticas dissidentes, que se arvoram representantes dos desígnios nacionais. Nesse cenário, alojam-se os políticos mineiros (ARRUDA, 1990, p. 229).

Dulci (1984b) pontua que a ideia de conciliação pode aparecer com outras denominações, como: consenso, compromisso, união nacional, pacto e acordo interpartidário. Todos sinônimos de um comportamento assumido: “no discurso da elite mineira como consistindo substancialmente na busca de equilíbrio entre ordem e liberdade. Essa seria a vocação de Minas, sua ‘constante política’: a ‘fusão natural entre a aspiração de liberdade e a necessidade da ordem’” (DULCI, 1984b, p. 14).

Tendo isso em mente, Itamar possuía uma “Engenharia política”, que, na Presidência da República, teria contribuído para a articulação e a formação de um governo de coalizão, que uniu os partidos em torno do “interesse” maior, e possibilitou reformar principalmente através do Plano Real, trazendo progresso para o país, salvando o povo brasileiro da inflação e permitindo o futuro ao país. Em Almeida e Alves Filho (2011), podemos ver vários discursos que sintetizam essa ideia. Alguns chamam mais a atenção, como é o caso daquele proferido por Fernando Collor de Melo:

Contudo, sua principal obra se daria no exercício da Presidência da República, quando, por meio de uma engenharia política por ele desenvolvida, conseguiu estabelecer um governo de coalizão. O ambiente criado viabilizou as condições políticas e administrativas para que implantasse o plano de estabilização econômica – o Plano Real, que poria fim ao desenfreado processo inflacionário de que o Brasil era vítima há mais de uma década -, mas, principalmente, que assumisse pessoalmente, com a *coragem* que lhe era peculiar, os riscos daquela empreitada. A magnitude e o significado de sua decisão, de seu desempenho e da determinação naquela oportunidade são bem aquilatados pelas benesses da *estabilidade* econômica de que o país e a população brasileira desfrutam até hoje.

Ele foi um amigo e um companheiro inextinguível nos momentos em que militamos juntos na política. Um *homem digno, coerente* e, acima de tudo, na *inquietação* positiva de seu temperamento, um *defensor intransigente dos seus ideais*. Sua *vocação política* refletiu-se principalmente no *caráter articulador* e na *capacidade conciliadora* que demonstrou ao longo de mais de cinco décadas de vida pública, trajetória essa marcada pela *equilibrada austeridade*, porém, sem a perda da *simplicidade* e pelo eterno compromisso com a *ética* na conduta política e nas administrações que exerceu (COLLOR apud ALMEIDA; ALVES FILHO, 2011, p. 83, grifos meus.).

No presente discurso, percebemos, através dos grifos meus, a conexão entre várias características associadas à mineiridade, elencadas no decorrer deste texto.

### 7.7.1 Presidência da República do Pão de Queijo

Alguns trabalhos vão ressaltar o pão de queijo como característico de Minas e representativo do estado, permitindo a associação da imagem do mineiro à tradição culinária. Abdala (2007)<sup>360</sup> cita a posse de Itamar como um dos fatos que ressaltam essa associação, que, regada a café e pão de queijo, teve grande repercussão na mídia e fez com que a alcunha de República do Pão de Queijo fosse criada, aparecendo na Folha de São Paulo no dia seguinte à posse de Itamar.

[...] de volta à cena, espera-se a habilidade, astúcia e conciliação, características associadas ao que se convencionou chamar de político mineiro. Mas dessa vez, de maneira surpreendente, uma outra face da imagem assume destaque. À República das Alagoas não sucede a República de Minas, mas a de seu representante legítimo, o pão de queijo (ABDALA, 2007, p. 59 apud FERREIRA, 2020, p. 119).

Aliás, não só a Folha de São Paulo, como também o Jornal do Brasil<sup>361</sup> utiliza esse termo para se referir a Presidência de Itamar.

<sup>360</sup> Para outros trabalhos que referenciam Abdala (2007) e a República do Pão de Queijo apoiados nela, ver: Ferreira (2020); Morais (2004); e Costa (2009). Morais (2004) cita Abdala (2007) (versão da mesma obra de 1997).

<sup>361</sup> Consultado no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, período entre 1990-1999, anos de 1992, 1993. Expressão de busca República do Pão de Queijo. Disponível em:

### 7.7.2 O Grupo de Itamar, o grupalismo dos mineiros, a confraria: uma proposta de aprofundar a discussão

Com o exposto e analisado no Capítulo VI, busquei demonstrar que o “Grupo de Juiz de Fora”, referido negativamente pela imprensa e negado pelos que escrevem sobre Itamar, possui elementos que envolvem a questão da permanência, da continuidade, das relações e do sentimento de confiança (ARRUDA, 1990). Essas características estão presentes nas representações dos mineiros e da mineiridade, como podemos captar também na seguinte frase: “Amigos de cem anos, como temos em Minas Gerais [...]” (MELO FRANCO<sup>362</sup>, p. 1043 apud ARRUDA, 1990, p. 205). Isso porque, em relação a quem não conhecemos, temos desconfiança (ARRUDA, 1990).

Maria Arminda Arruda, ao afirmar que “a mineiridade, em ampla medida, confeccionou a solidariedade do grupo” (ARRUDA, 1990, p. 258), defende que a vida social se restringe quase exclusivamente ao universo familiar e aos pequenos grupos, comunidade imediata, sendo eles pontos essenciais de referência (DULCI, 1984b; ARRUDA, 1990). A autora cita, nesse sentido, a “confraria mineira”, tendo sentido de irmandade, fraternidade, sociedade ou associação, sendo um conjunto de pessoas que exercem a mesma profissão ou têm um mesmo modo de vida<sup>363</sup>.

Otávio Dulci cita Amoroso Lima e vai mais diretamente ao ponto, usando o termo “grupalismo”, como característica social do mineiro:

O homem de Minas ama os pequenos grupos, em que todos se conheçam e cada um é um caso à parte, uma pessoa viva e não apenas uma célula anônima. O mineiro só se sente bem entre parentes, amigos ou conhecidos. Não perde nunca aquele realismo [...] que o faz apartar-se das coisas vagas, indistintas, anônimas e em série. Tanto nos objetos como nos homens, quer sentir-se entre coisas e almas conhecidas diretamente (AMOROSO LIMA, 1945, p. 116 apud DULCI, 1984b, p. 10).

O mineiro tem no personalismo a defesa contra a massificação (DULCI, 1984b). Itamar, enquanto mineiro, apresenta essa característica de manter o grupo de amigos por perto, dar valor à família e a esses laços. Essa característica é apontada pela própria biografia, juntamente com os elementos de confiança, de permanências e continuidade dessas pessoas ao longo da trajetória (YAZBECK, 2011), mas a presença de amigos em seu governo é sempre justificada

---

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&pesq=Rep%C3%BAblica%20do%20P%C3%A3o%20de%20Queijo&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.br&pagfis=91339](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=Rep%C3%BAblica%20do%20P%C3%A3o%20de%20Queijo&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.br&pagfis=91339) Acesso em: 10 out. 2021.

<sup>362</sup> MELO FRANCO, Afonso Arinos de. A Alma do Tempo. Op. Cit.. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1979.

<sup>363</sup> De acordo com o dicionário Priberam: <https://dicionario.priberam.org/confraria> Acesso em: 02 out. 2021.

pelo argumento técnico e de capacidade. Quando essa ligação é referenciada por outros meios, é recebida como algo negativo, por estar associada a práticas clientelistas, personalistas, de patronagem<sup>364</sup>.

## 7.8 MINAS GERAIS E SÃO PAULO – ITAMAR E FHC

A relação entre os estados de Minas Gerais e São Paulo se trata de importante ponto para esse trabalho, por contribuir para pensar algumas questões na trajetória de Itamar que dizem respeito, principalmente, a Fernando Henrique Cardoso. Quando falamos de Minas e São Paulo, a relação entre os dois estados se ressalta principalmente durante a Primeira República (1889-1930), chamada “vulgarmente” de República do “Café com Leite”, por conta da dinâmica política dos dois estados perante a União, ou “República Velha”, termo ultrapassado pela historiografia sobre o período. Maria Arminda Arruda (1990) vai desenvolver essa relação, mostrando as diferenças entre mineiros e paulistas a partir da contextualização histórica.

Na Primeira República, Minas se situava em posição privilegiada para pedir favores econômicos ao governo federal em troca de apoio político, tendo um caráter clientelista, mas se encontrava economicamente em posição subordinada em relação a São Paulo (ARRUDA, 1990). A imagem do paulista aparece ligada aos bandeirantes, os mineiros ligados à terra. Desse modo, Arruda (1990) contrapõe o “moderno paulista” ao “matuto mineiro”.

Assim, a intenção é pensar como essas caracterizações contribuem para entender e analisar a relação entre esses dois personagens, partindo de um ponto: a implementação do Plano Real e sua “paternidade”. Como demonstrado em outras partes desse trabalho, existe uma disputa em torno da paternidade do Real. Vale ressaltar que, do meu ponto de vista, o reconhecimento sobre o Real deve ser dado aos dois personagens. Mas, como demonstrado anteriormente, essa disputa envolve “esquecimentos” e “silenciamentos”, dependendo do lugar de memória destinado a uma ou a outra persona. No MRPIF, por exemplo, FHC é silenciado e, por vezes, criticado indiretamente, e o nome de Ricupero<sup>365</sup> vocalizado. Acredito que, nos escritos de FHC<sup>366</sup> e no Instituto FHC, o nome de Itamar, se não silenciado, é colocado em segundo lugar. É possível, inclusive, notar em uma busca rápida no site da Fundação FHC, que existe uma vasta galeria sobre o Plano Real, nesse quesito, com uma exposição muito mais aprofundada sobre dados estatísticos e econômicos sobre o contexto de implantação, bem como

---

<sup>364</sup> Algumas referências são pensadas para aprofundar esse debate: LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Companhia das Letras, 1948; CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados [online], 1997, vol. 40, n. 2.

<sup>365</sup> Ministro da Fazenda no momento do lançamento da moeda Real.

<sup>366</sup> Em Cardoso (2015), por exemplo.

suas fases. Outra evidência de que o mesmo acontece quando olhamos a partir do outro lado está presente no documentário “Real 25 anos: muito além de uma moeda”<sup>367</sup>. Nele, Itamar pouco é citado e, quando assim acontece, é desqualificado por Rubens Ricupero, o mesmo ministro que aparece tecendo elogios no depoimento apresentado no MRPIF, e que informa que Itamar pouco sabia do Plano. Assim, a equipe econômica liderada por FHC ganha o crédito pela implementação do mesmo. No próprio nome do documentário, aliás, existe a defesa de que o Plano ia muito mais do que a fase de implementação da moeda, muito defendida e propagandeada por Itamar e também nos lugares de memória analisados pela presente tese.

Mas o fato é que a implementação do Real faz com que Itamar eleja seu sucessor, FHC (PSDB), em 1994, para o mandato de 1995-1998. O que é possível notar em Yazbeck (2011) é o discurso sobre FHC não ser a primeira opção de Itamar a sucessão. Quando escolhido sucessor, tomou-se algumas posturas que desagradaram a Itamar, como a questão de quem seria vice na chapa de FHC, tendo a opção feita por Itamar sido completamente ignorada, levando à aliança com Marco Maciel (PFL, à época). Outro ponto de crítica de Itamar a FHC diz respeito à implementação da reeleição para Presidente, que possibilitou FHC exercer o segundo mandato em 1998, para o mandato 1999-2002.

É nesse segundo mandato de Presidente da República de FHC que vamos ter a intensificação da polêmica entre esses dois personagens políticos, pois Itamar Franco é eleito Governador por Minas na eleição de 1998, pelo PMDB, com o slogan “Minas levanta sua voz”<sup>368</sup>. As polêmicas envolvendo as privatizações da Cemig e de Furnas, a fazenda da família de FHC em Minas e o MST, além da moratória da dívida do estado, são objeto do capítulo sobre o cargo de Governador de Minas, presente em Yazbeck (2011), e mostra, no discurso de Itamar, a valorização da história e da tradição de Minas e dos mineiros, sua independência política perante a União, a luta pelos valores e pela autonomia do Estado, o direito à resistência, entre outros elementos relacionados à mineiridade.

Além disso, de ambas as partes, aparecem afrontamentos pessoais que levam a crer que o confronto extrapola a relação entre o Governo Federal e o Governo Estadual, ou até mesmo a relação partidária, havendo uma personificação do conflito que, em alguma medida, acredito, está ligada à disputa sobre a paternidade do Real e à mágoa que Itamar tinha em relação ao não reconhecimento de seus feitos enquanto Presidente (entenda-se, aqui, justamente o Plano Real),

---

<sup>367</sup> Documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IswoeMwtPVY> Acesso em: 21 out. 2021.

<sup>368</sup> Discurso de Posse na íntegra em Anexo 6.

referenciada por alguns políticos em Almeida e Alves Filho (2011), bem como a crítica em relação à aprovação da reeleição referente a FHC<sup>369</sup>, sua ingratidão, entre outros elementos.

Assim, na investigação, evidencia-se esse conflito em diversos discursos de Itamar enquanto Governador de Minas Gerais<sup>370</sup>, mas um deles considero um achado para a pesquisa, porque traz vários pontos abordados não só nessa subseção, como no Capítulo VII, de uma maneira geral. Em 22 de abril de 2000, com todas as comemorações voltadas para “os quinhentos anos do descobrimento do Brasil”<sup>371</sup>, com o Presidente FHC se deslocando para Porto Seguro, Itamar discursa na cidade histórica de Mariana, Minas Gerais:

*Povo de Mariana, povo de Minas Gerais,*

Ao pensar nos significados tão diversos e até conflitantes do trecho de tempo que hoje o Brasil celebra, meus sentimentos indicaram-me o rumo desta cidade pioneira. De imediato, pensei na primeira capital de Minas como síntese e símbolo do nosso Estado.

Tinhamos que nos encontrar hoje nesta Praça Minas Gerais, junto à primeira Câmara Municipal mineira.

Mariana é a célula mater da civilização de Minas, como bem proclama sua divisa gloriosa.

Os portugueses, grandes heróis da conquista dos oceanos e continentes, chegaram a Porto Seguro faz hoje 500 anos. Mas foi há três séculos, aqui nessas montanhas, por onde corre o rio do Carmo, que nasceu o Brasil imenso das minas de ouro e dos grandes sertões gerais.

Este país fabuloso da mineração nos deu Tiradentes e Aleijadinho, Ataíde e Cláudio Manuel da Costa, Lobo de Mesquita e Frei Santa Rita Durão.

São mineiros aqueles que imprimiram, pela primeira vez, a marca da identidade brasileira na expressão cultural dos povos reunidos e mesclados na América lusitana.

O Brasil cresceu aqui, amadureceu aqui. Pensou e criou aqui. Foi na terra mineira que nasceu a nossa primeira arte, esse barroco genial que o mundo inteiro admira.

Foi deste chão sagrado de Minas que surgiu o sonho da liberdade, antecipando a Independência e a República.

Por isso estamos em Mariana, evocando a contribuição apaixonada de Minas a formação histórica do Brasil de 500 anos.

Desde o primeiro momento, os portugueses sonharam com o ouro e as pedras preciosas. Chegaram a dizer que Deus não teria reservado os tesouros da América apenas para os espanhóis.

A descoberta das Minas Gerais foi o grande descobrimento do Brasil.

Minas tornou-se, assim, a síntese perfeita do país que se expandiu a partir da exploração mineiral.

Defender a identidade política de Minas, o patrimônio cultural, natural e econômico dos mineiros, a riqueza do nosso solo e dos nossos rios, será a melhor maneira de comemorarmos o Brasil de cinco séculos.

Minas quer celebrar o direito a liberdade, o primado da ética e a dignidade do nosso povo. A soberania nacional não é um ato de exclusão, mas o princípio inegociável de uma conquista histórica.

<sup>369</sup> Posição interessante é a do próprio FHC sobre esse e outros acontecimentos. Sobre isso, ver: Cardoso (2016).

<sup>370</sup> Ver: Franco (1999; 2000; 2001; 2002).

<sup>371</sup> Termo usado, na ocasião, para denominar as comemorações do início da colonização portuguesa.

O respeito aos direitos do cidadão brasileiro, trabalhador, empresário, estudante, dona de casa, não agride nossa presença no quadro internacional e na comunidade das nações. Pelo contrário, há de reafirmar o tributo dos brasileiros ao desenvolvimento harmônico do planeta e a felicidade de povos livres e soberanos.

Aqueles que desejam rasgar os livros de História do Brasil são os que insistem em sequestrar nossa memória, torturar nossa consciência cívica e calar nossa cidadania.

Felizmente, Minas é uma luz acesa, um foco que ilumina a caminhada dos brasileiros.

*Senhor prefeito, senhores vereadores, povo de Mariana,*

O deputado Tilden Santiago, secretário de Estado do Meio Ambiente, com sua formação humanística do Seminário de Mariana, conclama os mineiros a plantarmos hoje um Pau Brasil.

Na árvore que dá nome a nossa terra, vemos um belo símbolo, bacumixá dos nossos irmãos indígenas que representa a árvore da sabedoria.

Uma muda de Pau Brasil pode sinalizar as mudanças que o povo reivindica.

Este Pau Brasil é sentinela que se erguerá ao lado da primeira Câmara Municipal de Minas, e sob sua sombra espero que se encontrem sempre as melhores lições de patriotismo e cidadania tão caras ao espírito de Minas.

A sua seiva lembrará o sangue que derramamos pelo Brasil livre e independente.

Na força simbólica da árvore, nesta moldura histórica da cidade de Mariana, reafirmamos nosso amor ao Brasil.

Peçamos a Deus que proteja nosso país e nosso povo, dando-nos animo para os séculos que hão de vir.

Quinto Centenário do Descobrimento do Brasil, Mariana – 22-04-2000 (FRANCO, 2000, p. 105-107).

Nesse discurso, vemos referência ao pioneirismo de Minas, partindo de Mariana. Através dele, o Brasil nasce, cresce e amadurece em Minas. Na mesma medida, o pioneirismo teria sido engendrado e criado em Minas, com seus grandes nomes, sendo os mineiros responsáveis pela identidade brasileira. Minas seria, portanto, a síntese, a riqueza do país. Com isso, o discurso celebra a liberdade, detém o primado da ética e a dignidade do povo mineiro. A soberania nacional, por sua vez, também seria uma conquista histórica de Minas, que é a luz que ilumina os caminhos do país. Acredita-se, ainda, que, quando Itamar fala sobre os que querem rasgar os livros de história, está fazendo referência a FHC, devido ao contexto em questão.

O conflito entre os dois atores culmina, em 2002, depois de vários episódios, na desistência de Itamar em tentar a Presidência, dando apoio a Lula (PT), em nível nacional, e a Aécio (PSDB), a nível estadual, sendo os dois eleitos para os respectivos cargos, formando o fenômeno “Lulécio”, segundo Sá Fortes (2007).

## 7.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ramalho (2015), ao trazer a historiografia sobre a mineiridade, suas regularidades e dispersões, analisa trajetórias e significados através de quatro principais tópicos que podem ser observados e analisados claramente, quando tomamos por base a persona de Itamar Franco: o equilíbrio mineiro; a síntese nacional; a vocação para a política; e o binômio tradição e modernidade. Tais tópicos, por fim, seriam sínteses construídas por grandes eventos e personagens.

Em Itamar, o equilíbrio está na memória construída sobre a estabilidade econômica e democrática. A síntese nacional no processo e na operação de negociação, por sua vez, possibilitou um governo de União, por um mineiro, pois Minas é a imagem do centro, do coração, da fundação (refundação ou não ruptura). E, ressaltado, digo síntese no sentido da união de elementos diferentes que se fundem em um todo coerente, como em seu significado presente no dicionário (SÍNTESE, 2022?)<sup>372</sup>. E a memória, em seus lugares, preserva, conserva, possibilitando essa reprodução do passado olhando para o futuro. Preservada por seu Grupo, por sua “confraria”.

Nesse último capítulo de desenvolvimento, foram feitas ligações mais claras com os capítulos anteriores de uma maneira geral e, principalmente, com o Capítulo II, acerca do referencial teórico. Ao olharmos para a identidade mineira e sua mitologia da mineiridade, percebemos explicitamente a contribuição de Pollak (1992), ao afirmar a grande relação entre memória e identidade, e como elas são constituídas pelos mineiros e pelos mineiros em relação de alteridade com os não mineiros.

Ao trazer o tema de uma história bem construída, Bourdieu (1998) contribuiu junto com o referencial teórico para pensar a mineiridade como uma história bem construída, assim como a história bem construída dos políticos mineiros clássicos, inclusive Itamar. Pensar a memória como crucial para a coesão social e cultural da sociedade e que os tipos de identidades dependem dela, como nos ensina Huyssen (2014), faz todo o sentido, quando pensamos na identidade mineira e na mitologia da mineiridade, ao afirmar que o real pode ser mitogizado e o mítico apresentar fortes efeitos na realidade. A maneira com que o passado é rememorado pelos mineiros, com vigor, possibilita que ela se transforme em memória mítica. E, carregada por esse Grupo regional, a memória tem poder de unir, pois fornece reconhecimento e

---

<sup>372</sup> Verbete disponível em: <https://dicionario.priberam.org/s%C3%ADntese> Acesso em: 01 jun. 2022.



pertencimento em uma sociedade individualista (NORA, 1993). Nada mais mineiro que uma confraria, esse grupo menor, que também existe para manter a memória sobre Itamar.

Os políticos mineiros, por seu lado, mostram nitidamente como fazer usos políticos da memória e do passado, ao reivindicaram o estado e a identidade mineira. A mitologia da mineiridade faz um uso político do passado de maneira muito explícita, dos políticos mineiros que vieram antes, da nossa origem, da nossa fundação como liberais. A memória dos feitos dos mineiros, ademais, lembra a ideia de um fazimento, que vai se costurando e se reproduzindo, e tornando-se o fiel da balança<sup>373</sup> do Estado Nação.

---

<sup>373</sup> Alcinha recebida devido as movimentações políticas na Primeira República. Para mais informações, consultar Wirth (1982).

## VIII CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese analisou a construção da trajetória e do legado de Itamar nos lugares de memória da cidade de Juiz de Fora. Com base em um referencial teórico-conceitual interdisciplinar, o trabalho fez uso de conceitos como persona, identidade, memória e trajetória, para compreender a narrativa que foi, e ainda é, produzida sobre a vida e a obra de Itamar Franco. A história dessa personagem da política brasileira é contada, em muitos lugares de memória em Juiz de Fora, como um todo orientado e coerente. As lembranças, os esquecimentos e os silenciamentos foram as pistas que persegui, com o intuito de lançar luz sobre o que tem sido feito para guardar a memória e construir uma história da vida de Itamar Franco, e, assim, estabelecendo a relação entre memória e esquecimento/silenciamento. A biografia autorizada, por sua vez, produz narrativa retrospectiva que marca o sentido da vida de Itamar, que, para nós, organiza o amplo movimento de pessoas e instituições a disputar e preservar o legado de Itamar. A partir disso, pudemos perceber alguns pontos relevantes na trajetória de Itamar. Entendemos que com a biografia, autorizada por Itamar Franco, escrita por Yazbecke e publicada em 2011, os guardiões da memória de Itamar conquistaram o instrumento que lhes permite exercer papel primordial no controle daquilo que deve ser lembrado, esquecido e silenciado sobre Itamar. Portanto, é o guia da ação do grupo que preserva o legado de Itamar. Este grupo de amigos, a confraria, é quem esteve à frente da constituição dos lugares de memória e, principalmente, do Memorial da República Itamar Franco (MRPIF), que atualmente é o guardião institucional da memória da personagem política Itamar Franco.

De forma geral, o Memorial consolida a imagem de Itamar como o Prefeito engenheiro e oposicionista. Tal unidade, ao meu ver, produz esquecimentos e silenciamentos. As redes tecidas na Faculdade de Engenharia forjaram os capitais político, social e econômico que catapultaram Itamar da Prefeitura de Juiz de Fora para uma cadeira por Minas Gerais no Senado. É notável que a narrativa obscurece que o “prefeito das obras” se faz no período em que o *modus operandi* do desenvolvimento tecnicista era incentivado pela ditadura. “Mineiro entre o trem e o fusca” é um exemplo da forma como Itamar era influenciado e agiu de acordo com a noção de progresso e de desenvolvimento presentes em seu tempo.

Já em relação ao prefeito oposicionista, a narrativa é a do silenciamento do capital político que o permitiu ser, ao mesmo tempo, o “oposicionista” e a angariar votos e apoio junto aos setores arenistas da “cidade do golpe” (REIS, 1979). A relação de Itamar com militares é escamoteada. Mesmo ele sendo do MDB, não enfrentou grandes problemas. Isso fica claro durante suas passagens à frente da Prefeitura de Juiz de Fora, que aconteceram no período da

ditadura militar. Itamar tinha trânsito com a Quarta Região Militar e com alguns militares, inclusive com estes frequentando eventos íntimos seus, como foi o caso de seu casamento, no qual esteve presente o General Itibere. Ressalte-se, ainda, a manutenção de contato com militares dessa época, como o estabelecido com Djalma Moraes (PINHO NEVES, 2020), de quem se tornou amigo e homem de sua confiança, tendo ele ocupado cargos públicos em toda a trajetória política de Itamar. Djalma também ocupa lugar de destaque em relação ao controle e à preservação da memória de Itamar, seja por ser homenageado da Medalha Itamar Franco, seja por ser do Conselho do IIF, ou mesmo por encomendar a biografia autorizada do titular (YAZBECK, 2011).

Contudo, os principais enquadramentos de memória que marcam a narrativa sobre a persona política de Itamar aparecem no tratamento recebido por sua atuação à frente da Presidência da República. O esquecimento e o silenciamento de dois atores, principalmente, Fernando Collor, ao tratar do tema da ética, e Fernando Henrique Cardoso, ao tratar do tema do Real, são reforços na construção de uma trajetória de um político que está na oposição a Collor, mesmo sendo o seu vice; e de um político com uma alma na técnica, que é destacada na sua atuação para o nascimento do Plano Real e na disputa que trava com Fernando Henrique Cardoso por seu legado e pela paternidade dessa ação política.

Ainda, ao analisar a construção do legado de Itamar, um aspecto é realçado: a rede de relações que permeiam tanto a trajetória como a memória de Itamar. Assim, foi possível mostrar, partindo da ideia de confraria como o “Grupo de Juiz de Fora” foi constituído, quem foram as pessoas a ocuparem cargos importantes na primeira administração de Itamar como Prefeito, depois quando Presidente da República e, seguindo, como Governador. A partir dessa exposição, alguns nomes desse “Grupo de juiz de fora” são identificados. Depois, passou-se para o Instituto. Apresentando o conselho consultivo e também os homenageados pela medalha Itamar Franco, foi possível identificar e apontar como as relações de amizade e confiança de Itamar, que se firmaram na vida pública, estão presentes nas diversas ações de preservação da memória do político, sendo essa “confraria” responsável por guardar, manter e passar adiante a memória de Itamar.

Quando essa pesquisa se iniciou, a ideia do Itamar mineiro estava no horizonte analítico, mas não podia imaginar o quanto veria os atributos da “mineiridade” em toda a construção de sua trajetória e legado. O sentimento de pertença à Minas Gerais é constantemente firmada e reiterada na construção da persona de Itamar. O reconhecimento de ser mineiro conforma a sua trajetória e é reconstruída nos lugares de memória. A “mineiridade” está no slogan do Memorial

da República, está em seus discursos, está nas suas propagandas políticas. Em todos, ademais, há o sentimento telúrico das “montanhas de Minas”.

Não há novidade aí. Itamar segue o *modus operandi* dos grandes políticos mineiros, discursa lembrando-os e, assim, reproduz uma prática que permite que possam dizer o mesmo sobre ele um dia, ao rememorar os grandes mineiros, através de vários discursos e tributos, faz por eles o que espera que façam por ele. Quando Itamar assume a presidência, vimos nos discursos, e na memória construída, a reivindicação das características e dos atributos que, dessa mitologia da mineiridade, através do equilíbrio, da altivez, do espírito de negociação e diálogo inerente aos mineiros, Itamar aparece como portador do futuro, ao assumir a presidência da República pós impeachment de Fernando Collor. Assim, Minas cumpriria mais uma vez os seus desígnios para com a nação, unindo, trazendo equilíbrio democrático, e equilíbrio econômico, se fazendo novamente o centro, o coração e o fiel da balança brasileira.

Isto está presente até mesmo nos detalhes, quando seu governo é referenciado como a “República do Pão de Queijo”, substituindo a “República de Alagoas”, mesmo que pejorativamente, por meio dos jornais. Abdala (2007) expõe que o pão de queijo é o legítimo representante do estado de Minas, não servindo somente ser referenciado como República de Minas. Até nesse detalhe, ressalta-se uma característica que nos representa tão bem enquanto mineiros: a tradição gastronômica do estado. Poderia apostar que em Juiz de fora ele não comeria “comida mineira”, esse traço fazia questão de reformar. Nada mais mineiro que a confraria, que podemos ver na rede de relações de Itamar em sua trajetória e em sua memória. Itamar, ademais, reforça a mineiridade em seu conflito com FHC. Diante da rivalidade histórica entre Minas e São Paulo, Itamar mostra-se como o defensor telúrico do seu estado. Também mostra, em discurso, que quem funda o Brasil é Minas. Logo, atributos de uma mitologia da mineiridade vão se incorporando à identidade mineira, às práticas sociais e políticas dos mineiros. Dessa forma, podemos ver a ligação entre a mineiridade, enquanto mitologia, e a identidade – e como ela se mantém e se reproduzir através a relação com a memória. O grande fazimentos dos mineiros, nesse processo de reprodução, é a própria mitologia da mineiridade.

Como toda pesquisa, esta apresenta alguns limites e alcances, tendo em vista ser uma pesquisa de caráter mais explorativo. Um dos limites, já ressaltados na Introdução da tese, diz respeito ao uso da história oral como fonte-técnica. Prevaleceram, portanto, os relatos orais e escritos já existentes, também pouco trabalhados por pesquisas anteriores. Isso pode ser mais explorado em pesquisas futuras e em outras frentes de pesquisa. O Memorial da República

Presidente Itamar Franco, como um lugar de arquivo, possui uma potencialidade, pois é uma fonte riquíssima museológica, arquivística, além de possuir uma biblioteca integrada à UFJF.

Para continuar desenvolvendo as considerações finais acerca desta pesquisa, agora, darei prosseguimento aos alcances e às potencialidades a partir do que se apresenta aqui, por meio de reflexões sobre o contexto em que esta pesquisa foi desenvolvida (2016-2022). Sobre o contexto local, é inevitável afirmar que a pesquisa parte da minha relação de cidadã e pesquisadora juiz-forana. Minha “pulga atrás da orelha” com Itamar começa em 2011, evento de sua morte, como cidadã e cientista social em formação, sempre curiosa, buscando os simbolismos históricos da cidade. A pesquisa de mestrado, entre 2013 e 2015, orientada pela Professora Doutora Marta Mendes da Rocha, por seu lado, me apresentou um Itamar que até então eu não conhecia e, daí em diante, ele surge como objeto de pesquisa de doutorado. Em parte do período do mestrado, 2014-2015, tivemos em Juiz de Fora a Comissão Municipal da Verdade sobre o período da ditadura. Olhando para o político democrata e republicano, para o prefeito oposicionista, mais questões e incômodos surgiam. Incômodos esses que foram se evidenciando na constituição do projeto de pesquisa e explodiram diante do processo de qualificação, na decisão de abordar Itamar justamente pela dimensão da memória, pelos lugares de memória destinados a ele. A ele, foi construído, afinal, um Memorial da República que é uma ode ao melhor da República, o melhor do Brasil, e que, conseqüentemente, silencia a história da repressão na cidade que foi aquela vista e até hoje conhecida como a cidade do golpe civil-militar de 1964.

Assim, a pesquisa, além de contribuir para os estudos sobre elite política, trajetória e memória, também traz reflexões sobre memória e esquecimento/silenciamento, para além dos lugares de memória abordados aqui. Na relação entre memória e esquecimentos/silenciamentos, temos um Memorial da República que não rememora o período da ditadura na cidade, com sua repressão, mas sim as obras de infraestrutura do período. A reflexão que fica é: qual República é lembrada e qual República está sendo esquecida ali, nessa construção sobre Itamar?

Caminhando para o fim da revisão e conferindo acessos e referências, não estava conseguindo acesso ao site do IIF. Não achei de tudo estranho, pois, em momentos passados, já havia enfrentado essa dificuldade. Mas, quando fui fazer conferências no site do MRPIF, percebi algumas alterações de informações no texto de apresentação que informava “o extinto Instituto Itamar Franco”. Fato que justifica o não acesso ao site, bem como a falta de notícias sobre o evento da Medalha para os anos de 2020 e 2021 (e não devido à pandemia de Covid-19). Ressalta-se, com isso, o silenciamento em relação à extinção do IIF, que, mesmo em um

processo de desocupação do prédio onde se encontrava por parte de outras entidades, seria mantido no local<sup>374</sup>.

Bom, a extinção corrobora com a ideia da existência do grupo mais “fechado” da confraria. Com a extinção do IIF, este passa a não ter mais seu titular e o acervo em sua posse fisicamente (a passagem da documentação durou algum tempo), não justificando mais sua existência física institucional. E, tendo em vista que o grupo não tem mais tanta força política no estado, a solução via MRPIF parece uma decisão acertada para a guarda da memória, mais protegida das flutuações políticas. Em relação à Medalha, que existe entre 2017-2020, ela também deixa de existir com a instituição, mas, igualmente, se extingue por não ter mais dos “seus” para homenagear. Corrobora também com o fato da passagem da guarda da memória para a UFJF, com o MRPIF, instituição federal, pública, que democratiza o acesso a essa memória e amplia o espaço memorial quando comprometida com ensino, pesquisa e extensão.

Mas essa reflexão não apaga a importância da existência do MRPIF. Primeiro, pela importância como patrimônio público, histórico, e também por ser lugar de conservação de arquivos históricos e museológicos, em um país em que vemos um Museu Nacional em chamas, como em 2018. Além disso, acredito que é quando todo o acervo memorial passa a compor o MRPIF, de patrimônio da UFJF, que aparece a face verdadeiramente republicana e democrática do legado de Itamar. Ou seja, se tornando patrimônio público, servindo ao público. É associada à UFJF e essa instituição passa a promover projetos de pesquisa e extensão, sendo projetos voltados para a comunidade juiz-forana. É se tornando pública, em um espaço que permite a população visitar e participar, que a memória de Itamar amplia-se para além de um grupo, acessa ao republicano e ao democrático, se tornando um legado de fato. Dessa forma, atinge mais pessoas, a maioria das pessoas, em igualdade e liberdade, através dos eventos e projetos ali incentivados e desenvolvidos.

Outro ponto. Analisar a Nova República no contexto nacional em que a pesquisa foi desenvolvida traz, na mesma medida, grandes reflexões comparativas sobre o período em que Itamar esteve na Presidência e o período atual. Não só pudemos ver que o impeachment entra para o vocabulário político depois de Collor, como vemos o processo se repetindo em 2016, tendo impeachmentada Dilma Roussef, em agosto do mesmo ano em que eu ingresso no doutorado no PPGCSO. As reflexões não param por aí. A questão da inflação retorna à pauta e está em

---

<sup>374</sup> Cf. reportagens sobre o fim do IIF: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/08/22/apesar-de-prazo-vencer-instituicoes-permanecem-ocupando-museu-de-credito-real-em-juiz-de-fora.ghtml> e [https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/23-07-2019/estado-desaloja-cinco-instituicoes-culturais-do-credito-real.html#goog\\_rewarded](https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/23-07-2019/estado-desaloja-cinco-instituicoes-culturais-do-credito-real.html#goog_rewarded) Acessos em: 20 jul. 2022.

alta, o que faz com que a percebemos, nós, os que não viveram isso na década de 1980 e 1990, ao irmos ao mercado fazer compras. Hoje, o Real, a moeda que tinha valor, como nos contava o lema da propagando de 1994, moeda que nos trouxe estabilidade econômica, se encontra desvalorizado e sem poder de compra. Além da inflação em alta, da moeda desvalorizada, do desemprego, todos estes combinados, também convivemos com uma outra questão que a minha geração não tinha se deparado ainda: a fome e a insegurança alimentar. A ONG criada por Betinho, bem como a memória desse personagem, dessa maneira, voltam a aparecer na cena pública, na TV. Temas essencialmente sociológicos e que se apresentam como potenciais pesquisas.

Por fim, algumas reflexões são feitas acerca da mineiridade, quando olhamos para o contexto regional/estadual, para Minas e para as elites políticas mineiras. Lembro-me de "Ninguém nivelará as montanhas de Minas", uma de suas frases preferidas de Itamar e tão telúrica. Nosso estado recebe o nome de Minas Gerais não atoa, sem razão. Mas nossa riqueza não está só nas minas de ouro e mineirais de interesse do capital. "H<sub>2</sub>O é ouro em pó, é salvação"<sup>375</sup>, minas de água, nosso mineiral mais essencial. O que temos a falar dessa terra tão reivindicada pelos mineiros e, principalmente, por seus políticos? Estamos a nivelar suas montanhas quando continuamos a explorá-la, ainda baseados em uma noção de progresso que arranca da terra suas riquezas mineirais a qualquer custo, como é feito há trezentos anos – que seca nossas minas de água, degrada essa terra que dizemos amar, que enterra tantos corações mineiros na lama, como em Mariana, em novembro de 2015, e em Brumadinho, em janeiro de 2019. É a Minas de uma Vale tão reivindicada por Itamar, esta que hoje é responsável, direta e indiretamente, por tais crimes ambientais, que causou tantos estragos, inclusive para além de nossas fronteiras, levando consequências até mesmo para as águas do litoral bahiano, mar em que Itamar nasceu. Entre memórias e esquecimentos sobre o nosso sentido e sentimento telúrico, talvez conseguiremos alcançar a tão proclamada liberdade, sermos livres de fato, quando enxergarmos outra noção de progresso que nos permita ver essas montanhas e para além delas.

---

<sup>375</sup> Canção Água, de Baiana System - <https://www.lettras.mus.br/baianasystem/agua/> Acesso em: 25 jun. 2022.

## REFERÊNCIAS

- ABDALA, Mônica Chaves. *Receita de mineiridade: a cozinha e a construção da imagem do mineiro*. 2 ed. Uberlândia: Edufu, 2007.
- ABREU, A. A. DE, et al. (Editores). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> Acesso em: 17 jan. 2017.
- ALMEIDA, Francisco; ALVES FILHO, Ivan. *Itamar Franco – Homem público, Democrata e Republicano*. Editora FAP, 2011.
- ALONSO, Ângela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ALONSO, Ângela; MIRANDA, Danilo Santos de. (Organizadores). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. São Paulo: Sesc São Paulo; CEBRAP, 2016.
- AMORIM, Gustavo. *Um homem e sua psicologia: reflexões sobre o processo de individuação em C. G. Jung*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia) – UNICEUB, Brasília, 2004. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2952/2/9960698.pdf> Acesso em: 01 abr. 2018.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- BADARÓ, Murilo; JUREMA, Aderbal; FRANCO, Itamar; PÔRTO, Passos; PEIXOTO, Amaral. *Homenagem do Senado Federal a Gustavo Capanema*. Brasília: Senado Federal, 1985.
- BARROS, Breno Gebrim. *MDB: A Força que Movimenta o Brasil: Atuação do partido na votação da emenda Dante de Oliveira e na emenda do Teto de Gastos Públicos*. Brasília: UNB – Instituto de Política, Trabalho de Conclusão de Curso, 2018. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22561/1/2018\\_BrenoGebrimDeBarros\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22561/1/2018_BrenoGebrimDeBarros_tcc.pdf) Acesso em: 10 set. 2020.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. *Estudos Avançados*, v. 10, n. 28, 1996.
- BELÉM, Raul. In: CENTRO DE PESQUISA e documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raul-decio-de-belem-miguel> Acesso em: 21 set. 2021.
- BENEVIDES, Maria Vitória. O plebiscito de 1993 à luz do precedente de 1963. *Lua Nova*, p. 28-29, abr. 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100004> Acesso em: 10 set. 2021.
- BETINHO, Herbert José de Souza. In: CENTRO DE PESQUISA e documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009?. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/herbert-jose-de-sousa> Acesso em: 20 nov. 2021.
- BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.



\_\_\_\_\_. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURSCHEID, JUNIOR IVAN; GONZÁLEZ, RODRIGO STUMPF; MARQUES, RODOLFO SILVA. A influência da liderança política nos planos brasileiros de estabilização econômica: do Cruzado ao Real. *Revista Estudos Institucionais*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 492-523, 2016. Disponível em: <https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/33/55> Acesso em: 11 out. 2021.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A Economia e a Política do Plano Real. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 129-149, 1994.

BUARQUE, Cristovam. In: CENTRO DE PESQUISA e documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cristovam-ricardo-cavalcanti-buarque> Acesso em: 20 nov. 2021

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA (CMJF). *Resolução nº 141: vereadores cassados*. Juiz de Fora: CMJF, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A Ditadura das empreiteiras: as empresas de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação de História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Diários da presidência, 1995-1996*. v. I. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. *Diários da presidência, 1997-1998*. v. II. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. *Diários da presidência, 1999-2000*. v. III. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

\_\_\_\_\_. *Diários da presidência, 2001-2002*. v. IV. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

\_\_\_\_\_. *Mãos à obra, Brasil: proposta de governo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. 131 p. ISBN 978-85-99662-66-3. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/b27wf/pdf/cardoso-9788599662663.pdf> Acessado em: 09/12/2020.

CARVALHO, Alessandra. *Deputados federais e senadores: políticos profissionais nos anos da ditadura militar*. In: ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Londrina, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p. 435.

\_\_\_\_\_. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, p. 96-115, set./nov. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13279/15097> Acesso em: 10 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/> Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. *A Escola de Minas de Ouro Preto*. O peso da glória. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7j8bc/pdf/carvalho-9788579820052.pdf> Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. *A formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. Ouro, Terra e Ferro: vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro. *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. Dossiê Trajetórias Republicanas. *Revista Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. XLIV, p. 22-35, 2008. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/RAPM07A122008\\_trajetoriasrepublicanas.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/RAPM07A122008_trajetoriasrepublicanas.pdf) Acesso em: 10 dez. 2020.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século: André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ-UCAM, 1998.

CASTANHO, Marisa Irene; MANCINI, Silvana Gomes. Educação Integral no Brasil: potencialidades e limites em produções acadêmicas sobre análise de experiências. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.24, n. 90, p. 225-248, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v24n90/1809-4465-ensaio-24-90-0225.pdf> Acesso em: 10 ago. 2020.

CASTRO, Lavinia Barros de. Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fabio et al (Org.). *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

CHAGAS, Carmo. *Política, arte de Minas*. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, 1993.

CODATO, Adriano. Uma História política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 346-362, dez. 2014.

COLLOR DE MELO, F. O projeto de reconstrução nacional e o compromisso com a democracia. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/collor/projeto-de-reconstrucao-nacional/@/@/download/file/Projeto%20de%20Reconstru%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.pdf> Acesso em: 20 jan. 2021.

CONFRARIA. In: DICIONÁRIO brasileiro de Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2022? Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/confraria> Acesso em: 21 set. 2021.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/x5555x> Acesso em: 20 out. 2020. [versão digital].

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA (CMV-JF). *Memórias da Repressão: Relatório da CMV-JF*. Juiz de Fora: MAMM, 2015.

CRUZ, Lucas Abranches. *Áreas verdes e Espaço Urbano: A Mata do Krambeck e a cidade de Juiz de Fora em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – Pós-graduação em Ambiente Construído, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ambienteconstruido/files/2016/07/%C3%81REAS-VERDES-E-ESPA%C3%87O-URBANO-A-Mata-do-Krambeck-e-a-cidade.pdf> Acesso em: 02 nov. 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/108.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/108.pdf). Acesso em: 12 out. 2015.

DE PAULA, Christiane Jalles; LATTMAN-WELTMAN, Fernando ; BRASIL, Ministério da Fazenda do. *Ed. Ministros da Fazenda, 1808-2008*. Ilustrada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

DIB, Lucas José. *Os Momentos Maquiavelianos no Brasil e as Camadas do Poder: do Pacto Político Popular-Democrático ao Rentista Financista*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Marília, 2015.

DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-1985. In: SOARES, Gláucio; D'ARAUJO, Maria Celina. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: Escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.  
DULCI, Otávio Soares. *A "mineiridade" e a conciliação*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. 36-37, 23 jun. 1984a.

\_\_\_\_\_. *As Elites Mineiras e a Conciliação: a Mineiridade como Ideologia*. In: VII REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 1984, Águas de São Pedro. *Anais [...]. Ciências Sociais Hoje*. v. VII. São Paulo: Cortez, 1984b. p. 7-32.

DURANTE, Mauro. In: CENTRO DE PESQUISA e documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mauro-mota-durante> Acesso em: 20 nov. 2021.

ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Organizado por Oscar Vidal Barbosa Lage e Albino Esteves. 3a edição. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008.

EVANS, Peter. O Estado como Problema e Solução. *Lua Nova*, n. 28/29, 1993.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Elites políticas regionais: Contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 77, out. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000300014> Acesso em: 20 jun. 2021.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Caderno CEDES*, Campinas, v. 28, n. 76, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876.pdf> Acesso em: 02 fev. 2020.

FERREIRA, José de Castro. *Itamar: o homem que redescobriu o Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

FERREIRA, José de Castro. In: CENTRO DE PESQUISA e documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferreira-jose-de-castro> Acesso em: 18 jan. 2017.

FERREIRA, Rodrigo de Aguiar. *1986-2020. Do "bão" da cozinha ao "trem" da gastronomia*. 2020. [recurso eletrônico].

FERRETTI, Celso, João. SÓ A EDUCAÇÃO SALVA: o Projeto Minha Gente e a política educacional brasileira. *Revista Em Aberto*, Brasília, ano 10, n. 50751, abr./set, 1992. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2125/1864> Acesso em: 10 ago. 2020.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. *Dados*, v. 45, n. 2, p. 303-344, 2002.

FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 2, p. 386-421, nov. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v15n2/05.pdf> Acesso em: 20 jan. 2021.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

FLIGENSPAN, Flávio Benevett. Uma visão global da economia brasileira durante a vigência do Plano Real: avanços impasses e um cenário de crescimento com exclusão. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 102-143, 1998.

FRANCO, Itamar. *As lembranças que na alma já moram*. Discurso de despedida do Senador Itamar Franco, pronunciado na Sessão de 13 mar. 90, no Senado Federal. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.

\_\_\_\_\_. *Demúncia vazia*. Brasília: Senado Federal, 1979.

\_\_\_\_\_. *Discursos-promonciamentos-mensagens*, 1999. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1999.

\_\_\_\_\_. *Discursos-promonciamentos-mensagens*, 2000. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2000.

\_\_\_\_\_. *Discursos-promonciamentos-mensagens*, 2001. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2001.

\_\_\_\_\_. *Discursos-promonciamentos-mensagens*, 2002. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2002.

\_\_\_\_\_. *Discursos selecionados do Presidente*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

\_\_\_\_\_. *Educação no Brasil – Situação e Perspectivas*. Brasília: Rep. Fed. Brasil, 1993.

\_\_\_\_\_. *Homenagem à Memória do ex-presidente Juscelino*. Brasília: Senado Federal, 1976a.

- \_\_\_\_\_. *Inquietações*. (Senador). Brasília: Senado Federal, 1976b.
- \_\_\_\_\_. *JK: o estadista da modernidade*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Minas no senado*. Brasília: Senado Federal, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Primeiras Intervenções*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Senador Itamar Franco homenageia Centenário Arthur Bernardes*. Brasília: Edição própria, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho parlamentar* (Senador). Volume II. Brasília: Senado Federal, 1984.
- FRANCO, Itamar; CANALE, Mendes. *Desproclamação da República*: (mandado de segurança contra prorrogação de mandatos). Brasília: Senado Federal, 1981.
- FRANCO, Itamar; CARDOSO, Edwiges. *Energia Nuclear: sua História, Nossa Luta*. Brasília: Editora Brasília, 1989.
- FREYRE, Gilberto. *Homens, engenharias e rumos sociais*. São Paulo: Editora Record, 1987.
- FURTADO, Rafael Barbosa. *Socialização Política e suas agências socializadoras em jovens de Juiz de Fora – MG: uma investigação e um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.
- GENOVEZ, Patrícia Falco. *As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Núcleo Histórico da Avenida Barão do Rio Branco (Parque Halfeld e Largo do Riachuelo)*. Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. (História e Arquitetura de Juiz de Fora, 9). Disponível em: <http://www.ufjf.br/cliotedel/files/2009/10/COD98010.pdf> Acesso em: 10 dez. 2017.
- GIAMBIAGI, Fabio et al (Org.). *Economia brasileira contemporânea [recurso eletrônico]: 1945-2010 / [organizadores Fabio Giambiagi... et al.]*. 2ª edição – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GLAUCO; ANGELI. *100 charges da Era Itamar*. São Paulo: Folha de São Paulo, 1993.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. A guardiã da memória. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1/2, p. 17-30, 1996. [https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/538.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/538.pdf) Acesso em: 10 set. 2019.
- \_\_\_\_\_. Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 121-127, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.
- \_\_\_\_\_. Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.), *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: HEYMANN, Luciana Q. *O lugar do Legado: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.
- GOIS, Antônio. *Quatro décadas de gestão educacional no Brasil : políticas públicas do MEC em depoimentos de ex-ministros / Antônio Gois*. — São Paulo : Fundação Santillana, 2018.



Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/santillana/4\\_decadas\\_de\\_gestao\\_educacional.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/santillana/4_decadas_de_gestao_educacional.pdf) Acesso em: 05 maio 2020.

GRYNSZPAN, Mário. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 255p.

GUERRA, Alceni. In: CENTRO DE PESQUISA e documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alceni-angelo-guerra> Acesso em: 20 fev. 2021.

HABERMAS, Jüger. *Técnica e Ciência como Ideologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARGREAVES, Henrique. In: CENTRO DE PESQUISA e documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/henrique-eduardo-ferreira-hargreaves> Acesso em: 20 fev. 2021.

HEINZ, Flavio; CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: PERISSINOTTO, Renato, CODATO, Adriano (Orgs.). *Como estudar elites*. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

HELENO, Alexandre Peixoto. *Trabalhismo e História: Um percurso nas memórias de Clodesmidt Riani*. Fundação Perseu Abramo, n. 6, Ano 5, 2011 – Disponível em: [http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/1.perseu6.heleno\\_0.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/1.perseu6.heleno_0.pdf) Acesso em: 12 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. *Revisitando as memórias de Clodesmidt Riani: a trajetória de um líder trabalhista nas grandes lutas sociais que antecederam o Golpe Civil e Militar de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Alexandre-Peixoto-Helena.pdf> Acesso em: 20 ago. 2017.

HEYMANN, Luciana Q. *O lugar do Legado: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

\_\_\_\_\_. *De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de "legados"*. In: I SEMINÁRIO PRONEX DIREITOS E CIDADANIA APRESENTADO NO CPDOC/FGV, de 2 a 4 ago. 2005. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arg/1612.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1612.pdf) Acesso em: 12 ago. 2021.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. [coordenação: Tadeu Capistrano]; tradução: Vera Ribeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

\_\_\_\_\_. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KINZO, M. D'A. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1988.

LAMOUNIER, Bolívar. O modelo institucional dos anos 30 e a presente crise brasileira. *Estudos avançados*, v. 6, n. 14, 1992.

LEAL, Paulo Roberto Figueira; ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição; WERNECK, Vinícius. As eleições municipais de Juiz de Fora em 2012 e a estratégia da personalização. *Libertas Revista Online*, v. 12, n. 2, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/B%C3%A1rbara/Downloads/2076-6731-2-PB.pdf> Acesso em: 25 jan. 2017.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Companhia das Letras, 1948.

LINZ, Juan J. *Del Autoritarismo a la Democracia*. Yale University Press, 1971. Disponível em: [http://pensamientopolitico.50g.com/textos/linz\\_autoritarismo.pdf](http://pensamientopolitico.50g.com/textos/linz_autoritarismo.pdf) Acesso em: 08 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Regimes autoritários. In: O'DONNELL (Org.). *O estado autoritário e os movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Disponível em: <https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/juan-linz-regimes-autoriticos3a1rios.pdf> – Acesso em: 08 ago. 2015.

MACHADO, Pedro José de Oliveira. Urbanização e modificações no Corregó Independência, Juiz de Fora MG. *CaderNAU – Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas*, v. 9, n. 1, p. 135-154, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/6584/4299> Acesso em: 05 fev. 2021.

MANGI, Luis Cláudio Miranda. As “Confrarias” como um Fenômeno Organizacional Brasileiro: Notas Etnográficas de um Aprendiz de Bourdieu. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: [http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3655/luis\\_mangi.pdf;jsessionid=4B8697807C9A701F0C066532A7F8222F?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3655/luis_mangi.pdf;jsessionid=4B8697807C9A701F0C066532A7F8222F?sequence=1) Acesso em: 09 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. As “confrarias” como um fenômeno organizacional brasileiro: uma reflexão sobre significados. *Cadernos EBAPE.BR FGV*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v2n2/v2n2a08.pdf> Acesso em: 09 mar. 2020.

MARINGONI, Gilberto. Humor da charge política no jornal. *Comunicação e Educação*, São Paulo, v. 7, n. 85, ano 91, set./dez. 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36269/38989> Acesso em: 12 fev. 2021.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes Sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, out. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1751> Acesso em: 20 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. *Redes Sociais e permeabilidade do Estado: Instituições e atores políticos na produção da infraestrutura urbana no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/ispui/handle/REPOSIP/280174> Acesso em: 20 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Redes Sociais e poder no Estado brasileiro: Aprendizados a partir das políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, fev. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29759.pdf> Acesso em: 20 dez. 2017.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. O PT e o impeachment de Collor. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 542-568, nov. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a10v16n2.pdf> Acesso em: 20 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. *Crises Políticas e Capitalismo Neoliberal no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) –, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013).

MASSENA ARÉVALO, Márcia Conceição da. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. In: I ENCONTRO MEMORIAL DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. Mariana (MG), 9-12 de novembro de 2004. Disponível em: [https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=62](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=62) Acesso em: 13 out. 2021.

MEDEIROS, Alexandre Melo; NORONHA, Nelson Matos de. Ética e Corrupção no Brasil: considerações e análises a partir do princípio da moralidade constitucional. *RELEM – Revista Eletrônica Mutações*, jul./dez. 2016.

MELO, Clóvis Alberto Viera de. Alta corrupção como resposta a baixos níveis de Accountability. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MELO, Marcus André. O sucesso inesperado das reformas de Segunda Geração: Federalismo, Reformas Constitucionais e Política Social. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 845-889, 2005.

MELO, Marcus; COSTA, A. Difusão das Reformas Neoliberais: análise estratégica, atores e agendas internacionais. *Contexto Internacional*, n. 17, 1995.

MELO, Marcus. Estado, Governo e Políticas Públicas. In MICELI, S (Org.). *O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*: ciência política. São Paulo; Brasília: Sumaré; Capes, 1999. p. 59-99.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbetes PRONAICA (Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2021a. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/pronaica-programa-nacional-de-atencao-a-crianca-e-ao-adolescente/> Acesso em: 11 jan 2021.

\_\_\_\_\_. Verbetes CIACs (Centros Integrados de Atendimento à Criança). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2021b. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/ciacs-centros-integrados-de-atendimento-a-crianca/> Acesso em: 11 jan 2021.

MIGUEL, Luiz Felipe. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas: UNICAMP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Capital Político e Carreira Eleitoral. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a10.pdf> Acesso em: 19 mar. 2020.

MILLS, Charles Wright. *Elites do poder*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MINAS GERAIS. *Minas Gerais: 100 dias de governo*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, abril de 1999.



\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais. *Relatório plurianual de gestão governamental*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, 2005. 90p.

\_\_\_\_\_. *Semana da Inconfidência 2001: Minas Viva, Viva a Liberdade. Agraciados*. Belo Horizonte: [s.n.], 2001. 1 v.

MINAS GERAIS; FRANCO, Itamar. *Mensagem à Assembleia Legislativa*: apresentada na reunião inaugural da segunda sessão legislativa ordinária da décima quarta legislatura. Belo Horizonte: [s.n.], 2000. 325 p.

MIRANDA, Sonia. *Cidade, Capital e Poder*: Políticas públicas e questão urbana na velha Manchester mineira. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

MONTAGNER, MIGUEL ÂNGELO. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 240-264, jan./jun. 2007.

MORAIS, Djalma Bastos. In: CENTRO DE PESQUISA e documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/djalma-bastos-de-morais>  
Acesso em: 18 maio 2020.

MORAIS, Luciana P. de. *Culinária típica e identidade regional*: a expressão dos processos de construção, reprodução e reinvenção da mineiridade em livros e restaurantes de comida mineira. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

MOREIRA, Luciana Verônica Silva. *Movimentos Comunitários*: Experiências de participação em Juiz de Fora (1974-1988). Juiz de Fora: Funalfa, 2012.

MOSTARO, Décio; MEDEIROS FILHO, João; MEDEIROS, Roberto Faria. *História Recente da música popular brasileira em Juiz de Fora (Trint'anos)*. Juiz de Fora: Edição dos autores, 1977.

MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaque. *Dos autênticos aos governistas*: Gênese e trajetória do PMDB (1979 a 2002). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MUSSE, Christina Ferraz. *A hora é notícia: reflexões sobre o telejornalismo mineiro na década de 60*. Fortaleza – CE: VII Encontro Nacional de História da Mídia: Mídia alternativa e alternativas midiáticas, 19 a 21 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/A%20hora%20e%20noticia%20reflexoes%20sobre%20o%20telejornalismo%20mineiro.pdf>  
f Acesso em: 10 jan. 2018.

MUSSE, C.; HENRIQUES, R. M. N. *Projeto Memórias Possíveis*. Entrevista com Zaghetto. 2013. Disponível em: <https://memoriasdaimprensajf.files.wordpress.com/2016/01/ismair-zaghetto.pdf> Acesso em: 15 nov. 2019.

NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB*: Semeadores da Democracia. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NAGLE, Leda. *De Minas para o mundo*: levando Minas no gesto e no coração. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História – Revista do Programa de Estudos pós-graduandos de História*, São Paulo, (10), dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> – Acesso em: 11 maio 2019.

NUNES, ROSANA HELENA. *Construção da identidade política: discursos de Luiz Inácio Lula da Silva*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

O'DONNELL, Guilherme; SCHMITTER, Philippe. *Transições do regime autoritário*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1988. Disponível em: [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/19554/mod\\_resource/content/1/CHY%20-%20ODonnell.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/19554/mod_resource/content/1/CHY%20-%20ODonnell.pdf) Acesso em: 25 ago. 2015.

OLIVEIRA, Bárbara Vital de M.. *A Câmara Municipal De Juiz De Fora no período autoritário (1964-1985): impactos sobre a instituição e a dinâmica político-eleitoral*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

OLIVEIRA, Fábio A. M. S. de. *“Imperatriz” versus “Tiradentes”*: a disputa por um monumento no espaço e no imaginário da cidade de Juiz de Fora. 1888-1889. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/historia/files/2013/11/2011-%E2%80%9CImperatriz%E2%80%9D-versus-%E2%80%9CTiradentes%E2%80%9D-a-disputa-por-um-monumento-no-espaco-e-no-imaginario-da-cidade-de-Juiz-de-Fora-1888-1889.pdf> Acesso em: 02 fev. 2017.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. *Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)*. Juiz de Fora; Rio de Janeiro: Funalfa; FGV, 2010.

PAIVA, Arquimes Belo. *A emergência da política de fomento interdisciplinar em ciências sociais na América Latina: as experiências do Brasil (CNPq/CAPES) e do México (CONACYT)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31919/3/2018\\_ArquimedesBeloPaiva.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31919/3/2018_ArquimedesBeloPaiva.pdf) Acesso em: 23 mar. 2022.

PAIVA, Denise. *Era outra história – Política Social do Governo Itamar Franco*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

PAIVA, Gustavo Cardoso. *Memória Institucional do Senado: Museu Histórico Itamar Franco*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28231/1/2020\\_GustavoCardosoPaiva\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28231/1/2020_GustavoCardosoPaiva_tcc.pdf) Acesso em: 10 out. 2021.

PAULA, Hilda Rezende; CAMPOS, Nilo de Araújo (Orgs.). *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: Funalfa edições, 2005.

PERISSINOTTO, Renato. História, sociologia e análise do poder. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 11, n. 3, p. 313-320, set./dez. 2007. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5910/3094> Acesso em: 08 mar. 2022.

PERISSINOTTO; CODATO (Orgs.). Dossiê “elites políticas”. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 7-15, jun. 2008.

PERLATTO, Fernando. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. *Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ)*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 461-481, dez. 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/> Acesso em: 01 mar. 2018.

PINHO NEVES, José Alberto de. *Itamar Franco: a prudência do poder no destino da cidade*. Juiz de Fora: Instituto Itamar Franco, 2020.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTUGAL JUNIOR, J. G. (Coord.). *Gestão Estatal no Brasil: O governo Itamar*. v. 1. São Paulo: Fundap, 1998.

PROCOPIO FILHO, José. *Salvo erro ou omissão: gente juiz-forana*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica LTDA, 1979.

RAMALHO Walderez Simões. *A historiografia da mineiridade: trajetórias e significados na História Republicana no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

REIS, Fábio W. (Org.). *Os Partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas; Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1979.

\_\_\_\_\_. *Tempo presente: do MDB a FHC*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REVEL, Jacques. História e ciências sociais: uma confrontação instável. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998. p. 79.

ROCHA, Marta M.; KERBAUY, M. T. M. (Orgs.). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. 1ª ed.. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Mobilização e conflito político: a campanha das “Diretas já”*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

\_\_\_\_\_. *A democracia que nos coube: Mobilização social e regime político no Brasil (1989-1994)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/334115> Acesso em: 11 jul. 2020.

SÁ FORTES, Marcio R. L.. *Mineiridade e frações partidárias – o caso do PSDB de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2976/1/marciosafortes.pdf> Acesso em: 01 abr. 2018.

SALGUEIRO, Angotti Heliana. *Engenheiro Aarão Reis: O Progresso como Missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos Culturais, 1997.

SALLUM JUNIOR, Brasília. *O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise*. São Paulo: Editora 34, 2015.

\_\_\_\_\_. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social*, v. 11, n. 2, p. 23-47, 1999. <https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000200003> Acesso em: 20 out. 2020.

SANTANA, Leonardo. *Simbolismo do Fogo e Tentativas de Suicídio*. Monografia (Bacharelado em Psicologia) –Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/3052/2/20059672.pdf> Acesso em: 01 abr. 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa. In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SANTOS, Lara Monalisa. *CIAC – CAIC, Pesquisa de repertório*. Pesquisa da disciplina de Atelier de Projeto Arquitetônico ministrada pela Professora Beatriz Melo. Brasília: UNB, 2011. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-catolica-de-brasilia/atelier-de-projeto-arquitetonico-fundamentos/tarefas-obrigatorias/ciac-caic-pesquisa-de-repertorio/4313192/view> Acesso em: 01 nov. 2020.

SILVA, Priscilla Chantal Duarte. *Estratégias de humor crítico na produção de charges políticas e contribuições para o ensino de gêneros textuais e discursivos*. Universidade Federal de Itajubá, 2014. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/11/2296.pdf> Acesso em: 20 out. 2020.

SÍNTESE. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa, 2022?. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/s%C3%ADntese> Acesso em: 01 jun. 2022.

SIMON, Pedro. In: CENTRO DE PESQUISA e documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/simon-pedro> Acesso em: 20 nov. 2021.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SOUZA, Reis de. *O Governo Itamar Franco*. Brasília: Ed. Brasília, 1995.

TATAGIBA, Luciana Ferreira. Dos significados da Ética na política: Articulação e discurso no contexto pró impeachment. Mestrado (Dissertação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

TELES, Janaína (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 2001.

TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 58, p. 13-30, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n58/0104-4478-rsocp-24-58-0013.pdf> Acesso em: 10 fev. 2021.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, jul./ago., 2005.

WEBER, Max. *Ciência e Política*. Duas Vocações. São Paulo: Martin Claret, 2011.

WERNECK VIANNA, Luiz. *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

\_\_\_\_\_. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, 1996. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581996000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004) Acesso em: 04 maio 2017.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

YAZBECK, Ivanir. *O real Itamar: uma biografia*. Belo Horizonte: Gutemberg, 2011.

ZAGUETTO, Ismair. *Itamar e o bando de sonhadores*. Juiz de Fora/MG: Do autor, 2012.

ZAVERUCHA, Jorge. Sarney, Collor, Itamar, FHC e as Prerrogativas Militares (1985-1998). *Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association*, The Palmer Hilton House Hotel, Chicago, Illinois, p. 24-26, set. 1998. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Zaverucha.pdf> Acesso em: 10 set. 2020.

ZAVERUCHA, Jorge. A fragilidade do Ministério da Defesa brasileiro. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 25, p. 165-175, jun. 2006.

ZICO, Artur Antunes Coimbra. In: CENTRO DE PESQUISA e documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009?. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-antunes-coimbra> Acesso em: 20 nov. 2021



## ANEXO 1

### **Entidades memoriais dos ex-presidentes da República**

*Fundação Fernando Henrique Cardoso:* <http://fundacaofhc.org.br/> Acesso em: 21 maio 2018.

*Fundação Getúlio Vargas :* <http://portal.fgv.br/> Acesso em: 23 maio 2018.

*Fundação José Sarney:* <http://www.josesarney.org/acervo-de-obras-da-fundacao-jose-sarney/>

*Fundação Memorial da República Presidente Tancredo Neves:*  
<http://www.cultura.mg.gov.br/images/arquivos/termos/Fundacao-Presidente-Tancredo-Neves/Publica%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 21 maio 2018.

*Fundação Presidente Jânio Quadros:* <http://fpiq.org.br/> Acesso em: 21 maio 2018.

*Instituto João Goulart:* <http://www.institutojoaogoulart.org.br/> Acesso em: 23 maio 2018.

*Instituto Juscelino Kubistscheck:* <http://www.institutojk.net/untitled> Acesso em: 23 maio 2018.

*Instituto Lula:* <http://www.institutolula.org/> Acesso em: 21 maio 2018.

Sobre uma entidade para Dilma, cf. polêmica:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/07/1789174-dilma-diz-que-nao-tera-instituto-como-lula-e-fhc-depois-de-mandato.shtml> Acesso em: 21 maio 2018.

## ANEXO 2

**Trecho do discurso de Itamar Franco na formatura em Engenharia em 1954 (YAZBECK, 2011, p. 56- 58).**

Em tempos passados, ser universitário era ter meios de fortuna e pertencer às famílias tradicionais. Agora, formação do caráter e do espírito dos indivíduos e das sociedades assumiu concepção mais ampla e eficaz do que a dos tempos em que só os rebentos das classes dirigentes transpunham os umbrais universitários.

Costuma-se dizer que “o futuro próximo, provavelmente, não aceitará elites, mas não prescindirá de líderes”, razão pela qual a mocidade universitária deve ser convenientemente preparada, razão pela qual a missão de educar jovens deve ser levada a sério.

A nossa condição de estudante de um curso essencialmente técnico, de um modo geral, nos obriga a preocupar pouco com assuntos relacionados fora do âmbito de nossa profissão. Aí está o erro. Aprendemos a ver as dimensões das coisas, aprendemos a fazer com que elas se correspondam segundo uma proporção agradável, a fazê-las artificialmente, porém, na maioria dos casos, esquecemos que o engenheiro não deve ser apenas o profissional apto na sua especialidade.

Em outros países, onde a engenharia tem atingido um alto grau de desenvolvimento, o engenheiro é respeitado como um profissional, por ter contribuído para o progresso e bem-estar geral. Porém, as sociedades de engenheiros constantemente vêm surgindo e despertando o seu interesse pelas questões fora do campo de sua profissão, inclusive o seu interesse pela política.

A questão de nossos dias, verdade é que se diga, não é apenas uma questão política, é mais uma questão social. Encontramo-nos, hoje, numa atmosfera de desconfiança, de inquietação. Os desentendimentos, as divergências se encontram em toda parte. As sociedades e valores evoluem rapidamente, a situação atual é transitória; uma solução boa ou má será alcançada. O engenheiro precisa trabalhar a fim de que se encontre a solução boa, e para isso, é necessário que ao lado da solução tecnicamente correta do problema, busque ele soluções aconselháveis em campos correlatos à sua profissão, à sua atividade.

No campo da técnica a engenharia desenvolveu-se de um modo assustador. Ninguém poria em dúvida, à época atual, a construção da torre Eiffel, levantada em 1889, como demonstração da possibilidade de se elevar uma construção metálica a 300 metros de altura. Atualmente, pode-se afirmar com certeza, com certa segurança, que não há trabalhos tecnicamente impossíveis; há trabalhos que economicamente convêm e outros que economicamente não convêm, o problema consiste em escolher; executar os primeiros e rejeitar os segundos.

Para alguns de nós, há como que um vazio nesta nossa festa. Para alguns de nós, o destino não permitiu a presença de um ente querido e ao pensarmos nesta ausência lembramo-nos, neste momento, de dizer como o poeta: “Na árvore amarga da meditação a sombra é triste”.

Caríssimos amigos de turma – quando de minha escolha para vos representar nesta nossa colação de grau, apenas prometi falar como moço em nome de moços, apenas prometi tentar externar as ideias pelas quais sempre lutamos e, pelas quais, estou certo, sempre lutaremos...

Ao expressar determinados pensamentos e ideias procurei dar às palavras o seu verdadeiro valor, procurei não separá-las dos atos que se supõe exprimirem. Se, até aqui, já havia encontrado dificuldades, agora, mais do que antes, o pensamento se confunde, perde-se em devaneios e ao buscar as palavras não as encontro, ao tentar dar sentido ao que vai pela mente não consigo. E isto por quê? Porque não é fácil transformar em palavras aquilo que está no íntimo, neste momento, quando sinto que as horas já morrem sobre as horas...



As nossas competições esportivas, os nossos bate-papos no quiosque, as nossas pequenas divergências, as nossas viagens, os nossos dias de estudos e sacrifício serão lembranças indeléveis.

Estas horas que estão passando surdamente nunca mais voltarão ao tempo imaginário. Um dia sentiremos vontade de reviver os tempos passados, os nossos tempos de universitários, estes tempos que só poderão voltar pelo pensamento, onde tudo foi luta, onde tudo foi grandioso, onde, realmente, aprendemos a compreender a vida e fizemos verdadeiras amizades. Cada um de nós sente, já, uma saudade prematura. Byron quando disse “o homem é o pêndulo que oscila entre o riso e a lágrima” foi muito feliz. Realmente nos

Material com direitos autorais

---

sentimos oscilando entre a alegria da concretização do ideal e a tristeza da separação, de uma separação que poderá ser para sempre. Oxalá, possamos trabalhar de modo a honrar a engenharia nacional, não só para o nosso gáudio, mas, principalmente, e sobretudo, pela grandeza de nossa querida Pátria.

Oxalá, os nossos destinos voltem a se cruzar, e, enquanto isto não se der, só me resta dizer: até um dia, colegas; até um dia, amigos; até um dia, novos engenheiros do Brasil!

### ANEXO 3

#### **Notícia completa sobre o casamento religioso no periódico DM de 11 jun. 1968**

Casamento do prefeito leva JF ao Rio

Reportagem de Ismair Zaghetto e Jorge Couri

Através de suas mais destacadas autoridades e de inúmeras representações, Juiz de Fora compareceu, maciçamente, ao casamento do prefeito Itamar Franco com a srta. Anna Eliza Surerus, realizado ao meio-dia de sábado do último na linda e histórica igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro. Uma cerimônia de imponente beleza e que teve e emoldurá-la a arquitetura célebre da Igreja do Outeiro, a Baía de Guanabara a seus pés e o colorido marcante do vestuário feminino.

Desde as onze horas que a Igreja estava com seus lugares todos tomados, sendo intensa a movimentação externa. Muita gente vencendo a ladeira que leva ao cume da Glória. O guarda de trânsito encontrava dificuldades para acomodar os veículos. O sr. Itamar Franco chegou às 11:55 e, depois de cumprimentar muita gente, foi para a parte posterior do templo, onde o arcebispo D. Geraldo Maria de Moraes Penido conversava com os cônegos Miguel Falabella e Isnard da Gama. Um batalhão de fotógrafos e cinegrafistas disputava os melhores lugares ao lado do altar. Iluminação para funcionamento do equipamento de filmar era problema sério para os professores. Energia foi buscada na sede da Irmandade de Nossa Senhora do Outeiro, atrás da Igreja.

Às 12:12 horas, com um atraso de apenas 12 minutos, portanto, encontrava um Aero-Willys cinza-azulado, conduzindo a noiva. Começava ali a grande jornada para os fotógrafos, que se acotovellavam na escada. Uma dama de honra – a menina Luciana – vestida de cor-de-rosa, com uma cesta de flores naturais precedeu a srta. Anna Eliza, que foi conduzida ao altar pelo seu pai, o sr. Guilherme Henrique Surerus.

Às 12:18 horas, o Arcebispo Dom Geraldo Maria de Moraes Penido, tendo como celebrantes os cônegos Miguel Falabella e Isnard Gama, iniciava a celebração da Santa Missa, em cujo sermão, o Arcebispo invocou a Epístola de São Paulo aos Efésios, assinalando que “o casamento é um grande sacramento, sacramento pelo qual Cristo age em nossa alma.”. Depois de uma bela invocação de 26 minutos, o celebrante disse que consagrava à Nossa Senhora toda beleza daquele matrimônio. Aquela altura, era fortíssimo o calor. O clássico “Declaro-os unidos pelo Matrimônio” foi ouvido às 12:48 horas, prosseguindo a Santa Missa, que terminou às 13:22 horas. Os noivos e seus pais foram cumprimentados após a cerimônia, no pátio da Igreja, num local apropriado para tal. Os cumprimentos levaram cerca de uma hora, em virtude do elevado número de presentes após o que foi realizada uma bela recepção no Hotel Glória.

“Flashes”.

Foram padrinhos do noivo: Rafael Cirigliano Filho e a sra. Clorita Burnier Cirigliano; Carlos Renault e sra. Isis Berlinck Renault.

Foram padrinhos da noiva: Fernando Sepulveda e a sra. Aristotelina Sepulveda; Detlef Surerus e a srta. Natalina Surerus.

A srta. Anna Eliza apresentou-se com um vestido brando de organdi suíço, com pastilhas bordadas e mangas longas, godê e véu de 15 metros de comprimento. Vestido confeccionado em JF por Modas Geny. Os arranjos na cabeça – em azaléas com toques leves de cores – foram idealizados por Jorge Schuery.

O sr. Itamar Franco trajava terno preto, tecido de lã, confeccionado por Zanzoni, seu alfaiate desde os tempos de estudante. Gravata cinza, riscadinha, sapatos sociais. Não faltou o tradicional colete. O noivo levou as alianças no bolso direito do paletó.

Entre as destacadas autoridades que compareceram ao ato, anotamos a presença do general Itiberé Gouvea do Amaral, comandante da 4ª Região Militar, acompanhado de sua exma. Esposa, sra. Cenira Amaral. O Magnífico Reitor Moacir Reis foi representado pelo professor Irvan Cavalieri.

Todos os Diretores de Divisão da Prefeitura compareceram, bem como grande número de amigos e admiradores do prefeito, além, é claro, de familiares dos nubentes.

Havia muita curiosidade também, em torno da Igreja do Outeiro. Como se sabe, é um templo histórico. Lá comparecia, frequentemente, o Imperador Dom Pedro II. A Irmandade que cuida da Igreja ainda tem o nome de Irmandade Real. É a única obra no mundo que mantém aquela arquitetura (barroco simples). Tem forma octogonal.

A bagagem dos noivos havia seguido para o Rio na véspera. Sua lua-de-mel será de mais ou menos dez dias, pois na semana vindoura o prefeito estará despachando na Prefeitura.

A Câmara Municipal foi representada por cinco vereadores: Ignácio Halfeld (Presidente), Cláudio Victor Renault, Tarcísio Delgado, Vera Faria e Milton Romanelli.

De acordo com o cerimonial da igreja, logo após os noivos, apareciam os pais dos mesmos: sr. Guilherme Henrique Surerus e sra. Zilah Surerus e sra. Itália Franco. Em seguida, os quatro casais de padrinhos.

Um “velho amigo” do prefeito, ao cumprimenta-lo, teve essa curiosa expressão: “É, Itamar, nossa turma de solteiros está acabando. O Colucci casou-se; agora você; no dia 22, o Luiz Fernando Surerus. Não tem jeito não. Vou ter que casar também, para não ser uma exceção na velha turma...”.

## ANEXO 4

### Resumo dos principais acontecimentos de 1992, sobre a conjuntura do processo de impeachment, baseado em Sallum Jr. (2015)

- *Janeiro*: mais denúncias de corrupção; formação de um Bloco Parlamentar Independente composto de PTB, PL, PDC e PDS.
- *Fevereiro*: chuva de denúncias e reprovação do governo aumentando; escândalo sobre a Campanha eleitoral e Esquema PC Farias.
- *Abril*: PSDB e a recusa de entrar para o governo com a reforma ministerial (FHC como vitrine); reforma ministerial dando fôlego a Collor; campanha para eleições municipais de 1992 – questão do salário mínimo –; fôlego político da coalizão não majoritária e não sólida.
- *Mai*: Pedro Collor e corrupção volta ao centro da cena política em direção a Collor; Itamar anuncia seu desligamento do PRN; PT assume vanguarda com o “Fora Collor”; a CPMI e a Coalizão Partidária de Centro-esquerda. Adesão do PMDB, PSDB e PDT (26 de maio); “Frente partidária de oposição” em 27 de maio: PT, PSDB, PMDB (FHC e Lula) – coalizão como alternativa de poder –; movimentação da sociedade civil desde 1991 se consolida no MEP; relação entre parlamentares de oposição e MEP.
- *Junho*: manifestações públicas de massa contra Collor; mais denúncias de corrupção e aumento da demanda da opinião pública por ética e valores maiores no trato com a coisa pública.
- *Julho*: ato Público pela Ética na Política (13 de julho); final de julho – envolvimento comprovado com o esquema de PC Farias –; coalizão oposicionista PT, PMDB e PSDB procura apoio de governadores de estado e partidos governistas (PFL, PTB, PDS, além do PDT); Itamar como uma das possibilidades para a crise; manifestações de massa; coalizão centro-esquerda PMDB, PSDB, PT e outros, menos o PDT oficial, tendo função de dirigente político no interior do Movimento Pró-impeachment.
- *Agosto*: intensificação das manifestações de massa. 25 de agosto – muitas manifestações pelo país (inclusive em Juiz de Fora) –; relatório final da CPMI 26 de agosto; coalizão supra-partidária pró-impeachment; 30 de agosto – pronunciamento de Collor.

- *Setembro*: segunda onda de manifestações – PDT, Força Sindical e outros –; encontro de Itamar com Roberto Marinho<sup>376</sup>; 8 de setembro – definido o rito do impeachment –; 29 de setembro – votação do impeachment Câmara.
- *Outubro*: 1º de outubro – processo instaurado no Senado –; 2 de outubro, afastamento de Collor e posse de Itamar Interino.
- *Dezembro*: 30 de dezembro – impedimento definitivo de Collor e posse de Itamar

---

<sup>376</sup> Sobre o encontro, Conti informa: “Itamar, Sarney e o dono da Globo jantaram no terraço. Comeram lagosta de entrada, camarão como prato principal e sorvete de sobremesa. Marinho havia mudado de posição em relação ao Presidente. Desde a aprovação do relatório da CPI, determinara a Alberico Souza Cruz que alterasse o enfoque do Jornal Nacional na cobertura da crise. Como O Globo vinha fazendo, o telejornal passou a dar destaque às ligações entre Collor e Paulo César Farias, e a noticiar a mobilização popular. O dono da Globo falou ao Vice-Presidente e a Sarney, o articulador do encontro, que estava preocupado com possíveis reações intempestivas de Collor. “Se tiver de tomar posse, terei condições de fazer as reformas modernizantes com maior velocidade”, disse Itamar Franco. “Não há suspeitas de corrupção sobre mim e tenho melhor trânsito no Congresso.” Marinho gostou da conversa. Ficou com a impressão de que o Vice era, como disse, um homem “sério e honesto”. Collor soube do jantar no Cosme Velho. Mandou uma carta a Roberto Marinho enfatizando a “amizade” que os unia e elogiando artigos do jornalista. A carta não sensibilizou o empresário, que manteve a cobertura da Globo tal como estava. À noite, Itamar Franco telefonou do Hotel Glória, no Rio, para a casa da repórter Flávia de Leon, da Folha de S.Paulo, em Brasília, que havia ligado para ele naquela tarde. A repórter queria saber como fora o encontro com Roberto Marinho. O Vice negou que tivesse estado com o empresário. O telefonema durou dez minutos e foi gravado clandestinamente. Uma fita da conversa foi encaminhada a O Dia. O dono do jornal, Ary de Carvalho, avisou Itamar de que iria publicar a transcrição da fita. Nela, o Vice chamava a repórter de “meu amor” e, a determinada altura, dizia: “Se um dia eu chegar ao Planalto, se eu chegar lá, eu vou pedir para você ficar comigo, está bem?”. A pedido de Itamar, Ary de Carvalho suprimiu da transcrição um galanteio que fizera à repórter: “Eu já falei uma vez que não te quero como jornalista”. Assessores do Vice descobriram que os telefones da casa dele em Brasília estavam grampeados também. No domingo, 6 de setembro, Veja publicou a capa “O jardim do marajá da Dinda”. Roberto Marinho ficou estupefato com as fotos. Sentiu-se ludibriado pelo Presidente, que jamais ligara as cachoeiras quando o dono da Globo estivera em sua casa. “Ele fez aquele jardim para imitar o meu”, disse o jornalista a Antônio Carlos Magalhães” (CONTI, 2012, P. 511).

## ANEXO 5

**Fragmento do I Seminário de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata 1967 (PINHO NEVES, 2020, p. 189)**

“A formação histórica das Minas Gerais está vinculada à geografia do seu território, Às gentes que o devassaram e ocuparam e ao momento em que se processou o povoamento. Qualquer tentativa de estudo da gênese de sua formação há de basear-se nestes elementos.

Situada no segundo andar do planalto central, protegida ao sul e a leste por uma cintura de montanhas e quase impenetráveis matas seculares, ao norte caatingas intransponíveis e, por todos os lados, pelos índios e pela malária, o território que hoje integra Minas Gerais resistiu quase dois séculos ao assalto dos povoadores. Não é desmerecedor admitir que o desenvolvimento nas Minas Gerais, em função mesmo da sua formação histórica, começou atrasado. A imensidão do seu território, composto por regiões topograficamente diversas, climatologicamente variadas, explorando economias dissemelhantes, *desafia o sucesso do governo centralizado*.

A par destas dificuldades naturais, há que se reconhecer, poucas foram as tentativas de elaborar planos que favorecessem o desenvolvimento de toda esta gama de regiões”.

## ANEXO 6

**Discurso de Posse de Itamar, em primeiro de jan. 1999** (FRANCO, 1999, p. grifos meus)

*O povo mineiro, que nos emprega para cuidar de seu destino*, está submetido à privação e à angústia. Devemos respeitá-lo e não há prova maior de respeito do que a comunhão na adversidade. Sei que as relações entre os três poderes dentro do princípio democrático de deveres e dos controles recíprocos, não são sempre fáceis. As discussões e os debates favorecem a concórdia, enquanto o obsequioso silêncio estimula o despotismo. Por isso mesmo, a oposição é absolutamente necessária ao sistema democrático. Ela deve ser tão severa na defesa do patrimônio público quanto na crítica à conduta equivocada da administração, mas dela sempre se espera a responsabilidade de não precipitar juízos, nem resvalar na difamação e na calúnia.

*Senhoras e senhores parlamentares,*

Na confusão e desorientação do mundo atual, em que o Brasil busca, entre as névoas, a indicação dos caminhos a seguir, *os mineiros irão encontrar a inspiração para renovar a consciência de sua vocação*. Aqui, a geografia prenuncia a história, e a história realiza as promessas da geografia. O povo de Minas merece todos os nossos esforços. *Minas é o núcleo de nosso viver, de nosso equilíbrio, de nossa integridade. É a sede da autenticidade do povo brasileiro*. Como diziam os antigos, “EX CORDE LUX”: a luz vem do coração. Tenho, pois, no coração as sementes da esperança. Vamos sulcar o chão, semeá-lo, molhar e limpar as leiras. Minas! Quantas evocações esta palavra traz, que não devem servir somente para alimentar devaneios poéticos, mas para nos situar mais firmemente na realidade com as balizas da imaginação. **BUSQUEMOS AS DEMANDAS DO TEMPO**. *Como no passado, estamos dispostos aos sacrifícios necessários em favor do Brasil*. Mas nos recusamos a aceitar passivamente sem o protesto democrático e sem a resistência política, a transferência, para as novas metrópoles do mundo, do resultado do nosso trabalho, mediante tributos coloniais. Receio, também, que estados financeiramente enfraquecidos não tenham forças para conter a centralização tributária que a equipe econômica deseja.

*Senhoras e senhores parlamentares,*

Convencido de que não há poder político legítimo fora do sistema republicano, democrático e representativo, asseguro a Vossas Excelências que terei o maior respeito pelo parlamento. Durante dezesseis anos foi Senador. Sei que Vossas Excelências entendem a severidade da crise que nos açoita, e saberão compartilhar, com o poder executivo e com o poder judiciário, os sacrifícios exigidos. Permitindo-me lembrar a exortação do mais sagrado dos livros: “A noite cobre a terra e a escuridão dos povos mas sobre ti levantar-se-á o senhor, a

sua glória te iluminará”. “Levanta os olhos e vê a tua volta”. O povo mineiro, que Vossas Excelências representam, elegeu-me governador do Estado. Aqui estou para prestar o juramento constitucional e iniciar o meu trabalho.

*Recorro a Felipe dos Santos e aos inconfidentes, patronos desta Casa, para lembrar a alma indômita destas montanhas. Não é de nossa natureza o conformismo e nenhuma força é capaz de nos tornar submissos. Apreendemos a falar alto, sem elevar a voz; a ter coragem da prudência, sem perder as cautelas da ousadia. E isto nós devemos ao destemor dos antepassados, que romperam os sertões, para construir aqui a mais brasileira das províncias. Não são mineiros, na identidade do caráter, os que se curvam diante da insolência, nem os que os se deixam entorpecer pelo ópio da lisonja. Essas virtudes velhas são necessárias aos tempos novos, que nos prometem a paz. Estamos diante de caminhos ásperos, qualquer um que trilharmos será difícil, mas a caminhada não nos esmorece: contamos com o ânimo do patriotismo.*

*Senhoras e senhores parlamentares,*

*Minas Gerais tem sido, ao longo dos tempos, o coração político do Brasil. É a fonte da qual se irradiam as correntes que governam a vida nacional.*



## ANEXO 7

**Fragmento do discurso proferido pelo engenheiro Itamar Franco na Convenção Estadual do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em Belo Horizonte, no plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em 25 de agosto de 1974 (FRANCO, 1975, p. 247, grifos meus)**

### **Minas aceita o desafio**

Esta reunião, encontro de mineiros, afirma a vocação democrática de nosso povo e a sua indeclinável responsabilidade para com o percurso histórico do Brasil.

No passado político dos mineiros maiores – de Tiradentes a Teófilo Otoni, de Bernardo de Vasconcelos a Antônio Carlos, de Arthur Bernardes a Lúcio Bittencourt, de Milton Campos a Juscelino Kubitschek – existe a defesa de um mundo libertado [...].

E o encontro de agora, senhores convencionais, assume o desafio que perpassa o comprometimento da gente mineira na construção do seu amanhã grandioso. [...] E por tais razões tributo a confiança que me outorga nosso Partido tão somente À comunhão que todos fazemos na destinação histórica do povo mineiro.

[...]

Homem de formação democrática, reconheço nos pleitos a sadia competição política. E tenho certeza de que, como de hábito as autoridades emprestarão ao próximo pleito os consagrados exemplos de moderação e decoro. Homem cravado na terra de Minas, penso nosso Estado como demiúrgico do Brasil Independente. Evoco o trabalho pertinaz de nossa gente, mineiros – mineradores rasgando o chão para enriquecer a Lisboa ávida de ouro. Evoco Vila Rica onde intelectuais, padres e militares provaram o gosto amargo do sonho que a dominação reprimiu. Evoco nosso legado político, cujo liberalismo viril a pátina do tempo não deslustrou. Evoco, com emoção, o sentimento de liberdade que tempera a alma e forja a determinação de nosso povo.

É preciso reconduzir Minas a seu itinerário de glória. Nossa Minas Gerais sempre foi o centro de gravidade do Brasil. Nos altos Conselhos da Pátria, sua voz firme contribuiu para a formação econômica e sociopolítica da nacionalidade. Restaurar o Prestígio do Estado na Federação não é apenas um imperativo moral, é, antes de tudo, condicionante imprescindível para a garantia de integração nacional. Na consecução desta tarefa, urge mobilizar a consciência mineira em todos os seus níveis.

[...] espírito de Independência [...] reconstrução do ideário democrático do nosso povo [...] [candidatura] aceitando o desafio que representa a defesa dos interesses superiores de Minas Gerais.

[...]

[...] na festa deste encontro com as mais profundas aspirações mineiras, compete despertar a consciência montesina, impulsionando-a para a consecução do desempenho que lhe atribui a História.

[Projeto, concreta necessidade de Minas]

[...] instauro com o povo mineiro um diálogo franco e aberto: o grande diálogo da liberdade [...] histórico caminho escolhido por nossos ancestrais [...] a imaginação criada e a coragem cívica da Minas Gerais, que aceita o desafio. [...] É à lição de Teófilo Otoni que nos apegamos. Para ele, segundo Milton Campos, o culto da liberdade não precisa ser interrompido para que a Nação prospere, nem as instituições livres são incompatíveis com a experiência de organização política. [...] Ponto de convergência das várias encruzilhadas com que se defronta a Nação, as próximas eleições se revestem de capital relevo para Minas e para o País. E porque o homem de nosso Estado – na telúrica mineiridade drummondiana – é o homem das coisas autênticas, sólidas e profundas, marcado por aquele fogo embriagador, que lavra súbito, e porque chegou a sua hora e sua vez, afirmo que estamos em tempo de decisão. [...] Tempo de decisão que significa tempo de fé. Tempo de redescoberta da dimensão da nossa transcendência, compreendida como desdobramento histórico da nossa imanência. Tempo em que os sinos de Minas dobram, plangentes e afinados, fazendo ecoar por entre montanhas e quebradas, vales e chapadões, o canto que canta a independência e a altives de nossa terra e nossa gente.